

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

GRAZIANE ORTIZ RIGHI

BRIZOLA VIVE? A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE LEONEL BRIZOLA (2004-2014)

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

GRAZIANE ORTIZ RIGHI

BRIZOLA VIVE?
A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE LEONEL BRIZOLA (2004-2014)

Porto Alegre
2021

Ficha Catalográfica

R571b Righi, Graziane Ortiz

Brizola Vive? : A construção da memória de Leonel Brizola
(2004-2014) / Graziane Ortiz Righi. – 2021.

176.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História,
PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

1. Leonel Brizola. 2. Memória. 3. Imprensa. 4. Campanha da
Legalidade. 5. Golpe de 1964. I. Abreu, Luciano Aronne de. II.
Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

GRAZIANE ORTIZ RIGHI

BRIZOLA VIVE?
A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE LEONEL BRIZOLA (2004-2014)

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

Porto Alegre
2021

GRAZIANE ORTIZ RIGHI

BRIZOLA VIVE?
A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE LEONEL BRIZOLA (2004-2014)

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu - PUCRS

Profa. Dra. Carla Brandalise – UFRGS

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós – UFRGS

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira - PUCRS

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins - PUCRS

Porto Alegre
2021

*Dedico esta tese à minha mãe,
que mesmo sem a oportunidade de
estudar, sempre apoiou minhas escolhas.*

AGRADECIMENTOS

À CAPES que concedeu a bolsa sem a qual não seria possível a realização desta pesquisa e mais do que nunca necessita de reconhecimento e investimento, pois somente com apoio à ciência e à educação teremos um futuro melhor. À Escola de Humanidades, especificamente o Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, à ex-secretária Henriet Shinohara, sempre muito gentil e prestativa, e recentemente à Daniela Petró Maria. Aos professores do programa, aos quais devo meu amadurecimento intelectual a partir das disciplinas cursadas durante o Doutorado. Especialmente o professor Luis Carlos dos Passos Martins que também aceitou participar da banca de defesa, do mesmo modo, o professor Helder Volmar Gordim que trouxe ricas contribuições na qualificação e agora na banca final.

À professora Carla Brandalise, que me acompanha desde a graduação, orientou meu TCC e a dissertação, e também está presente no encerramento deste ciclo. Obrigada por todas orientações que contribuíram para a minha formação. Ao professor Enrique Serra Padrós sou grata por todo apoio e considerações ao longo da minha vida acadêmica, fico muito feliz em tê-lo na banca do doutorado. Com ele aprendi valores que vão muito além de conhecimentos históricos. Através do Enrique tive a oportunidade e a honra de conviver com a Suzana Lisboa, fonte de luta e inspiração para todos nós.

Agradeço ao meu orientador Luciano Aronne de Abreu por ter aceitado me orientar, por ter compreendido minhas escolhas e sempre ter me apoiado, mesmo nos momentos mais difíceis. Além do seu profissionalismo e prontidão para me atender, levo como aprendizado sua capacidade de compreensão que foi fundamental para a conclusão da tese.

Aos colegas da PUC, especialmente a Amanda Both. Tantas outras pessoas me ajudaram nesta jornada, profissionalmente ou pessoalmente: Bruna Cardoso, Caroline Rosa, Francieli Piper, Francisco Carvalho, Laura Montemezzo, Lucas Rangel, Nathalia Henrich, Paula Blume, Stella Ferreira, Vanessa Silva. A Vanessa, em um dos momentos mais críticos do doutorado, me disse uma frase que me marcou muito e acabou se tornando um incentivo todas as vezes em que pensei desistir: “a educação básica também merece doutoras”. Foi por acreditar numa educação básica de qualidade e transformadora e, principalmente, nos meus alunos que não desisti. Um agradecimento especial aos meus colegas das escolas EMEF Castelo Branco e Engenheiro Ildo Meneghetti, sou rodeada de bons exemplos de professores. Esta tese também representa meu compromisso com a educação.

À Patricia da Costa Machado, pois sem ela eu não teria concluído esse trabalho. Foram diversas leituras, conversas e muito incentivo. Eu não tenho palavras que expressem a minha gratidão. Obrigada por sempre confiar em mim! Que a nossa amizade, que surgiu de forma tímida na graduação e consolidou-se no mestrado, permaneça até o final de nossas trajetórias.

Finalmente, meu agradecimento àquela para quem dediquei essa tese e a quem devo tudo em minha vida: à minha mãe, Marlete de Fátima Ortiz Righi. Eu fui a primeira na minha família a ter ensino superior, a primeira a cursar o mestrado e a primeira a chegar no doutorado e nada disso teria sido possível sem seu apoio incondicional. Uma mulher forte, batalhadora, que me criou sozinha e sempre compreendeu o valor da educação.

Verão
2021

RESUMO

Leonel de Moura Brizola, político com mais de 50 anos de vida pública, morreu em 2004. Apesar de sua morte seu nome continuou presente na política brasileira, com perspectivas positivas e negativas. Justamente por se tratar de um político com uma trajetória tão longa, a memória construída sobre ele passou por diversas alterações, ainda em vida e após sua morte. Nesse sentido, a presente tese tem como objetivo principal compreender como a imprensa do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro auxiliaram na construção da memória de Leonel Brizola nos dez primeiros anos após sua morte (2004-2014). A opção por esses estados se deu pela presença do brizolismo nesses locais considerando a atuação política de Brizola. Foram escolhidos três recortes temporais de relevância histórica nos quais foram observados a construção da memória sobre o pedetista: a sua morte, em junho de 2004; o cinquentenário da Campanha da Legalidade, em agosto de 2011; e por fim, o quadragenário e cinquentenário do Golpe de 1964, entre março e abril de 2004 e 2014, respectivamente. Buscando resolver a problemática levantada, foram analisados os seguintes jornais: *Correio do Povo* e *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul; *Jornal do Brasil* e *O Globo*, do Rio de Janeiro. A pesquisa insere-se na perspectiva da História do Tempo Presente.

Palavras-Chave: Leonel Brizola. Memória. Imprensa. Campanha da Legalidade. Golpe de 1964.

ABSTRACT

Leonel de Moura Brizola, a politician with more than 50 years of public life, died in 2004. Despite of his death, his name remained present in Brazilian politics, with positive and negative perspectives. Precisely for being a politician with such a long trajectory, the memory built on him went through several changes, even after his death. Therefore, the main objective of this thesis is to understand how the press of Rio Grande do Sul and Rio de Janeiro helped to shape Leonel Brizola's memory in the first ten years after his death (2004 – 2014). The choice for these states was due to the presence of *brizolismo* in these places, considering Brizola's political performance. Three time frames of historical relevance were chosen to observe the construction of the his memory: his death, in 2004; the fiftieth anniversary of the Legality Campaign in August of 2011; and finally, the quadragenarian and fiftieth anniversary of the 1964 Military Coup, between March and April of 2004 and 2014, respectively. Seeking to solve the problem raised, the following newspapers were analyzed: *Correio de Povo* and *Zero Hora*, from Rio Grande do Sul; *Jornal do Brasil* and *O Globo*, from Rio de Janeiro. The research is part of the perspective of the History of the Present Time.

Keywords: Leonel Brizola. Memory. Press. Legality Campaign. 1964 Military Coup.

LISTA DE IMAGENS

Capa Jornal do Brasil, 23 de junho de 2004.....	33
Capa Caderno Especial O Globo, 23 de junho de 2004	36
Capa Correio do Povo, 24 de junho de 2004	37
Montagem das edições de Zero Hora de 22 a 27 de junho de 2004	37
Capa Segundo Caderno Zero Hora, 26 de junho de 2004	50
O Globo, 23 de junho de 2004, p. 4 e 5. Caderno Especial.....	56
Zero Hora, 24 de junho de 2004, p.27	58
Capa Correio do Povo, 22 de junho de 2004	64
Correio do Povo, 24 de junho de 2004, p. 9	65
Correio do Povo, 22 de junho de 2004	69
Capa Correio do Povo, 18 de agosto de 2011	74
Capa Zero Hora, 21 de agosto de 2011.....	74
Capa O Globo, 25 de agosto de 2011	75
Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 2. Caderno Especial.....	91
Correio do Povo, 29 de agosto de 2011, p. 16.....	93
Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 4. Caderno Especial.....	95

LISTA DE SIGLAS

Aliança Libertadora Nacional (ALN)
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRGS)
Central Única dos Trabalhadores (CUT)
Centro de Informações do Exército (CIE)
Centro de Tradição Gaúcha (CTG)
Centro Integrado de Educação Pública (CIEP)
Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP)
Comissão Nacional da Verdade (CNV)
Correio da Manhã (CM)
Correio do Povo (CP)
Escola Superior de Guerra (ESG)
Estados Unidos da América (EUA)
Fundação de Economia e Estatística (FEE)
História do Tempo Presente (HTP)
Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)
Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)
Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)
Jornal do Brasil (JB)
Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
Partido Democrático Trabalhista (PDT)
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
Partido dos Trabalhadores (PT)
Partido Popular Socialista (PPS)
Partido Progressista (PP)
Partido Socialista Brasileiro (PSB)
Partido Social Democrático (PSD)

Partido Social Progressista (PSP)

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Partido Trabalhista Nacional (PTN)

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)

União Democrática Nacional (UDN)

Zero Hora (ZH)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 O ADEUS A LEONEL BRIZOLA.....	33
1.1 O modo de fazer política.....	38
1.1.1 Polêmico e centralizador, o político Leonel Brizola.....	39
1.1.2 O político transformou-se em mito.....	49
1.2 A repercussão na despedida.....	52
1.2.1 A hostilidade ao presidente Lula.....	53
1.2.2 As opiniões sobre Brizola.....	55
1.2.3 A relação com a imprensa.....	61
1.3 O gaúcho Leonel Brizola.....	63
1.3.1 "Leonel Brizola, o último líder trabalhista".....	63
1.3.2 O governador do Rio Grande do Sul.....	67
2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NO CINQUENTENÁRIO DA CAMPANHA DA LEGALIDADE	71
2.1 Leonel Brizola e a Campanha da Legalidade: a luta pela democracia.....	76
2.1.1 Brizola: líder da Legalidade.....	81
2.1.2 Brizola: herói da Legalidade.....	86
2.2 Outras abordagens sobre o cinquentenário da Legalidade.....	89
2.2.1 Governo Jânio Quadros e a renúncia.....	90
2.2.2 Os locais de resistência.....	92
2.2.3 A Cadeia da Legalidade.....	94
2.2.4 O desfecho polêmico: a saída pelo parlamentarismo.....	100
2.3 As lembranças oficiais do cinquentenário da Campanha Legalidade.....	103

3 AS REMEMORAÇÕES NA IMPRENSA SOBRE O GOLPE DE 1964 E A AÇÃO DE LEONEL BRIZOLA.....	112
3.1 O golpe revisitado após 40 anos.....	117
3.1.1 Mobilização civil.....	120
3.1.2 Os antecedentes e a conspiração.....	123
3.1.3 O que lembrar após 40 anos?.....	126
3.1.4 E Leonel Brizola?.....	132
3.2 1964 - 2014: O cinquentenário do golpe.....	141
3.2.1 O golpe e a ditadura após 50 anos.....	143
3.2.2 Os debates pós-ditadura sob as lentes do cinquentenário.....	152
3.2.3 No cinquentenário o apagamento da memória de Leonel Brizola.....	159
CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
FONTES	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169

INTRODUÇÃO

Durante a campanha eleitoral de 2014, uma cena inusitada se reproduziu pelas ruas de Porto Alegre: ao longo das diversas esquinas da cidade, um boneco de papelão de Leonel Brizola, em um tamanho aproximado ao de uma pessoa real, era o principal material de divulgação da campanha de Juliana Brizola, sua neta, à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Naquele momento, eu estudava a trajetória do pedetista na pesquisa realizada no mestrado na qual investiguei seu mandato como deputado federal pela Guanabara e sua inserção nos acontecimentos que antecederam o golpe de 1964¹. Assim, o uso de sua imagem em uma eleição, dez anos após sua morte, ficou latente em minha memória. Dois anos depois, em 2016, durante a crise política que resultou no golpe parlamentar de Dilma Rousseff², a imagem de Brizola retornou com força. Era comum nas redes sociais, mídias alternativas e mesmo na grande imprensa, encontrar relatos de pessoas que se perguntavam como Brizola reagiria nesse contexto.

A partir dessas vivências e dos questionamentos que surgiram naquele contexto, nasceu a presente pesquisa que tem como problema a seguinte pergunta: como a imprensa do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul auxiliaram na construção da memória de Leonel Brizola nos dez primeiros anos após sua morte (2004-2014)? Para responder essa questão, foram escolhidos três momentos dessa primeira década sem Brizola na política brasileira: a sua morte, em junho de 2004; o cinquentenário da Campanha da Legalidade, em agosto de 2011; e por fim, o quadragenário e cinquentenário do Golpe de 1964³, entre março e abril de 2004 e 2014, respectivamente.

¹ RIGHI, Graziane Ortiz. Leonel Brizola: o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964). Dissertação (Mestrado em História) – UFRGS, Porto Alegre, 2015.

² Os acontecimentos de 2016 ainda levantam debates na ciência política, na sociologia, no direito, na própria história e na opinião pública, que divergem entre caracterizar o processo que resultou no impeachment de Dilma Rousseff como um processo legal e constitucional ou como um golpe midiático-parlamentar. A presente pesquisa não se debruça sobre esta temática, mas me alinho aos entendimentos que compreendem os eventos ligados ao julgamento político da ex-presidenta sob o prisma das novas modalidades de interrupção institucional. Nesse sentido, ver: CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018 e SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. *Brasil: Neoliberalismo versus Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

³ Ao longo deste trabalho utilizarei a expressão golpe de 1964. Concordo com a linha historiográfica que inclui a participação civil tanto no golpe, quanto na ditadura, porém considero relevante o debate que pretende definir o “civil” na participação no golpe, seja ele empresarial, midiático, de classe e o papel da Igreja Católica. Por esse motivo, e por uma questão de escrita, adotarei a forma simplificada. Esse debate acerca da classificação será melhor apresentando no terceiro capítulo.

Ao longo dessa década, diversas produções foram realizadas sobre a figura de Brizola, como produções acadêmicas e livros de memórias. Além disso, como mencionado, alguns de seus familiares seguiram a vida política, utilizando-se de sua imagem e memória para fins eleitorais. Apesar de a cultura política brasileira ser marcada pela hereditariedade⁴, a permanência de certas figuras no imaginário e na cotidianidade da política traz consigo relevantes questionamentos. Nesse sentido, outra questão levantada por esta pesquisa é por que (e se) a imagem de Brizola permaneceu presente após a sua morte?

Embora o objetivo da tese não seja realizar um trabalho biográfico, é adequado apresentar, brevemente, a trajetória de vida de Leonel Brizola, afinal sua história individual o constituiu na figura pública que ora se analisa. Nascido em 22 de janeiro de 1922 no distrito de Cruzinha⁵, oriundo de família pobre, enfrentou muitas dificuldades para estudar. Quando ingressou na Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 1945, iniciou seu envolvimento com o trabalhismo - que estava se formando e partia da experiência e iniciativa de Getúlio Vargas - integrando a Ala Moça do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Já nas eleições seguintes, em janeiro de 1947, foi indicado pelo partido para ser candidato a Deputado Constituinte, elegendo-se. Desde então, apresentou uma carreira vitoriosa dentro do PTB: reelegeu-se à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1950, sendo o mais votado, tornando-se o líder da bancada na Casa;⁶ assumiu a pasta da Secretaria de Obras Públicas do governo estadual, em 1953; em 1955 chegou à Câmara dos Deputados representando o Rio Grande do Sul e no ano seguinte, aos 33 anos, assumiu a prefeitura de Porto Alegre⁷.

O momento crucial de mudança na sua trajetória política foi a chegada ao governo do estado, em 1959. Sua administração marcou época pelas polêmicas encampações de empresas

⁴ Podemos mencionar, como exemplo, o caso de Eduardo Campos, neto de Miguel Arraes, que traçou trajetória política ao lado do avô e que atualmente tem sua imagem disputada entre familiares após sua morte em 2014. Fonte: BBC News Brasil. “Três anos após desastre aéreo, parentes de Eduardo Campos disputam legado na política”. Publicado em 11/08/2017. Link: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40870383>. Acesso em 25/08/2019.

⁵ Na época, pertencente a Passo Fundo, atualmente integra o município de Carazinho.

⁶ Sobre a atuação de Leonel Brizola e seus pronunciamentos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, ver: BRAGA, Kenny; SOUZA, João; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (Coord.). Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004 e FERNANDES, Vinícius dos Santos. A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013.

⁷ Com relação a esse período não há estudos mais aprofundados; entretanto encontramos algumas biografias que abordam o tema de forma periférica: AGUIAR, Ricardo Osman G. Leonel Brizola: uma trajetória política. Rio de Janeiro: Record, 1991 e LEITE FILHO, FC. El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico. São Paulo: Aquariana, 2008.

norte-americanas⁸, desapropriações de terras para a reforma agrária⁹ e o destacado investimento na área da educação¹⁰. No entanto, o fator determinante que o projetou a nível nacional foi a Campanha da Legalidade em 1961, quando defendeu a posse do vice-presidente João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros. Essa projeção consolidou-se com a expressiva votação para deputado federal pela Guanabara, em 1962, tornando-o recordista nacional à época.¹¹ Brizola migrou para o centro do país almejando, num futuro próximo, a presidência da República. Entretanto, tal objetivo foi impedido com o golpe de 1964 e a implantação da decorrente Ditadura de Segurança Nacional¹².

Após o golpe, Brizola exilou-se no Uruguai, de onde articulou com aliados para minar o governo imposto¹³. Contudo, a expansão das ditaduras nos países do Cone Sul o levou a tomar uma atitude inesperada: em 1977, exilou-se nos Estados Unidos. Todavia, sua passagem foi curta. No ano seguinte, instalou-se em Portugal onde participou, em junho de 1979, do *Encontro de Lisboa*¹⁴ que “serviu de marco para a reorganização da corrente trabalhista e para o relançamento da liderança de Brizola no cenário nacional brasileiro” (FREIRE, 2010, p. 39). Com a aprovação da Lei de Anistia, em 1979, a volta dos exilados e a retomada do multipartidarismo no Brasil, liderou a fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1980¹⁵.

⁸ Sobre esse tema ver: MIRANDA, Samir Perrone. Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

⁹ Sobre esse tema ver: HARRES, Marluza Marques. Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio, Camaquã, Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2002.

¹⁰ Sobre esse tema ver: QUADROS, Claudemir de. As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959-1963). Santa Maria: Editora UFSM, 2003.

¹¹ Esse tema foi abordado em minha dissertação, já mencionada.

¹² Ao utilizar esse conceito alinho-me a ideia a qual a ditadura de 1964 foi pautada pela Doutrina de Segurança Nacional, elaborada pelos Estados Unidos no pós-guerra, que parte do princípio de que a nação, com seus valores, símbolos e deveres, estava ameaçada por forças subversivas. A DNS considera como inimigo qualquer forma de pensamento que procura contestar a realidade social. Segundo ela, há dois tipos de inimigos: o externo (que fica consignado quando uma nação invade a outra) e o interno, que agem nos movimentos sociais da classe trabalhadora, entre estudantes, intelectuais, Igrejas etc., promovendo a subversão da ordem e divulgando a necessidade de guerra revolucionária. Baseada em autores como René Armand Dreifuss (1981), Maria Helena Moreira Alves (2005), Enrique Serra Padrós (2005).

¹³ Para aprofundar o assunto: LEITE, Maria Cláudia Moraes. A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

¹⁴ Reuniram-se na cidade de Lisboa, entre os dias 15 e 17 de junho, exilados brasileiros espalhados por várias partes do mundo, capitaneados por Brizola, juntamente com políticos europeus identificados com a socialdemocracia. Durante o *Encontro* foi produzida a *Carta de Lisboa* onde foram determinados os novos princípios do trabalhismo. A *Carta* foi considerada, posteriormente, como o documento fundador do PDT.

¹⁵ Após o *Encontro de Lisboa* e a formação de novo trabalhismo, Brizola pretendia seguir com a legenda do PTB. No entanto, teve de enfrentar uma disputa judicial com Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas e oriunda dos quadros trabalhistas de São Paulo, pela tradicional sigla. Em 12 de maio de 1980, a Justiça Eleitoral deu a vitória a Ivete Vargas. Essa foi uma manobra do governo para minar os novos anseios políticos de Brizola, reconhecendo

No Rio de Janeiro, elegeu-se governador do estado em 1982, nas primeiras eleições diretas ocorridas desde o golpe de 1964, feito repetido em 1990. Sua opção em retomar a carreira política desde esse estado, ao voltar do exílio, dava continuidade a antiga estratégia para potencializar sua chegada ao Palácio do Planalto. Finalmente, em 1989, se candidatou ao cargo de Presidente da República, a eleição com mais chances reais. Porém, Brizola sofreu sua primeira grande derrota, situação que se repetiu nas campanhas de 1994 e 1998 - na última, como candidato a vice-presidente de Luís Inácio Lula da Silva. Em 2000, candidatou-se à prefeitura do Rio de Janeiro, chegando apenas em quarto lugar na disputa que elegeu César Maia, ex-aliado do pedetista. Em sua última candidatura, aos 80 anos, concorreu ao Senado pelo Rio de Janeiro, amargando um sexto lugar, na eleição de 2002. Em 21 de junho de 2004, morreu na cidade em que escolheu viver, o Rio de Janeiro. Embora tenha enfrentado duras perdas eleitorais nos últimos anos, manteve-se ativo na vida pública até seus momentos finais.

A despeito de sua morte, a memória de Leonel Brizola seguia pujante. Foi possível encontrar, poucos anos após sua morte, pichações nas ruas de Porto Alegre com a frase *Brizola Vive*, com o intuito de manter suas ideias e seu *modus operandi* de fazer política presentes. Essa consigna foi difundida pelo *Movimento Brizola Vive* que, segundo os fundadores:

Nasceu de forma organizada em 2011, como um grupo político partidário que pretendia reformar as práticas políticas assumidas pelo comando nacional do PDT. [...] Como era previsível, o Movimento ultrapassou as fronteiras do PDT, afinal, Leonel Brizola não foi um líder apenas para o partido, mas se tornou uma referência para todo o povo brasileiro¹⁶.

No site¹⁷ do PDT nacional havia, até 2016, o mesmo “slogan” ao lado de sua foto. Portanto, verificou-se um interesse do partido - e não apenas de uma corrente - em manter atrelada sua imagem à de Brizola. A primeira campanha nacional do PDT após sua morte deu o tom de como o partido utilizou a imagem do seu ex-presidente. Em 2006 o partido concorreu com Cristovam Buarque à presidência da República e apresentou a educação como principal mote – “Revolução pela Educação”¹⁸ - tema muito associado a Brizola, mas também uma bandeira de Buarque. De um modo geral, poucas imagens do político sul-rio-grandense foram

nele uma vigorosa força de oposição, mesmo depois de 15 anos afastado do país. A saída foi a fundação de um novo partido.

¹⁶ Informações retiradas do blog *Movimento Brizola Vive*. Link: <http://movimentobrizolavive.blogspot.com.br/>. Acesso em 19/08/2016.

¹⁷ Link: <http://www.pdt.org.br/>. Acessado em 20/08/2016. Em 2021 há informação de série de atividades a serem organizadas para 2022 visando celebrar o centenário de nascimento de Leonel Brizola.

¹⁸ Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Eleicoes/0,,AA1252011-6282-395,00.html>. Acesso em: 20/08/2016.

usadas na campanha, mas a utilização do seu nome foi recorrente na propaganda eleitoral¹⁹. Outro exemplo da persistência dessa tendência referiu-se às comemorações dos 35 anos do partido, em 2015, quando o logo comemorativo trazia o símbolo partidário além do slogan “35 anos de lutas e conquistas” e uma foto de Brizola segurando um microfone²⁰. A alusão a estas duas situações se justifica como argumento que pretende demonstrar que mesmo passado mais de 10 anos da morte de sua principal liderança, o PDT continua avaliando como vantajoso explorar politicamente sua imagem. Para além dos usos realizados dentro das instâncias do PDT, a imagem de Brizola é sistematicamente empregada por aqueles que se autodeterminam herdeiros políticos²¹ do seu legado e da sua estirpe: os netos Juliana, Leonel e Carlos. A primeira, com atuação no Rio Grande do Sul, e os dos últimos, no Rio de Janeiro.

Juliana Brizola, já em sua primeira candidatura para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 2008, obteve bons resultados, sendo a mais votada do PDT e a sexta melhor votação no pleito municipal geral²². Em seu material de campanha, a foto e o nome do avô eram comuns e acompanhavam o slogan: “Boa política tem nome: Leonel de Moura Brizola”. Juliana afirmava, em sua propaganda eleitoral, que era capaz de pôr em prática a boa política que o avô lhe ensinara²³. Na sua segunda campanha, para a Assembleia Legislativa, em 2014, era possível ver, espalhadas pela cidade, fotos de corpo inteiro e de tamanho natural de Leonel Brizola, passando a impressão de que era uma espécie de cabo eleitoral. Em recente entrevista, Juliana reafirmou que sua principal causa é a da educação, porque foi a causa da vida do avô²⁴.

Aliás, o duro e traumático processo de impeachment enfrentado pela antiga pedetista e então presidenta da República Dilma Rousseff, representando o PT, trouxe à tona o debate sobre o estado democrático brasileiro e no bojo dessa discussão, o nome de Leonel Brizola, voltou a ser considerado e lembrado por ter apresentado uma postura intransigente na defesa da

¹⁹ Para ver um dos vídeos da campanha eleitoral do PDT reproduzido no horário eleitoral gratuito de 2006, acessar: https://www.youtube.com/watch?v=SGyrqWA-rlQ&ab_channel=ArquivoEleitoral. Acesso em 15/02/2021.

²⁰ Fonte: canal no YouTube da Fundação Leonel Brizola-Alberto Pasqualini. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ilzsuIWvWgk>. Acessado em 20/08/2016.

²¹ Cabe esclarecermos que para essa pesquisa definimos como herdeiros políticos apenas os netos, a partir da conceituação de Patriart (1992, p. 12-12 *apud* Grill, 2004, p. 1) que compreende através dos laços de parentesco resultantes de uma descendência ou de casamentos e por vínculos de parentesco político. Os possíveis usos eleitorais por outros políticos serão tratados como brizolistas. Para exemplificar, citamos o caso do ex-deputado estadual e ex-candidato a vice-prefeito de Porto Alegre, Pedro Ruas (PSOL). Fonte: “Vice pelo PSOL é brizolista convicto”. *Jornal do Comércio*. Link: <http://jcrs.uol.com.br/conteudo/2016/08/politica/516714-vice-pelo-psol-e-brizolista-convicto.html>. Acesso em: 18/09/2016.

²² Fonte: “Neta de Brizola é eleita vereadora em Porto Alegre”. Portal G1, em 05/10/2008. Link: <http://g1.globo.com/Eleicoes2008/0,,MUL786657-15693,00-,NETA+DE+BRIZOLA+E+ELEITA+VEREADORA+EM+PORTO+ALEGRE.html>. Acesso em: 20/08/2016.

²³ Fonte: vídeo da propaganda eleitoral, disponível no YouTube. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=W29tLesO8bU>. Acessado em: 20/08/2016.

²⁴ Entrevista ao Portal Sul 21 em 19/08/2016. Link: <http://www.sul21.com.br/jornal/vice-de-ultima-hora-juliana-brizola-leva-o-nome-da-familia-e-a-luta-pela-educacao-a-chapa-de-melo/>. Acesso em 20/08/2016.

democracia em 1961, durante a Campanha da Legalidade. Tal feito foi evidenciado no encontro ocorrido em torno da estátua do pedetista em Porto Alegre, reunindo lideranças políticas de diversos partidos e representações, na tentativa de se lançar uma “nova campanha da legalidade” contra o impeachment da então presidenta²⁵.

Angela de Castro Gomes (2004), ao analisar o impacto da morte de Brizola, também identificou esse padrão. O político sul-rio-grandense foi lembrado prioritariamente como defensor dos valores democráticos, embora referências ao seu perfil autoritário também tenham sido mencionadas. Em síntese: “como todo mecanismo de (re)construção da memória é justificado pelos interesses do presente, os debates em torno da sua morte [de Brizola] contribuíram para reforçar e exaltar os valores democráticos da sociedade brasileira” (MACEDO, 2016, p. 207).

Desse modo, aquela conjuntura trouxe consigo um antigo questionamento acerca da apropriação da imagem de Leonel Brizola, bem como evidenciou que a sua memória e seu legado político permanecem em disputa, ultrapassando gerações e finalidades. Surgiu, portanto, a presente pesquisa, que analisou a construção da memória de Brizola após sua morte, em 2004.

Todo trabalho de pesquisa é fruto também de uma trajetória pessoal, nesse sentido cabe mencionar parte dos caminhos que me levaram até a escolha desse tema e seus desdobramentos. Durante a realização da minha dissertação, ao avaliar a conduta de Brizola nos momentos anteriores ao golpe de 1964, e seu papel de destaque entre a esquerda brasileira naquele momento, foi possível perceber que sua memória seguia presente, mas com oscilações. Luis Fernando Veríssimo, ao comentar a inclusão do nome de Brizola no Livro dos Heróis destacou:

Da série “Quem diria?” comecei a ter um espaço assinado no jornal em 1969, na chamada “época brava” da ditadura. Governo Médici, censura à imprensa... [...] O que definitivamente não podia era mencionar certos nomes. Dom Hélder Câmara, jamais. E mais grave ainda: Brizola. Se pudesse, a ditadura não só proibiria que se pronunciasse o nome Brizola em todo o território nacional como invadiria o cartório em que seu nascimento foi registrado e queimaria tudo, apagando qualquer traço da sua existência. [...] Há dias, o nome de Brizola foi incluído, quem diria, no Livro dos Heróis da Pátria, no Panteão da Pátria e da Liberdade Nacionais. Brizola finalmente mencionado, com honras²⁶.

²⁵ Na ocasião estavam presentes representantes do PDT, PT, PSOL, PCdoB e REDE. E ainda da CUT, UJS, CTB, MNLN, Levante Popular da Juventude. Cito alguns nomes: José Fortunati (PDT/prefeito de Porto Alegre), Carlos Lupi (presidente nacional do PDT), Tarso Genro (PT/ex-governador do RS), Henrique Fontana (PT/deputado federal RS), Olívio Dutra (PT/ex-governador do RS), Manuela D’Ávila (PCdoB/deputada estadual RS), Luciana Genro (PSOL), Sereno Chaise (trabalhista histórico, ex-prefeito de Porto Alegre). Fonte: “Junto ao busto de Brizola, autoridades lançam ‘nova campanha da legalidade’”, Portal Sul21, em 11/12/2015. Link: <http://www.sul21.com.br/jornal/junto-ao-busto-de-brizola-autoridades-lancam-nova-campanha-da-legalidade/>. Acesso em 21/08/2016.

²⁶ Fonte: Site Brasil 247, 10 de janeiro de 2016. Link: <http://www.brasil247.com/pt/247/rs247/212711/Verissimo- hoje-her%C3%B3i-da-p%C3%A1tria-Brizola-j%C3%A1-foi-um-i-mencion%C3%A1vel.htm>. Acesso em: 21/08/2016.

Outro exemplo dessa situação encontra-se na tese de Michele Macedo (2012), que analisou especificamente a memória sobre o trabalhismo entre as décadas de 1970 e 1980. Em sua pesquisa, a autora identificou que houve uma construção negativa sobre a memória de Brizola naquele período. A partir das análises dos jornais *Em Tempo* (PCdoB), o *Movimento* (PCdoB) e *Voz da Unidade* (PCB) a autora identificou uma crítica ao trabalhismo brizolista caracterizando-o como uma experiência histórica superada que não deu certo, marcada pelo aspecto negativo do populismo, qual seja, de demagogia e manipulação dos trabalhadores (MACEDO, 2012, p. 17-19). Desse modo, ao me deparar com essas memórias, decidi me debruçar sobre o tema.

Brizola é uma figura política que possui um grande número de obras sobre a sua vida, escritas por jornalistas, companheiros de trajetória, admiradores, familiares e pesquisadores acadêmicos. Contudo, entendemos que a construção da sua memória tem sido pouco explorada. Desse modo, buscamos compreender sua presença no imaginário político brasileiro. A análise não se restringe apenas a uma determinada trajetória particular, pois ao nos debruçarmos sobre essa temática também realizamos interfaces entre História e Política e História e Memória e de forma tangencial, sobre o trabalhismo reconhecendo Brizola como um dos últimos herdeiros dessa corrente.

A escolha analítica pela primeira década sem Brizola ocorreu porque ele atuou até o final de sua vida na política, mantendo-se à frente do PDT e nas negociações para as campanhas municipais que ocorreriam no final de 2004. Sua permanência na presidência do PDT gerou atritos internos devido ao seu forte personalismo na agremiação, minando, dessa forma, a ascensão de possíveis nomes à liderança pedetista²⁷. Como afirmou João Trajano Sento-Sé (1999, p. 190):

Brizola [foi] um operador da máquina partidária incapaz de elevar o partido a um patamar realmente competitivo. Isso ocorreu concomitantemente a uma postura centralizadora e frequentemente hostil à emergência de lideranças que pudessem porventura ameaçar sua autoridade. Daí as frequentes e sempre dolorosas histórias de defecções que marcaram a existência do PDT.

²⁷ Para exemplificar, citamos o caso de divergência entre Brizola e Anthony Garotinho, culminando na saída desse do partido. Fonte: Folha de São Paulo, 16/11/2000. Link: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1611200011.htm>. Em outra reportagem da *Folha* sobre a crise entre o PDT e o governo Garotinho encontra-se a seguinte afirmação: “Se ratificar as indicações [de Secretários], ele [Garotinho] compra briga com Brizola, que não costuma aceitar passivamente essas situações - como bem sabem os ex-prefeitos César Maia e Saturnino Braga e o governador Marcello Alencar, que deixaram o PDT após desentendimentos com ele”. Fonte: Folha de São Paulo, em 16/12/1998. Link: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc16129820.htm>. Acesso em: 12/09/2016.

Destaco que a aproximação com nosso protagonista e suas nuances já vem de algum tempo (RIGHI, 2011 e RIGHI, 2015). Assim, a pesquisa partiu de um conhecimento prévio sobre a atuação de Brizola o que auxiliou na apreensão dos dados que serviram de base para a construção do seu legado e da apropriação que dele foi feita.

Michele Reis de Macedo (2012), informou que a memória sobre o legado trabalhista associada às características da disputa – no contexto da abertura política que deu início a volta do processo eleitoral - gerou por vezes uma lembrança negativa em relação ao trabalhismo histórico quando esse se apresentou como a melhor opção de oposição ao governo autoritário. Diferentemente do nosso recorte, a autora analisou o período da redemocratização, ou seja, um momento ainda de forte disputa ideológica e onde a derrota de 1964 estava mais presente. Por esse motivo compreende-se a busca de dissociação do passado trabalhista por alguns grupos da esquerda. Contudo, a despeito do debate acadêmico, a imagem de Brizola tem sido associada à defesa da democracia, retomando a Campanha da Legalidade (1961). Presenciamos, portanto, um debate intenso acerca das disputas memorialísticas.

Marieta de Moraes Ferreira (2006, p. 12), ao analisar as lembranças sobre Getúlio Vargas a cada década de sua morte, mostrou claramente as alterações na construção da memória coletiva em relação ao estadista. Essa memória se modificou de acordo com cada momento da história nacional, sendo utilizada para representar interesses políticos, estatais ou ideológicos. Em suma, houve uma busca do passado como instrumento de reflexão sobre a atualidade. Mesmo tendo sido escrito há mais de dez anos, a autora faz uma afirmação que segue pertinente: “[há] a existência de uma obsessão pela memória nos dias atuais. Estaria ocorrendo uma musealização do mundo, ao mesmo tempo que a memória se torna uma mercadoria em circulação nos meios de comunicação de massa” (FERREIRA, 2006, p 14).

A partir das impressões levantadas anteriormente e do contexto em que o projeto desta pesquisa foi desenvolvido, em 2016, quando os debates acerca do processo de impeachment de Dilma Rousseff reascenderam a imagem de Leonel Brizola no imaginário popular, a presente tese desenvolveu-se a partir de duas hipóteses:

- A imagem de Leonel Brizola estava presente na política brasileira através dos usos políticos empregados por seus herdeiros políticos e nos atos rememorativos/comemorativos de eventos históricos nos quais Brizola teve participação, como a Campanha da Legalidade e o Golpe de 1964;

- Com base nas citações à Leonel Brizola nas campanhas eleitorais de seus netos e no debate gerado em torno do processo de impeachment de Dilma Rousseff, sua imagem seria retomada como democrático, polêmico e fiel aos seus ideais.

Todavia, o desenvolvimento de uma pesquisa, principalmente no doutorado, que implica dedicação por longo período está sujeita a imprevistos e mudanças, sejam elas de cunho pessoais ou profissionais. No meu caso, o projeto inicial passou por reformulações, as quais implicaram no desenvolvimento do trabalho, pois ele foi pensado originalmente em outro formato. Inicialmente pretendia-se reconstruir as transformações memorialistas sobre Brizola, na literatura histórica e nos eventos de rememorações mencionados. Além de identificar qual memória e/ou imagem do pedetista foi utilizada nas campanhas eleitorais de seus herdeiros políticos. Em função de serem objetivos distintos e complexos, não sendo viável avançar em ambas análises no período da tese, optou-se por excluir os usos políticos de sua imagem. Entretanto o olhar para as fontes sem a premissa dos usos e apenas da construção – a qual se verificou que foi abaixo do esperado – apresentou-se bastante dificultoso.

Para essa pesquisa utilizei a imprensa como principal fonte, são elas: periódicos *Zero Hora*, *Correio do Povo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. A escolha por jornais do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro ocorreu em função de serem os estados onde Brizola atuou politicamente. Ao trabalhar com a imprensa parte-se do pressuposto primordial que há diferenças editoriais que refletem nas construções do presente de episódios ocorrido no passado, especificamente sobre o capítulo II e III. Portanto, não é possível entender os veículos de comunicação ora observados como um agrupamento homogêneo.

A partir dos anos 1950, a grande mídia brasileira passou a adotar, via de regra, o modelo estadunidense de jornalismo, que preconizava a objetividade, com caráter mais informativo e a separação de fatos e comentários. Os jornais brasileiros de hoje, em tese, não se vinculam declaradamente a partidos políticos ou a grupos sociais (ARÊAS, 2012, p. 38). No caso do nosso objetivo de estudo, que não se trata necessariamente de uma notícia atual, mas a repercussão de eventos do passado (mesmo que de um passado recente), ocasionou, de certo modo a “autorização” da imprensa para emitir opiniões sobre esses acontecimentos.

O jornal *Correio do Povo* (CP), um dos mais tradicionais e antigos de Porto Alegre, no passado pertencente ao grupo Caldas Júnior, foi fundado em 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior, e atualmente compõe a Rede Record, do bispo Edir Macedo da Igreja Universal. Nos anos 1950 o conglomerado dos jornais do empresário Caldas Júnior chegou a ocupar a sétima maior empresa do ramo de jornalismo em todo o país (CERBARO, 2019, p. 60).

Já *Zero Hora (ZH)* tem uma história mais recente, se comparado com os outros periódicos, mas também com amplo destaque de circulação e influência na formação da opinião pública. Em 1964, Maurício Sirotsky Sobrinho, empresário no ramo de telecomunicações, tornou-se sócio-diretor do jornal dando origem a um conglomerado de comunicação, formado por jornal, rádio e televisão no Rio Grande do Sul. *Zero Hora* foi fundada depois que o jornal *Última Hora* foi fechado logo após o golpe que derrubou João Goulart. Em síntese:

Zero Hora é um veículo mantido pelo Grupo RBS e reconhecido por ser “o maior jornal do Rio Grande do Sul”, devido a sua estrutura e a sua longevidade (sua fundação data de 1964). O Grupo RBS “forma o maior grupo do setor de comunicações do país, fora do Eixo Rio-São Paulo”, sendo vinculado, em escala nacional, à Rede Globo de Comunicações. Atualmente, o Grupo RBS é líder na área de comunicação dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, contando com mídias em diversos formatos: rádio, televisão, jornal e plataformas digitais (TEIXEIRA; FERNANDES, SILVA, 2020, p. 170).

Quanto à imprensa do centro do país, *O Globo*, fundado no Rio de Janeiro, por Irineu Marinho, em 1925, é um dos mais antigos e tradicionais jornais impressos do país, que posteriormente compunha as Organizações Globo. Ao longo da sua história apresentou uma postura mais conservadora (ARÊAS, 2012, p. 62-63). É sabido sua posição favorável ao Golpe de 1964 e as adversidades com Leonel Brizola, principalmente quando este esteve à frente do governo estadual fluminense. Durante a campanha presidencial de 1989, Brizola criticou a monopolização dos meios de comunicação e a Rede Globo chegando a declarar que, se eleito, questionaria o monopólio da empresa (AGUIAR, 1991, p. 142-143). Nas últimas décadas, segundo João Arêas (2012, p. 327) “o jornal foi um ‘partido’ das frações das classes dominantes interessadas na adoção das políticas neoliberais e das privatizações, difundindo visões de mundo convenientes à agenda privatista”.

O Jornal do Brasil (JB), especialmente nos anos 1960, era um dos periódicos de maior prestígio intelectual daquele período a partir da modernização de seu editorial (AMADO, 2008, p. 68). Fundado em 1891, por Rodolfo Sousa e Joaquim Nabuco, após passar por alguns proprietários, foi comprado pelo empresário Ernesto Pereira, que reformulou o jornal buscando um novo público. Com sua morte, o jornal passou às mãos de sua esposa que contou com o apoio de Jânio de Freitas para manter a publicação e expandir a tiragem. Sob a gestão de Alberto Dines, o jornal especializou-se na cobertura de temas políticos, economia e esportes (AMADO, 2008, p. 88). Após um período de declínio entre as décadas de 1980 e 1990, acabou encerrando suas atividades impressas em 2010, mas antes com uma tentativa, malsucedida, de promover o jornal em plataforma digital.

Para Herkenhoff (2010, p. 78), o *JB* não teve tempo de se tornar jornal-empresa, pois era um jornal de família. Sua decadência financeira foi da mesma espécie que vitimou outros grandes jornais de família no Rio de Janeiro, como o *Diário de Notícias*, *O Jornal*, *A Noite*, *Diário Carioca* e *Correio da Manhã*. A adoção da versão digital foi mais uma saída financeira do que um passo na tentativa de adentrar num mercado digital dos meios de comunicação, ademais jornalistas, leitores e pesquisadores, não reconhecem o *JB* no *JB* on-line, nem veem nele uma continuação do jornal. O *Jornal do Brasil* foi dado como encerrado ao fim da circulação em papel, e depois retornou em 2018, mesmo que tenha permanecido no ar ininterruptamente na versão on-line (VIEIRA, 2019, p. 163). Pelo periódico ter encerrado sua versão física em 2010, o *Jornal do Brasil* foi utilizado apenas no primeiro capítulo.

Assim, pautei a observação a partir de reflexões já realizadas sobre a relação História e Imprensa. Sônia Meneses (2012, p. 38) chama a atenção para o destaque dos meios de comunicação social na atualidade, incorporando um novo aspecto que dialoga adequadamente com nosso tema:

A mídia atua na elaboração, tanto de acontecimentos emblemáticos, como de um tipo específico de conhecimento histórico a partir de narrativas que operam com categorias temporais na fundação de sentidos históricos destacando, especialmente, a relação entre três dimensões fundamentais: a mídia, a memória e a história.

Para a autora há a elaboração de uma escrita da história de forma sistematizada fora do próprio campo da ciência histórica através dos meios de comunicação, o que ela chama de *operação midiográfica*, que, por sua vez, se organiza em dois momentos: a escritura de eventos na cena pública e a inscrição memorável de acontecimentos na duração (MENESES, 2012, p. 28).

Jean-Noël Jeanneney (1996, p. 224) também trabalhou a relação da imprensa com a política e afirma que “o estudo das relações de poder, conflitantes ou convergentes, entre os meios de comunicação e o Estado, entre os meios de comunicação e a nação como um todo, não deve se furtar a considerar as instituições de comunicação em si mesmas”. O autor ainda retrata a influência do espectro político sobre a imprensa, o que nesta pesquisa torna-se pertinente:

Se alguém alegar que isso foge ao político *stricto sensu*, eu retrucaria, a partir da minha experiência, que sempre se esbarra no político, de uma maneira ou de outra, no interior desses estabelecimentos, porque na vida cotidiana de um jornal, de um rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país. Com todas as deformações que se queira, vê-se aí resumido, reunido, com relevos acentuados, o jogo que é jogado no mundo político (JEANNENEY, 1996, p. 224).

Ainda sobre esta temática, Jeanneney, trouxe à tona o questionamento sobre a influência da mídia sobre a opinião pública e quais são os meios de que dispõe o Estado, os governantes, os partidos políticos e os grupos de pressão para incidir sobre a imprensa escrita, falada ou televisiva; assim, afirma que a imprensa desempenha um papel na evolução dos comportamentos políticos.

Devemos ainda refletir sobre o que torna um fato noticiável, sobretudo no que se refere ao primeiro capítulo desta tese, o qual irá abordar a repercussão da morte de Leonel Brizola, ou seja, quais motivos levaram a imprensa escolhida a dar destaque a este fato. Nesse sentido, ao pensar sobre a definição de notícia ela se apresenta com diversas interpretações de acordo com linhas teóricas distintas. Para o público leigo a notícia vinculada na imprensa trata-se da informação na sua forma “crua”, todavia aprendemos que a notícia tal como chega a seu destinatário – o qual é previamente estudado - requer uma série de critérios, escolhas e insere-se em seu contexto de produção. De forma resumida e simplificada, podemos compreender que esse processo de construção da notícia - que se baseiam em escolhas, sejam elas conscientes ou “naturais” – obedecem a um formato baseado em critérios de noticiabilidade.

Entendemos que o acontecimento antecede a notícia e que essa, por sua vez, trata-se de uma construção da realidade social. De forma clara e sucinta, Alsina (1989, p. 91) explica a diferença entre acontecimento e notícia: “el acontecimiento es un mensaje recibido, mientras que la noticia es un mensaje emitido”. Ao defender essa definição de notícia o autor se opõe a visões tradicionais do que seria notícia. Essas interpretações apontam a notícia como um “fato verdadeiro”, entretanto Alsina (1989, p. 182) questiona:

¿Qué significa ‘un hecho verdadero’? En primer lugar, la noticia no es un hecho, sino más propriamente la narración de un hecho. En segundo lugar, la veracidad de la noticia es un tema absolutamente cuestionable. Hay noticias falsas, y no por ello dejan de ser noticia. El concepto de noticia no lleva inserto el concepto de verdad.”.

Desse modo, há o processo de transformação do fato em notícia, que se trata essencialmente de uma operação linguística e que para tal fim é preciso a ação de operadores semânticos: os jornalistas (ALSINA, 1989, p. 182).

Traquina (2008) também buscou sua própria definição de valores-notícia, o qual ele divide, inspirado em estudos anteriores, em valores-notícia de seleção e de construção. O primeiro grupo leva em consideração os seguintes critérios: notoriedade, proximidade, relevância, tempo, notabilidade, conflito, infração e “escândalo”. Mas, afinal o que são valores-notícia? Segundo o autor citado, “são um elemento básico da cultura jornalística que os membros desta comunidade interpretativa partilham” (TRAQUINA, 2008, p. 94). E como já

apontamos anteriormente os valores-notícia não são estáticos, podendo mudar de acordo com cada contexto histórico, com a localidade e até mesmo entre empresas distintas de comunicação (TRAQUINA, 2008, p. 95).

Assim como existem critérios para seleção de um acontecimento, há também aqueles que determinam a escolha de uma notícia. Listamos aqui, em síntese, os pontos apresentados por Alsina (*Apud* Galtung e Ruge, 1980, p. 120): frequência, limiar, ausência de ambiguidade, significatividade, consonância, imprevisibilidade, continuidade, composição, valores socioculturais (ALSINA, 1989, p. 111-112). Cabe mencionar que nem sempre são evidentes os critérios de noticiabilidade, embora eles estejam presentes.

Portanto, pautei a observação da imprensa sob a perspectiva de que há um processo de seleção e interpretação de determinados aspectos da realidade (em detrimento de outros), o que traduz, segundo essa perspectiva, a ideia de enquadramento, de construção de uma moldura em torno da realidade, incluindo alguns elementos e excluindo outros - tendo em vista que a totalidade de fenômenos não pode ser abarcada (TEIXEIRA; FERNANDES, SILVA, 2020, p. 170).

Um dos conceitos basilares do trabalho é o de memória, notadamente um conceito muito abordado nos últimos anos, inserido dentre dos usos públicos do passado. Julguei mais adequado ao tema as interpretações já tradicionais de Maurice Halbwachs, em sua obra *A memória coletiva* (1990), onde o autor define a memória como um fenômeno social, uma reconstrução do passado a partir dos quadros sociais do presente, passível de uma construção conjunta, a chamada memória coletiva, a qual é formulada por pontos em comum desde as nossas percepções aos dos nossos pares. De outra forma:

La memoria, es la condición indispensable de la permanencia de un sistema de comportamientos, valores o creencias en un mundo que cambia por definición. Ahora bien, la memoria colectiva también cambia. Sus procesos, enunciados, funciones evolucionan como cualquier fenómeno social (ROUSSO, 2012, p. 4).

Como já apontado, a memória referente à Brizola passou por alterações ainda enquanto ele estava vivo. O autor Enzo Traverso (2012, p. 28), ao refletir sobre a ancoragem profunda da memória coletiva no presente, com suas mutações e regressões paradoxais, afirma que memória:

[...] conjuga-se sempre no presente, que determina as suas modalidades: a sucessão de acontecimentos de que se devem guardar recordações (e de testemunhas a escutar), a sua interpretação, as suas 'lições', etc. Ela transforma-se em questão política e toma a forma de uma injunção ética – o 'dever da memória'.

A utilização do brizolismo pode ser inserida no enquadramento da memória proposto por Pollak (1989), através do uso da memória política. Identificamos duas *frentes* dessa utilização do passado. A primeira, a de Brizola como o “bom político”, sem manchas na sua trajetória, porém audacioso e de perfil combativo. A segunda, a de Brizola legalista, defensor da democracia²⁸. Assim, afirma Grill:

A ativação do passado é, assim, obra de múltiplos agentes e instituições que estabelecem simultaneamente quadros de referência e um trabalho de enquadramento. Os quadros de referência são os sentidos a serem disputados e sobre os quais se alicerça o “passado comum”, definindo as fronteiras sociais e políticas que circunscrevem os postulantes à herança (GRILL, 2005, p. 526).

A construção da memória se dá por diversas formas, uma delas é o ato de rememorar/comemorar, como nos aniversários da Campanha da Legalidade e do Golpe de 1964 utilizados como recortes analíticos para esta pesquisa. As retomadas de eventos do passado são mecanismos que operam de alguma forma na estabilização ou reformulação de nossas memórias, sobretudo memórias coletivas, e por isso são elementos centrais na construção de identidades (RODRIGUES, 2014, p. 133-134). Os atos de rememorar e comemorar, segundo Paul Ricoeur (1990), são processos distintos. Enquanto rememorar trata-se de um processo individual, comemorar parte de um trabalho de construção de uma memória coletiva.

Sobre as construções simbólicas da imagem, Moraes (1994, p. 28) afirma que o imaginário se constrói a partir do “conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetiva de uma cultura”, encontrando, portanto, as impressões que os agentes sociais pensam sobre si e sobre a coletividade. Desse modo, como conclui Gouvêa e Motta (2014, p. 51): “é por meio do imaginário que se formam as diversas imagens e que se partilham valores que caracterizam o modo específico e particular de uma dada sociedade. [...] E que se formam as representações sociais”.

Maria Helena Rolim Capelato nos apresenta uma parcela da discussão acerca da historiografia brasileira que tem demonstrado uma preocupação com os aspectos políticos da história. Segundo ela, o interesse pelo tema deve-se às mudanças históricas dos últimos anos, no plano internacional e nacional, onde se identifica a mudança de eixo do tema *revolução* para *democracia*. Portanto, para a autora:

²⁸ Acentuando-se com a crise política do governo Rousseff, especialmente a partir de dezembro de 2015, quando ocorreu o encontro de lideranças partidárias no entorno da estátua de Brizola em Porto Alegre (já mencionado), foi possível identificar um padrão – ainda que superficial - de menções ao trabalhista referenciando-o como um defensor do Estado Democrático de Direito, de perfil combativo e audacioso, características essenciais para enfrentar a crise política.

O tema da participação política é chave para a compreensão da história brasileira. Visto pela perspectiva da longa duração, pode contribuir para esclarecer muitas outras coordenadas dessa história, permitindo melhor compreensão da cultura política do passado para poder construir algo novo no presente (CAPELATO, 1996, p. 165).

Como o recorte temporal está amparado no presente, fez-se necessário a utilização do aparato metodológico da História do Tempo Presente (HTP), que por sua vez, trata-se de uma vertente da História Política. Rémond (2003, p. 22) aponta sobre a relação entre História Política e Tempo Presente:

A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem.

Quando pensamos em Tempo Presente, surge a noção de tempo inconcluso. Nessa perspectiva a pesquisa enquadra-se perfeitamente nesta corrente, pois abordamos a construção da memória de acordo com as necessidades do presente. Desse modo, a memória sobre Brizola, e os usos dela, pode transformar-se, futuramente, de outro modo, até o passado registrado muda à luz da história subsequente (HOBSBAWM, 2013, p. 324).

Outro ponto relevante acerca do Tempo Presente refere-se ao que o historiador britânico Eric Hobsbawm (2013, p. 316) definiu como a “história do nosso próprio tempo”, aquela em que uma experiência individual de vida também seja experiência coletiva. Quando escrevemos a história do “nosso próprio tempo” assumimos um dever ainda maior com a busca da isenção - embora se possa afirmar que toda história é história contemporânea disfarçada (HOBSBAWM, 2013, p. 315).

Ademais, uma das dificuldades ao trabalhar com HTP está relacionada com a construção de uma base explicativa que pode ser provisória, por se tratar de processos inconclusos. Visando superar essa dificuldade, Padrós (2004, p. 203) propõe:

Desse modo, responde-se, legitimamente, a uma primeira demanda sobre o assunto em questão. Para tanto, deve-se ressaltar o papel que cumpre a utilização de uma perspectiva global e lógica da história (processo histórico). Isso é fundamental, pois é a partir de uma base analítica que se pode apreender a histórica como processo e não como fragmentação desarticulada.

Por último, no que ainda tange o debate sobre a construção do conhecimento histórico no Tempo Presente, Padrós abordou dois outros pontos fundamentais que dialogam, sobremaneira, com esta pesquisa e seu processo de construção. O primeiro deles é a objetividade na escrita da história:

Uma história objetiva não anula o sujeito, mas estabelece com ele uma relação de equilíbrio através de mecanismos de controle e aferição mencionados [recursos metodológicos e conceituais adequados], que garantam a legitimidade do que seja produzido como conhecimento (científico) (PADRÓS, 2004, p. 210).

O segundo ponto refere-se à utilização dos resultados da pesquisa, afinal, na prática, todo o discurso histórico pode virar objeto de instrumentalizações política, social ou cultural, por exemplo. O que não pode ser confundido com o objetivo científico da pesquisa é a instrumentalização dos seus resultados motivados por critérios político-ideológicos, porque o resultado final do trabalho do historiador, ao ser socializado, escapa do seu controle (PADRÓS, 2004, p. 210).

Após essa apresentação teórica-metodológica, enuncio a organização da tese, que está dividida em três capítulos. No primeiro analisamos a repercussão da morte de Leonel Brizola na imprensa e a construção da sua imagem naquele momento. Brizola morreu em 21 de junho de 2004, no Rio de Janeiro, e nos últimos anos, apesar de manter-se ativo na política como presidente do PDT, apresentava nos últimos anos uma sequência de derrotas eleitorais, desse modo a extensão cobertura de seu funeral foi algo notável.

No segundo capítulo foi analisado a construção da imagem de Leonel Brizola durante as comemorações dos 50 anos da Campanha da Legalidade, em 2011. Na época uma série de festividades, reportagens na imprensa e de eventos acadêmicos retomou esse episódio histórico que ocorreu principalmente no Rio Grande do Sul tendo à frente a figura de Brizola. Concerne ressaltar que no cinquentenário da Legalidade o governo estadual estava nas mãos do Partido dos Trabalhadores. Grande parte das comemorações que ocorreram foram de responsabilidade da administração estadual, o que corrobora a afirmação do *Movimento Brizola Vive*: ele não fora um líder de um só partido, mas de certa forma, a defesa de causas populares o colocavam como uma liderança que tinha trânsito junto a setores mais à esquerda do próprio PTB/PDT.

Por fim, no terceiro capítulo, a construção da memória de Leonel Brizola nos 40 e 50 anos do Golpe de 1964 foi analisada, respectivamente em 2004 e 2014. As atividades envolvendo o resgate da história e das memórias do Golpe de 1964 marcaram um momento de lembranças acerca do ex-governador, não com a mesma intensidade e homogeneidade que durante 2011, mas de modo significativo. Nesse sentido e de forma muito simbólica houve a inauguração da sua estátua em local privilegiado da política sul-rio-grandense: ao lado do Palácio Piratini²⁹. Bem como, em dezembro de 2015, o nome de Leonel Brizola foi incluído no

²⁹ A inauguração ocorreu em 22/01/2014, no dia do aniversário de Brizola. Fonte: Jornal Zero Hora. Link: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/01/estatua-de-leonel-brizola-e-inaugurada-em-porto-alegre-4396843.html>. Acesso em 20/08/2016.

Livro dos Heróis da Pátria, “que homenageia brasileiros que se destacaram na defesa e construção da história nacional”³⁰. A lei³¹ foi aprovada pelo Senado e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff, que iniciou sua carreira político-partidária no PDT.

³⁰ Fonte: “Dilma inclui Leonel Brizola no Livro dos Heróis da Pátria”, Agência Brasil, em 29/12/2015. Link: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/dilma-inclui-leonel-brizola-no-livro-dos-herois-da-patria>. Acessado em: 20/08/2016.

³¹ Lei nº 13.229, de 28 de dezembro de 2015. “Inscreve o nome de Leonel de Moura Brizola no Livro dos Heróis da Pátria e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007”. Fonte: Diário Oficial da União de 29/12/2015. Link: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=29/12/2015>

1 O ADEUS A LEONEL BRIZOLA

“Controverso é um dos adjetivos que se pode aplicar a Brizola, mas certamente não é o mais importante. O mais importante é carismático”.

*Moacyr Scliar sobre Leonel Brizola
Zero Hora, junho de 2004*

Enquanto escrevo este capítulo, vivemos um dos momentos mais difíceis da história recente no Brasil: pandemia, crise econômica, desemprego, instabilidade política, denúncias de corrupção, reformas que atacam os trabalhadores e, finalmente, a ascensão da extrema direita ao poder. Ao ler as fontes produzidas em 2004, ano da morte de Leonel Brizola, os periódicos passaram a sensação de um momento de instabilidade, com muitas críticas ao governo petista. Não obstante, no início da década de 2021, o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva pode ser entendido como um bom momento da história política brasileira contemporânea em função do crescimento econômico do período e do avanço em pautas sociais, por exemplo, principalmente se colocado em perspectiva com a atualidade.

Quando Brizola morreu foi alçado como figura ímpar – lembrando que a morte quase sempre é generosa com o falecido. Porém, cabe mensurar que o modo que o pedetista foi retratado em 2004, principalmente na imprensa fluminense, foi uma contrapartida ao governo Lula, que recebia duras críticas da mídia naquela conjuntura. Brizola e o presidente estavam rompidos, o PDT, embora tivesse apoiado a candidatura petista, partiu para a oposição logo após o primeiro ano de governo. Afagar Brizola era criticar Lula. Curioso essa viagem no tempo que a pesquisa histórica nos proporciona para observar os caminhos tortuosos da memória coletiva.

Tais jogos da memória nos instigaram a olhar para a cobertura da morte de Leonel Brizola, em 21 de junho de 2004, e analisar qual imagem foi construída naquele momento e indagar se ela perdura ou foi resignificada na primeira década após sua morte. Aquele que no passado tinha sido uma máquina eleitoral, desde de 1994 acumulava derrotas consecutivas nas urnas, a ponto de uma geração nascida no final dos anos 1980 e na década de 1990 o conhecer apenas sob esse prisma. A pesar disso, como apontou Rodrigues (2008, p. 88):

A morte do líder pedetista em 2004, no entanto, pareceu reverter a “morte política” de Brizola e do brizolismo, recebendo da imprensa um destaque que não era visto desde

quando deixara o governo do estado, 1994 [no Rio de Janeiro]. A morte fez com que não só os grandes veículos de comunicação, mas grandes jornalistas, como Alberto Dines, Villas-Bôas Corrêa, Caco Barcellos, Clóvis Rossi ou Carlos Heitor Cony, lhe rendessem homenagem.

Ângela de Castro de Gomes, asseverou que o funeral do ex-governador foi marcado para além de homenagens de apreço, por certo saudosismo de um passado político, representado na imagem de Brizola. Para a autora, ele foi lembrado no momento da sua morte, prioritariamente, como defensor dos valores democráticos, embora referências ao seu perfil autoritário também tenham sido mencionadas (GOMES, 2004, p. 12).

Momentos de despedida de grandes personalidades são marcados por memórias da trajetória, por vezes cristalizando interpretações laudatórias. Há, de certo modo, uma construção da memória do morto, passível de alterações no futuro. Ana Lucia Enne (2004, p. 113), ao analisar a relação da memória na constituição de identidades, defendeu que a mídia é o lugar central desse processo, pois ela se apresenta como a principal formadora de opinião na sociedade contemporânea. A autora atribui essa capacidade formativa de opinião ao discurso jornalístico por requerer o papel de remissor da verdade e testemunho do fato. No entanto, o que acontece é uma apropriação do fato em si através de estratégias enunciativas, isto é: “os discursos são formulados não só a partir do sujeito que fala, mas também da interação com o sujeito que recebe ou que se supõe que receberá” (ENNE, 2004, p. 115).

Sobre a trajetória política de Brizola no Rio de Janeiro, ela iniciou-se em 1962, quando elegeu-se deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, atual capital fluminense. A mudança de local político naquele contexto visava consolidar sua projeção nacional para posteriormente candidatar-se à presidência da República, mas o golpe de 1964 impediu seus planos. Todavia, ao voltar do exílio optou por permanecer no centro do país e retomar seu antigo desejo. Foi governador por dois mandatos e suas passagens marcaram época. É reconhecido por seus investimentos na educação, pela criação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), a construção do Sambódromo – um marco na capital, e também por sua política controversa de segurança pública que, segundo algumas interpretações, possibilitou a expansão do tráfico de drogas. Por essas ambiguidades, o Brizola *carrioca* é amado e odiado pelo estado em que escolheu viver.

Os periódicos analisados noticiaram o funeral de 22 a 26 de junho de 2004, exceto *Zero Hora* que estendeu a cobertura até 27 de junho. O *Jornal do Brasil* cobriu a morte de Brizola de 22 a 25 de junho de 2004. A edição com maior repercussão foi a do dia 23 de junho que contou com mais de sete páginas de cobertura, dentre reportagens, históricos sobre sua vida,

colunas e o editorial. Três edições trouxeram na capa chamadas para o ocorrido: 22, 23 e 24 de junho, demarcando a atenção do periódico ao ocorrido. Abaixo a reprodução de uma dessas capas:



Jornal do Brasil, 23 de junho de 2004, capa.

O jornal *O Globo* também fez extensa cobertura da morte de Brizola, aquele que era um dos principais críticos das Organizações Globo, que travou embates de grande repercussão, tais como o impasse da cobertura do carnaval do Rio de Janeiro em 1984³² e o direito de resposta lido ao vivo por Cid Moreira no *Jornal Nacional*, em 15 de março de 1994, durante seu segundo

³² Nesse ano foi inaugurado o Sambódromo, Brizola e a Globo não mantinham boa relação desde as eleições em decorrência do caso Proconsult (suspeita de fraude eleitoral em 1982 que quase impediu sua posse no governo do estado). “Conforme ocorriam as negociações de direitos de transmissão, houve atritos entre a Globo, na pessoa de seu superintendente, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, e o vice-governador Darcy Ribeiro, homem forte do governo estadual e um dos pais do Sambódromo. Com efeito, tanto assim que o local desde 1987 leva seu nome. A Globo discordava da proposta de cálculo de pontos para definir a escola campeã e de aspectos como a Praça da Apoteose, pelo absurdo que ela representaria se utilizada como proposto. Darcy a havia imaginado como um local no qual as escolas, após desfilar, fariam uma espécie de giro e passariam por dentro de si mesmas. Imagine centenas de pessoas devidamente ornamentadas, carros alegóricos, instrumentos musicais e tudo mais fazendo isso. Além disso, questões internas de produção, como equipamento comprometido com a produção de outras atrações, espaços comerciais já vendidos para uma grade que não considerou os desfiles quando negociada e a percepção de que o investimento no Carnaval daquele ano poderia não compensar. Pela quantia de 210 milhões de cruzeiros, a Manchete teve para si os desfiles de 1984 com exclusividade. Houve boatos na época de que a Globo na última hora tentou dividir a transmissão, mas foi tarde demais”. Fonte: Site *Observatório da Televisão*. Link: <https://observatoriodatv.bol.uol.com.br/noticias/2019/03/1984-35-anos-do-carnaval-no-qual-a-manchete-desbancou-a-globo> Acesso em 08/01/2020.

mandato como governador do Rio de Janeiro³³. O funeral recebeu destaque de capa em 3 edições: nos dias 22, 23 e 24 de junho. No dia 23 foi publicado um caderno especial com 8 páginas sobre a trajetória de Brizola e a repercussão de sua morte. Abaixo a capa desse caderno especial:



O Globo, 23 de junho de 2004, capa. Caderno Especial.

No *Correio do Povo* há notícias sobre o funeral de Leonel Brizola do dia 22 a 26 de junho, um editorial destinado ao assunto e reportagens especiais. A notícia foi chamada de capa nas edições de 22, 23, 24 e 25 de junho e o maior volume de reportagens ocorreu na edição do dia 24, com nove páginas. Abaixo a reprodução da capa dessa edição:

³³ Para ver: https://www.youtube.com/watch?v=DA3ZVeWwiwk&ab_channel=CanalBras%C3%ADlico. Acesso em 10/02/2021.



Correio do Povo, 24 de junho de 2004, capa.

Por fim, o jornal *Zero Hora*, tradicional no Rio Grande do Sul, e que tem o hábito de destacar personalidades sul-rio-grandenses ou fatos que envolvam o estado, era esperado que fizesse uma vasta cobertura sobre a morte de uma de suas principais lideranças políticas, mesmo ele tendo escolhido viver no Rio de Janeiro após sua volta do exílio. Foram várias edições e páginas destinadas ao assunto, destaque de capa em 5 edições, um editorial, reportagens especiais e cobertura do velório no Rio de Janeiro, Porto Alegre e em São Borja. Segue reprodução das capas:



Montagem das edições de Zero Hora de 22 a 27 de junho de 2004.

Desse modo, o capítulo está organizado em três subcapítulos. Identifiquei no primeiro subcapítulo, *O modo de fazer política*, temas em comum nas quatro publicações relacionadas ao modo de Leonel Brizola fazer política, como *polêmico* e *centralizador*; tal qual, a transformação mítica do seu legado no imaginário coletivo. No segundo subcapítulo, *A repercussão na despedida*, abordei a repercussão da sua morte pela imprensa que destacou a hostilidade ao ex-presidente Lula da Silva; as variadas opiniões sobre Brizola, a maioria delas de políticos; e sua conturbada relação com a imprensa. Por fim, no terceiro e último subcapítulo, *O gaúcho Leonel Brizola*, há a problemática de temas abordados com maior evidência nos periódicos do Rio Grande do Sul, embora não de forma exclusiva, sobre Brizola ser o último líder trabalhista da política brasileira e sua administração no governo do estado.

1.1 O MODO DE FAZER POLÍTICA

Um dos eixos mais proeminentes na cobertura da morte de Leonel Brizola foi a forma como ele fazia política: “um dos últimos remanescentes de uma era política [...] polêmico, de uma rara coerência ideológica”³⁴; e como utilizou essa forma política internamente no PDT: “com sua morte, o PDT, partido que fundou e presidia, tem o futuro ameaçado. Centralizador, Brizola não fez sucessores na legenda”³⁵. Estas declarações apontam para uma hipótese segundo a qual essa postura o alijou de alcançar seu maior desejo: o de se tornar presidente da República. De fato, a análise das fontes mostrou que o tema foi constante, descrevendo a presidência da República como um sonho não realizado e uma das suas grandes frustrações, como ficou evidente no *Jornal do Brasil* de 22 de junho, com a seguinte chamada: “Brizola por duas vezes governou o Rio de Janeiro e morreu sem realizar o seu maior sonho: ocupar o Palácio do Planalto”³⁶.

Com relação a forma de fazer política, Elio Gaspari, colunista d’*O Globo*, defendeu que ela estava atrelada a um período histórico e, assim como, Dom Pedro II encerrou o século XIX com sua morte, Brizola também o fez com o século XX. Ambos derradeiros depositários dos sonhos, dos pesadelos e das desgraças que fizeram a história de seus tempos: “Mortos, fecharam

³⁴ “Leonel Brizola, o último líder trabalhista”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 2004, p. A10.

³⁵ “Leonel Brizola, o último líder trabalhista”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 2004, p. A10.

³⁶ “Leonel Brizola, o último líder trabalhista”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 2004, p. A10.

a cena, mesmo depois de terem deixado de ser protagonistas”³⁷. Porém, o pedetista deixou uma pequena herança ao século XXI: o brizolismo. Nesse subcapítulo, portanto, apresentarei como as fontes traçaram o perfil político de Leonel Brizola.

1.1.1 POLÊMICO E CENTRALIZADOR, O POLÍTICO LEONEL BRIZOLA

Leonel Brizola, segundo *O Globo*, era centralizador e personalista, aquele que ninguém conseguia ficar indiferente, seja para amar ou para odiar, assim como um dia foi Getúlio Vargas, não por acaso sua fonte de inspiração na política³⁸. Essas características personalista e centralizadora, que o colocou em diversas polêmicas, nasceu junto com o PDT, herança da sua tradição trabalhista petebista:

No início dos anos oitenta, do PTB nascia o PDT. Transitando entre antigas e novas tradições, as “virtudes” eram incorporadas ao projeto renovador. Quanto aos “vícios”, poucas reflexões sobre as suas origens e razões, mas muitas promessas de não mais repeti-los. Eles haviam ficado para trás com o “velho PTB”. O que importava era o Novo Trabalhismo (COSTA, 2009, p. 266).

O partido era Brizola e quando tal prática era questionada, a resposta era a saída da agremiação. Talvez esse tenha sido o traço mais resistente do antigo trabalhismo, principalmente relacionado a seu presidente: “o PDT continuava reproduzindo o tipo de liderança carismática tão marcante na história do PTB” (COSTA, 2009, p. 280). A estratégia de contar essencialmente com o carisma de Brizola o levou a perdas, para Costa (2004, p. 4):

O Novo Trabalhismo [referindo-se ao PDT] perdeu o projeto nacional de socialismo em 1989 não apenas para Lula (um problema maior que o PT), mas devido também a sua falta organizacional partidária. Contaram apenas com o carisma de Brizola e isso não foi suficiente.

No entanto, para a colunista Helena Chagas d’*Globo*, a política perdia um pouco da graça sem a presença carismática e a oratória de Brizola nos palanques que remetia a uma forma de política muito dependente desse formato, o qual o pedetista dominava muito bem: “a política perde um pouco da graça – e até da ingenuidade - dos tempos em que uma boa tirada, uma troca de farpas, um bate-bocas ainda faziam diferença. Hoje, com a pasteurização do debate político,

³⁷ “Com Brizola, acaba-se o século XX”, *Correio do Povo*, 23 de junho de 2004, p. 2.

³⁸ “Herdeiro de Getúlio e parceiro de Jango”, *O Globo*, 22 de junho de 2004, p. 8A.

isso anda cada vez mais raro”³⁹. Nesse mesmo tom nostálgico, Armando Burd, na coluna Panorama Político do *Correio do Povo*⁴⁰, caracterizou Brizola de rebelde numa perspectiva positiva, como aquele que sempre lutou “para defender o que acreditava”. Também destacou a frustração de não chegar à presidência e que por manter-se fiel aos seus ideais foi considerado por muitos um “dinossauro”. Sobre a oratória de Brizola afirmou que lhe bastava um microfone para derrotar os adversários⁴¹.

Dentre os adversários com quem protagonizou disputas memoráveis está Carlos Lacerda. Esse embate foi destaque no *Jornal do Brasil* que dedicou uma reportagem ao tema: “A hora do adeus. Brizolistas e lacerdistas, tempos de paixão”⁴². A chamada da reportagem remete a um tempo da política movida por emoções, ao utilizar a expressão *paixão*, tanto Lacerda como Brizola eram expoentes dessa geração. Para o jornal, enquanto o primeiro era melhor orador, o segundo era o mais carismático e com seus debates galvanizaram a cidade e o país⁴³. Nessa reportagem há menção aos *Grupos de Onze* definidos como uma mini organização informal civil de auto defesa que, aparentemente, tinha como objetivo ficar atenta e organizar a população para a iminência de um golpe⁴⁴. A menção à relação entre Leonel Brizola e Carlos Lacerda era esperado, afinal o udenista marcou a política fluminense e as disputas entre os dois sempre geraram muita repercussão.

Em 2002, quando foi candidato ao Senado, Brizola deu longa entrevista a *O Globo*, retomada durante o funeral. Naquela ocasião, o jornal declarou que apesar da rigidez com os adversários era um homem “gentil, afável e educado”⁴⁵. Durante a entrevista o pedetista alertou para a inserção das igrejas evangélicas na política fluminense, especialmente contra Marcelo Crivella, para quem acabou perdendo uma das vagas ao Senado⁴⁶. Aqui cabe mencionarmos um ponto muito associado ao Brizola: sua capacidade de leitura política. Seu apontamento em 2002, num tom de denúncia segundo *O Globo*, confirmou-se em seguida, haja vista o aumento da ocupação de cargos políticos por pessoas ligadas às igrejas neopentecostais⁴⁷.

³⁹ “Lá vai Brizola, o último líder”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 2. Caderno Especial.

⁴⁰ “O país perde um rebelde”, *Correio do Povo*, 22 de junho de 2004, p. 4.

⁴¹ “As frases e os conceitos”, *Correio do Povo*, 22 de junho de 2004, p. 4.

⁴² “A hora do adeus. Brizolistas e lacerdistas, tempos de paixão”, *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 2004, p. A2.

⁴³ “A hora do adeus. Brizolistas e lacerdistas, tempos de paixão”, *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 2004, p. A2.

⁴⁴ “A hora do adeus. Brizolistas e lacerdistas, tempos de paixão”, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de junho de 2004, p. A2. A menção aos *Grupos de Onze* só foi realizada pelo *JB*. Para saber mais sobre esse assunto ver: BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques. *Comandos nacionalistas no interior do Rio Grande do Sul: notas preliminares*. In: *Historiae*, Rio Grande, 2014, p. 67-86.

⁴⁵ “Leonel Brizola na redação do Globo. Um visitante bem-humorado e afável, mas duro com os adversários”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 6. Caderno Especial.

⁴⁶ Na eleição de 2002 amargou o sexto lugar no pleito ao Senado Federal.

⁴⁷ Sobre este assunto ver: GONÇALVES, Rafael Bruno. *Bancada evangélica? Uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política).

Ao concluir a reportagem, o jornalista Rodolfo Fernandes fez uma observação interessante: “cortês, agradeceu o almoço e a entrevista e foi embora, deixando para trás um tempo de radicalismos que já tinha sido superado por novas práticas políticas no país”⁴⁸. Este aspecto da descrição de Brizola como gentil em contraste com a visão sobre ele como radical é outro indicativo de sua personalidade que emanava sentimentos distintos ou de que talvez seu perfil de atuação política fosse mais incisivo do que no âmbito privado. Ademais, na narrativa construída pelo *O Globo*, Brizola era frequentemente retomado como o político radical, aqui empregado num sentido negativo do termo, mesmo que tenha mudado com o passar dos anos, essa memória viria sempre à tona:

O político Brizola pode ter sido marcado, como protagonista ou vítima, pelos momentos de radicalização que o Brasil viveu no período do pós-guerra e até a redemocratização em 1985⁴⁹.

Ainda sobre esta descrição de sua personalidade como gentil no âmbito privado em contraposição com a forma mais dura de lidar com os adversários, Leite Filho afirmou:

Impulsivo, polêmico, espontâneo e sanguíneo, Brizola tinha, às vezes, dificuldades em dominar o temperamento. A impossibilidade de revidar à altura as críticas e ofensas virulentas que lhes assacavam os adversários, levou-o muitas vezes a ter atitudes pouco polidas. Aquela em que falou da “calcinha” da repórter, no Mato Grosso do Sul, em plena campanha para presidente, em 1989, poderia tê-lo afundado como candidato. Lendo uma pauta de perguntas, adrede preparada e com cunho visivelmente provocativo, ela indagou o intrépido deputado de 1964, na ocasião do Golpe Militar, se havia “fugido de saia”, quando se exilou no Uruguai, em 1964. “Tu me emprestaste a tua calcinha e eu saí com ela” – foi sua resposta à queima-roupa. Brizola, entretanto, não deixou que os jornais explorassem indefinitivamente o episódio, transformado em manchetes em todo o Brasil, em que se destacava o que chamavam de “grosseria” e “desequilíbrio” do “velho caudilho”. No outro dia, depois de os telejornais terem saboreado a gafe, ele despachou uma nota à imprensa, recriminando-se e assumindo sua “descortesia”, e “humildemente”, pedindo desculpas nacionais à jovem jornalista (LEITE FILHO, 2008, p. 20-21).

De fato, seu temperamento intempestivo gerava diversas polêmicas, todavia a observação do jornalista d’*O Globo* da sua ação “gentil, afável e educada” aponta para as ambiguidades de sua personalidade ou apenas as mudanças que a idade pode ter lhe causado.

Universidade Federal de Pelotas: Pelotas, 2011 e BINDE, João Luis. Fé demais não cheira bem: análise do perfil e atuação da Frente Parlamentar Evangélica (2003-2014). Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2018.

⁴⁸ “Leonel Brizola na redação do Globo. Um visitante bem-humorado e afável, mas duro com os adversários”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 6. Caderno Especial.

⁴⁹ “Leonel Brizola na redação do Globo. Um visitante bem-humorado e afável, mas duro com os adversários”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 6. Caderno Especial.

A relação conturbada e polêmica entre Brizola e o Rio Janeiro foi outro ponto de convergência na cobertura de sua morte, sintetizada pelo *O Globo* nessa manchete: “Amor e ódio, por sinal, sempre marcaram a relação de Brizola com o Rio”⁵⁰. Um desses marcos foi o surgimento da *Brizolândia*⁵¹ na Cinelândia, como a expressão do *amor*. Por outro lado, a oposição ao seu modo de lidar com o tráfico de drogas, que para alguns desencadeou em um crescimento desenfreado do crime organizado, pode ser considerada como a expressão do *ódio*. A manchete a seguir é exemplo dessa interpretação: “uma política de segurança equivocada, em que a preocupação com as comunidades carentes se confundiu com a leniência na repressão ao crime”⁵².

Como a formação da Brizolândia é um dos episódios que demonstram o poder de influência de Brizola na política fluminense, especialmente durante a década de 1980, cabe apresentar alguns pontos sobre sua história. Segundo João Trajano Sento-Sé (1999), em seu livro *Brizolismo: estetização da política e carisma*, quando surgiu a Brizolândia tratava-se de uma barraquinha de madeira com imagens de Brizola e sempre com a presença de alguns brizolistas. Localizada próxima a escadaria da Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro, apresentava uma dinâmica anárquica e informal. Seus fundadores pretendiam exercer a conscientização daqueles que pela Cinelândia passavam, num país que recém estava se abrindo para as liberdades políticas, lá em 1982. Pretendiam eles fazer um novo país (SENTO-SÉ, 1999, p. 305). A história da Brizolândia pode ser dividida em dois períodos: de 1982 até 1988, momento de maior mobilização espontânea; e a partir de 1988 até o início da década de 1990 quando houve uma busca pela estruturação e isso levou ao inchaço dos quadros com poucos critérios ideológicos. Trajano Sento-Sé resumiu essa experiência da seguinte forma:

A despeito das fantasias, geralmente negativas, criadas em torno dela, e mesmo que acabe por cair no esquecimento dentro de alguns anos, a Brizolândia foi um movimento popular cuja atuação na vida pública da cidade deverá ficar na memória ao menos daqueles que foram seus contemporâneos (SENTO-SÉ, 1999, p. 304).

Retomando a análise das fontes, a sua descrição dita polêmica foi mencionada no editorial do *Jornal do Brasil*, de 23 de junho, quando reportaram o caráter dissonante das opiniões acerca do pedetista considerando seu perfil de “polemista vocacional”. Para o periódico a fundação do PDT foi o surgimento do brizolismo: “fundou o PDT e assim nasceu o brizolismo”⁵³. Em síntese, um editorial demarcando a importância de Brizola para a política

⁵⁰ “Sambódromo no segundo mandato”, *O Globo*, 22 de junho de 2004, p. 8B.

⁵¹ Ou Movimento Popular da Brizolândia como preferiam ser chamados os integrantes.

⁵² “O homem da metralhadora”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 2.

⁵³ “O guerreiro descansa”, *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 2004, p. A10.

brasileira não renegando suas contradições. Todavia, segundo o *Correio do Povo*, apesar das suas polêmicas e controvérsias durante a vida pública, em sua despedida ficou marcado a presença de políticos e militantes de diversas ideologias, sua despedida uniu bandeiras⁵⁴.

As polêmicas que giravam em torno do nome de Leonel Brizola estiveram muito ligadas as suas premissas centralizadoras dentro do PDT, que levaram à muitas rupturas no partido e que, com sua morte, levantou uma questão muito debatida pelas fontes: quem seria o herdeiro político de Leonel Brizola? Qual rumo o PDT tomaria após a perda da sua principal liderança? *Zero Hora* e *O Globo*⁵⁵ problematizaram essa questão ao reconhecer que as rupturas foram levadas a cabo em função de disputas por espaço dentro do partido: “O reconhecimento dos adversários: líder carismático e contraditório, Brizola rompeu com políticos que tentaram ganhar luz própria dentro do PDT”⁵⁶.

Com o intuito de fundamentar a reportagem, foram listados os diversos episódios de rompimentos, alguns mais distantes no tempo, outros mais recentes, e que trouxeram consequências diretas para o cenário político do Rio de Janeiro, haja vista que ocupantes de cargos no Executivo, estadual ou municipal, tiveram ligação com o PDT, como: o casal Garotinho – Anthony Garotinho e Rosinha Matheus, César Maia, Dante de Oliveira, Marcello Alencar, Moreira Franco, Miro Teixeira e Saturnino Braga. Miguel Arraes e Sereno Chaise, rompimentos históricos da trajetória do pedetista, também foram citados⁵⁷. Ao relembrar o rompimento entre Brizola e Chaise, o *Correio do Povo* afirmou que o ex-governador sempre colocou a política acima da vida pessoal e por isso não foram poucos os desafetos ao longo de sua vida. No caso de Chaise a situação era agravada por serem amigos de longa data e mesmo assim nunca se reconciliaram⁵⁸.

As rupturas políticas ocorreram até mesmo em sua família. O filho mais velho e único a seguir carreira política, José Vicente, rompeu com Brizola em 2000 quando deixou o PDT para ingressar no governo de Olívio Dutra (PT) no Rio Grande do Sul. Entretanto, ao despedir-se do pai afirmou estar arrependido do rompimento e demonstrou interesse em retornar ao partido fundado por Brizola. Durante o funeral declarou: “Ele [Brizola] podia ser autoritário,

⁵⁴ “Despedida une bandeiras”, *Correio do Povo*, 23 de junho de 2004, capa.

⁵⁵ “Ele foi um personagem importante da história”: Lula e Rosinha decretaram luto oficial de três dias e presidente da câmara a votação do salário mínimo”, *O Globo*, 22 de junho de 2004, p. 9.

⁵⁶ “O reconhecimento dos adversários: líder carismático e contraditório, Brizola rompeu com políticos que tentaram ganhar luz própria dentro do PDT”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 15.

⁵⁷ “Não havia espaço para dois líderes nacionais no PDT”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 15.

⁵⁸ “Amigos de 55 anos não se acertam: Brizola rompeu com Sereno Chaise por causa da aliança com PT gaúcho. Nunca mais se falaram”, *Correio do Povo*, 23 de junho de 2004, p. 6.

forte, mas era lúcido”⁵⁹. César Maia⁶⁰, prefeito do Rio de Janeiro em 2004 e ex-pedetista, assim como Anthony Garotinho e Rosinha Matheus, que estiveram presentes no velório no Palácio das Laranjeiras, estavam ensaiando uma reconciliação com o ex-governador, segundo *O Globo*⁶¹. A recorrência dessas tentativas de reaproximações à imagem de Brizola supõe que essas lideranças buscavam se associar ao espólio político do pedetista mesmo sem a certeza de um futuro rentável em termos eleitorais, preferiram arriscar. Tais situações demonstram que o capital político relacionado ao pedetista ainda se apresentava como vantajoso.

Izabel Costa abordou essa característica centralizadora de Brizola que também esteve em suas gestões:

Apesar da redução do clientelismo, a administração brizolista utilizava-se dos métodos comuns no pré-64. Mesmo rompendo com as práticas chaguistas de pura e simples repressão ou de suborno e compra de lideranças, o governador ainda agia como um “caudilho” que acreditava mais em sua capacidade pessoal do que nas massas organizadas em suas entidades, desprezando a estruturação independente do povo (COSTA, 2009, p. 276).

A autora citada trouxe para o debate um conceito importante atribuído a Brizola: *caudilho*. Expressão de origem espanhola, *caudillo*⁶², da época da colonização quando os grandes proprietários rurais pertencentes à elite *criolla*⁶³ detinham poder político e econômico na região. Naquele contexto, os traços principais da liderança caudilha estavam relacionados ao carisma e a força – por vezes violenta – da sua personalidade. Esta forma de liderança esteve ligada à imagem do pedetista ao longo de toda sua trajetória política, o que se comprovou no funeral a julgar pelas diversas vezes em que o conceito foi utilizado para designar o ex-governador.

O conceito, por vezes, é empregado de forma pejorativa associado ao autoritarismo, a violência e ao paternalismo, mesmo tendo já enfrentado um revisionismo⁶⁴ quando passou a ser considerado um processo de construção do poder social e político, em conjunturas históricas

⁵⁹ “José Vicente lamenta por não ter se reconciliado com o pai. Filho mais velho estava rompido com Brizola há quatro anos por divergências políticas”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 4.

⁶⁰ “PDT enfrenta desafio de viver sem chefe”, *Correio do Povo*, 23 de junho de 2004, p. 4.

⁶¹ “Ele foi um personagem importante da história’: Lula e Rosinha decretaram luto oficial de três dias e presidente da câmara a votação do salário mínimo”, *O Globo*, 22 de junho de 2004, p. 9.

⁶² Caudillo – Título dado al jefe de estado español; el que, como cabeza, guia e manda la gente de guerra; jefe de um ejército. Dicionário Enciclopédico Salvat Editores S.A., Barcelona, 1945. Caudillo – jefe y guia, principalmente el de guerra. El Pequeño Larrousse, 2008, SPES, Editorial, Barcelona, 2002 *Apud* LEITE FILHO, 2008, p. 17.

⁶³ Descendentes de espanhóis nascidos na América.

⁶⁴ Para uma discussão aprofundada sobre o debate historiográfico sobre o termo, que não é nosso objetivo no momento, ver: ANDRADE, Gustavo Figueira. A trajetória política do general João Nunes da Silva Tavares (Joca Tavares): família, comunicação e fronteira. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, 2017. Especificamente o capítulo 3.

particulares (Goldman; Salvatore, 1998 *apud* ANDRADE, 2017, p. 119). *Caudilho*, portanto, pode ser entendido como a atuação de lideranças que organizaram a população contra a representação da força colonial. O fenômeno no Rio Grande do Sul - com traços culturais, sociais e geográficos semelhantes à região platina, e justamente em função disso o termo é associado a políticos oriundos do estado, como Brizola – surgiu quando do processo que envolveu a formação e ocupação do que viria a se tornar o estado. Na falta da atuação do poder central, essas lideranças agiam para defender e manter as fronteiras (Uricoechea, 1978 *apud* ANDRADE, 2017, p. 122). Percebeu-se na leitura das fontes que o emprego do termo *caudilho* foi utilizado sob perspectivas distintas. Enquanto na imprensa do Sul do país - mais próxima geograficamente e historicamente com o *caudilhismo* - sua utilização apresentava conotação positiva; nos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* a expressão era utilizada para realçar aspectos negativos da personalidade de Leonel Brizola, como exposto abaixo.

Segundo *O Globo*, Brizola não aceitava a pecha de *caudilho*, talvez por quase sempre ter sido usado de forma pejorativa por seus adversários. Além disso, negava-se a aceitar a fama de “brigão” e de romper frequentemente com aliados: “não é verdade que eu brigo com todos os que ascendem no PDT. Nem todos romperam. Muitos até morreram de velhos e foram comigo até o fim”⁶⁵. Já em *Zero Hora*, na reportagem de Diogo Oliver, na qual o jornalista apresentou um texto ressaltando o carinho do povo com o pedetista, afirmou: “O enterro do último grande caudilho trabalhista revelou-se uma síntese do que foi sua vida”⁶⁶, porque, apesar de destacar as homenagens que recebia de seus correligionários, os mesmos hostilizaram o casal Garotinho, Lula e José Genuíno: “Fora! Aqui só entra PDT”. Isto é, Brizola era polêmico, assim como foram os *caudilhos* do passado, e com sua morte encerrava uma “era política”⁶⁷, provavelmente a era dos *caudillos*. Francisco das Chagas Leite Filho, em livro biográfico sobre Leonel Brizola, discorreu sobre a caracterização do político como *caudilho*, não por acaso seu livro intitula-se *El Caudillo Leonel Brizola*, de acordo com o jornalista:

A pecha de caudilho não era de todo despropositada e se inseria de algum modo nas atitudes emocionais de nosso personagem e nas suas origens, o Rio Grande do Sul, terras dos grandes caudilhos e *caudillos*, onde se travaram monumentais lutas libertárias e fratricidas (LEITE FILHO, 2008, p. 20)

⁶⁵ “O líder que dizia usar o revés como aprendizado. ‘Sinto muito uma grande tristeza. Não com minhas derrotas, mas com o quadro geral. Tenho a consciência tranquila de que fiz tudo o que podia fazer’”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 8. Caderno Especial.

⁶⁶ “Brizola reúne sua última multidão: São Borja sepulta o terceiro líder trabalhista”, *Zero Hora*, 25 de junho de 2004, p. 4.

⁶⁷ “Brizola reúne sua última multidão: São Borja sepulta o terceiro líder trabalhista”, *Zero Hora*, 25 de junho de 2004, p. 4.

O autor também mencionou a declaração do ex-presidente uruguaio Júlio Maria Sanguinetti, do Partido Colorado, que afirmou que com a morte de Brizola desapareceria “o último caudilho gaúcho”⁶⁸. Nesse caso, a expressão foi retomada na sua acepção elogiosa, como foi possível identificar na declaração abaixo de Sanguinetti reproduzida em *Zero Hora*:

[Brizola] representava a estirpe dos caudilhos clássicos de nossa cultura rio-platense e gaúcha. Foi um continuador de Getúlio (Vargas) e de Jango (Goulart), líderes legendários. Caracterizava-se por atitudes de audácia, assumindo todas as responsabilidades, um ser com uma palavra sempre inflamante⁶⁹.

Diante de tantos exemplos apresentados anteriormente, é inegável o padrão de comportamento de Brizola no interior do PDT, mesmo o próprio tentando negar. Em manchete, *Zero Hora* sintetizou: “Não havia espaço para dois líderes nacionais no PDT”⁷⁰; e seguiu no editorial: “Construiu um PDT à sua imagem e semelhança”⁷¹. Em função dessas rupturas, o futuro do PDT foi assunto presente em todos os periódicos analisados, como já mencionado. N’*O Globo* surgiram os prognósticos mais pessimistas. Para o cientista político Cesar Jacob, com Brizola enterrava-se o brizolismo e também entrava em agonia o PDT, pois as constantes dissidências levaram partes do partido e não havia alguém capaz de substituir o líder⁷². Nesse sentido, o jornal defendeu que o PDT estava em busca de um herdeiro porque “Brizola não deixou herdeiro”⁷³, e que a solução poderia vir com o retorno de antigos nomes, como Anthony Garotinho, ou a chegada de lideranças externas, como Ciro Gomes. Além disso, o sociólogo Gilson Caroni Filho defendeu que a agremiação não acompanhou as mudanças do novo jogo político e ficou muito dependente do carisma brizolista, por isso também, perdeu bandeiras do trabalhismo, especialmente para o Partido dos Trabalhadores⁷⁴.

As disputas em torno da herança política de Brizola, do mesmo modo, receberam espaço em *Zero Hora*⁷⁵. Ainda no velório no Palácio Guanabara, o correspondente David Coimbra, mencionou a necessidade de diversos políticos, tais como: Chico Alencar (PT), Paulo Ferreira

⁶⁸ “Uruguaios lamentam partida do caudilho”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 16.

⁶⁹ “Uruguaios lamentam partida do caudilho”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 16.

⁷⁰ “Não havia espaço para dois líderes nacionais no PDT”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 15.

⁷¹ “O legado de um líder”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 18.

⁷² “Fica para trás a era de políticos carismáticos. Cientista políticos afirmam que o desaparecimento do fundador do PDT representa o fim de uma geração que marcou a cena política no século XX”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 2.

⁷³ “PDT em busca de um herdeiro. Diante de um vácuo deixado pela morte de Brizola, seu líder e fundador, partido terá pela frente o desafio de não se tornar nanico e de continuar à frente da bandeira do trabalhismo no Brasil”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 6. Caderno Especial.

⁷⁴ “Fica para trás a era de políticos carismáticos. Cientista políticos afirmam que o desaparecimento do fundador do PDT representa o fim de uma geração que marcou a cena política no século XX”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 2.

⁷⁵ “Herança política de líder é disputada em velório”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 6.

da Silva (presidente da Força Sindical), Carlos Lupi (vice-presidente nacional do PDT na época) e o deputado gaúcho Pompeo de Mattos (PDT), apressarem-se em vincular sua imagem à de Brizola e de ressaltar suas relações pessoais com o morto. Mattos foi além na sua fala, queria destacar a possibilidade de crescimento do partido: “O trabalhismo cresceu depois que Getúlio morreu, porque com o homem morrem seus defeitos e ficam suas virtudes e seu trabalho. O mesmo vai acontecer com o Brizola”⁷⁶.

Todavia, para a jornalista Dione Kuhn, em sua coluna “*Um partido sem norte*”, o futuro do partido era incerto, porque havia sido “moldado para abrigar um único líder”⁷⁷. Ao retomar a trajetória do PDT justificou que nas eleições de 1994, a qual elegeu Fernando Henrique Cardoso, e quando Brizola ficou apenas em 4º lugar (atrás inclusive de Enéas Carneiro), teria sido o “início da derrocada”⁷⁸. *O Globo*, em editorial foi assertivo:

Brizola sai da vida, entra na História, e não deixa herdeiros. [...] Brizola não deixa herdeiros à altura. Sempre haverá quem tente ocupar seu espaço. Mas não terá vindo de tão longe quanto ele, de um Brasil que não existe mais⁷⁹.

Segundo o editorial, havia morrido um político polêmico e junto com ele encerrava-se um ciclo do “trabalhismo populista” inaugurado na década de 1930. Brizola teria cumprido um papel duplo de algoz e vítima no momento de radicalização do pré-golpe que “empurraram o país para a via única da implosão do estado de direito”⁸⁰. Para *O Globo*, o político “das reformas na lei ou na marra” foi atenuado durante o exílio defendendo ações impensáveis para o Brizola de antes de 1964, como a prorrogação do mandato do último ditador, João Figueiredo, e a oposição à CPI que investigava o ex-presidente Fernando Collor, em 1992. Já para *Zero Hora* o fim do brizolismo não era fato consumado, pois apostavam em possíveis herdeiros: “Quem será o herdeiro político de Brizola?”⁸¹.

Ele [Carlos Daut Brizola] e a irmã, Juliana Brizola, 28 anos, estão dispostos a assumir parte da herança eleitoral do avô. Juliana, que é filiada ao PDT de Porto Alegre e não esconde o desejo de concorrer – mas não em 2004 - também torpedeou o retorno. Aconselhou o casal [Garotinho] a não ir com muita sede ao pote. – Os netos não vão deixar que qualquer um se apodere da herança de Brizola – prometeu Juliana⁸².

⁷⁶ “Herança política de líder é disputada em velório”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 6.

⁷⁷ “Um partido sem norte”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 10.

⁷⁸ “Um partido sem norte”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 10.

⁷⁹ “Fecha-se um ciclo”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 6.

⁸⁰ “Fecha-se um ciclo”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 6. O debate sobre a radicalização no período pré-golpe será realizado no terceiro capítulo.

⁸¹ “A propósito”, *Zero Hora*, 24 de junho de 2004, p. 3.

⁸² “Faltou sacramentar aliança com o PMDB”, *Zero Hora*, 24 de junho de 2004, p. 10.

Outro possível herdeiro seria Carlos Lupi, vice-presidente do PDT à época e braço direito de Brizola, porém sua situação era instável: “Um herdeiro com os dias contados”, como apontado por *Zero Hora*⁸³. Após sete dias da morte, estava programada a convocação de uma reunião da executiva nacional para escolha do novo presidente. Segundo a publicação, o atual vice-presidente provavelmente não seria o escolhido, pois só era conhecido no Rio e por partidários. Pompeo de Mattos asseverou que Lupi “em termos políticos, não tem luz própria”⁸⁴. Em suma, segundo essas interpretações, ele não seria o herdeiro político de Brizola. Entretanto, contrariando as previsões, Lupi está até hoje na presidência do PDT.

Na contramão desses balanços, Lúcia Hippólito defendeu que o partido era uma força política independentemente do estilo do seu criador mesmo não tendo deixado um sucessor à altura, o que poderia ser perigoso para um partido tão personalista⁸⁵. O tempo mostrou que a segunda análise está mais próxima da realidade, visto que mesmo não sendo um partido com muita força, o PDT ainda está no cenário nacional, embora, por vezes, tenha abandonado bandeiras caras ao ex-líder e associando-se a ideologias diversas⁸⁶. Porém, a falta de uma liderança do porte de Brizola foi sentida pela agremiação considerando, essencialmente, suas características e da política brasileira tão afeita à personalismos.

Juliana representa uma força local, os outros netos de Brizola saíram do partido e Lupi tem um perfil mais burocrata. Nos últimos anos têm-se presenciado um esforço para Ciro Gomes ocupar o espaço deixado por Brizola, a julgar o texto publicado, em maio de 2020, no site do partido para celebrar os 40 anos de sua fundação: “PDT 40 anos: de Brizola a Ciro”. Brizola apoiou Ciro nas eleições de 2002 - na época no Partido Popular Socialista (PPS) – ou seja, ambos mantiveram um acordo, mesmo que por breve período, mas foi somente em 2015 que Ciro filiou-se ao pedetismo. No texto divulgado no site do partido, mantêm-se o hábito personalista, pois o fio condutor da trajetória partidária se deu através dos líderes e não da militância, por exemplo, como descrito no último parágrafo:

E desde a filiação de Ciro Gomes ao partido, em 2015, e sua disputa à presidência da República em 2018, o PDT vem se revigorando progressivamente, crescendo na

⁸³ “Um herdeiro com os dias contados”, *Zero Hora*, 25 de junho de 2004, p. 12.

⁸⁴ “Um herdeiro com os dias contados”, *Zero Hora*, 25 de junho de 2004, p. 12.

⁸⁵ “PDT em busca de um herdeiro. Diante de um vácuo deixado pela morte de Brizola, seu líder e fundador, partido terá pela frente o desafio de não se tornar nanico e de continuar à frente da bandeira do trabalhismo no Brasil”, *O Globo*, 23 de junho de 2004. Rio de Janeiro, edição especial, p. 6.

⁸⁶ Internamente o partido, especialmente nos diretórios regionais, apresenta posições ambíguas, como por exemplo, a presença de filiados apoiadores da política bolsonarista, enquanto o diretório nacional declara-se abertamente na oposição ao governo federal. A reportagem a seguir é um exemplo desta situação: “PDT: um partido dividido entre a extrema direita e a quinta coluna”, *Revista Fórum*, 11 de julho de 2019. Link: <https://revistaforum.com.br/blogs/ocolunista/pdt-um-partido-dividido-entre-a-extrema-direita-e-a-quinta-coluna/#> Acesso em 11/02/2021.

preferência do eleitorado por conta [da] mensagem política firme, através de propostas concretas para o Brasil, de Ciro Gomes, especialmente junto ao público jovem, em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento – revigorando a mensagem e as lutas de Vargas, Jango e Brizola em defesa do Brasil⁸⁷.

Se Ciro Gomes irá ocupar esse lugar, não é possível afirmar. O que de fato temos até o momento são as declarações diretas e por vezes polêmicas de Gomes, algo semelhante ao perfil brizolista de fazer política. Por outro lado, a era do carisma dentro do PDT talvez possa ter morrido com Brizola ou ainda, como afirmou Maria Celina D’Araújo para *O Globo*, o que ficou para trás foi a era de políticos carismáticos de uma geração que atuava de acordo com sua ideologia⁸⁸.

1.1.2 O POLÍTICO TRANSFORMOU-SE EM MITO

Ao morrer, Leonel Brizola passou a ocupar outro espaço na memória do eleitorado brasileiro e como apontou Rosane de Oliveira em sua coluna: “na morte os defeitos se esvaem”⁸⁹. E um dos tópicos representativos da cobertura da morte de Brizola esteve nessa seara, na transformação mítica. Algo que irrompeu principalmente na imprensa do Sul do país. O colunista Armando Burd, do *Correio do Povo*, classificou Brizola de *mito*, pois com sua morte encerrava-se um ciclo de líderes:

[...] o silêncio cortado apenas por aplausos demonstrou que ali não estava sendo carregado o corpo de um simples político, mas de um mito, talvez o último da história política brasileira, mesmo que muitas vezes tenha sido um incompreendido. Com ele, encerra-se ciclo de líderes que nasceram com a condição inata de lutar por ideais populares hoje esquecidos e substituídos por interesses menores⁹⁰.

Em artigo publicado por *Zero Hora*, também surgiu a possibilidade de transformação da imagem de Brizola em *mito*, conforme imagem abaixo:

⁸⁷ “PDT 40 anos: de Brizola a Ciro”, texto de Osvaldo Maneschy. Site PDT, 26 de maio de 2020. Link: <https://www.pdt.org.br/index.php/pdt-40-anos-de-brizola-a-ciro/> Acesso em: 11/02/2021.

⁸⁸ “Fica para trás a era de políticos carismáticos. Cientista políticos afirmam que o desaparecimento do fundador do PDT representa o fim de uma geração que marcou a cena política no século XX”, *O Globo*, 23 de junho de 2004. Rio de Janeiro, edição especial, p. 2.

⁸⁹ “Quem, afinal, foi esse homem?”, *Zero Hora*, 22 de junho de 2004, p. 10.

⁹⁰ “O adeus sincero a um mito gaúcho”, *Correio do Povo*, 24 de junho de 2004, p. 4.



Zero Hora, 26 de junho de 2004. Segundo Caderno.

Assim, é importante pontuarmos teoricamente sobre este aspecto. A definição mais comumente usada pelas ciências humanas para *mito* é dada por Raoul Girardet que define o processo de construção mítica sob a perspectiva política. Para o autor, *mito político*:

Trata-se essencialmente de sua imagem, da representação que dela foi feita e que parece ter-se imposto muito amplamente à opinião. Em outras palavras, é de uma narrativa que se trata e que é preciso ler e interpretar um pouco (GIRARDET, 1987, p.66).

Em suma, o mito político pode ser entendido como uma construção ou expressão do imaginário, mas com base em ações e fatos reais, mesmo que ainda de forma parcial. A questão é compreender como “se opera a passagem do histórico ao mítico, como opera, em outras palavras, esse misterioso processo de heroificação, que resulta na transmutação do real e em sua absorção no imaginário” (GIRARDET, 1987, p. 71). Acreditamos que um meio dessa *passagem* se dá em momentos de perda e morte.

A ação do marketing político, desenvolvido por partidos durante campanhas eleitorais, juntamente com a imprensa, corroboram com a manutenção do *mito político*, como apontado por Miguel:

Desde o momento em que se equipara o mito contemporâneo à mistificação, as mensagens publicitárias ganham a posição de produtoras de mitos por excelência. Os elementos míticos identificáveis no discurso político seriam, de acordo com essa perspectiva, vinculados à moldura publicitária desse discurso. Ao mesmo tempo, porém, a propaganda comercial possui relevância política nada desprezível. O habitante do mundo contemporâneo é bombardeado por ela sem cessar: não há outro

discurso tão onipresente. Ela desempenha, portanto, um papel fundamental na moldagem de uma mentalidade coletiva (MIGUEL, 1998, p. 3).

Juntas, elas influenciam o “imaginário coletivo” (MIGUEL, 1998, p. 3). E um dos meios de comunicação que desenvolveu bem esse papel foi o periódico *Zero Hora* na colaboração da construção do *mito político* de Brizola, haja vista a extensa e elogiosa cobertura de sua morte, por exemplo. De 22 a 27 de junho seis publicações de *ZH* dedicaram-se ao funeral do ex-governador, com menção em cinco capas. Realmente Brizola apresentava muitas polêmicas em torno de sua imagem, ao falarmos sobre o pedetista, diversas opiniões são emitidas, tanto de apoio quanto de crítica. Definitivamente é um político que desperta muitas emoções, muitas delas referentes à construção de sua representação no imaginário popular, por isso defendo que com sua morte há a transformação da sua imagem em *mito*.

Dessa forma, acredito que o mito criado em torno de Brizola trata-se do chamado *mito salvador*, definição utilizada por Girardet (1987, 65), isto é, representa a solução e a esperança. A salvação, num sentido mais poético do termo, especialmente entre 2015 e 2016 com a crise política brasileira. Em seu livro o autor analisou a trajetória do político francês Pinay e usa sua história como exemplo de *mito salvador*. E assim como Pinay, Brizola também teve uma trajetória de ascensão social e ao poder, cada qual com suas peculiaridades: “sem pressa, sem manifestação de ambição intempestiva e no mais restrito respeito às instituições estabelecidas” (GIRARDET, 1987, p. 67). Segundo o autor, os biógrafos do político francês frequentemente destacam seu caráter provinciano, simples e a familiaridade de seus gostos e de seus hábitos. Elementos todos que favoreceram a construção de sua imagem e que também foi possível encontrar no político brasileiro. Brizola, por exemplo, tinha a “mania”, segundo *O Globo*, de usar ternos e camisas azuis do mesmo alfaiate, chegava a ter vários iguais⁹¹.

A história de vida do pedetista geralmente é representada por seus apoiadores como a de um menino pobre que enfrentou dificuldades e tornou-se um grande político brasileiro. Esse recurso foi utilizado especialmente durante suas campanhas eleitorais pós-exílio. Sento-Sé (1999, p. 62) fez uma análise das biografias sobre Brizola, da qual destacamos:

O que confere densidade à *persona* pública de Brizola, tal como veiculada em suas biografias, são os feitos como ator político, suas escolhas e projetos. Não existem traços de personalidade ou tensões psicológicas. Há, ao contrário, uma sucessão de iniciativas que se encadeiam em direção ao grande desenlace, que evidentemente estaria por vir. Há um componente épico em sua trajetória, tal como construída nas biografias sobre ele produzidas. Sua figura pessoal revela um caráter excepcional apenas pela obstinação e austeridade. Estas são condições de possibilidade para a

⁹¹ “O líder que dizia usar o revés como aprendizado”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 8.

ascensão via trabalho e estudo, entendido como bens públicos e, portanto, acessíveis – ou assim deveriam ser, diria ele – a todos os brasileiros.

Um dos pontos cruciais no entendimento de criação e manutenção de um mito é a necessidade de distinguir entre o real e o imaginário, o que há de espontâneo e o que é construído intencionalmente (GIRARDET, 1987, p. 72). No caso de Brizola, podemos classificá-la em: há a criação do mito de forma parcialmente espontânea, todavia, moldada por alguns setores, como o PDT, seus herdeiros políticos, a imprensa, seus admiradores e os próprios adversários políticos que contribuíram para essa construção; enquanto a manutenção desse mito é gerida principalmente por parte do PDT e seus herdeiros políticos. Nessa situação, a manutenção é intencional e ainda apresenta uma seleção dos pontos positivos desse mito.

As desaprovações sobre Brizola que destacam seu perfil centralizador e personalista dentro do PDT, ou mesmo seu pouco apreço pela democracia na conjuntura do golpe de 1964, segundo algumas perspectivas, dificilmente será tratada nas campanhas eleitorais de seus herdeiros ou do partido, por exemplo. E por fim, as divergências e mudanças memorialísticas nos demonstram que o tempo age diretamente na transformação mitológica estendendo-se em algumas ocasiões por uma dimensão cronológica bastante ampla. Nesse sentido, o processo de heroificação pode apresentar-se organizado em vários períodos sucessivos e diferentes uns dos outros por sua tonalidade afetiva (GIRARDET, 1987, p. 72).

1.2 A REPERCUSSÃO NA DESPEDIDA

Neste subcapítulo agrupei as reações à morte de Leonel Brizola. Seu funeral mobilizou muitas pessoas, admiradores, brizolistas e políticos de diversas ideologias, bem como a intensa repercussão na imprensa, como temos acompanhado até aqui. Três pontos se distinguiram sobre este aspecto: a hostilidade ao presidente Lula; as opiniões sobre Brizola - de populares ou políticos que estiveram na seara das qualidades, com poucas vozes destoantes e a visibilidade de sua morte na imprensa internacional; e por último, sua complicada relação com a imprensa, uma marca de Brizola, que também foi destaque na cobertura de seu funeral. A seguir irei abordar esses tópicos.

1.2.1 A HOSTILIDADE AO PRESIDENTE LULA

No início deste capítulo apresentei a ruptura entre Brizola e o governo petista logo após as eleições de 2002. Desde a abertura política e a fundação de novos partidos, PT e o PDT disputaram espaço no campo político da esquerda. Uma relação de “idas e vindas”, coligações e oposições. Muitas pautas assemelhavam-se, mas algumas diferenças foram essenciais, como a herança trabalhista do PDT que se forjou a partir do Estado com anuência dos sindicatos. Enquanto o PT renegava essa característica e orgulhava-se de sua formação de “baixo para cima”, da luta dos próprios trabalhadores sem a intermediação do Estado.

Por outro lado, na conjuntura de fundação dos partidos, o nacionalismo afastava o PDT do PT. Para Costa (2009, p. 265), o petismo não compreendia que a maior contradição do país era a necessidade de luta contra o imperialismo, maior do que a luta de classes tão propagada pelo partido. O Brasil era um país capitalista dependente por isso a luta dos trabalhadores deveria passar pelo nacionalismo. A grande maioria dos militantes que aderiram a luta armada durante a ditadura filiaram-se ao PT, a chamada geração de 1968. Essa escolha deu-se por sua concepção negativa do trabalhismo pré-1964 muito associado ao populismo, assim não aderiram ao Novo Trabalhismo do PDT (COSTA, 2009, p. 268). Em suma, essa disputa por espaço político tornava a rivalidade recíproca. Enquanto o PT julgava o trabalhismo associando-o a práticas ruins da política brasileira, o PDT acusava o petismo de ser a esquerda da qual a direita gostava, parafraseando Darcy Ribeiro (COSTA, 2009, p. 289).

Tereza Cruvinel, em sua coluna para *O Globo*, destacou as aproximações e rompimentos de Brizola com o PT. Segundo a colunista, quando em 1998 Brizola assumiu a vice candidatura na chapa petista passou simbolicamente a bandeira do trabalhismo moderno a Lula, do mesmo modo que Getúlio fez a Jango⁹². A colunista creditou as perdas eleitorais brizolistas à modernização da sociedade e o surgimento de novas lideranças, como Lula⁹³.

Portanto, quando o PT chegou ao poder pela primeira vez, e junto com ele a esquerda, via-se a oportunidade de colocar em prática mudanças estruturais que, de certo modo, foram barradas desde o golpe de 1964. No entanto, o PT que chegará ao Palácio do Planalto estava mais ao centro-esquerda e, numa estratégia eleitoral, assumirá uma postura de conciliação de classes, algo bastante distante de sua origem. Machado (2020, p. 361-362) afirmou:

⁹² “O homem da metralhadora”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 2. Argumento também levando por João Sento-Sé (1999).

⁹³ “O homem da metralhadora”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 2.

A publicação da Carta ao Povo Brasileiro, que o historiador Fabio Luis Barbosa dos Santos denomina “Carta ao Capital”, em junho de 2002, era um aviso a empresários e ao mercado internacional de que um governo petista não modificaria as estruturas econômicas sedimentadas pelos governos FHC. As mudanças de marketing e imagem do sindicalista Lula, transformado em “Lulinha Paz e Amor”, sinalizavam que uma gestão lulista não traria mudanças estruturais.

Na prática, as mudanças estruturais não vieram, embora tivesse existido avanços em pautas sociais, de distribuição de renda e de reparação histórica, como as cotas raciais nas universidades, por exemplo. Todavia, essas mudanças não foram levadas desde o início. O que se viu foram sucessivas alianças e acordos pragmáticos visando a governabilidade, o que gerou insatisfação nos setores mais à esquerda, como Brizola. Ainda de acordo com Machado (2020, p. 363), que retoma Ricardo Antunes, após assumir a presidência, o PT passou por um transformismo associado à expansão do neoliberalismo e ao derrotismo pós “colapso do socialismo real”, do início da década de 1990.

Desta maneira, a forma como o governo petista vinha administrando o país destoava da proposta pedetista, além do partido ter perdido cargos prometidos durante a campanha. Essa situação levou ao rompimento do PDT com o governo e os colocaram em campos opostos. Essas rusgas, ou traição na perspectiva brizolista, foram sentidas no funeral de Leonel Brizola e o episódio foi abordado pela imprensa não de forma homogênea, mas com uma tendência a exaltar as críticas a figura do presidente Lula, em contraposição à “intolerância”⁹⁴ dos pedetistas, assim classificada pelo *O Globo*, que também foi ressaltada. Por fim, a hostilidade a Lula no velório do maior representante do Novo Trabalhismo não causou surpresa, afinal, o petista foi uma pedra no caminho de Brizola para chegar à presidência na eleição que mais teve chances:

Lula havia sido o elemento imprevisto que impediria a passagem de Leonel Brizola para o segundo turno. Com um gosto amargo de fel muitos trabalhistas imputavam a culpa da derrota em 1989 ao PT. Todavia o fracasso desnudava problemas mais profundos na organização partidária (COSTA, 1999, p. 289).

Lula foi vaiado e ao som de “você pagou com traição a quem sempre lhe deu a mão” – entoado por pedetistas - ficou em torno de cinco minutos no velório no Rio de Janeiro⁹⁵. A situação descrita foi capa da edição d’*O Globo* e do Caderno Especial, de 23 de junho. Na foto que ilustrou a capa, o ex-presidente estava à beira do caixão ladeado pelos filhos e netos de

⁹⁴ “Intolerantes até o último minuto. Partidários de Brizola hostilizaram duramente Lula durante o velório, chamando-o de traidor e atrapalhando a homenagem do presidente ao pedetista; Moreira e Garotinho também foram vaiados”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 3. Caderno Especial.

⁹⁵ “Presidente Lula é vaiado por pedetistas no velório”, *Correio do Povo*, 23 de junho de 2004, capa.

Brizola logo após ter recebido as vaias de alguns brizolistas mais exaltados. A família não apoiou as manifestações de protesto⁹⁶.

Antes de se retirar do local, Lula destacou a importância do pedetista na política brasileira: “perdemos uma referência da política”⁹⁷. O episódio também repercutiu no *Correio* que divulgou uma foto de 2002 na qual Brizola estava com um adesivo da campanha presidencial de Lula⁹⁸, visando ressaltar o recente apoio. Em sua coluna, intitulada *O último tribuno*, Juremir Machado foi bastante crítico ao governo Lula e creditava a decepção do pedetista com o ex-aliado: “Livrou-se, quem sabe, de ver a Era Vargas enterrada por Lula”⁹⁹.

1.2.2 AS OPINIÕES SOBRE BRIZOLA

Ponto marcante da cobertura do funeral foi a emoção dos brizolistas. De forma geral, militantes ferrenhos na defesa de seu líder, no momento da despedida, não agiram diferente. Bandeiras, rosas, lenços vermelhos, choro e hostilidade marcaram a ação dos militantes e os fotógrafos conseguiram retratar esses momentos típicos de funerais¹⁰⁰. A Brizolândia foi recriada às portas do Palácio Guanabara, como demonstra a imagem abaixo:

⁹⁶ “Intolerantes até o último minuto. Partidário de Brizola hostilizaram duramente Lula durante o velório, chamando-o de traidor e atrapalhando a homenagem do presidente ao pedetista; Moreira e Garotinho também foram vaiados”, O Globo, 23 de junho de 2004, p. 3. Caderno Especial.

⁹⁷ Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 de junho de 2004, p. A10.

⁹⁸ Correio do Povo, 22 de junho de 2004, p. 12.

⁹⁹ Correio do Povo, 23 de junho de 2004, p. 4.

¹⁰⁰ “A emoção dos brizolistas na despedida do líder. Com bandeiras do PDT, rosas vermelhas e lenços em estilo maragato amarrados no pescoço, partidários se despedem do líder”, O Globo, 23 de junho de 2004, p. 4 e 5. Caderno Especial.



O Globo, 23 de junho de 2004, p. 4 e 5. Caderno Especial.

Brizola, frequentemente, ao se manifestar em público, principalmente em comícios, cantava o Hino da Independência, o mesmo entoado por Beth Carvalho no velório no Rio de Janeiro. Segundo o *Correio do Povo*, ao cobrir o funeral na capital fluminense, afirmou que a morte de Brizola serviu de cenário para que seus admiradores revivessem os tempos do brizolismo:

Com rosas vermelhas, símbolo do PDT, e tendo ao pescoço lenços da mesma cor como os usados pelo “caudilho”, pessoas de todas as idades enfrentaram o sol, durante todo o dia, nas filas que se mantiveram até a noite. As declarações mais frequentes eram as de que Brizola “dizia a verdade”, “era um “nacionalista” e que “nunca traiu o povo”. As manifestações foram de carinho e de idolatria que beiravam o histerismo¹⁰¹.

Além das homenagens e manifestações de brizolistas, opiniões de políticos, de instituições e da mídia internacional foram publicizados pelas fontes analisadas. É importante mencioná-las, pois juntas contribuíram para a construção de sua memória. “Juvenil rebeldia”, assim definiu o então deputado federal Chico Alencar, na época pelo Partido dos Trabalhadores¹⁰², tanto ele como Celso Amorim, então Ministro das Relações Exteriores, afirmaram que Brizola marcou uma geração por sua luta pela democracia através da Campanha

¹⁰¹ “Coro entoia hino da independência: emocionada a cantora Beth Carvalho liderou multidão que cantou para dar adeus ao líder do PDT”, *Correio do Povo*, 23 de junho de 2004, p. 7.

¹⁰² “Ele foi um personagem importante da história”: Lula e Rosinha decretaram luto oficial de três dias e presidente da câmara adiou a votação do salário mínimo”, *O Globo*, 22 de junho de 2004, p. 9.

da Legalidade: “Brizola simbolizou pra ele [Chico Alencar], que cresceu durante a ditadura militar, a esperança de democratização do país”¹⁰³.

O *Correio do Povo* também publicizou opiniões positivas que destacaram a fidelidade de Brizola na luta pela democracia e que, apesar de polêmico, obtinha o respeito de seus adversários: “mesmo nos momentos em que Brizola tinha posições passíveis de crítica, isso nunca o diminuiu diante de sua figura histórica”, declaração de Olívio Dutra na época Ministro das Cidades¹⁰⁴. As duas principais centrais sindicais – Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical - emitiram nota lamentando a morte do político e destacaram o papel fundamental do ex-governador para os trabalhadores, além de seu histórico de luta contra a ditadura de 1964 e pela volta da democracia¹⁰⁵. Percebeu-se que sua luta pela democracia, através, especialmente da Campanha da Legalidade, surgiu primeiramente da opinião de outros políticos e não necessariamente da linha editorial dos jornais, com exceção da imprensa do Rio Grande do Sul que deu mais ênfase à Legalidade, o que será abordado no último tópico deste capítulo.

Nelson Jobim, à época presidente do STF, destacou a importância de Brizola na história nacional e por seu perfil polêmico apresentava-se como um “político controverso”¹⁰⁶. Depoimentos de José Serra (PSDB), Marcello Alencar - ex-governador do Rio de Janeiro pelo PSDB e ex-aliado político de Brizola na década de 1980 - e Roberto Freire (presidente do PPS) também foram colhidos e todos destacaram o empenho político do pedetista. *O Globo* apresentou um balanço da cobertura das manifestações em Brasília onde coerência e coragem foram as características mais citadas ao se referirem à Brizola no Congresso Nacional¹⁰⁷.

Visando traçar o perfil de Brizola, *Zero Hora* recolheu depoimentos para a reportagem “*Os lamentos dos amigos de Brizola*”¹⁰⁸. Dentre os entrevistados estavam Emílio João Pedro Neme, Ney Ortiz Borges, José Fidelis Ramos Coelho e Mila Cauduro, todos muito abalados com a perda. Em Santa Maria, foi ouvida uma senhora de cem anos militante trabalhista e, de acordo com o jornal, próxima de Brizola, segundo ela: “vai fazer muita falta. Tinha muita confiança no Brizola. Mas não conseguiu ser presidente. O povo foi injusto com ele”, referindo-se a não eleição à presidência do país.

¹⁰³ “Ele foi um personagem importante da história”: Lula e Rosinha decretaram luto oficial de três dias e presidente da câmara adiou a votação do salário mínimo”, *O Globo*, 22 de junho de 2004, p. 9.

¹⁰⁴ “Depoimentos”, *Correio do Povo*, 22 de junho de 2004, p. 12.

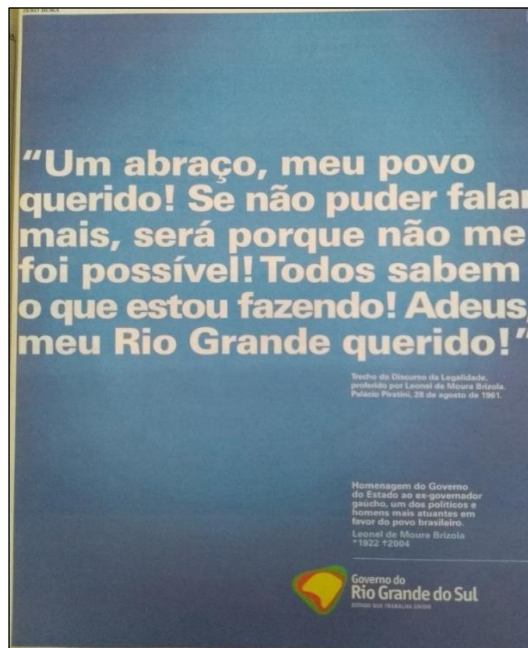
¹⁰⁵ “Centrais sindicais destacam importância para trabalhadores. Marinho, da CUT, lembra posição de Brizola contra o golpe militar de 1964”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 5. Caderno Especial.

¹⁰⁶ “Leonel Brizola, o último líder trabalhista”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 2004, p. A10.

¹⁰⁷ “Um dia de homenagens no Congresso”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 3. Caderno Especial.

¹⁰⁸ “Os lamentos dos amigos de Brizola”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 14.

O então governador do estado, Germano Rigotto, que estava em visita oficial à China, anunciou que o Rio Grande do Sul estava de luto e que a história faria justiça às lutas de Brizola¹⁰⁹. Essa frase sugere que a imagem de Brizola, ao menos para Rigotto, necessitava de reparação, caso contrário não haveria necessidade de “justiça” pela História. Podemos inferir que para algumas opiniões o pedetista poderia estar esquecido. Abaixo reprodução da homenagem do governo do Rio Grande do Sul, retomando frase proferida por Brizola em seu discurso durante a crise pela posse de João Goulart:



Zero Hora, 24 de junho de 2004. Porto Alegre, p. 27.

O partido de Rigotto, PMDB do Rio Grande do Sul, também lamentou a perda: “morreu um brasileiro da mais alta estirpe, mas continuará vivendo na memória de todos”¹¹⁰. Para o partido havia uma origem comum de luta com o PDT e conseqüentemente com Brizola, como as causas populares e o nacionalismo. É interessante observar as homenagens de instituições, associações e empresas, tais como: VARIG¹¹¹, servidores da Caixa Econômica Estadual¹¹² e do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul¹¹³.

¹⁰⁹ “Enterro será em São Borja na quinta-feira”, Correio do Povo, 22 de junho de 2004, capa.

¹¹⁰ “Perda para o Brasil”, Correio do Povo, 22 de junho de 2004, p. 2.

¹¹¹ “Homenageamos este brasileiro que sempre esteve presente nas grandes questões nacionais”, Correio do Povo, 24 de junho de 2004, p. 6.

¹¹² “Obrigado ao nosso criador”, Correio do Povo, 24 de junho de 2004, p. 8.

¹¹³ “Leonel Brizola: um legado de desenvolvimento”, Correio do Povo, 23 de junho de 2004, p. 6.

Na manchete “Velório une apoiadores e adversários”, explicitou-se fidelidade de Brizola ao que acreditava e sua honestidade. Houve reconhecimento vindo mesmo daqueles que divergiam politicamente dele. José Fogaça, na época candidato à prefeitura de Porto Alegre pelo PPS, declarou: “Brizola foi a antítese do político totalitário, pois impôs a si mesmo, e não aos outros, os severos conceitos políticos em que acreditava”¹¹⁴. Pode-se concluir, que a mensagem era a de que Brizola foi intransigente com seus ideais, o que no mundo tão pragmático da política pode ser encarado como qualidade ou defeito. Na despedida ganhou ares valorosos. Entretanto essa declaração não condiz com as constantes rupturas dentro do PDT, porque quem não estava de acordo com a cartilha imposta pelo líder era retirado da agremiação.

O cientista político João Trajano Sento-Sé, em artigo para *O Globo*, refletiu sobre ponto interessante: mesmo tendo sofrido seguidas perdas eleitorais nos últimos anos, o pedetista ainda emplacava nomes na política, seus afilhados políticos. Ademais, suas opiniões eram consideradas, pois era “cortejado por lideranças políticas”, ou seja, havia uma respeitabilidade. Para o pesquisador esse respeito se devia ao fato de ter-se mantido fiel a um conjunto de valores, “de se ter reservado o direito à teimosia”¹¹⁵.

Uma demonstração dessa fidelidade esteve presente no cortejo fúnebre realizado no Rio de Janeiro até o aeroporto. Em frente ao Palácio do Catete, o caminhão dos bombeiros que carregava o corpo de Brizola parou e naquele momento Carlito, neto do ex-governador, leu a Carta Testamento de Getúlio Vargas¹¹⁶. Há muitas simbologias nessa cena, primeiro a reafirmação da associação de Brizola, e conseqüentemente do brizolismo, com o trabalhismo varguista; segundo, a demonstração da sua fidelidade com essa ideologia, em tempos de constantes trocas de partidos, manter-se filiado a uma ideologia era algo a ser valorizado; por último, assim como Vargas ao escrever a Carta Testamento objetivava manter vivo o trabalhismo, supõe-se que ler esse documento no momento da morte de Leonel Brizola também era uma tentativa de manter, ou retomar, os ideias propostos na Carta.

Brizola foi classificado diversas vezes pela imprensa analisada como o *último líder trabalhista*¹¹⁷ e a escolha da família por sepultá-lo em São Borja, onde já havia outros dois líderes trabalhistas compõe essa narrativa da “tríade” trabalhista. Para o funeral na cidade a esquife chegou coberto com as bandeiras do Brasil, do Rio Grande do Sul e do PDT, segundo

¹¹⁴ “Velório reúne apoiadores e adversários”, *Correio do Povo*, 24 de junho de 2004, p. 2.

¹¹⁵ “Brizola se reservou o direito à teimosia”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 7. Caderno Especial.

¹¹⁶ “Despedida: em frente ao Palácio do Catete, neto do presidente do PDT leu a carta-testamento de Getúlio Vargas. Multidão nas ruas do Rio dá adeus a Brizola. Corando, cantando e aplaudindo, fluminenses caminharam cinco quilômetros para levar o corpo até o aeroporto”. *O Globo*, 24 de junho de 2004, p. 10.

¹¹⁷ “Brizola reúne sua última multidão: São Borja sepulta o terceiro líder trabalhista”, *Zero Hora*, 25 de junho de 2004, capa.

Zero Hora: “Brizola reúne sua última multidão: São Borja sepulta o terceiro líder trabalhista”¹¹⁸. Para o jornal, uma era da história brasileira encerrou-se quando o caixão com o corpo do ex-governador foi depositado no jazigo da família Goulart¹¹⁹.

Durante o enterro, às voltas do caixão, todos queriam discursar. Todavia, apenas Vieira da Cunha estava autorizado pela família o que não impediu outras manifestações levando a neta Laila (filha de Neusinha) pedir, aos prantos, que interrompessem tanto falatório. “O adeus de Brizola foi assim: exagerado, contraditório. Porém apaixonado, popular e sincero. Um adeus trabalhista”¹²⁰. O então presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul, Vieira da Cunha ficou bastante abalado com o falecimento. Construiu sua carreira no PDT e seguia os passos do ex-governador: “Brizola era muito mais que um líder político para mim. Era o meu segundo pai”¹²¹. Em artigo intitulado *Adeus, meu líder*, prestou sua homenagem chamando-o de patriota, estadista, íntegro e parabenizando sua causa pela Educação. Para ele Brizola “teria sido o nosso maior presidente da República. Tudo farei para honrar sua memória”¹²².

A morte de Brizola também movimentou a imprensa internacional: “Jornais estrangeiros noticiam morte do presidente do PDT. Reportagens lembram carreira política e críticas ao governo Lula”¹²³. Jornais como *New York Times*, *Washington Post* (EUA), *The Guardian* (ING), *Le Mond* (FR), *El País* (ESP), *El Clarín* (ARG) repercutiram o fato. Destacaram sua liderança à esquerda e fidelidade a seus ideais, polêmico, trabalhista, representante do nacionalismo latino-americano¹²⁴, foram algumas das características realçadas.

Fidel Castro foi uma das lideranças internacionais que expressou solidariedade¹²⁵. Enviou uma carta ao vice-presidente do PDT, Carlos Lupi, lamentando a morte e afirmou:

Brizola, que desde muito jovem se destacou por suas firmes posições nacionalistas, foi sem dúvida um dos precursores do avanço político e democrático, tanto no âmbito interno como em sua política externa, presente hoje no Brasil¹²⁶.

¹¹⁸ “Brizola reúne sua última multidão: São Borja sepulta o terceiro líder trabalhista”, *Zero Hora*, 25 de junho de 2004, capa.

¹¹⁹ “Enterro de Brizola encerra era política”, *Zero Hora*, 25 de junho de 2004, p. 4.

¹²⁰ “Enterro de Brizola encerra era política”, *Zero Hora*, 25 de junho de 2004, p. 4 e 5.

¹²¹ “Décadas vividas ao lado de Brizola”, *Zero Hora*, 24 de junho de 2004, p. 14.

¹²² “Adeus, meu líder”, *Zero Hora*, 24 de junho de 2004, p. 27.

¹²³ “Jornais estrangeiros noticiam morte do presidente do PDT. Reportagens lembram carreira política e críticas ao governo Lula”, *O Globo*, 24 de junho de 2004, p. 12.

¹²⁴ “Jornais estrangeiros noticiam morte do presidente do PDT. Reportagens lembram carreira política e críticas ao governo Lula”, *O Globo*, 24 de junho de 2004, p. 12.

¹²⁵ “A hora do adeus. Na despedida de Brizola, a união de todas as bandeiras: velório no Palácio Guanabara reuniu admiradores e adversários do político gaúcho”, *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 2004, p. A3.

¹²⁶ “O adeus de Fidel”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 4. Caderno Especial

Os políticos mantinham uma relação pessoal desde antes de 1964. A Revolução Cubana inspirara as esquerdas latino-americanas e muitos exilaram-se na ilha após o golpe, alguns participaram posteriormente da fundação do PDT. Segundo Costa (2009, p. 283): “O caráter nacionalista encantava os trabalhistas, e, mesmo entre aqueles que não vislumbravam a adoção desses modelos no Brasil, havia um respeito muito grande pelas razões históricas que levaram àqueles caminhos”.

1.2.3 A RELAÇÃO COM A IMPRENSA

Sobre a relação de Leonel Brizola com a imprensa, taxada entre o “amor e o ódio” por Mônica Rodrigues (2008) que afirmou que a riqueza com que o pedetista construiu seu inventário político ficou mais nítida a partir da cobertura das eleições de 1982, quando houve uma mudança significativa no jornalismo político no país fortalecendo o embate contra a mídia imperialista, assim chamada por Brizola. Justamente por sua postura crítica e por expor sua opinião de forma contundente acabou travando debates pela imprensa. Porém, tais embates são bem anteriores aos das Organizações Globo que permearam subjetivamente a cobertura do funeral em 2004. Ainda nos anos 1950, Brizola debatia com os Diários Associados questões de interesse nacional. Boa parte da opinião pública, antes da popularização da internet, era formada por intermédio da grande mídia impressa, desse modo, quando Brizola opunha-se à imprensa gerava polêmicas e atraía o descontentamento dos empresários da comunicação.

Essas ressalvas do pedetista com a mídia tinham origem, como analisou Rodrigues (2008, p. 71), em episódios marcantes de sua trajetória. Primeiro, em 1954, quando Getúlio Vargas sofreu forte oposição dos veículos de comunicação contribuindo para o desfecho trágico de seu suicídio em agosto daquele ano; e, em 1964 quando o golpe foi aclamado por boa parte da imprensa hegemônica. É importante destacar que os jornais analisados para essa pesquisa, *O Globo*, *Correio do Povo* e *Jornal do Brasil* estão dentre os apoiadores da derrubada do presidente João Goulart. *Zero Hora* ainda não existia em 1964, mas, após sua fundação, apresentou postura alinhada à ditadura. Contudo, Brizola compreendia a necessidade da mídia e buscou apoiadores destinando verba publicitária do governo do estado do Rio de Janeiro em vários veículos, inclusive no jornal *O Globo*, principalmente durante seu primeiro mandato. Em 1993, Brizola pronunciou-se sobre sua relação com as Organizações Globo:

Aqui no Rio de Janeiro foi quase um milagre a minha eleição enfrentando a Globo, que se parcializa quando não se pode parcializar. Ela tornou-se uma força avassaladora extremamente prejudicial ao país. Por isso digo que o país não conseguirá sair da crise, das dificuldades em que se encontra, sem pôr limites, sem colocar esse poder avassalador no seu leito lógico e natural. Não preconizo a censura, preconizo uma legislação e autoridades públicas que se disponham a cumprir com o dever de controlar, de aplicar a legislação e de fiscalizar¹²⁷.

Essa difícil relação entre Leonel Brizola e as Organizações Globo foi definida pela publicação como “uma relação de altos e baixos, por várias décadas”¹²⁸ e o episódio da possível fraude nas eleições de 1982 foi citado como um dos momentos de divergências. Além disso, Brizola acusava a Globo de realizar uma cobertura tendenciosa de seu governo no Rio de Janeiro. No entanto, a presença de Brizola no velório de Roberto Marinho, morto em 2003, e de João Roberto, representante das Organizações Globo, no funeral do ex-governador demonstraram que, apesar das diferenças, ambos reconheciam suas contribuições. Desse modo, não foi à toa que a cobertura de *O Globo* foi a mais crítica dentre os veículos analisados para essa pesquisa, o que contribuiu para a construção da memória de Brizola com menos influência das reportagens elogiosas.

Diferentemente da relação com *O Globo*, Brizola e o *Jornal do Brasil* tinham um contato mais cordial. Isto se devia, provavelmente, ao papel definitivo do jornal na apuração das eleições de 1982, quando o periódico fez uma apuração paralela à oficial e conseguiram suscitar dúvidas quanto aos resultados. A situação ficou conhecida como o “caso Proconsult”. Rodrigues relatou o episódio a partir do livro de Paulo Henrique Amorim que, na época, era chefe de redação do *JB*:

O livro recupera a história contando que a tentativa de fraude começou na escolha, pelo Tribunal Eleitoral, da empresa que apuraria os votos, a Proconsult. [...]. Se vários artigos publicados durante as eleições nos jornais concorrentes das Organizações Globo alertavam para a possibilidade de fraude, o mesmo não acontecia no jornal e na TV de Roberto Marinho (RODRIGUES, 2008, p. 80).

Brizola foi convencido a ir à imprensa internacional e denunciar a suspeita o que deixou o pleito questionável. Ao final, nunca ficou comprovada a fraude e o inquérito foi arquivado, mas o resultado das eleições com uma vantagem de apenas 3% ao pedetista abriu margens para especulações, além de favorecer a relação do futuro governador com o *Jornal do Brasil*.

¹²⁷ Depoimento de Brizola em 27 de agosto de 1993, transcrito por Oswaldo Manechhy, Madalena Sapucaia e Paulo Becker para o livro do PDT, Com a palavra Leonel Brizola *Apud* RODRIGUES, Mônica. Imprensa: uma relação de amor e ódio. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008, p. 76.

¹²⁸ “Uma relação de altos e baixos, por várias décadas. Leonel Brizola e Roberto Marinho tiveram atritos e momentos de reaproximação a partir dos anos 60”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, p. 7. Caderno Especial.

O amplo destaque à morte de Brizola pelo *JB* demonstrou que, apesar das adversidades, o ex-governador ainda era capaz de suscitar emoções. Desse modo, era rentável ao jornal dar atenção ao ocorrido. A escolha editorial do periódico optou por discursos mais homogêneos, de menor teor crítico ao personagem, muito embora suas ambiguidades tenham sido mencionadas. Temas mais controversos como a política pública de segurança de seu governo não foram abordados.

1.3 O GAÚCHO LEONEL BRIZOLA

Neste subcapítulo iremos apresentar temas que surgiram em jornais específicos. O governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, assim como a influência do trabalhismo na política regional, e nacional, foi mais abordado por *Zero Hora* e *Correio do Povo*, e são esses os aspectos que foram trabalhados no terceiro e último subcapítulo.

1.3.1 “LEONEL BRIZOLA, O ÚLTIMO LÍDER TRABALHISTA”

A cobertura do funeral de Leonel Brizola retomou a ideologia trabalhista e, segundo as fontes, Brizola seria o último representante do trabalhismo. Desse modo, com sua morte, morreria também a doutrina fundada por Getúlio Vargas no Brasil ou, em análises menos deterministas, haveria a perda de espaço. A questão do trabalhismo foi mais proeminente em *Zero Hora* e o *Correio do Povo*, embora os jornais fluminenses não negassem essa premissa.

Exemplo da retomada do trabalhismo foi a alusão de que em São Borja, onde foi realizado o enterro, também estão sepultados “os maiores nomes do trabalhismo, os presidentes Getúlio Vargas, fundador do movimento político, e João Goulart”¹²⁹. A edição de capa de 22 de junho de 2004 do *Correio do Povo* estampava a seguinte manchete: “Política brasileira perde Leonel Brizola”. Em destaque a foto do retorno de Brizola pós-exílio, com chapéu e a bandeira

¹²⁹ “Enterro será em São Borja na quinta-feira”, *Correio do Povo*, 22 de junho de 2004, capa.

do PTB, na legenda: “volta do líder trabalhista do exílio, após anistia, foi um dos principais marcos da história política recente”. A breve biografia apresentada relatou sobre seu ingresso na política, seus cargos eletivos, a Campanha da Legalidade, sua escolha pelo Rio de Janeiro e a frustração por não ter conseguido chegar à presidência da República: “morreu sem realizar seu maior sonho”¹³⁰. Abaixo reprodução da capa dessa edição:



Correio do Povo, 22 de junho de 2004, capa.

Sua vida no exílio foi apresentada com sua participação na tentativa de organização da luta armada logo após o golpe, seus longos anos na fazenda no Uruguai e a consequente reorganização política na Europa a partir da Carta de Lisboa, em 1978¹³¹. Em suma, a cobertura da morte de Brizola pelo *Correio do Povo* retratou o político especialmente pela ótica do trabalhismo e não pelo brizolismo, haja vista a manchete que anunciou a morte: “Infarto pára coração do trabalhismo”¹³² e a capa de 25 de junho estampou: “Seguidores prometem manter trabalhismo no adeus ao líder Brizola”¹³³. O que se difere dos periódicos fluminenses: *Jornal*

130 “Política brasileira perde Leonel Brizola: líder trabalhista morreu ontem no Rio de Janeiro, aos 82 anos, de um infarto decorrente de insuficiência respiratória”, *Correio do Povo*, 22 de junho de 2004, capa.

131 “Imagem se fortalece no longo período do exílio”, *Correio do Povo*, 22 de junho de 2004, p. 12.

132 “Infarto pára [sic] coração do trabalhismo: PDT tentará seguir os ideais do seu maior líder, que é considerado exemplo de civismo e perseverança” *Correio do Povo*, 22 de junho de 2004, p. 11.

133 “Seguidores prometem manter trabalhismo no adeus ao líder Brizola”, *Correio do Povo*, 25 de junho de 2004, capa.

do Brasil e O Globo praticamente referem-se ao trabalhismo apenas quando mencionam a origem da carreira política de Leonel Brizola inspirado em Getúlio Vargas.

Sua origem pobre e de ascensão social foi tratada, a exemplo do que já foi mencionado por João Trajano Sento-Sé, do menino que “venceu na vida” através dos estudos. O editorial do *Correio do Povo*, intitulado “O país em comoção”, trouxe a recuperação da trajetória de Brizola e, sem críticas, afirmaram que ele mantinha acesa a chama do trabalhismo. Deram ênfase ao Rio Grande do Sul ao mencionar apenas trabalhistas surgidos no estado, como Fernando Ferrari e Alberto Pasqualini. Por fim, definiram como corajosa sua luta pelo o que acreditava, principalmente a pauta do nacionalismo. Para o *Correio*, Brizola deixaria um exemplo de vida e conduta ética aos políticos da atual geração e àqueles que virão mais tarde¹³⁴.

Durante o cortejo fúnebre até o Palácio Piratini, em Porto Alegre, a presença de cavalarianos do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) foi outro ponto em comum na cobertura da imprensa sul-rio-grandense. Qualquer indício que remetesse à cultura “gaúcha” foi destacado. Fato curioso, pois Brizola escolheu seguir sua vida política no Rio de Janeiro, o que poderia ser encarado como um abandono ao seu estado natal. No entanto, mesmo no centro do país, o pedetista mantinha o sotaque carregado e insistia no uso do tradicional lenço vermelho, que remetia à história sul-rio-grandense. O *Correio do Povo* salientou várias vezes o caráter regional da despedida:



Correio do Povo, 24 de junho de 2004, p. 9.

A morte de Brizola foi abordada como o fim de uma era de políticos sul-rio-grandenses de projeção nacional. De certo modo, era a despedida de um saudoso Rio Grande do Sul. No editorial de *Zero Hora*, “O século gaúcho e os novos desafios”, a publicação definiu de “século

¹³⁴ “O país em comoção”, *Correio do Povo*, 23 de junho de 2004, p. 4.

gaúcho” desde a Era Vargas passando pelos “generais militares” com origem no estado, o que chamam de “períodos de luzes e sombras”, por fim, classificaram como impressionante a homenagem popular e política ao ex-governador, que reuniu a admiração dos amigos e a reverência dos adversários. A morte de Brizola, portanto, fechou o “século gaúcho”¹³⁵. Juliane Tastsch (2014, p. 243) apontou a construção dessa identidade do *gaúcho*, forjada desde o seu surgimento por seus traços fronteiriços e de disputas territoriais:

Dentro do discurso histórico e/ou historiográfico rio-grandense, o gaúcho é glorificado como fruto de um passado enaltecido por guerras e lutas fronteiriças com os castelhanos, tendo como cenário as planícies do Pampa, transformado em verdadeiro campo de batalha. Com isso, a construção da identidade regional do gaúcho teve como traços característicos o componente militar-fronteiriço e a importância da pecuária na economia da região, o que impulsionou o surgimento da Estância e do Estado.

Além disso, para a configuração da identidade do gaúcho se faz necessário a expressão de vários elementos como a indumentária e os hábitos de falar (TATSCH, 2014, p. 244). Embora a construção identitária do *gaúcho* seja social ela também acaba sendo apropriada pelo campo político. Assim, tanto no *Correio do Povo* quanto em *Zero Hora*, várias fotos foram reproduzidas de Brizola com o chimarrão, o poncho e o lenço vermelho, todos elementos ligados à cultura e a história do estado, ademais, o destaque à sua forma carregada de falar com traços do sotaque regional. Na chegada do caixão ao Palácio Piratini, um grupo de tradicionalistas - Bagre Fagundes, Elton Saldanha, Teixeira Filho e na gaita Luiz Carlos Borges¹³⁶ - cantou a música *Querência Amada*, de Teixeira. Logo em seguida, as homenagens seguiram-se com a execução do hino da Internacional Socialista pelos alto-falantes da sede do governo¹³⁷, episódio que simboliza a complexidade de sua imagem. Em *Zero Hora*, a chegada do corpo no estado natal também recebeu a tônica de valorização do imaginário *gaúcho*, na capa estamparam a chamada: “Brizola volta para casa: com honras fúnebres, o caixão com o corpo de Leonel Brizola ingressa no Palácio Piratini, de onde o ex-governador gaúcho comandou a Legalidade em 1961”¹³⁸.

No editorial de *Zero Hora*, “O legado de um líder”¹³⁹, presenciamos novamente a exaltação da imagem de Brizola como gaúcho, pois há a publicação de uma foto de Brizola, de

¹³⁵ “O século gaúcho e os novos desafios”, *Zero Hora*, 27 de junho de 2004, p. 12

¹³⁶ “Teixeirinha e lágrimas na entrada do Piratini”, *Zero Hora*, 24 de junho de 2004, p. 6.

¹³⁷ “Homenagens levam milhares ao Piratini”, *Correio do Povo*, 24 de junho de 2004, p. 2.

¹³⁸ “Brizola volta para casa: com honras fúnebres, o caixão com o corpo de Leonel Brizola ingressa no Palácio Piratini, de onde o ex-governador gaúcho comandou a Legalidade em 1961”, *Zero Hora*, 25 de junho de 2004, capa.

¹³⁹ “O legado de um líder”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 18.

1979, com um poncho, muito usado no Sul durante o inverno. As fotos publicizadas pelo periódico são geralmente mais antigas que remetem sua trajetória no Rio Grande do Sul e não as do Brizola “carioca”. Quanto ao conteúdo do editorial apresentou-se um texto cordial, pontuando brevemente algumas críticas, mas com destaque para suas virtudes. Caracterizamo de nacionalista e de ter assumido um compromisso com a democracia:

Leonel Brizola jamais deixou de ser coerente com a utopia de um Brasil independente, soberano, decente e generoso com os trabalhadores e os humildes. Essa foi a luta de sua vida. Esse é o seu maior legado¹⁴⁰.

O colunista Paulo Santana deu mais indícios desse esforço de *ZH* em associar o ex-governador à imagem do *gaúcho tradicionalista* ao afirmar que a morte reacendeu o amor por ser gaúcho e que isso ficou explícito diante da emoção ao cantar “Querência Amada” na chegada do caixão ao Piratini: “É que Brizola antes de tudo sintetiza um tipo gaúcho: intrépido, falante, resistente, bonachão”¹⁴¹.

1.3.2 O GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL

Com relação às ações de Leonel Brizola no executivo estadual, a pauta da Educação surgiu menos do que esperava. Acreditava que diante dos altos investimentos do político nessa pasta, tanto no Rio Grande do Sul quanto no Rio de Janeiro, ela receberia mais destaque. Até mesmo os populares ou políticos que deram seus depoimentos para homenageá-lo pouco citaram esse legado. Na cobertura do *Correio do Povo* surgiu apenas um breve informação sobre cerimônia realizada na Secretaria Estadual de Educação, através do secretário José Fortunati, que relembrou a construção de milhares de escolas por Brizola nos anos 1960 e os CIEPs de turno integral no Sudeste do país¹⁴².

Em reportagem de *Zero Hora* com a seguinte pauta: “qual o legado de Leonel Brizola?”¹⁴³, no Rio Grande do Sul, diversas opiniões foram coletadas, destaco as opiniões críticas ao ex-governador. Uma liderança indígena que afirmou que o ex-governador foi uma figura muito negativa para eles: “foi um dos governadores que mais colonizaram terras no norte

¹⁴⁰ “O legado de um líder”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 18.

¹⁴¹ “O jeito gaúcho de ser”, *Zero Hora*, 24 de junho de 2004, p. 63.

¹⁴² “SEC lembra legado à educação”, *Correio do Povo*, 23 de junho de 2004, p. 6.

¹⁴³ “Qual o legado de Leonel Brizola? ”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 15.

do Estado. Foi um dos governadores que mais terras tiraram do meu povo”, depoimento de Ari Santos, artesão kaingang¹⁴⁴. Enquanto uma carnavalesca ressentia-se por Brizola não ter construído no estado um sambódromo como fez no Rio de Janeiro¹⁴⁵. Interessante observar a primeira opinião porque demonstra como as pautas da Internacional Socialista foram incorporadas por Brizola e, conseqüentemente pelo PDT, algo que antes do golpe de 1964 não estava entre suas prioridades. De acordo com Costa (2009, p. 285), temas como gênero, juventude, negros, indígenas, direitos humanos, educação e movimentos populares ficaram na linha de frente do partido no momento de sua fundação.

As desapropriações realizadas durante o governo do Rio Grande do Sul e a Campanha da Legalidade foram mais abordadas pelos jornais *Zero Hora* e *Correio do Povo*. A exceção foi a coluna de Carlos Chagas para o *Jornal do Brasil*, em um texto laudatório, na qual o trabalhista recebeu a alcunha de “político sem medo” e de defensor da democracia: “cada vez que se imagine estar tudo perdido, que não há saída, sua lembrança bastará para a certeza de que, no fim de tudo, prevalecerá a solução democrática”¹⁴⁶. Já em *O Globo*, definiu que seu estilo de governar adotava medidas polêmicas e de repercussão ao citar as encampações das empresas estadunidenses durante seu governo no Rio Grande do Sul e de empresas de ônibus no Rio de Janeiro. Para o jornal, a Campanha da Legalidade foi seu momento de ascensão, enquanto para o *Correio do Povo*, a Legalidade deve ser considerada o maior movimento popular do país desde a Revolução de 1930¹⁴⁷.

Tal afirmação elogiosa evidenciou o quanto o periódico sul-rio-grandense empenhou-se em destacar dois eventos que contaram com ampla participação de políticos do estado, o que ficou mais evidente ao contrastar com a imprensa fluminense que pouco mencionou a Legalidade, por exemplo. Brizola foi apresentado como a principal liderança do movimento, pelo *Correio*, e a escolhas das fotografias comprovam: o governador segurando a metralhadora dentro do Piratini e discursando nos microfones da Rádio da Legalidade:

¹⁴⁴ Para aprofundar esse assunto ver: REBELLO, Tiego Rocha. Governo Ildo Meneghetti e a reforma agrária (1963-1964): discurso de governo e manutenção da ordem conservadora. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

¹⁴⁵ “Qual o legado de Leonel Brizola? ”, *Zero Hora*, 23 de junho de 2004, p. 15.

¹⁴⁶ “Um político sem medo: a solução democrática”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 2004, p. A10.

¹⁴⁷ “Legalidade, grande marca de Brizola: último feito épico do Rio Grande do Sul garantiu a posse de Jango na presidência da República”. *Correio do Povo*, 22 de junho de 2004, p. 12.

12 — TERÇA-FEIRA, 22 de junho de 2004

ESPECIAL

CORREIO DO POVO

Legalidade, grande marca de Brizola

Último filho do Rio Grande se faz garante de longo na Presidência da República

A legalidade é considerada a maior conquista política de Brizola desde a criação do PTB em 1966. Foi ele quem levou o nome de seu partido para o topo da lista de candidatos à Presidência da República em 1994. Foi ele quem, em 1998, levou o nome de seu partido para o topo da lista de candidatos à Presidência da República em 1998. Foi ele quem, em 2002, levou o nome de seu partido para o topo da lista de candidatos à Presidência da República em 2002.

Imagem se fortalece no longo período de exílio

Brizola se tornou uma das figuras mais importantes da história política brasileira. Sua imagem se fortaleceu ao longo de um longo período de exílio. Durante esse tempo, ele continuou a trabalhar para a causa da legalidade e da democracia. Sua imagem se tornou uma das mais fortes e respeitadas do Brasil.

Último texto: 'Epitáfio da esperança'

Brizola deixou um legado de esperança e luta por uma sociedade mais justa e democrática. Seu último texto, considerado um epitáfio, refletiu sua visão de mundo e sua fé na capacidade do povo brasileiro de superar as dificuldades e construir um futuro melhor.

Atividade de Brizola em 1994

Em 1994, Brizola foi eleito deputado federal pelo PTB. Durante seu mandato, ele trabalhou ativamente para a melhoria das condições de vida da população e para a promoção da legalidade. Sua atuação foi muito respeitada e ele se tornou uma das figuras mais importantes do Congresso Nacional.

Atividade de Brizola em 1998

Em 1998, Brizola foi eleito deputado federal pelo PTB. Durante seu mandato, ele continuou a trabalhar para a melhoria das condições de vida da população e para a promoção da legalidade. Sua atuação foi muito respeitada e ele se tornou uma das figuras mais importantes do Congresso Nacional.

Atividade de Brizola em 2002

Em 2002, Brizola foi eleito deputado federal pelo PTB. Durante seu mandato, ele continuou a trabalhar para a melhoria das condições de vida da população e para a promoção da legalidade. Sua atuação foi muito respeitada e ele se tornou uma das figuras mais importantes do Congresso Nacional.

Correio do Povo, 22 de junho de 2004, p. 12.

Em suma, para *O Globo*, a morte de Leonel Brizola significou, além de seu desaparecimento físico, o fim de uma era, de um modo de fazer política alheio ao marketing político. A publicação, dentre as analisadas, foi a que mais apontou as contradições da personalidade; no entanto, não impediu de reconhecer sua importância na história nacional e, principalmente, no Rio de Janeiro. “Morreu na cancha, como um cavalo inglês”, frase proferida por ele em 1998 quando houve rumores de sua aposentadoria¹⁴⁸. De modo geral, caracterizam o pedetista como um dos “últimos líderes carismáticos”, centralizador, polêmico e de alianças pragmáticas¹⁴⁹. Enquanto para o *Jornal do Brasil*, Brizola foi retratado essencialmente por seu modo de fazer política, ancorado em polêmicas, por seu nacionalismo e por sua luta pela democracia, essa em menor escala. Era essencialmente o último líder trabalhista¹⁵⁰.

Zero Hora apresentou a cobertura mais elogiosa, fez questão de impregnar a ideia de que apesar da morte física não morreria enquanto ideologia já que “Brizola desenvolveu o dom de morrer e ressuscitar simbolicamente incontáveis vezes”¹⁵¹. Agora transformara-se em *mito*, como anunciou uma de suas manchetes. Tanto que quando foi abordado o futuro do PDT era a partir da perspectiva de possível crescimento apesar das mudanças. O *Correio do Povo* também foi bastante laudatório, com destaque para a perda do líder trabalhista e a associação ao tradicionalismo gaúcho. Representou uma despedida para além da personalidade, mas de um

148 “O adeus a Brizola”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, capa. Caderno Especial.

149 “O adeus a Brizola”, *O Globo*, 23 de junho de 2004, capa. Caderno Especial.

150 “Um político sem medo: a solução democrática”, *Jornal do Brasil*, 22 de junho de 2004, p. A10.

151 “Sem aspas, desta vez”, *Zero Hora*, 24 de junho de 2004, p. 3.

passado heroico do Rio Grande do Sul do qual Brizola era o último representante, assim como em *Zero Hora*.

Para além das definições acerca do pedetista, outro tema bastante recorrente, como vimos, foi justamente o futuro do PDT, especialmente pela imprensa do centro do país. O partido apresentava forte expressão na política fluminense à época, pois o estado e a capital foram por vezes governados diretamente pela agremiação ou por políticos oriundos do partido. Porém, nos últimos anos vinham apresentando resultados ruins nas urnas. Todas as avaliações eram unânimes: “sem Brizola, PDT perde o rumo político”¹⁵².

A extensa cobertura da morte de Leonel Brizola por diferentes veículos de comunicação, bem como a comoção da população - brizolistas ou não - aliado ao esforço político de seus herdeiros, impulsionou a imagem de Brizola, de certo modo adormecida na década de 1990, aos holofotes da política nacional. Do mesmo modo, a crise política que levou ao impeachment de Dilma Rousseff trouxe à tona novamente sua imagem num acesso a um Brizola de um passado mais longínquo: de sua luta pela democracia em 1961.

O papel da imprensa de construção de memória é fundamental, não por acaso foi a fonte escolhida para essa pesquisa. Para além de tal funcionalidade a imprensa é fundamental para o jogo democrático. Rodrigues (2008, p. 89) apontou que os meios de comunicação têm o papel de estar ao lado da população e à sociedade cabe a função de cobrar posturas éticas da mídia: “A capacidade dos cidadãos e dos políticos de estabelecer essas cobranças e até mesmo de duelar com a imprensa livre, constitui o maior legado de uma democracia. Quando ela realmente existe, não há político nem imprensa intocável”.

Coerente, honesto, fiel a seus ideais e polêmico foram termos comuns mencionados nos depoimentos colhidos pela imprensa. Líder trabalhista (principalmente pelos veículos de comunicação) e nacionalista aparecem logo em seguida. *Caudilho* bem menos. Já a classificação de democrático (e/ou legalista) foi mencionado mais por políticos do alto escalão ou com maior instrução. Populista e autoritário eram conceitos que esperava maior frequência, influenciada pelas correntes historiográficas que defendem o radicalismo da esquerda no pré-1964; no entanto percebeu-se que tais expressões ficaram relegadas às interpretações acadêmicas e apenas pelo *O Globo*. Líder carismático também foi outra expressão que pouco surgiu.

¹⁵² “Sem Brizola, PDT perde rumo político”, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de junho de 2004, p. A6.

2 A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE LEONEL BRIZOLA NO CINQUENTENÁRIO DA CAMPANHA DA LEGALIDADE

“O Brasil soberano, livre e democrático dos dias atuais deveria rever de quando em quando os apontamentos daquele episódio de agosto de 1961, para reforçar a sua convicção de que o preço da liberdade é mesmo a eterna vigilância”.

Zero Hora, agosto de 2011.

A Campanha da Legalidade, de agosto de 1961, pode ser considerada um dos últimos levantes no Rio Grande do Sul com relevância nacional. Um ato singular contra a tentativa golpista. Neste episódio, desencadeado após a renúncia do presidente Jânio Quadros, o objetivo era defender a posse do vice-presidente eleito, João Goulart. Não à toa, carregou em seu nome a luta pela legalidade¹⁵³, pois intercedia pelo o que estava previsto na Constituição, isto é, a ordem de sucessão presidencial. Além da questão da constitucionalidade, a defesa da posse de Jango – popularmente conhecido - era vista como a manutenção da ordem pública (WASSERMAN, 2001, p. 62).

Quando a campanha foi desencadeada vivia-se um período de intensa mobilização popular, política e social, em um mundo ainda sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, bipolarizado na disputa ideológica da Guerra Fria. Especificamente no Brasil, também influenciado pelas nuances da América Latina, havia outros projetos que extrapolavam a dicotomia comunistas *versus* capitalistas, como arrolou Wasserman (2011, p. 64):

Um dos projetos era liderado pela chamada burguesia associativa, que defendia uma política econômica flexível e neoliberal. Defendiam uma abertura ao capital estrangeiro e a minimização do papel do Estado na economia. No último governo Getúlio Vargas, sobretudo, no final, desde 1953, durante as discussões acerca da criação do monopólio estatal do petróleo, eles foram chamados de entreguistas pelos opositores, os defensores do nacional-desenvolvimentismo. O outro projeto para o Brasil era representado por uma parcela da burguesia que era nacionalista e pelos governantes populistas, que defendiam o desenvolvimento nacional autônomo, a

¹⁵³ Em termos jurídicos o mais adequado seria utilizar a expressão “constitucionalidade” ao invés de “legalidade”, pois a posse do vice-presidente, na ausência do presidente, era prevista pela Constituição de 1946, ou seja, era em defesa da Carta Magna e não apenas de uma lei (“legalidade”) que a mobilização foi desencadeada. Todavia, a literatura utiliza a expressão Campanha da Legalidade.

redução da dependência, a nacionalização dos setores estratégicos da economia, a implementação de uma política externa afirmativa e a renegociação da dívida externa. No campo das relações com o proletariado, argumentavam a favor de uma melhoria nas relações entre capital e trabalho, de modo a permitir o controle das chamadas classes perigosas, os trabalhadores. Eram favoráveis à realização de reforma agrária moderada, que melhorasse o desempenho do setor primário da economia e que produzisse efeitos no crescimento do mercado consumidor de produtos industrializados. Defendiam a intervenção do Estado na economia, o controle na remessa dos lucros para o exterior, por parte das empresas estrangeiras, e uma regulamentação para a concessão de espaço para o capital externo nas atividades produtivas nacionais.

Os projetos descritos acima representavam, de certo modo, primeiramente o presidente Jânio Quadros¹⁵⁴, eleito com o apoio da UDN, partido de cunho liberal e antigetulista¹⁵⁵; e o segundo projeto, na figura do vice-presidente João Goulart representante do varguismo com a adoção de políticas reformistas¹⁵⁶. Quadros foi eleito com a promessa de “varrer a corrupção” e seu governo ficou marcado por instabilidades ideológicas com a adoção de uma política externa independente¹⁵⁷, por exemplo, o que o afastava das premissas estadunidenses. Jânio conseguiu descontentar tanta a direita como a esquerda, como afirmou Joaquim Felizardo (2003, p. 21). Apesar de ter sido eleito com votação expressiva, ou seja, contar com apoio popular, inesperadamente, renunciou ao cargo apenas sete meses após a posse.

Em viagem comercial à China, o vice-presidente Goulart recebeu a informação da renúncia e junto a ela o desejo de impedimento de sua posse pelos ministros militares - Odílio Denys (Guerra), Sílvio Heck (Marinha) e Gabriel Grün Moss (Aeronáutica). Os motivos que levaram os militares a não aceitarem Jango na presidência devia-se ao seu passado político alinhado aos trabalhadores quando assumiu a pasta do trabalho no segundo governo Vargas¹⁵⁸ e às desconfianças daqueles quanto as intenções do petebista frente ao capitalismo. A partir dessa tentativa de impedimento deu-se início à resistência democrática por sua posse¹⁵⁹. Em síntese:

¹⁵⁴ Jânio Quadros foi um político de carreira ascendente eleitoralmente, transformando-se no maior fenômeno eleitoral do período entre 1945-1964, colocando-se acima dos partidos, pois trocava de agremiação partidária praticamente a cada eleição, passou pelo PDC, PSB e até mesmo o PTB. Para chegar à presidência contou com o apoio da oligarquia financeira, dos fazendeiros, de exportadores de café e de grupos industriais paulistas (FELIZARDO, 2003, p. 19).

¹⁵⁵ Para ver mais sobre a UDN: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. A UDN e o Udenismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

¹⁵⁶ Sobre a adoção de pautas reformistas pelo PTB ver: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-964). São Paulo: Marco Zero, 1989.

¹⁵⁷ Sobre este assunto ver: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. O Brasil e a URSS na Guerra Fria: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.

¹⁵⁸ A esse respeito ver: BIANCO, Paula Cauduro. João Goulart, o ministro trabalhista, e sua relação com o movimento sindical (1953-1954). Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2015.

¹⁵⁹ A literatura sobre a Campanha da Legalidade tem grandes expoentes no jornalismo ou livros de memórias. Por exemplo: Nós e a Legalidade. Depoimentos. Porto Alegre: Editora Age, 1991; HAMILTON, Duda, MARKUN,

O movimento foi vitorioso em função da grande mobilização popular, pela defesa da legalidade constitucional, pela decidida liderança de Leonel Brizola e pela falta de apoio social mais amplo dos setores conservadores. Também pelo decidido apoio militar do III Exército e de oficiais e combatentes desertores das regiões militares fiéis a Odílio Denys, o principal articulador do golpe. O Governador goiano, Mauro Borges, foi o principal aliado do Rio Grande do Sul, enquanto a grande maioria das forças políticas assumiu uma postura moderada. A exceção foi Carlos Lacerda, que apoiou efusivamente o golpe, abrindo uma gigante onda de repressão policial e censura na Guanabara. No Rio Grande do Sul, aqueles que apoiaram o golpe, ou pelo menos que não se opuseram a ele, ficaram em relativo silêncio. Além da Rádio da Legalidade, organizada pelo Governo do estado, principal meio de comunicação entre a resistência, já que os ministros militares censuraram todas as outras formas de fazê-lo, milhares de pessoas se alistaram nos batalhões populares, chamados comitês da resistência democrática, e nas Brigadas da Legalidade (KONRAD; LAMEIRA, 2011, p. 70).

Por ter ocorrido, principalmente, no Rio Grande do Sul quando Leonel Brizola era governador do estado, e por ele ter apresentando uma postura de liderança do movimento, o objetivo deste capítulo é analisar como o político trabalhista foi retratado no cinquentenário da Campanha, em 2011. Assim foram observados as seguintes fontes: *Correio do Povo*¹⁶⁰, *Zero Hora*¹⁶¹ e *O Globo*¹⁶², entre agosto e o início de setembro de 2011.

A cobertura pela imprensa sobre os 50 anos da Campanha da Legalidade foi abaixo do que esperava¹⁶³. Apenas o *Correio do Povo*¹⁶⁴ apresentou um volume maior de reportagens, cerca de 58 menções¹⁶⁵ ao episódio, contendo uma série especial¹⁶⁶ – Legalidade 50 anos -

Paulo. 1961: Que as armas não falem. Porto Alegre: SENAC, 2003. No âmbito da historiografia encontra-se algumas publicações, cito algumas: FELIZARDO, Joaquim José. A legalidade: último levante gaúcho. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1988; NOLL, Maria Izabel et al. O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política. Porto Alegre: Webprint, 2011; FERREIRA, Jorge. A luta pela posse. In _____. João Goulart – Uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; REIS, Daniela Görden dos. Imagens do poder: as fotografias da legalidade pelas lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS, 2012.

¹⁶⁰ A consulta às edições de agosto de 2011 do *Correio do Povo* foram realizadas através de acesso on-line ao acervo digitalizado da publicação no site: <https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>. A prospecção de dados utilizou-se das palavras-chave Leonel Brizola e Legalidade.

¹⁶¹ A consulta às edições de agosto de 2011 de *Zero Hora* foi realizada no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

¹⁶² A consulta às edições de agosto de 2011 de *O Globo* foram realizadas através de acesso on-line ao acervo digitalizado da publicação no site: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. A prospecção de dados utilizou-se das palavras-chave Leonel Brizola e Legalidade.

¹⁶³ Como mencionado na Introdução, a partir de 2010 o *Jornal do Brasil* passou a ser exclusivamente digital, com um perfil distinto da versão impressa. Além disso, por apresentar dificuldades no acesso, o periódico não foi analisado para os Capítulos II e III.

¹⁶⁴ A consulta às edições de agosto de 2011 do *Correio do Povo* foram realizadas através de acesso on-line ao acervo digitalizado da publicação no site: <https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>. A prospecção de dados utilizou-se das palavras-chave Leonel Brizola e Legalidade.

¹⁶⁵ Para fins de organização e classificação das fontes foi realizado um tabelamento (via Excel) utilizando-se os seguintes critérios de classificação: data, página, seção, autor, categoria, título, descrição, citação, observação. O critério *categoria* representava a palavra-chave/definição que sintetiza a reportagem. Essas menções referem-se aos dados coletados para esse tabelamento.

¹⁶⁶ “Série lembra 50 anos da Legalidade”, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 2011.

veiculada a partir de 18 a 24 de agosto e também a publicação de um Caderno Especial, em 25 de agosto, com 8 páginas. Abaixo capa do Caderno Especial com destaque para Brizola:



Correio do Povo, 18 de agosto de 2011, capa.

Enquanto em *Zero Hora*¹⁶⁷ foram arroladas 34 menções, a partir de 19 de agosto, com manchetes em 3 capas, 1 editorial e série de reportagem intitulada *A face desconhecida da Legalidade*, publicada de 21 a 25 de agosto, que recebeu bastante destaque pelo periódico por apresentar fatos inéditos. Foram identificadas citações ao cinquentenário da Campanha até 28 de agosto. Abaixo capa da edição que apresentou a série especial:



Zero Hora, 21 de agosto de 2011, capa.

¹⁶⁷ A consulta às edições de agosto de 2011 de Zero Hora foi realizada no acervo do Museu da Comunicação Hipólito José da Costa.

O jornal *O Globo*¹⁶⁸ foi o mais sucinto na cobertura sobre a Campanha da Legalidade. O fato do cinquentenário da Legalidade ter sido pouco abordado pelo periódico fluminense julgo ser um dos primeiros indícios de que esse episódio ganhou conotações regionais. Foram arroladas apenas oito menções, com uma pequena chamada de capa em 25 de agosto e reportagens apenas até o dia 26 de agosto. Abaixo reprodução da edição de capa¹⁶⁹:



O Globo, 25 de agosto de 2011, capa.

A partir, portanto, da análise das fontes dividi o foco sobre as interpretações e narrativas em torno da figura de Leonel Brizola e da Legalidade como um todo, da seguinte forma: a luta pela democracia e as representações como líder e herói; outros fatores que complementaram a Campanha, como o próprio governo de Jânio Quadros, os locais de resistência, a Cadeia da Legalidade e a adoção do parlamentarismo; e por fim, as lembranças oficiais do governo estadual do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁸ A consulta às edições de agosto de 2011 de *O Globo* foram realizadas através de acesso on-line ao acervo digitalizado da publicação no site: <https://acervo.oglobo.globo.com/> A prospecção de dados utilizou-se das palavras-chave Leonel Brizola e Legalidade.

¹⁶⁹ A qualidade da reprodução está comprometida por ser acessada no formato on-line. O site do Acervo O Globo permite apenas salvar no formato PDF.

2.1 LEONEL BRIZOLA E A CAMPANHA DA LEGALIDADE: A LUTA PELA DEMOCRACIA

A Campanha da Legalidade foi um divisor de águas na carreira política de Leonel Brizola, a partir da mobilização em prol da posse de João Goulart, seu cunhado, o nome do governador do Rio Grande do Sul ganhou espaço no cenário nacional. Antes de agosto de 1961, as ações do então petebista já haviam reverberado no país em função das expropriações das empresas estadunidenses de telefonia e energia elétrica no Rio Grande do Sul¹⁷⁰, porém foi com a Legalidade que o alçou ao posto de liderança nacional, ao menos no âmbito do PTB, disputando espaço justamente com Goulart. De acordo com Almeida (2007, p. 53):

A historiografia e a ciência política vêm situando a Legalidade num segundo momento do governo de Brizola no Rio Grande do Sul. Esse segundo momento seria caracterizado pelas questões políticas, alicerçadas sobretudo ao episódio da Legalidade. A renúncia de Jânio Quadros é o divisor desse processo. Muito mais que uma questão sucessória, de caráter legal e constitucional, a posse do vice João Goulart tornou-se uma questão política.

A questão política que a citação sugere refere-se aos projetos, já mencionados, que Jânio Quadros e João Goulart/Leonel Brizola representavam. No entanto, esse debate foi pouco explorado durante o cinquentenário do evento. A construção da narrativa ficou alicerçada na pauta constitucional e na manutenção do regime democrático, pois, via de regra, Leonel Brizola e a Campanha da Legalidade foram retratados pelas fontes como democráticos por defender a Constituição já que nela estava previsto a posse do vice-presidente eleito, no caso, João Goulart. Porém, antes de aprofundarmos a análise da cobertura do cinquentenário da Legalidade pela imprensa é importante refletir sobre o momento que o Brasil passava, afinal a conjuntura de 2011, tanto no âmbito federal quanto estadual, explica a escolha pelo tom democrático das lembranças da Legalidade.

Em 2010 pela primeira vez uma mulher foi eleita presidenta do Brasil, um marco histórico. Aliado a isso, estava o fato de se tratar de uma ex-guerrilheira, pois Dilma Rousseff iniciou sua militância política através de grupos revolucionários que adotaram a luta armada

¹⁷⁰ Em maio de 1959, Brizola expropriou a Companhia de Energia Elétrica Rio-grandense, subsidiária da American & Foreign Power, grupo ligado à Bond & Share. E em fevereiro de 1962, no setor de comunicação, com a retomada do serviço pelo poder público da Companhia Telefônica Estadual (CTN), subsidiária da International Telephone Telegraph (ITT). Essas expropriações chamaram a atenção do governo dos Estados Unidos. Para aprofundar esse tema, ver: MIRANDA, Samir Perrone. Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

durante a ditadura¹⁷¹. Em 1970, foi presa em São Paulo, torturada pela Operação Bandeirantes e condenada a três anos pelo crime de “subversão”. Com o retorno do pluripartidarismo, participou da fundação do PDT no Rio Grande do Sul, ao lado de Carlos Araújo, seu marido na época, e uma das lideranças do partido idealizado por Leonel Brizola. Tornou-se um dos quadros importante da agremiação, assumindo cargos nos executivos municipal e estadual por sua formação em economia: foi Secretária Municipal da Fazenda durante a gestão de Alceu Collares na prefeitura de Porto Alegre, entre 1985 e 1988; presidenta da Fundação de Economia e Estatística (FEE), em 1990; secretária de Energia, Minas e Comunicação na gestão Collares, em 1993; e no governo de Olívio Dutra (PT), entre 1999 a 2002.

Em 2001, conjuntamente com outros pedetistas dissidentes liderados por José Vicente, filho de Brizola, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores¹⁷². No partido ganhou bastante espaço, participou da formulação do plano de governo de Lula, visando as eleições de 2002, e posteriormente foi nomeada Ministra das Minas e Energia, onde defendeu uma nova política energética para o país. Com a crise do Mensalão, em 2005, acabou substituindo José Dirceu - que foi obrigado a renunciar - no Ministério da Casa Civil. Foi durante sua gestão, já no segundo mandato de Lula, que foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), visando superar a crise econômica mundial de 2008¹⁷³, obtendo bons resultados. A escolha de seu nome para concorrer à presidência, decisão conduzida por Lula, levantou desconfianças no interior do partido, por ela nunca ter enfrentando um pleito eleitoral e por sua participação na luta armada, que poderia ser utilizada negativamente por seus adversários, o que de fato aconteceu. Porém, sagrou-se vitoriosa, impulsionada em boa parte pelo prestígio que o ex-presidente e seus governos gozavam junto à população.

¹⁷¹ Dilma iniciou sua militância ingressando no POLOP. Após uma cisão, passou a atuar na VPR e por fim na VAR-Palmares.

¹⁷² A dissidência no PDT foi ocasionada em função do apoio de alguns pedetistas à Tarso Genro (PT) para a prefeitura de Porto Alegre que disputou o segundo turno, nas eleições de 2000, contra Alceu Collares (PDT). Segundo a Folha de São Paulo: “Entre outros futuros novos filiados ao PT estão os nomes do ex-prefeito de Porto Alegre Sereno Chaise (que foi cassado em 1964 pelo regime militar e era um dos amigos mais próximos do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, com quem rompeu), dos secretários estaduais Dilma Rousseff (Minas e Energia) e Milton Zuanazzi (Turismo), do ex-secretário para a Metade Sul, Renan Kurtz, e dos ex-deputados Carlos Araújo e Wilson Müller. Magoado com Brizola, Chaise chegou a lhe enviar uma carta de rompimento, que o pedetista disse ter recebido sem ler. Na carta, Chaise diz: ‘o Brizola que conheci e acompanhei durante mais de 50 anos era (...) idealista, sério e coerente (...). O de hoje é a antítese daquele’. Genro venceu a eleição disputando o segundo turno com o deputado federal Alceu Collares (PDT). Na disputa, Collares aliou-se a PFL, PPB, PSDB, PMDB e PL”. *Folha de São Paulo*, 15 de fevereiro, 2001. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1502200124.htm> Acesso em 11/01/2021.

¹⁷³ Para saber mais sobre os governos de Dilma Rousseff ver: SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. Brasil: Neoliberalismo versus Democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

O primeiro ano do governo de Dilma Rousseff, portanto, ocorreu em uma conjuntura econômica e política menos favorável daquela em que Lula elegeu-se. Economicamente, ainda sob as consequências da crise de 2008; e politicamente, após crises internas no PT, com o escândalo do Mensalão. Isto é, uma conjuntura distinta, apesar dos poucos anos. Diferentemente também de 2004, ano da morte de Leonel Brizola, e de como sua memória foi construída pela imprensa, analisada no primeiro capítulo. Percebeu-se, no entanto, que apesar dos primeiros indícios de uma certa instabilidade, os ventos democráticos e otimistas ainda sopravam o que justificou o considerável destaque do governo estadual do Rio Grande do Sul ao cinquentenário da luta pela posse de João Goulart, o que será melhor abordado adiante no terceiro subcapítulo. Antes, porém, apresentarei como Leonel Brizola foi retomado pela imprensa examinada.

Além da classificação de democrático, Brizola representava no imaginário coletivo sul-riograndense, como já enunciado no primeiro capítulo, a retomada de um passado político glorioso, o qual não existia mais ou estaria enfraquecido. Quando da sua morte, esse passado retornou com força, primordialmente, o passado da Campanha da Legalidade. Nesse sentido, como explicou Wasserman (2011, p. 66):

Mais do que isso, Brizola carregou a marca do trabalhismo e da rebeldia sul-riograndense. Colocou-se no cenário regional e nacional como um verdadeiro sucessor de líderes como Bento Gonçalves e Getúlio Vargas, aqueles que haviam lutado a partir da região em nome da integração nacional. Bento Gonçalves exigia respeito do Império às características sul-riograndenses afirmando que o Rio Grande do Sul não poderia servir como a estalagem do Império, lugar de hospedaria de tropas e armas para salvaguarda das fronteiras do país. Mais tarde, Getúlio proclamava no famoso discurso, Rio Grande de pé pelo Brasil! que estava disposto a derrubar as oligarquias cafeeiras instaladas no poder desde a proclamação da República. Finalmente, em 1961, durante a Campanha da Legalidade, Brizola retomava aquele fio condutor que o transformaria em mais um mito político brasileiro e sul-riograndense.

Em vários momentos a cobertura da imprensa associou a Legalidade ao Movimento de 1930¹⁷⁴, principalmente ao realizar comparações com outros estados, como se os vizinhos tivessem medo de uma invasão de tropas sul-riograndenses. Exemplo foi a reportagem sobre a postura contrária de Santa Catarina à Legalidade ao afirmar que aquele estado foi o que mais abriu contingente contrário à Campanha, abrigando, principalmente, militares oriundos de São

¹⁷⁴ Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. O movimento marcou o fim da Primeira República e o início da Era Vargas no Brasil. Fonte: Verbetes CPDOC.

Paulo e do Rio de Janeiro¹⁷⁵. Essa busca por retomar fatos históricos do Rio Grande do Sul ou remeter à um perfil saudosista de um “gaúcho bravo e heroico” permeou - direta ou indiretamente – todas os recortes escolhidos para essa pesquisa, desde a morte de Leonel Brizola ao cinquentenário do Golpe de 1964, a ser apresentada no terceiro capítulo. Em específico sobre a Legalidade, essa associação do *povo gaúcho* que saiu em defesa do *povo brasileiro* ao sofrer a ação da renúncia e, portanto, sob o risco de um golpe, foi analisada por Diego Almeida (2012). O autor identificou essa narrativa ao analisar os editoriais do jornal *Última Hora*, durante a crise política em 1961, quando o *povo gaúcho* recebeu o apelo pela defesa do regime democrático que, segundo o jornal, era o único capaz de assegurar ao Brasil a sobrevivência como nação soberana (ALMEIDA, 2012, p. 496). A retomada desse *povo gaúcho* capaz de mudar o rumo do país estava associada ao contexto de supervalorização do gauchismo construído a partir da década de 1950, como destacou Almeida (2012, p. 497):

No contexto dos anos 1950 e 1960 a reedição de um pretense passado glorioso do Rio Grande do Sul esteve alicerçada por pressupostos teóricos e metodológicos que não somente os recursos da literatura e do romance. Luiz Carlos Barbosa Lessa foi um desses expoentes mais conhecidos e que teve grande influência na constituição dos significados e do apelo ao *localismo* como forma de compreensão da história e das identidades demarcatórias do tipo ideal do gaúcho. Sobretudo, numa forte alusão ao repertório teórico da chamada Escola de Chicago que, nas ciências sociais, representa em larga medida um conjunto de teorias cujo principal tema era o crescimento dos grandes centros urbanos e os problemas decorrentes desse crescimento que, pela primeira vez, foram estudados a partir da etnografia, os textos de Barbosa Lessa compartilham da premissa que o progresso cumpriria um papel desarticulador das relações sociais e propulsor da marginalidade e exclusão do homem do campo.

O que chamou atenção é que a construção desse imaginário ainda esteve presente nas lembranças da Legalidade após 50 anos numa tentativa de manter viva no imaginário coletivo o sentimento de pertencimento a um passado de lutas e bravuras.

Em editorial¹⁷⁶, *Zero Hora* afirmou que a Campanha da Legalidade, definida como uma resistência sob o comando do governador Leonel Brizola, ainda serviria de inspiração para os brasileiros que amam a democracia, porque o Brasil “soberano, livre e democrático” dos dias atuais deveria rever os apontamentos daquele episódio de agosto de 1961, para reforçar a convicção de que “o preço da liberdade é mesmo a eterna vigilância”¹⁷⁷. Posicionamento semelhante encontrei no *Correio do Povo*¹⁷⁸ ao caracterizar a Legalidade como resistência a

¹⁷⁵ “Florianópolis combateu os legalistas”, *Zero Hora*, 22 de agosto de 2011, p. 10.

¹⁷⁶ “Unidos pela Liberdade”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 14.

¹⁷⁷ “Unidos pela Liberdade”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 14.

¹⁷⁸ “O último levante gaúcho: marco na história do país e do Rio Grande do Sul, episódio da Legalidade completa seus 50 anos”, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 2011, p. 23. Reportagem Especial: Legalidade 50 anos.

partir dos porões do Piratini “no Rio Grande governado por Leonel Brizola”, em defesa do cumprimento da Constituição – e da democracia - com a posse do vice-presidente, embora com gosto amargo diante da adoção do parlamentarismo: "Foram necessários 12 dias de resistência para que a Constituição fosse enfim cumprida, mas não em pleno contento de quem resistiu. Jango sucumbira ao parlamentarismo"¹⁷⁹. Percebe-se nas citações acima o quanto a ação de Brizola foi supervalorizada.

Segundo *O Globo*, a Campanha da Legalidade acabou por iludir a esquerda que julgou ter força suficiente para avançar nas reformas estruturais e enfrentar a elite conservadora. Isto é:

[...] a mobilização animou a todas as forças identificadas com o nacionalismo e com as reformas sociais, além daqueles que acreditavam na democracia. A percepção geral era de que a democracia no Brasil, embora limitada, já estava consolidada e a sociedade não toleraria mais golpes de Estado (KONRAD; LAMEIRA, 2011, p. 71).

Para o historiador Jorge Ferreira, em 1963, na votação do plebiscito, as esquerdas também se reuniram, mas que em 1964 a defesa não era pela legalidade, e sim "as reformas na lei ou na marra, e o lema não mobilizou"¹⁸⁰. Essas proposições o pesquisador vinha apresentando em trabalhos anteriores e, especialmente, em sua biografia sobre João Goulart (2011). No artigo *O Imaginário Trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular* (2005, p. 366), o autor defendeu que as esquerdas “não perceberam a importância e, sobretudo não consideraram, a questão democrática”¹⁸¹. *O Globo* reforçou esse argumento ao afirmar que 1961 foi um movimento liderado por civis em defesa da Carta Magna impedindo um golpe militar ao adotar o parlamentarismo como uma saída hábil para evitar o "atropelamento dos militares"¹⁸². No entanto, três anos depois foi impossível evitar a ruptura institucional “com o próprio Jango investindo contra a Constituição. Ambos os lados rasgaram-na afinal”¹⁸³. Essa afirmação demonstrou uma mudança de perspectiva do periódico, haja vista que nas lembranças sobre o golpe de 1964, tema que será melhor aprofundado no terceiro capítulo, praticamente não há a afirmação sobre especificamente Jango ser antidemocrático, no máximo

¹⁷⁹ “O último levante gaúcho: marco na história do país e do Rio Grande do Sul, episódio da Legalidade completa seus 50 anos”, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 2011, p. 23. Reportagem Especial: Legalidade 50 anos.

¹⁸⁰ “Vitória sobre militares em 61 iludiu esquerda: apoio popular ao movimento liderado por Brizola para garantir posse de Jango não se repetiu três anos depois”, *O Globo*, 25 de agosto de 2011, p. 12. Especial Legalidade, 50 anos.

¹⁸¹ No terceiro capítulo essa questão da esquerda não democrática será aprofundada.

¹⁸² “Há 50 anos”, *O Globo*, 26 de agosto, 2011, p. 11. Especial Legalidade, 50 anos.

¹⁸³ “Há 50 anos”, *O Globo*, 26 de agosto, 2011, p. 11. Especial Legalidade, 50 anos. Esse posicionamento tão enfático sobre o caráter anti-democrático de João Goulart será amenizado, embora não desapareça, em 2014 na retomada do Golpe de 1964, assunto a ser tratado no capítulo III.

encontrou-se sobre o radicalismo da esquerda – sob conotação negativa - que levou ao acirramento político do início da década de 1960.

Sobre a resistência da esquerda em 1961 ter atingido sucesso, mesmo que parcialmente com a aprovação do parlamentarismo, enquanto em 1964 foram rapidamente derrotados, outros fatores devem ser considerados e não apenas a premissa de uma esquerda não democrática sintetizada na imagem de Goulart “investindo contra a Constituição”. Fatores de curto prazo que foram estabelecidos após a posse de Jango como os debates em torno das reformas de base, o comício da Central do Brasil, a Marcha da família com Deus pela Liberdade, o movimento dos sargentos e a reação favorável de setores significativos da sociedade a tomada do poder pelos militares (ABREU, 2013, p. 129). Apoio influenciado pela perspectiva anticomunista, estimulado por forte propaganda ideológica financiada com recursos internacionais. Em suma, a Campanha da Legalidade foi retomada em seu cinquentenário pela imprensa analisada como um movimento em prol da democracia sob a liderança do governador Leonel Brizola o que se aproxima bastante da memória majoritária sobre o episódio.

2.1.1 BRIZOLA: LÍDER DA LEGALIDADE

Após a classificação de democrático, a definição que mais apareceu foi a de líder: líder do movimento, líder da esquerda ou líder trabalhista. Em *Zero Hora*, o governador foi retratado como o grande, e aparentemente único, mobilizador da Campanha da Legalidade:

O veto da cúpula militar levou Leonel Brizola a reagir imediatamente, transformando em poucas horas o Rio Grande do Sul no epicentro de um terremoto político. [...] Milhares de pessoas acamparam na Praça da Matriz em apoio à mobilização de Brizola¹⁸⁴.

Nesse sentido, no texto¹⁸⁵ assinado por Dione Kuhn e Nilson Mariano, também para *ZH*, os jornalistas defenderam que a renúncia de Jânio Quadros foi uma oportunidade para Brizola, que vinha motivado de um encontro com Che Guevara e por suas pretensões de chegar à presidência antes dos 50 anos - com um discurso antiamericano bem traçado e “disposição para a briga” – viu naquele momento a sua chance:

¹⁸⁴ “Um resumo da história”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 10.

¹⁸⁵ “25 de agosto, o início do levante”, *Zero Hora*, 25 de agosto de 2011, p. 32. Reportagem Especial.

Uma das explicações para Brizola ter agido de forma rápida na mobilização dos gaúchos – requisitando pneus e combustível, distribuindo armas e encampando uma emissora de rádio para se comunicar com a população – está no fato de o líder trabalhista desde o início de sua trajetória política ter procurado traçar planos, colocar suas ideias no papel de acordo com as circunstâncias do momento¹⁸⁶.

Os jornalistas fizeram tais afirmações com base em anotações de “próprio punho” de Brizola encontrado em seu acervo pessoal com “todos seus passos e estratégias”¹⁸⁷. As motivações de cunho pessoal, levantadas pelos jornalistas, são coerentes, entretanto essa estratégia para assumir a presidência perpassava pela chegada ao Planalto de outro petebista, seu cunhado Goulart. Portanto, além da alusão cívica de responsabilidade pelo cumprimento da Constituição, houve a expressão de um ideal político de Brizola que com a chegada do PTB ao poder, através de Jango, as realizações das Reformas de Base poderiam ser efetivadas (ALMEIDA, 2007, p. 57).

A perspectiva de Brizola como o líder do movimento também foi exposta no *Correio do Povo* ao trazer uma série de informações factuais colocando o governador sempre à frente das decisões. Como por exemplo, ao realizar diversas ligações telefônicas a outros governadores logo após o anúncio da renúncia; quando recebeu a informação, através do deputado Rui Ramos, que os militares não iriam aceitar a posse de Jango e o prenderiam ao regressar ao Brasil, disse: “Ninguém dará o golpe por telefone! O Rio Grande não aceita o golpe e a ele não se submeterá”¹⁸⁸; e por fim, por ter sido “homem de visão” por ter colocado a Brigada Militar de prontidão logo que soube da crise¹⁸⁹.

Embora o foco deste capítulo seja analisar a construção da memória de Leonel Brizola a partir das rememorações da Campanha da Legalidade na imprensa, em 2011, julgo importante acrescentar à essa análise os dados levantados por Ana Rodrigues (2014) sobre as consultas ao acervo fotográfico do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa, localizado em Porto Alegre, pois eles apresentam a mesma linha argumentativa de nossas fontes, qual seja, a preponderância da imagem de Leonel Brizola como líder do movimento:

Em primeiro lugar, ao tomarmos como ponto de análise o governador Brizola, podemos considerar que houve uma preocupação em consultar fotos nas quais o principal personagem da Campanha da Legalidade esteja em primeiro plano ou em posição de liderança. Este número grande de consultas, comparadas em relação ao presidente João Goulart, indica uma espécie de enaltecimento do personagem histórico. Por exemplo, o presidente João Goulart somente aparece em cinco (5)

¹⁸⁶ “25 de agosto, o início do levante”, Zero Hora, 25 de agosto de 2011, p. 32. Reportagem Especial.

¹⁸⁷ “25 de agosto, o início do levante”, Zero Hora, 25 de agosto de 2011, p. 32. Reportagem Especial.

¹⁸⁸ “Brizola prepara resistência: governador gaúcho não aceita qualquer golpe e diz que o Rio Grande está ao lado da Constituição”, Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 03.

¹⁸⁹ “As incertezas do dia 26: Dia seguinte à renúncia é marcado por indefinições e manifestações de apoio e de repúdio a Jânio”, Correio do Povo, 26 de agosto de 2011, p. 10.

imagens, sendo que em três (3) ele está ao lado de Leonel Brizola. Também chama a atenção que três fotos das mais consultadas são as de Brizola conferindo os postos de segurança e barricadas levantadas pelas tropas da Brigada leais ao movimento. Essas fotos, além de conferirem *status* de liderança ainda maior a Brizola, reforçam o espírito bélico que predominou naqueles dias (RODRIGUES, 2014, p. 132).

O interesse dos consultores a esse acervo fotográfico se deu principalmente à figura do ex-governador, desse modo, a imprensa analisada reproduziu um discurso alinhado à literatura histórica e ao imaginário coletivo. Ademais, o próximo tópico mais consultado naquele acervo e arrolado por Rodrigues refere-se às tropas da Brigada Militar, o que também está associado a Brizola e foi outro ponto em comum na imprensa consultada:

Essa ideia de ascendência de Brizola pode ser a explicação de porque houve um grande número de consultas às imagens das tropas da Brigada Militar, que sob o seu comando, formaram o baluarte da resistência ao golpe iminente. Ressalte-se, também, que as imagens mais consultadas das tropas ou mostram os soldados e seus armamentos, ou então soldados lendo o jornal Última Hora, que desde cedo se colocou a favor da Campanha da Legalidade. Note-se que nas capas dos jornais estão impressas frases de impacto como “Jango: vou voltar para assumir ou morrer” e “Brigada: baluarte na defesa da ordem e da lei!” (RODRIGUES, 2014, p. 132).

Segundo a narrativa apresentada pela imprensa no cinquentenário a postura de liderança do governador frente aos fatos de agosto de 1961 foi decisiva para angariar apoio, como veremos a seguir. Em 1961 Brizola gozava de prestígio entre os setores subalternos das Forças Armadas e da Brigada Militar¹⁹⁰ e durante a Legalidade "os discursos cada vez mais inflamados" do governador interferiram "no emocional das tropas"¹⁹¹, especialmente os sargentos do 18º Regimento de Infantaria do Exército e os sargentos da 5ª Zona Aérea de Canoas. Muitos deles desertariam caso tivessem que enfrentar a população e alguns chegaram a ser presos dentro do quartel, pelo menos oito jovens oficiais e quatro sargentos¹⁹².

A ação dos sargentos da Base Aérea de Canoas foi decisiva naqueles dias de agosto, pois evitaram a saída dos aviões destinados a bombardear o Palácio Piratini e a Praça da Matriz. Eles não foram esquecidos no cinquentenário da Legalidade e suas participações foram retomadas, especialmente através de entrevistas para as os jornais analisados. Em uma delas, a esposa de Alfredo Ribeiro Daudt, capitão-aviador na época e que viria a se tornar avô de Juliana Brizola, relatou as dificuldades que enfrentaram após a expulsão do marido da Aeronáutica com o golpe de 1964, justamente em função da sua participação na Campanha da Legalidade. Daudt

¹⁹⁰ Sobre a relação de Leonel Brizola com os setores subalternos das Forças Armadas, ver: ROLIM, César Daniel. Leonel Brizola e as forças subalternas das Forças Armadas brasileiras (1961-1964). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

¹⁹¹ “Se houvesse confronto, a maioria desertaria”, Zero Hora, 24 de agosto de 2011, p. 13.

¹⁹² “Se houvesse confronto, a maioria desertaria”, Zero Hora, 24 de agosto de 2011, p. 13.

e sua família nunca foram indenizados pela expulsão arbitrária e sua esposa teve direito apenas a pensão de viúva¹⁹³.

Ângelo Vasto, que também servia na Base Aérea de Canoas, relatou que os oficiais não informaram por qual motivo estavam preparando os aviões, porém ele e seus colegas desconfiavam que seria para bombardear o Piratini. Vasto teria dito ao oficial que os aviões não sairiam, então o suboficial Francisco Figueiredo sugeriu tirar ar dos pneus dos aviões¹⁹⁴. O antigo cabo, Marcial Ribeiro, presenciou a chegada de Cordeiro Farias na Base Aérea, o substituto de Machado Lopes após o general ter declarado apoio à posse de Goulart. Todavia, conforme Ribeiro, o novo general foi informado que ao aterrissar seria preso pelas tropas legalistas. E assim como Daudt, o cabo Marcial Ribeiro passou a ser perseguido por oficiais anti-legalistas e foi obrigado a deixar a aeronáutica, pondo fim à sua carreira militar¹⁹⁵. Outro a destacar o apoio de setores militares a 1961, e em especial à Brizola, foi Antônio de Pádua, um dos fundadores do PDT e amigo do ex-governador desde a adolescência¹⁹⁶. Para Pádua, o Rio Grande do Sul só esteve unido em dois momentos: na Revolução de 1930 e na Legalidade¹⁹⁷. Embora também tivessem tropas contrárias à posse de Jango, como em um quartel de Uruguaiana¹⁹⁸. Segundo a matéria houve desentendimento entre militares, visto que, para alguns ser legalista era estar ao lado dos ministros militares¹⁹⁹.

Em série especial, assinada por Dione Kuhn e Nilson Mariano, que foi o carro chefe da programação de *Zero Hora* sobre o cinquentenário da Legalidade os jornalistas²⁰⁰ trouxeram como destaque o episódio, intitulado por eles, como o *trem da Legalidade*. Essa série foi apresentada como tema inédito: “A face desconhecida da Legalidade mostrará o que ainda não foi explorado nos livros de história sobre o movimento”²⁰¹. Antes da publicação de fato da matéria, divulgou-se seu conteúdo com manchete de capa, ou seja, houve empenho para enaltecer o trabalho dos jornalistas²⁰² principalmente por atribuir caráter inédito. O diretor de

¹⁹³ “O capitão da Legalidade: Alfredo Ribeiro Daudt, então capitão aviador, ajudou a impedir o bombardeio ao Palácio Piratini”, *Correio do Povo*, 29 de agosto de 2011, p. 17.

¹⁹⁴ “O esquadrão que iria silenciar o Piratini”, *Correio do Povo*, 25 de agosto de 2011, p. 06.

¹⁹⁵ “Se houvesse confronto, a maioria desertaria”, *Zero Hora*, 24 de agosto de 2011, p. 13.

¹⁹⁶ “Entidade nacionalista mostrou sua força”, *Correio do Povo*, 25 de agosto de 2011, p. 3. Caderno Especial.

¹⁹⁷ “Um pequeno grande homem pela unidade”, *Correio do Povo*, 25 de agosto de 2011, p. 3. Caderno Especial. Coluna de Juremir Machado da Silva.

¹⁹⁸ *Zero Hora*, 23 de agosto de 2011, capa.

¹⁹⁹ “Em Uruguaiana, a maior cisão nos quartéis gaúchos”, *Zero Hora*, 23 de agosto de 2011, p. 18.

²⁰⁰ Nilson Mariano também é historiador.

²⁰¹ “Série de ZH traz fatos novos sobre 1961”, *Zero Hora*, 20 de agosto de 2011, p. 16.

²⁰² A jornalista Dione Kuhn publicou um livro sobre Leonel Brizola, “Brizola: da legalidade ao exílio”, de 2004. O livro originou-se de duas séries de reportagens publicadas em *Zero Hora*. Foi premiada pela série de reportagens “Legalidade 40 anos”, recebendo o IV Prêmio Imprensa Embratel na categoria Região Sul e o Prêmio ARI de Jornalismo. Para essas matérias, Kuhn, realizou diversas entrevistas com Brizola e teve a chance de acessar seu arquivo pessoal.

redação, Ricardo Stefanelli, afirmou que foi uma contribuição para a história e “um dos maiores trabalhos jornalísticos que *Zero Hora* já produziu”²⁰³.

A série referia-se a um comboio oficial de trem que percorreria três estados com saída em Santiago (RS), em 02 de setembro, e que deveria chegar em Ourinho (SP). Segundo a matéria, o episódio foi divulgado como concretizado, mas que na verdade não ocorreu, pois, o trem não chegou ao destino. Brizola sustentava que a composição teria chegado até Ourinhos (SP), “arrebanhando multidões numa jornada épica de 2,4 mil quilômetros”²⁰⁴ – ida e volta. Todavia o trem foi apenas até Marcelino Ramos (RS)²⁰⁵. Segundo os jornalistas, o governador comparava a incursão no Sul do país à manobra do general norte-americano George Patton, que durante a Segunda Guerra mundial varreu a Europa libertando nações dominadas por Hitler: “É um exagero que se atribui ao líder trabalhista”²⁰⁶.

As informações sobre o *trem da legalidade* foram colhidas através de diversas entrevistas com homens que teriam participado do comboio. Um dos entrevistados, Clodoaldo dos Santos Ofieman, na época maquinista, informou que era um trem atrás do outro, transportando soldados e metralhadoras²⁰⁷. Há registro de Brizola com o general Osório, em 17 de setembro, quando desfilaram em Santiago para homenagear os participantes do comboio. O ex-prefeito de Santiago relatou que quando o trem chegou na localidade o clima foi de harmonia²⁰⁸.

Na cidade de Ourinhos, o *trem da legalidade* não era conhecido. Jairo Teixeira Diniz, que controlava as linhas na cidade, disse desconhecer o fato, assim como em outros relatos que foram colhidos em Ponta Grossa (PR) e em Piratuba (SC). Ninguém confirmava a passagem do comboio, inclusive historiadores foram consultados²⁰⁹. Identificou-se que a reportagem buscou ouvir várias opiniões para se certificar de que o fato não teria acontecido da forma que foi divulgado na época, mas que fora publicizado por Brizola como algo relevante. Esse episódio ganhou muito espaço na publicação, o que leva a duas hipóteses: supervalorização de *Zero Hora* para ganhar visibilidade ou tentativa de desmistificar Brizola, haja vista que tem exageros por parte do ex-governador quanto a esse comboio.

²⁰³ “Uma contribuição para a História”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 2. Cartas do editor. Importante mencionar que algumas declarações acerca da relevância destas reportagens parecem supervalorizar o trabalho de *Zero Hora*, isto é, há uma autopromoção do trabalho investigativo do episódio que, em termos históricos, não aparentar ter tamanha expressão.

²⁰⁴ “Ficamos em Marcelino Ramos”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 5.

²⁰⁵ “Ficamos em Marcelino Ramos”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 5. A reportagem apresentou uma arte com o trajeto do comboio, de Santiago a Marcelino Ramos.

²⁰⁶ “Revelações sobre a Legalidade”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 4.

²⁰⁷ “Passo Fundo: recepcionou com foguetório”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 6.

²⁰⁸ “Marcelino Ramos hospedou tropas”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 8.

²⁰⁹ “Ourinho não viu soldados gaúchos”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 10.

2.1.2 BRIZOLA: HERÓI DA LEGALIDADE

Além de ser considerado o principal líder do movimento, Brizola foi retratado como *herói*. Juremir Machado, colunista do *Correio do Povo*, foi o jornalista que mais escreveu sobre a Legalidade dentre as nossas fontes, sempre numa perspectiva positiva e o que mais utilizou o termo *herói* para definir o ex-governador do Rio Grande do Sul. Além da escrita no jornal, também publicou um livro dedicado à Campanha da Legalidade. Nele o jornalista apresentou os seus heróis, “renomados e anônimos”. Os anônimos seriam principalmente os sargentos da aeronáutica da Base Aérea de Canoas e também os jornalistas que ficaram presentes no Piratini, enquanto Jango era o herói comedido, aquele que aceitou perder poderes para evitar um banho de sangue²¹⁰.

Já Brizola “seria o herói de fogo, com sua metralhadora e seu microfone, como se brandisse sua espada de menino contra os golpistas fardados, em favor da Constituição”²¹¹, aquele que estava disposto a perder a vida. E parafraseando Joaquim Felizardo, afirmou que se tratava do “último levante gaúcho da era do rádio”, mas que também foi o “primeiro grande levante de um homem impondo o seu nome: Leonel Itagiba de Moura Brizola. O nome da voz. A voz da Legalidade”²¹².

A anedota sobre o nome foi abordada em outra coluna de Machado, “De Itagiba a Leonel Brizola”, onde reproduziu a história de que Brizola teria escolhido o próprio nome. A mãe o batizou de Leonel Itagiba (Leonel em homenagem a Leonel Rocha - maragato, chefe de seu pai na Revolução Federalista), mas quando precisou de uma certidão de nascimento para estudar em Viamão pediu para retirar Itagiba. Para o colunista, “o homem que se tornaria herói em 1961, vinha fazendo seu nome desde criança”²¹³.

Em outro texto sustentou que Leonel Brizola e João Goulart foram os maiores heróis do estado nos últimos 50 anos²¹⁴. Que nos últimos dias estava recebendo muitas críticas contrárias aos dois trabalhistas, acusavam o primeiro de comunista e provocador e o segundo de traidor dos fazendeiros, haja vista sua proposta de reforma agrária mesmo sendo estancieiro²¹⁵. Apesar das críticas afirmou:

²¹⁰ “Heróis renomados e anônimos”, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 2011, p. 23.

²¹¹ “Heróis renomados e anônimos”, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 2011, p. 23.

²¹² “Heróis renomados e anônimos”, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 2011, p. 23.

²¹³ “De Itagiba a Leonel Brizola”, *Correio do Povo*, 22 de agosto de 2011, p. 17.

²¹⁴ “Cavalos e heróis”, *Correio do Povo*, 14 de agosto de 2011, p. 2.

²¹⁵ “Cavalos e heróis”, *Correio do Povo*, 14 de agosto de 2011, p. 2.

Pretendo sustentar o que venho dizendo: em 1961, tivemos dois grandes heróis, Leonel Brizola e João Goulart, que foram apoiados por uma população em estado de engajamento político heroico, por sargentos da Aeronáutica capazes de praticar o heroísmo da desobediência²¹⁶.

Para o jornalista quem deveria ser o patrono da Feira do Livro em 2011 era Brizola, uma homenagem póstuma como anteriormente era possível: “um dos maiores incentivadores da educação, logo dos livros, da história do Rio Grande do Sul. Além de tudo, um herói, o grande herói da Rede da Legalidade”²¹⁷. Relembrou uma anedota: em 27 de agosto de 1961 tinha um Grenal²¹⁸ marcado que foi adiado em função da crise sobre a posse de Jango, coincidentemente, também estava marcado outro Grenal em agosto de 2011. Para lembrar a Campanha, deveriam tocar o Hino da Legalidade antes da partida de futebol²¹⁹. De acordo com *Zero Hora*, a coincidência se tornou simbólica, pois reuniria novamente gaúchos, gremistas e colorados, cantando o hino sul-rio-grandense, para lembrar dos dias “que decidiram resistir em nome da Constituição, contra os ventos da ditadura que começavam a soprar”²²⁰. Seria o “Grenal da Legalidade”. Enquanto Juremir Machado fez uma ode ao Hino da Legalidade, *Zero Hora* preferiu destacar o hino do estado, valorizando o regionalismo.

Zero Hora também demarcava Brizola como *herói*, embora incluísse outros ao hall: “Os heróis da legalidade merecem ser devidamente reverenciados”²²¹, todavia não deixou claro à quais nomes se referia. Nessa mesma linha argumentativa, Afonso Motta em artigo²²² para o jornal, discorreu elogios ao pedetista. Motta foi deputado federal pelo PDT, além de secretário estadual. Afirmou ser justa a homenagem ao movimento democrático e constitucional que foi a Legalidade e buscou fazer um paralelo sobre a tentativa de amadurecimento da nossa democracia com inclusão “de milhões de pobres marginalizados”. Chamou à reflexão sobre a adoção do liberalismo que levou à crise Estados Unidos e Europa, pare ele a saída era a defesa do Estado, assim como Brizola fazia:

O trabalhismo pregava as reformas de base que até hoje não aconteceram. [Brizola] também não abria mão da defesa do patrimônio nacional. Nunca faltou coragem aos trabalhistas. Getúlio, Jango e Brizola perseguidos e exilados, deram a própria vida para a pátria²²³.

²¹⁶ “Legalidade no Piratini”, *Correio do Povo*, 29 de agosto de 2011, p. 2.

²¹⁷ “Não serei patrono”, *Correio do Povo*, 12 de agosto de 2011, p. 2.

²¹⁸ Partida de futebol entre os principais times de Porto Alegre: Grêmio e Internacional.

²¹⁹ “Não serei patrono”, *Correio do Povo*, 12 de agosto de 2011, p. 2.

²²⁰ “Aquele Grenal, 50 anos depois”, *Zero Hora*, 28 de agosto de 2011, p. 36.

²²¹ “Unidos pela Liberdade”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 14.

²²² “Brizola na atualidade”, *Zero Hora*, 27 de agosto de 2011, p. 15. As próximas citações referem-se a esse artigo.

²²³ “Brizola na atualidade”, *Zero Hora*, 27 de agosto de 2011, p. 15.

Encerrou o texto fazendo elogios ao ex-presidente do PDT ao defender que em seus governos não tiveram casos de corrupção, era um realizador e um homem de ação. Seus atos e princípios, segundo Motta, deveriam servir de exemplo para o proceder dos políticos que ocupam os espaços de governo: “Brizola levantou os gaúchos e o Brasil para defender os princípios da Constituição e para impedir o golpe contra a democracia que acabou se consumando em 1964”²²⁴.

Em suma, a Legalidade foi tratada por esses intérpretes divulgados nas fontes como um “passado glorioso” e que era justa a homenagem àqueles agentes desse passado, desde João Goulart, Brizola e anônimos²²⁵. No que diz respeito à elevação de Brizola à categoria de herói associado a um passado glorioso do Rio Grande do Sul, Almeida (2012, p. 503) traz algumas reflexões:

Talvez Brizola possa ser visto sob prismas diferenciados de abordagem, como um sujeito atento às possibilidades de enunciação de sua época que soube muito bem utilizar-se de recursos importantes como a imprensa e o rádio para veicular suas ideias e aglutinar seguidores para *sua* Legalidade, episódio que, se bem lembrado, marca a transferência para uma área de influência política maior. Muito possivelmente a *figura heroica* de Brizola para os “gaúchos” esteja assentada, ainda que combinada com outras perspectivas, numa memória que procura fazer daquilo que significa ser o “gaúcho”.

Além desse argumento, cabe problematizar a categorização de herói sob outro prisma, afinal, como já asseverou João Santos (2002), o governador não agiu sozinho, aliás nenhum grande episódio histórico se dá de forma solitária. E no caso da Campanha da Legalidade, além do protagonismo de Leonel Brizola, contou com forte apoio e força de mobilização de distintos setores, assim:

Nas principais cidades, os comunistas foram os mais dinâmicos e ativos na frente da organização dos comitês da resistência democrática. Porém, a organização dos comitês da resistência democrática não foi prerrogativa exclusiva dos comunistas. Praticamente todos os grupos organizados acataram a idéia [sic] de constituir essas organizações, inclusive os Centros de Tradições Gaúchas, espaços que, até hoje, abrigam setores mais conservadores da sociedade sul-rio-grandense. O fato é que, rapidamente, Leonel Brizola obteve uma extraordinária adesão à luta para garantir a posse de Jango. Os partidos políticos de oposição, o próprio arcebispo Dom Vicente Scherer, não esconderam a adesão a Leonel Brizola. Porém, o episódio que mais revela a unanimidade em torno da defesa da posse de Jango foi o pronunciamento conjunto dos dois maiores rivais do futebol gaúcho: o Grêmio e o Internacional (SANTOS, 2002, p. 180).

²²⁴ “Brizola na atualidade”, Zero Hora, 27 de agosto de 2011, p. 15.

²²⁵ “Homenagem a um passado glorioso”, Correio do Povo, 04 de agosto de 2011, p. 23.

Santos (2002, p. 173) credita que a decisão de Brizola em lançar-se a frente da Legalidade poderia sim estar em seus planos individuais de liderança, mas o que foi decisivo para tomar essa decisão e ali naquele episódio ter a chance do seu protagonismo foram os primeiros indícios de mobilização popular ainda na tarde de 25 de agosto, enquanto o governo buscava confirmar a renúncia de Jânio e descartar a possibilidade de golpe. O autor informou que a direção regional do Partido Comunista se reuniu no meio da tarde para discutir a situação e planejar sua ação, saíram da reunião com uma manifestação planejada e o chamamento para greve geral no dia seguinte. Ainda naquele dia o Comando Sindical de Porto Alegre organizou uma manifestação com a presença de cerca de 5 mil trabalhadores e estudantes no Largo da Prefeitura. Arrolada todas essas informações, Santos (2002, p. 174) propõe:

Ao saber que o III Exército estava dividido, ao perceber o apoio generalizado dos parlamentares gaúchos e, por último, ao constatar a rápida manifestação das lideranças sindicais e populares em defesa da Constituição, Leonel Brizola viu não apenas uma possibilidade para deflagrar um movimento em favor da legalidade constitucional, mas uma verdadeira oportunidade para tornar-se uma liderança de projeção nacional e extrair dividendos para o Rio Grande do Sul.

A respeito da mobilização dos estudantes, Paulo Boer da Silva, presidente do Grêmio Estudantil do Julinho, em 1961, contou em entrevista que os estudantes se reuniram em passeata da frente do colégio até o Piratini em apoio ao movimento e que lá mantiveram-se em vigília. Após a crise, o governador os chamou até a sede do governo estadual para agradecer²²⁶.

2.2 OUTRAS ABORDAGENS SOBRE O CINQUENTENÁRIO DA LEGALIDADE

Embora este capítulo foque na atuação de Leonel Brizola durante a Campanha da Legalidade e a leitura de sua participação na imprensa 50 anos depois, cabe apontar brevemente alguns outros episódios do passado que foram retomados pelas fontes e que também se relacionam com a imagem de Brizola, tais como: as impressões sobre o governo de Jânio Quadros e suas possíveis motivações para a renúncia; os locais onde ocorreram os principais focos de resistência, especialmente em Porto Alegre; a tão emblemática Cadeia da Legalidade,

²²⁶ “Com a força dos estudantes”, Correio do Povo, 26 de agosto de 2011, p. 11.

que foi fundamental para mobilizar a população; e por último, a polêmica saída pelo sistema Parlamentar.

2.2.1 GOVERNO JÂNIO QUADROS E A RENÚNCIA

Nas lembranças da Legalidade, o governo de Jânio Quadros foi retomado a partir de dois eixos: suas polêmicas e as possíveis motivações que o levaram a renunciar. Dentre essas polêmicas está a condecoração de Che Guevara. O *Correio do Povo* reproduziu capa da *Folha da Tarde*, de 1961, ressaltando a preocupação da América sobre a atitude do presidente. O fato ocorreu quando Che passou por Brasília voltando da Conferência em Punta del Este²²⁷. Essa atitude foi uma dentre as que aumentaram o desgaste do governo por adotar uma política internacional independente²²⁸.

Outro fator de desestabilidade foram as dificuldades na governabilidade em função do presidente e o vice representarem ideologias distintas, pois o PTB, partido de Jango, assumirá uma postura reformista²²⁹. Em suma, o presidente e seu vice mantinham uma relação difícil²³⁰. O aceite de Goulart para a viagem à China com propósito comercial e passagem por Moscou, foi marcada por desconfiança, segundo *Correio do Povo*. Em manchete o jornal levantou dúvidas sobre a decisão do presidente enviar seu vice para viagem justamente quando renunciou: “Vice em missão diplomática: propositalmente ou por simples coincidência, João Goulart cumpria agenda na China comunista”²³¹. Diversas matérias foram publicadas relatando o clima de perplexidade e dúvida entre a população após a renúncia²³². Para o *Correio do Povo*, em 1961 - e reproduzido 50 anos depois - a renúncia de Jânio Quadros representou um prejuízo “à saúde do regime” democrático, vista como uma espécie de *doença congênita* do Brasil ao ser associada ao termo saúde referindo-se à incipiente democracia (ALMEIDA, 2012, p. 491). Do mesmo modo, divulgaram as primeiras reações após o anúncio, como por exemplo, na

²²⁷ “A polêmica condecoração: Che Guevara recebe comenda de Jânio Quadros e se transforma no pivô da crise governamental”, *Correio do Povo*, 19 de agosto de 2011, p. 19.

²²⁸ “Uma presidência dividida: no Brasil de 1961, o presidente era de um partido, o vice, de outro. E a governabilidade estava em jogo”, *Correio do Povo*, 20 de agosto de 2011, p. 19.

²²⁹ “Uma presidência dividida: no Brasil de 1961, o presidente era de um partido, o vice, de outro. E a governabilidade estava em jogo”, *Correio do Povo*, 20 de agosto de 2011, p. 19.

²³⁰ “Uma presidência dividida: no Brasil de 1961, o presidente era de um partido, o vice, de outro. E a governabilidade estava em jogo”, *Correio do Povo*, 20 de agosto de 2011, p. 19.

²³¹ “Vice em missão diplomática: propositalmente ou por simples coincidência, João Goulart cumpria agenda na China comunista”, *Correio do Povo*, 22 de agosto de 2011, p. 17.

²³² “País chocado com a renúncia”, *Correio do Povo*, 25 de agosto de 2011, p. 2. Caderno Especial.

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul com o pronunciamento de Sereno Chaise, líder do PTB na Casa, em apoio à posse do vice João Goulart e pela manutenção do regime democrático²³³, como exposto abaixo:



Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 2. Caderno Especial.

Em 1961, além do PTB, o PSD – segundo partido com mais cadeiras na ALRGS – manifestou-se a favor da legalidade constitucional, logo após as orientações do diretório nacional e as manifestações de lideranças como Juscelino Kubitschek. Esse movimento de adesão também foi sentido na Câmara e no Senado Federal, pelo menos entre as bancadas do PTB e PSD, que juntas representavam a maioria. Esse movimento de adesão à posse, embora ainda existisse do outro lado a força dos militares e da UDN, impulsionaram Leonel Brizola à mobilização:

Dessa forma, o então governador consegue arregimentar e articular forças no sentido de qualquer resistência a um possível golpe. Assim, não foi somente a personalidade pública e política de Brizola a participar do movimento. Diversos são os personagens envolvidos neste contexto. Foi assim que Brizola encontrou terreno propício para suas manifestações, buscando referendar apoio ao que defendia. Foi somente a partir da certeza de que haveria ao menos o apoio de parlamentares de seu partido, do secretariado e da Assembleia Legislativa que Brizola lançou o manifesto da Legalidade. O primeiro oficial, dirigido à população, de uma maneira geral (ALMEIDA, 2007, p. 62).

Em uma de suas reflexões, Flávio Tavares, buscou entender por que Jânio Quadros havia renunciado. O colunista não acreditava na versão de “golpe branco”, isto é, que teria renunciado para reassumir com poderes amplos. Todavia, comunicou que leu em uma entrevista de Jânio

²³³ “Clima de unidade pela posse do vice”, Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 2. Caderno Especial.

a seu neto na qual o ex-presidente afirmava que renunciará acreditando que o clamariam para manter-se no cargo e que teria mandado seu vice para China de caso pensado. Entretanto, Tavares asseverou que faltou a Jânio o que sobrou a Brizola: “audácia e capacidade de mobilizar o povo”²³⁴. Do mesmo modo, Juremir Machado questionou-se sobre as motivações do presidente. Para ele o país tem muitas perguntas sem respostas, dentre elas por que Jânio renunciou e por que Jango não resistiu em 1964. O colunista acreditava que o país só ficou tão surpreendido em 1950 com a derrota pro Uruguai, quanto da renúncia de Jânio Quadros²³⁵.

2.2.2 OS LOCAIS DE RESISTÊNCIA

O Palácio do Piratini, sede do governo do Rio Grande do Sul, foi o grande palco dos acontecimentos da Campanha da Legalidade, junto a ele, a Praça da Matriz. Para *O Globo*:

A imagem de Brizola, de terno e carregando uma metralhadora pelos corredores do Piratini, faz lembrar o presidente chileno Salvador Allende, de capacete e fuzil, resistindo no *La Moneda* aos ataques das tropas do general Pinochet no golpe de 1973. A diferença é que o governador gaúcho sairia vitorioso. Isso não apenas lhe deu um inédito protagonismo no PTB, cacifando os setores mais radicais do partido em oposição à liderança histórica de Jango, como o encorajou a ir além²³⁶.

O centro político da capital sul-rio-grandense vivenciou momentos decisivos como a ordem do Ministro da Guerra, Odílio Denys, de bombardeá-lo, na madrugada de 28 de agosto de 1961²³⁷. Pela manhã, após a possibilidade de bombardeio, Leonel Brizola discursou para o povo na praça, ao meio-dia, general Machado Lopes adentrou no Piratini e de lá, o governador e o general anunciaram o apoio do III Exército à posse do vice-presidente. Essa sequência de fatos marcaram as horas mais tensas e incertas da Legalidade²³⁸ sob os olhos do povo na praça. Abaixo reprodução da mobilização em frente ao Piratini e a manchete do *Correio do Povo* exaltando a união do estado:

²³⁴ “A renúncia de Jânio”, Zero Hora, 21 de agosto de 2011, p. 15.

²³⁵ “As grandes perguntas”, Correio do Povo, 19 de agosto de 2011, p. 19.

²³⁶ “Palácio virou um bunker”, O Globo, 25 de agosto de 2011, p. 12.

²³⁷ “O Rio Grande mobilizado: Legalidade ganha reforço nas ruas como o apoio do general José Machado Lopes do III Exército”, Correio do Povo, 29 de agosto de 2011, p. 16.

²³⁸ “O Rio Grande mobilizado: Legalidade ganha reforço nas ruas como o apoio do general José Machado Lopes do III Exército”, Correio do Povo, 29 de agosto de 2011, p. 16.



Correio do Povo, 29 de agosto de 2011, p. 16.

O Piratini virou um “bunker”, segundo *O Globo*, e a adesão do III Exército à Campanha também foi retratada como o momento decisivo. Segundo o jornal, com base no livro de memórias escrito pelo general em 1980, Machado Lopes foi até a sede do Executivo com a intenção de dar voz de prisão ao governador, porém chegando lá e vendo a população entoar o hino nacional, sentiu-se tocado e “com a mão ao peito” também cantou o hino. Todavia, sua adesão ao movimento não foi incentivada por simpatia a Brizola. O periódico fluminense não abordou as motivações do general e apenas deram um caráter patriótico ao depoimento do militar, algo comum no discurso das Forças Armadas.

Por outro lado, *Zero Hora* problematizou a decisão de Lopes. Para a publicação, o general não teve escolha. Brizola tinha agido rápido, cooptando a Brigada e setores do Exército, montou barricadas em locais estratégicos dificultando a ação do III Exército e, com a cartada final, a Cadeia da Legalidade, tinha o povo ao seu lado. Além disso, se Machado tivesse cumprido a ordem do Ministro da Guerra teria que transferir seu comando para o interior – o que seria “uma desmoralização ou um ato de covardia”²³⁹. Para sacramentar a antipatia do general por Leonel Brizola, *ZH* reproduziu trechos do livro escrito por Machado Lopes no qual o chamou de ‘anjo negro’, ‘ambicioso’ e ‘agitador’²⁴⁰.

Além da resistência a partir do Palácio Piratini, outro espaço público serviu de ponto para abrigar os voluntários, um pavilhão conhecido como Mata Borrão. Foi naquele local que

²³⁹ “O general que ficou sem escolha”, *Zero Hora*, 24 de agosto de 2011, p. 12.

²⁴⁰ “O general que ficou sem escolha”, *Zero Hora*, 24 de agosto de 2011, p. 12.

nasceu o Hino da Legalidade e voluntários receberam armas²⁴¹. Até um telefone foi instalado, um luxo para a época²⁴².

2.2.3 A CADEIA DA LEGALIDADE

Um dos marcos da Campanha da Legalidade foi a cadeia de rádio utilizada por Leonel Brizola para divulgar a resistência a partir de Porto Alegre, além de motivar outros adeptos para a luta valendo-se especialmente de seu carisma e destacada oratória. De acordo com Grijó (2011, p. 31):

[a] “rede da legalidade”, a associação ad hoc de emissoras de rádio, pouco mais de cem, do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que retransmitiam a programação produzida desde a sede do governo do Rio Grande do Sul pelo prefixo da Rádio Guaíba, emissora da Companhia Caldas Júnior encampada pelo governador Leonel Brizola a fim de servir como veículo oficial para seus pronunciamentos e para a divulgação de material que contribuísse para a mobilização popular e de lideranças político-partidárias e sociais em prol de suas posições naquela conjuntura.

Nas lembranças do cinquentenário, a Cadeia ou Rede da Legalidade, recebeu muito destaque e foi retratada como um marco na mobilização. Os passos da encampação organizada por Brizola até sua instalação nos porões do Piratini foram retomados em diversas páginas num exercício laudatório da imprensa no passado e no presente. O papel da imprensa foi fundamental na divulgação sobre a Campanha da Legalidade aumentando a exposição e dando notoriedade à causa, provavelmente mais um dos motivos que levaram à adesão do III Exército. Um dos jornalistas presente naquela cobertura foi Flávio Tavares, para ele a Legalidade foi resistência, e “a rebelião do governador Leonel Brizola”²⁴³ teve como grandes protagonistas armas inusitadas: a imprensa e o rádio. Brizola foi o grande artífice, mas sem a Cadeia da Legalidade seus discursos não teriam o poder. O jornalista passou seis dias no interior do Piratini, desde o dia 28 de agosto. De lá escreveram edição de *Última Hora* onde publicaram na íntegra o pronunciamento de governador, “O Rio Grande resistirá, ainda que seja esmagado”, durante o momento de maior apreensão quando do anúncio do possível bombardeio ao palácio e da

²⁴¹ “O Rio Grande mobilizado: Legalidade ganha reforço nas ruas como o apoio do general José Machado Lopes do III Exército”, *Correio do Povo*, 29 de agosto de 2011, p. 16.

²⁴² “O pavilhão da resistência”, *Correio do Povo*, 28 de agosto de 2011, p. 14.

²⁴³ “A renúncia de Jânio”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 15.

indefinição de Machado Lopes antes da conversa com o governador²⁴⁴. Juremir Machado, em sua coluna, reproduziu a fala de um jornalista que acompanhava a cobertura da Legalidade à época e dizia estar orgulhoso de Brizola “o homem está mesmo imbuído de um patriotismo do qual me orgulho”²⁴⁵.

Correio do Povo publicou reportagem retomando de forma positiva a encampação da Rádio Guaíba associando-se aquela memória do passado, embora na época, o veículo de comunicação pertencente a Companhia Jornalística Caldas Júnior, não tenha sido um entusiasta da manobra do governo estadual. Cabe lembrar que a Guaíba não tinha sido fechada, porque não tinha lido o manifesto do Marechal Henrique Teixeira Lott em apoio ao movimento. A manchete abaixo demonstrou essa apropriação: “A rádio que mobilizou o país: rádio Guaíba se transforma na voz oficial do movimento de resistência pela posse de João Goulart”²⁴⁶:



Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 4. Caderno Especial.

Acerca da imprensa no início da década de 1960, Grijó (2011, p. 30) apontou que normalmente os veículos refletiam as posições político-partidárias e/ou ideológicas de seus proprietários, desse modo os meios de comunicação, não se limitavam a reportar fatos e divulgar informações, eram, sobretudo, agentes diretos de produção e reprodução dos pontos de vista das correntes políticas que se enfrentavam. Sobre o posicionamento do *Correio* em 1961, o jornal não se identificava automaticamente com nenhuma das correntes político-

²⁴⁴ “Há 50 anos, luz!” Zero Hora, 28 de agosto de 2011, p. 13.

²⁴⁵ “Um olhar de fora”, *Correio do Povo*, 20 de agosto de 2011, p. 20.

²⁴⁶ *Correio do Povo*, 25 de agosto de 2011, p. 4. Caderno Especial.

partidárias então em disputa, embora apresentasse uma postura mais conservadora, não à toa era a principal leitura das elites sul-rio-grandenses e de setores das classes médias letradas.

Nesse sentido, é importante analisar o modo como o *Correio do Povo* retratou, em 1961, a encampação da Rádio Guaíba, bem como as impressões de seu proprietário, Breno Caldas, e de um diretor da rádio à época. No *Correio* do dia 29 de agosto de 1961, a matéria intitulada “requisitada pelo governo, a Rádio Guaíba transmite desde domingo do Palácio”, relatava que a rádio fora transformada em “emissora oficial”, passando a transmitir “sob responsabilidade do governo gaúcho, notas, informações e manifestos ao povo brasileiro sobre a crise político-administrativa” (GRIJÓ, 2011, p. 53-54). Uma reportagem muito curta que não representa a singularidade da situação, afinal a rádio do próprio grupo empresarial do *Correio* fora encampada pelo governo o que deveria receber mais atenção ou um posicionamento a respeito. Em depoimento de Breno Caldas, se pode ter a versão do proprietário da rádio:

Eu respondi que não aceitava uma situação nesses termos: “Isso aqui é uma concessão federal e é uma propriedade privada; o senhor está invadindo uma propriedade privada e, ao mesmo tempo, esbulhando um direito de exploração de uma concessão regularmente concedida”. Aí ele disse que precisava, e que a ocupação já estava em curso. Eu disse então que não concordava e que ia para a rádio resistir. O Brizola ponderou, insistiu e disse que não adiantava tentar resistir, que a ocupação já estava em curso. Depois de muita discussão, eu falei: “Então o senhor faz o seguinte, me manda uma carta ou um ofício [...] um documento oficial [...] o senhor assumo toda a responsabilidade desse gesto. Assim, da minha parte não haverá problema, eu não posso fazer nada, só posso me conformar com o fato consumado, mas, ao menos, quero me resguardar (CALDAS; MACHADO, 1987, p. 70-71 *apud* GRIJÓ, 2011, p. 54.)

Em 2011 foi inaugurado o Memorial da Legalidade nos porões do Piratini²⁴⁷. Durante coletiva de imprensa do governo do estado do Rio Grande do Sul, para divulgação das homenagens ao cinquentenário da Legalidade, o governador Tarso Genro destacou o papel da rádio Guaíba, atualmente da Rede Record, “a Guaíba está no coração de todos nós porque, naquele momento, foi a voz da liberdade”²⁴⁸. Em entrevista, Celso, funcionário da rádio Guaíba em 1961 e até 2011, contou como a rádio foi montada de forma simples nos porões do Piratini a partir do dia 27 de agosto, num domingo. Naquele dia, à tarde, o governador Brizola fez seu primeiro pronunciamento. Celso informou que chegou a viajar até Brasília, a pedido de alguns deputados, para pôr uma rádio local em frequência com a Guaíba²⁴⁹. Estudantes de jornalismo

²⁴⁷ O Globo, 26 de agosto de 2011, p. 11. Especial Legalidade, 50 anos.

²⁴⁸ “Mitos do episódio em debate”, *Correio do Povo*, 04 de agosto de 2011, p. 23.

²⁴⁹ “O início precário de uma cadeia que teve 104 rádios: técnico lembra que precisou levar até seu toca-disco para iniciar transmissões que garantiram posse de Jango”, O Globo, 26 de agosto de 2011, p. 11. Especial Legalidade, 50 anos e “Já nas ondas da Legalidade”, *Correio do Povo*, 25 de agosto de 2011, p. 5. Caderno Especial.

também participaram da ação e ficaram por dez dias no porão auxiliando nas transmissões, inclusive traduzindo os boletins para outras línguas: “Transmissões eram feitas até em russo, alunos de jornalismo foram recrutados para integrar equipe”²⁵⁰.

Sobre a repercussão das festividades em torno do cinquentenário da Legalidade, Juremir Machado defendeu que estão servindo de lição de história e jornalismo, com o lançamento de diversos livros e repercussão na imprensa. Na mesma coluna problematizou que em 1961 a imprensa do centro do país não cobriu a Campanha com destaque, privilegiando apenas a renúncia de Jânio Quadros e os supostos motivos que o levaram a tal decisão²⁵¹. Todavia, merece destaque que a imprensa na Guanabara estava sob censura a mando do governador Carlos Lacerda. No dia 25 de agosto, grupos de policiais invadiram a rádio Guanabara e depredaram seus transmissores após a leitura do manifesto do marechal Lott pela rádio Continental. Desde aquele momento até o final da crise institucional, a polícia passou a controlar e a censurar todas as emissoras da cidade (FERREIRA, 1997, p. 14).

Associado ao papel da imprensa devemos considerar o perfil carismático do governador que mantinha boa oratória e uma retórica compreendida pela maioria da população. Brizola era um orador convincente, capaz de adaptar a forma e a linguagem do seu discurso para qualquer público por ter o conhecimento empírico dos problemas populares associado ao saber técnico em função da sua formação profissional e de sua trajetória de vida (FELIZARDO, 2003, p. 30). Valendo-se dessa capacidade comunicativa, em 28 de agosto fez seu primeiro pronunciamento quando informou do risco de bombardeamento do Piratini, segundo *Correio do Povo*, um discurso de improviso. Para o jornal boa parte do êxito da Legalidade deveu-se à imensa capacidade de discurso do trabalhista, visto que utilizava palavras de grande apelo emocional²⁵². Juremir Machado dedicou uma coluna para exaltar essa característica:

Brizola gostava dos microfones, ele que tinha um programa, toda sexta-feira, na Rádio Farroupilha. Usou seu talento oratório e sua experiência radiofônica para inflar as mentes. Depois, viria a hegemonia da televisão, a ditadura militar, o exílio, a saudade e as lembranças. A legalidade seria para sempre um cristal, um diamante lapidado pela sua ousadia e pela paixão de todos aqueles que saíram às ruas para esculpi-la. Uma história de muitas vozes na mesma frequência²⁵³.

²⁵⁰ “Transmissões eram feitas até em russo: alunos de jornalismo foram recrutados para integrar equipe”, O Globo, 26 de agosto de 2011, p. 11. Especial Legalidade, 50 anos.

²⁵¹ “Legalidade no Piratini”, *Correio do Povo*, 29 de agosto de 2011, p. 2.

²⁵² “Brizola e seus discursos inflamados”, *Correio do Povo*, 25 de agosto de 2011, p. 04.

²⁵³ “Vozes da Legalidade: por um cristal”, *Correio do Povo*, 25 de agosto de 2011, p. 5.

No que se refere sobre o conhecido discurso do dia 28 de agosto, divulgado pela Cadeia da Legalidade, duas questões interpretativas levantadas por Diego Almeida (2007, p. 67) devem ser retomadas:

Em primeiro lugar, Brizola dirigiu-se à população através da rádio, chamada “Cadeia da Legalidade”, pois acreditava que seria preso por Machado Lopes, já sabia das ordens que o general recebera do gabinete do ministro de Guerra Odílio Denys. A segunda questão importante é a característica eloquente e dramática do discurso. Sua figura política vai ganhando cada vez mais espaço através dos pronunciamentos que possuem um tom de apelo popular veemente. Foi no apelo popular que Brizola encontrou os subsídios para referendar o apoio que precisava para suas intenções.

Brizola sempre manteve uma relação de rugas com a imprensa, como já apontado no primeiro capítulo, todavia sabia fazer bom proveito dela, como o fez na Campanha da Legalidade. Paulo Henrique Amorim, durante painel realizado em Porto Alegre, em agosto de 2011, asseverou que Leonel Brizola foi o primeiro homem público a perceber que sem uma lei de comunicação de massa não há democracia²⁵⁴.

Por fim, convém mencionar outras formas de comunicação que visavam a mobilização da população em prol da posse de João Goulart, para além da Cadeia da Legalidade. Como já observado, não apenas a liderança de Leonel Brizola deve ser evidenciada, mas também a ação de outros grupos, como a classe trabalhadora, por exemplo. E do mesmo modo que existem poucos trabalhos na literatura histórica a esse respeito, nas comemorações do cinquentenário da Legalidade também houve essa invisibilização.

Ao compararmos com a cobertura sobre o golpe de 1964 nos 50 anos, identificou-se uma difusão de lideranças, enquanto sobre a Campanha da Legalidade foi mais personalista, especialmente centrado na imagem de Leonel Brizola. Tanto na cobertura do evento à época, quanto 50 anos depois. Sob essa perspectiva autores como João Santos (2002) e Marcos Jakoby (2013), anteriormente referendados, buscaram trazer ao debate a ação de alguns grupos sindicais. Tais organizações construíram seus próprios meios de comunicação, um deles foram os boletins dos comitês, segundo Jakoby (2013, p. 12):

O jornal se chamava “Resistência” e este era o seu primeiro número, datado em 29 de agosto e denominado como “órgão do primeiro Comitê de Resistência Democrática”. Para os redatores do jornal, a “Resistência Democrática significa a organização de todo o povo em torno de comitês verdadeiramente democráticos [...]” e a mais adiante seguem afirmando que o significado do movimento de resistência “não é apenas [de] declarar-se a favor da legalidade democrática e do respeito a Constituição, mas também e fundamentalmente tomar iniciativas concretas, formar comitês, esclarecer os amigos e vizinhos, fazer abaixo-assinados, desmascarar os intrigantes e boateiros, participar e organizar passeatas, comícios e concentrações”.

²⁵⁴ “A imprensa livre debatida”, Correio do Povo, 31 de agosto de 2011, p. 18. Reportagem Especial.

Isto é, os grupos que estavam mobilizados em prol da posse de João Goulart pretendiam manter-se organizados a fim de angariar mais simpatizantes para a causa democrática, fazer realmente um trabalho de base. Como se evidenciou na proposta de futuras ações determinado em encontro no dia 06 de setembro de 1961, apontado por Santos (2002, p. 186):

Realizar, no dia 07 de setembro, um desfile dos batalhões operários; não desmobilizar os comitês de Resistência Democrática; pleitear a permanência do Comando Sindical Unificado na sede do Mata Borrão e promover uma conferência sindical dos três estados da região Sul.

Entretanto, o desfile foi transferido para o dia 20 de setembro junto à outras celebrações oficiais que comemorariam o “dia do gaúcho” e a luta pela Legalidade. Santos (2002) e Jakoby (2013) argumentam que essa mudança se deve à visita de Leonel Brizola e Machado Lopes ao Mata Borrão que acabou por desestimular os trabalhadores. Mesmo que estes tivessem participado dos desfiles em 20 de setembro, a organização dos Comitês de Resistência Democrática entrou em declínio. Desse modo destacamos:

O movimento de Resistência Democrática surgiu como uma iniciativa autônoma da classe trabalhadora e de outros setores populares, enquanto o governo do Estado e outros atores organizavam o movimento da Legalidade. Pode-se afirmar que os dois processos não eram independentes e desligados entre si, pelo contrário, tinham profundos vínculos, porém é um equívoco a interpretação reducionista de que foi Brizola quem “organizou o povo de Porto Alegre”. Essa idéia [sic] de uma grande liderança carismática organizando e mobilizando as massas populares é resultante de um paradigma interpretativo clássico do populismo (JAKOBY, 2013, p. 13).

Assim, o que se busca problematizar é que além da ação do governador Leonel Brizola, havia um cenário mais propício para a mobilização da população, bem como de setores políticos e militares que juntos visavam barrar mais uma tentativa golpista, o que não se repetiu apenas três depois. A retomada da Legalidade em seu cinquentenário, embora tivesse abordado outros pontos, como o subcapítulo em questão buscou demonstrar, a narrativa de uma liderança heroica, no caso Brizola, prevaleceu.

2.2.4 O DESFECHO POLÊMICO: A SAÍDA PELO PARLAMENTARISMO

A adoção do parlamentarismo foi a saída conciliatória para a crise, em parte agradava os militares e o vice-presidente, pois João Goulart assumiria, mas com poderes limitados. Todavia, Leonel Brizola não concordava com o parlamentarismo. Para as fontes em questão, Brizola saiu do movimento como líder de forças mais radicais dentro do PTB e contrário ao parlamentarismo²⁵⁵. Apesar do PTB e maioria do PSD, partidos expressivos no parlamento, apoiarem a posse de João Goulart – enunciado anteriormente – a escolha pelo parlamentarismo souou como a alternativa mais sensata para superar a crise naquele momento. Desse modo, o projeto apresentado pelo deputado Raul Pilla, do Partido Libertador do Rio Grande do Sul e adversário regional de João Goulart, foi aprovado com ampla diferença, 298 votos a favor e apenas 14 contrários (ALMEIDA, 2007, p. 71).

Entretanto, a instauração do regime parlamentar gerou frustração naqueles que tinham passado os últimos dias em mobilização, inclusive com o perigo iminente de enfrentamento, pela posse efetiva de João Goulart. Marcos Jakoby (2013, p. 9) afirmou que a frustração iniciou quando Jango chegou a Porto Alegre e não fez um pronunciamento para a população que estava na Praça da Matriz. O silêncio e os rumores crescentes sobre a situação negociada para a crise fizeram despertar um sentimento de desapontamento. Completando a informação, segundo Santos (2002, p. 185):

[...] enquanto Jango, em clima festivo, assumia a presidência no regime parlamentarista, no Rio Grande do Sul pairava uma atmosfera de alívio e de muita frustração. Alívio, porque não foi preciso que as armas falassem. Frustração, porque o desfecho foi interpretado como sinal de fraqueza e capitulação.

Até mesmo entre os sindicatos, grande expoente da ascensão política de Goulart durante a década de 1950, não aceitaram de imediato o parlamentarismo, tanto em São Paulo, quanto no Rio Grande do Sul (ALMEIDA, 2007, p. 73). Essa insatisfação também foi retratada pelas fontes. Os jornais, em 2011, retomaram a longa viagem de retorno de Jango ao Brasil, que fazia parte de uma estratégia para acalmar a situação²⁵⁶ e buscaram destacar as declarações enunciadas pelo vice-presidente que demarcava que sua posse era legal, pois estava prevista pela Constituição. Quando finalmente regressou ao Brasil, após ser recepcionado por Leonel

²⁵⁵ “Palácio virou um bunker”, O Globo, 25 de agosto de 2011, p. 12.

²⁵⁶ “À espera de João Goulart: Jango estava em Montevideú aguardando posicionamento sobre os rumos de sua posse em Brasília”, Correio do Povo, 31 de agosto de 2011, p. 18.

Brizola e Machado Lopes, no Piratini, “não ouviu as insistências de Brizola” para se manifestar ao público que o aguardava²⁵⁷ e sua decisão de aceitar o parlamentarismo não foi bem aceita pelos presentes²⁵⁸. Para os jornais havia uma contraposição entre Goulart e Brizola: o primeiro não falou ao público que defendeu sua posse, enquanto o segundo insistia²⁵⁹. Em resumo: “Jango e os militares aceitaram essa solução. Brizola, não. Era o efeito relâmpago que terminava numa página de bronze da História, afirmaria décadas depois Brizola”²⁶⁰. No calor do momento, o governador fez pronunciamentos duros contra a emenda parlamentarista e, como apontado na citação abaixo, realmente fez de tudo para sabotá-la, não por acaso defendeu exaustivamente a antecipação do plebiscito que votou pelo retorno do presidencialismo:

‘Vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance para denunciar à opinião pública, esta verdadeira humilhação que o Congresso vem de impor ao povo do Brasil. Esta reforma espúria alterou as atribuições específicas do presidente constitucional, eleito pelo voto direto do povo. E é tão espúria que, nem ao menos, como se costuma fazer em toda a parte, condicionou a mudança do regime ao referendo popular’. Assim se expressou o governador Leonel Brizola, em entrevista coletiva concedida, ao meio-dia de ontem, à imprensa local, nacional e estrangeira, ao abordar os termos em que foi aprovada a emenda parlamentarista²⁶¹.

Diferentemente do apontado pela imprensa no cinquentenário da Legalidade, Wasserman (2011, p. 72) traz outras problematizações a respeito da adoção do parlamentarismo:

Ainda assim, a emenda parlamentarista não correspondeu às expectativas de Brizola, de Jango e também não se coadunava com o conceito de legalidade, considerando que as leis foram modificadas em meio à crise – constituindo-se um casuísmo – para atender interesses específicos daqueles que não admitiam a posse do vice-presidente. O parlamentarismo não agradou também aos militares e civis que preparavam o momento de implantar um regime de segurança nacional, através de um golpe preventivo. Pode-se supor, inclusive, que a mobilização popular em torno da posse de Jango tenha contribuído para consolidar a crença dos militares golpistas, da fração associativa da burguesia e dos interesses imperialistas, de que precisavam refrear, de modo mais ou menos incisivo, aquelas forças populares, lideradas pelos trabalhistas.

Durante entrevista Almino Affonso - líder do PTB na Câmara em 1961 - contou ter recebido ligação de Jango para consultá-lo sobre a possibilidade de adoção do parlamentarismo,

²⁵⁷ “Uma longa viagem de volta: João Goulart, sob o risco de prisão no Brasil, vai para o Uruguai de onde decide seus novos passos”, *Correio do Povo*, 25 de agosto de 2011, p. 8. Caderno Especial.

²⁵⁸ “Testemunhas e estudiosos discutem levante de Brizola: meio século depois, campanha que garantiu a posse de Jango é lembrada em programação oficial”, *Zero Hora*, 20 de agosto de 2011, p. 16.

²⁵⁹ “Testemunhas e estudiosos discutem levante de Brizola: meio século depois, campanha que garantiu a posse de Jango é lembrada em programação oficial”, *Zero Hora*, 20 de agosto de 2011, p. 16.

²⁶⁰ “Um resumo da história”, *Zero Hora*, 21 de agosto de 2011, p. 10.

²⁶¹ Depoimento de Brizola ao jornal *Última Hora*, sucursal Porto Alegre, em 04 de setembro de 1961 *apud* ALMEIDA, 2007, p. 76.

para Affonso era um “golpe branco”. Porém, Goulart respondeu que não se recusava ao diálogo²⁶². No fim, Jango foi sensato, afirmou o ex-deputado, porque se não tivesse aceitado o parlamentarismo e ido em até Brasília, conforme proposta de Brizola, provavelmente teria acontecido uma guerra civil²⁶³. Ademais, classifica a ação do governador do Rio Grande do Sul à frente da Legalidade como “extraordinária”²⁶⁴.

Enfim, percebeu-se que na imprensa do Sul do país a reprovação ao parlamentarismo foi maior, já que o acordo parlamentarista tinha deixado “gostinho amargo” para os legalistas, conforme defendeu *ZH* em seu editorial²⁶⁵. Muito embora, no passado, o *Correio do Povo* tivesse apresentando posicionamento distinto, ou seja, favorável à adoção do parlamentarismo porque apresentava-se como “um sistema de governo mais próximo de uma espécie de modernidade mais avançada ou mais próxima do ‘mundo civilizado’” (ALMEIDA, 2012, p. 495). Em 2011, *O Globo* também mostrou-se mais favorável, haja vista a publicação, de uma coluna de Opinião, uma espécie de editorial, na qual afirmou-se que a escolha pelo parlamentarismo foi hábil para evitar o “atropelamento” da Constituição pelos militares²⁶⁶. Além dessa posição, na coluna de José Augusto Ribeiro, ex-assessor de imprensa de Tancredo Neves em 1985, onde o autor discorre análises assertivas sobre o governo de João Goulart durante o parlamentarismo. Segundo Ribeiro, Jango não era apenas ilustrativo e aparentemente estava satisfeito com o sistema. E foi somente a partir de uma manobra de Martins Rodrigues, que levou o gabinete de Tancredo a renunciar para poder candidatar-se nas eleições de 1962, gerando, assim, uma instabilidade no parlamentarismo. Desse modo, o plebiscito ganhou mais força por sua antecipação e com o fim do parlamentarismo o golpe que destituiu Goulart foi possível²⁶⁷. Isto é, o autor traça uma linearidade entre o fracasso do parlamentarismo com o golpismo num discurso simpático à adoção do sistema parlamentar.

²⁶² “Testemunhas e estudiosos discutem levante de Brizola: meio século depois, campanha que garantiu a posse de Jango é lembrada em programação oficial”, Zero Hora, 20 de agosto de 2011, p. 16.

²⁶³ “Goulart evitou uma guerra civil”, O Globo, 25 de agosto de 2011, p. 12.

²⁶⁴ “Goulart evitou uma guerra civil”, O Globo, 25 de agosto de 2011, p. 12.

²⁶⁵ “Unidos pela Liberdade”, Zero Hora, 21 de agosto de 2011, p. 14.

²⁶⁶ “Há 50 anos”, O Globo, 26 de agosto de 2011, p. 11.

²⁶⁷ “Tragédia política”, O Globo, 25 de agosto de 2011, p. 7.

2.3 AS REMEMORAÇÕES OFICIAIS DO CINQUENTENÁRIO DA CAMPANHA DA LEGALIDADE

Como vimos no início do capítulo, compreender as lembranças em torno do cinquentenário da Legalidade exige uma reflexão sobre o contexto vivido em 2011. Desse modo, se no Executivo federal, o Partido dos Trabalhadores ocupava o Palácio do Planalto pelo terceiro mandato consecutivo, dessa vez com a primeira presidenta da história do país, no Rio Grande do Sul o Palácio Piratini era ocupado por uma figura histórica do partido e da esquerda sul-rio-grandense, Tarso Genro. É comum eventos históricos serem celebrados em datas fechadas, como 10 anos, 20 anos, assim as homenagens organizadas pelo governo estadual eram esperadas, porém, o que merece atenção foi a quantidade de eventos preparados com uma estrutura planejada e com investimentos, como o musical *Legalidade*²⁶⁸ apresentado em frente ao Piratini que mobilizou a classe artística; o lançamento do DVD *50 anos da Legalidade*²⁶⁹ e do livro-foto *Os 50 anos da Legalidade em imagens*²⁷⁰; e a inauguração, no porão do Piratini, do Memorial da Rádio da Legalidade²⁷¹.

Esse empenho do governo estadual em retomar a Legalidade, principalmente com enfoque em sua defesa da democracia – as declarações do governador se pautaram muito nesse ponto, como veremos a seguir – deve-se, acredito, por três fatores em especial: pela trajetória pessoal de Tarso Genro; pela condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em 2010, por crimes cometidos durante a ditadura, especificamente a Guerrilha do Araguaia; e a criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011, em decorrência dessa condenação. Desse modo, retomar, e não apenas isso, celebrar um momento da nossa história

²⁶⁸ “Com direção geral de Carla Joner, direção artística de Luciano Alabarse e direção musical foi de Hique Gómez, com arranjos de Wagner Cunha e composição do samba realizada pelo cantor Nelson Coelho de Castro, reuniu cerca de 185 pessoas na execução do espetáculo. A apresentação ocorreu na frente do Palácio Piratini em um grande palco montado com duração de sessenta minutos de apresentação. Através do teatro e da música, foram reconstruídos cenicamente os momentos mais importantes do ano de 1961” (RODRIGUES, 2014, p. 143).

²⁶⁹ Produção do Governo do Estado, através da Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, que reuniu material com debates realizados durante as celebrações da Legalidade em parceria com o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (RODRIGUES, 2014, p. 138).

²⁷⁰ “A produção classificada como livro comemorativo foi o livro-foto *Os 50 anos da Legalidade em imagens*, produzido também pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital foi organizado por Claudio Fachel e Camila Domingues. O objetivo deste livro era oferecer, principalmente, aos estudantes pertencentes às redes estaduais de Ensino Fundamental e Médio, a história em imagens (fotos, capas de jornais e revistas e de- mais documentos) daqueles dias” (RODRIGUES, 2014, p. 137).

²⁷¹ Desde a sua inauguração o Memorial segue em funcionamento, mesmo após a saída do governador Tarso Genro da administração estadual. As gestões seguintes, José Ivo Sartori (PMDB) e Eduardo Leite (PSDB), mantiveram o espaço aberto que compõe a visita guiada ao Palácio Piratini. Fonte: Cerimonial do Palácio Piratini.

marcada pela defesa da democracia contra a tentativa golpista dos militares fez parte da construção da narrativa de um passado a ser lembrado.

Tarso Fernando Herz Genro, advogado por formação, foi um nome importante na pauta sobre Verdade, Memória e Justiça quando esteve à frente do Ministério da Justiça, entre março de 2007 e fevereiro de 2010, durante o segundo governo Lula. Naquele período a Comissão da Anistia, ligada ao Ministério e presidida por Paulo Abraão Pires Junior, foi bastante atuante através das Caravanas da Anistia, sessões públicas que tinham como objetivo julgar pedidos de anistia e indenizações de vítimas do período da ditadura instaurada em 1964²⁷². Antes de ocupar esse cargo, Genro, que ingressou no PT do Rio Grande do Sul em 1988, foi vereador por Santa Maria, pelo MDB em 1968; vice-prefeito de Porto Alegre, na chapa com Olívio Dutra na primeira gestão do partido na capital, a partir de 1989; prefeito da mesma cidade por dois mandatos, entre 1993-1997 e 2001-2002, quando renunciou para concorrer ao governo estadual e acabou derrotado.

Até conseguir eleger-se ao executivo estadual, em 2010, exerceu outros cargos no governo Lula, além do Ministério da Justiça. Foi Ministro da Educação, a partir de 2004, na sua gestão foi criado o Prouni, programa para abrir vagas em universidades particulares direcionadas a estudantes de baixa renda; criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e do Piso Nacional dos Professores; além da expansão de universidades no interior do país e de escolas técnicas, os Institutos Federais. Em 2006 ocupou a pasta do Ministério das Relações Institucionais.

Porém sua administração frente ao governo estadual foi marcada por polêmicas. Enfrentou duras críticas dos professores estaduais, pois embora tenha aberto concurso público para ingresso de novos servidores para área - algo que não acontecia há anos - não pagou o piso salarial da categoria. Sua postura frente às Manifestações de Junho de 2013²⁷³ foi marcada por

²⁷² Segundo Machado (2020, p. 368) “As gestões de Abraão na Comissão da Anistia e de Tarso Genro no Ministério da Justiça foram caracterizadas pelo aprofundamento dos debates em torno da aplicabilidade da legislação internacional dos direitos humanos nos casos dos crimes da ditadura. Em 31 de julho de 2008, a Comissão realizou a audiência pública *Limites e possibilidades para a responsabilização jurídica dos agentes violadores de direitos humanos durante o estado de exceção no Brasil*, que se transformou em um ponto de partida para que diversas instituições se unissem em torno do tema, dentre elas a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação dos Juizes pela Democracia, o Centro Internacional pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), a Associação Brasileira dos Anistiados Políticos (ABAP) e a Associação Nacional Democrática Nacionalista de Militares (ADNAM)”.

²⁷³ O estopim para as Manifestações de Junho de 2013 foram os atos pela redução das tarifas no transporte público e não eram novidade. Em geral aconteciam todos os anos, capitaneados por organizações como o Movimento Passe Livre, por exemplo, movimento estudantil e frações dos partidos de esquerda. A questão é que a partir de janeiro de 2013, em Porto Alegre, as manifestações ganharam mais adesão entre a população espalhando-se por praticamente todo o país - em maio em Natal e em Goiânia. Proporcionalmente à ampliação dos atos foi também a repressão policial, especialmente na cidade de São Paulo, desse modo, as manifestações receberam ainda mais apoio e, conseqüentemente, repercussão na mídia, ganhando mais visibilidade.

uma postura ambígua, de apoio à repressão policial, mesmo que tenha adotado o chamado Gabinete Digital²⁷⁴ para ouvir as demandas dos manifestantes. Eduardo Fernandes (2020, p. 196) resumiu essa questão:

Em suma, o governador Tarso Genro, durante os protestos de junho e diante das críticas que estavam sendo direcionadas ao governo e às forças policiais, adotou a seguinte postura: por um lado, reconheceu a legitimidade dos protestos e ativou o mecanismo de negociação com os manifestantes, recebendo-os para dialogar e inclusive lançando mão das TICs - Gabinete Digital - para ouvir internautas; por outro lado, buscou a legitimação das táticas policiais empregadas como forma de combate ao “vandalismo”, mesmo que estivesse ouvindo críticas sobre detenções generalizadas, violências policiais e demais violações de direitos nos protestos. A legitimação tática foi baseada no argumento de “proteção das pessoas”, embora em alguma medida a própria atuação das forças policiais, ao confrontar todos os protestos de modo generalizado, possa ser interpretada como um dos fatores que elevaram os riscos de interações violentas naquele contexto. A relativa contradição entre os discursos oficiais do governador e as práticas policiais reforça a interpretação de que o governo estava “embretado” entre pressões antagônicas de diferentes atores (manifestantes, forças policiais e mídias).

Por outro lado, foi notável seu empenho em manter viva a memória sobre a Legalidade e o que ela poderia representar, o que no mínimo, configura uma postura contraditória.

Além dessa conjuntura estadual, a condenação do Brasil na Corte Interamericana, como mencionado, pode ser atribuída como fator nessa retomada de um passado democrático, afinal o Brasil deveria frente à opinião pública e internacional, apresentar-se como um país com um histórico de defesa da Constituição. O aniversário da Campanha da Legalidade apresentava-se como uma ótima oportunidade para esse fim. Desse modo, as informações anteriormente traçadas buscaram contribuir na compreensão dos motivos que levaram às comemorações oficiais organizadas pelo governo estadual do Rio Grande do Sul para celebrar o cinquentenário da Campanha da Legalidade.

Tais eventos ganharam muita publicidade na imprensa e repercussão nos meios de comunicação. No dia 25 de agosto, por exemplo, há uma página inteira do *Correio do Povo* dedicada à divulgação da programação oficial do estado. Nela estampava-se fotos da mobilização de 1961, com policiais da Brigada Militar em frente ao Palácio Piratini, a população em marcha carregando faixas em prol da posse de João Goulart e uma foto em destaque do vice. O texto reproduzia o convite:

O governo do Estado convida todos os gaúchos e gaúchas para as comemorações do cinquentenário da Legalidade. Uma verdadeira festa para este episódio tão importante

²⁷⁴ Para saber mais sobre esse assunto ver: SANTOS, Fabio Barbosa dos. A proposta do gabinete digital em Porto Alegre e os manifestantes de junho de 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

que marcou a história do Brasil e do Rio Grande do Sul. Conheça no site a programação completa²⁷⁵.

Na maioria das notícias de divulgação das comemorações Brizola era o foco das informações, como o “comandante” do movimento, mas que nesta ocasião não estaria presente: “sem a presença do protagonista”²⁷⁶. O grupo de trabalho que organizou a programação foi elaborado em fevereiro de 2011 e as homenagens do governo estadual foram em tom laudatórias. Dentre as ações, destaque para o musical que foi apresentado em frente ao Piratini: “O Rio Grande do Sul irá reviver o espírito de resistência que há 50 anos tomou conta da praça da Matriz”²⁷⁷, e a inauguração do Memorial da Legalidade.

Para o governador do estado, a programação serviria de oportunidade para rediscutir alguns mitos sobre o episódio²⁷⁸, tais como a de que Jango foi derrubado, em 1964, por ser corrupto, além de salientar a participação civil no golpe. Curioso que no lançamento das festividades sobre a Legalidade o governador preferiu retomar o golpe de 1964 e que essa fala tenha sido escolhida pela imprensa para se tornar notícia. A frase que encerrou a reportagem indica que provavelmente as festividades ora divulgadas serviriam para evidenciar um passado democrático em contraposição ao golpe que depôs Jango: “Então, 50 anos da Legalidade é o resgate de uma memória democrática dos gaúchos”²⁷⁹. Em outra ocasião, Tarso relatou sobre sua ação durante a Campanha, à época, com 14 anos, juntou-se a universitários e ferroviários em Santa Maria. Para ele, Brizola havia se tornado sinônimo de resistência e uma referência para os que lutaram pela democracia e por isso homenagear o cinquentenário da Legalidade é para resgatar uma “explosão democrática”²⁸⁰.

Um jantar foi organizado no Palácio Piratini para homenagear a Legalidade onde reuniram alguns os ex-governadores - Alceu Collares (PDT), Germano Rigotto (PMDB), Jair Soares (PP), Pedro Simon (PMDB) e Olívio Dutra (PT). Yeda Crusius e Antônio Britto recusaram o convite para o jantar. Amaral de Souza não compareceu por problemas de saúde. Rosane de Oliveira, que assinou a matéria, definiu a Legalidade como um movimento que

²⁷⁵ Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 7. Um site foi elaborado para informar a programação e recontar as histórias da Legalidade: www.legalidade.rs.gov.br. Outros setores do governo estadual estavam envolvidos na organização, como a TVE e o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

²⁷⁶ “Testemunhas e estudiosos discutem levante de Brizola: meio século depois, campanha que garantiu a posse de Jango é lembrada em programação oficial”, Zero Hora, 20 de agosto de 2011, p. 16.

²⁷⁷ “Testemunhas e estudiosos discutem levante de Brizola: meio século depois, campanha que garantiu a posse de Jango é lembrada em programação oficial”, Zero Hora, 20 de agosto de 2011, p. 16.

²⁷⁸ “50 anos da legalidade: História será lembrada”, Correio do Povo, 04 de agosto de 2011, capa.

²⁷⁹ “Mitos do episódio em debate”, Correio do Povo, 04 de agosto de 2011, p. 23.

²⁸⁰ “Mitos do episódio em debate”, Correio do Povo, 04 de agosto de 2011, p. 23.

transformou o Piratini em uma trincheira de defesa da Constituição²⁸¹. Para encerrar as homenagens, Leonel Brizola e João Goulart receberam, *in memoriam*, a comenda do Ponche Verde, honraria do governo estadual. Na entrega da honraria aos familiares, Tarso Genro asseverou: “Eles [Leonel Brizola e João Goulart] significaram a entrada das classes trabalhadoras na cena política. E isso, as elites não gostam”²⁸². Em 2011, o país e o estado eram administrados pelo Partido dos Trabalhadores, identifica-se um esforço institucional para apresentar uma imagem estável e democrática do Estado. Assim, retomar um evento histórico, que de certo modo sagrou-se vitorioso, era demonstrar que estávamos no caminho correto, pois o legado daquele “período tem grande influência para o nosso cotidiano. Portanto, fazer o resgate daqueles dias é fazer a defesa da democracia”²⁸³.

Naquele ano, inclusive, foi oficializado o Dia da Legalidade, 28 de agosto, como data oficial do estado do Rio Grande do Sul. Projeto de lei²⁸⁴ de Juliana Brizola e assinado por Genro. Para a deputada, e neta de Leonel Brizola, era importante a oficialização para que as gerações futuras aprendam e valorizem a democracia e a liberdade: “É preciso fazer com que os jovens aprendam e discutam mais sobre esse que foi um dos momentos importantes da história do Rio Grande do Sul”²⁸⁵, disse a deputada. Na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul²⁸⁶ ocorreu sessão solene para homenagear a Legalidade onde esteve presentes remanescentes do movimento²⁸⁷, além de “simpatizantes e herdeiros de Leonel Brizola e João Goulart”²⁸⁸, como Christopher Goulart, neto de Jango. Na foto que estampou a matéria há Alceu Collares, Juliana Brizola e Tarso Genro, que na ocasião pronunciou:

É necessário enaltecer a figura do presidente João Goulart, que usou das suas prerrogativas de líder nacional para compor, inclusive com o governador Leonel Brizola, uma saída que não levou o país à guerra civil²⁸⁹.

²⁸¹ “Celebração da Legalidade”, Zero Hora, 19 de agosto de 2011, p. 10 e “Unidos pela Legalidade”, Zero Hora, 19 de agosto de 2011, contracapa.

²⁸² “Honraria a Brizola e Jango: os dois grandes líderes da legalidade receberam ontem, in memoriam, a comenda do Ponche Verde”, Correio do Povo, 30 de agosto de 2011, p. 23.

²⁸³ “Resistência criou força reformista”, Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 8. Caderno Especial.

²⁸⁴ “Assembleia aprova dia da Legalidade”, Correio do Povo, 03 de agosto de 2011, p. 17. “Foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul o dia da Legalidade, 28 de agosto. Para virar lei, o projeto de Juliana Brizola – que também prevê a Semana da Legalidade na última de agosto - precisa ser votado pelo plenário”.

²⁸⁵ “Dia da Legalidade agora é data oficial”, Correio do Povo, 26 de agosto de 2011, p. 10.

²⁸⁶ O Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul também realizou ato em celebração à Legalidade com a publicação em seu site de página dedicada exclusivamente ao evento. Na página encontrava-se documentos, imagens, áudios, linha do tempo, vídeos, trabalhos acadêmicos e depoimentos, sob o título: O Parlamento Gaúcho no Movimento da Legalidade (RODRIGUES, 2014, p. 141). A página ainda está disponível: http://www2.al.rs.gov.br/memorial/MovimentodaLegalidade/Legalidade_documentos/tabid/5277/Default.aspx. Acesso em 04/02/2021.

²⁸⁷ “Sessão marca os 50 anos da Legalidade”, Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 23.

²⁸⁸ “Celebração da Legalidade”, Zero Hora, 25 de agosto de 2011, p. 16.

²⁸⁹ “Sessão marca os 50 anos da Legalidade”, Correio do Povo, 25 de agosto de 2011, p. 23.

Essa afirmação é mais um indício da valorização, e reabilitação, da imagem do ex-presidente Jango. Ainda sobre as celebrações, uma exposição foi organizada e divulgada na Usina do Gasômetro, em Porto Alegre, que apresentava objetos da época, inclusive a metralhadora utilizada por Brizola e com a qual ele foi fotografado. O acervo da mostra contou com material do *Correio do Povo* e exposição do documentário *Brizola – Tempos de Luta*, de Tabajara Ruas, lançado em 2007. Na inauguração do evento, o prefeito José Fortunati, na época pelo PDT, afirmou que o resgate dessa história serviria não apenas como um fato histórico, mas como fato fundamental para a luta pela manutenção do estado democrático de direito. A Legalidade, disse Fortunati, foi um desdobramento da Era Vargas e que Brizola era um personagem tão romanesco e multifacetado quanto o ex-presidente²⁹⁰.

No Memorial do Rio Grande do Sul também ocorreu exposição de fotos, contando com o acervo do Arquivo Histórico e do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa²⁹¹. Um painel foi organizado para o lançamento da exposição, nele estavam presentes os autores do livro *1961: Que as armas não falem*, lançado em 2001, Paulo Markun e Duda Hamilton. Na ocasião, os escritores salientaram que a Legalidade foi um movimento nacional, no entanto poucos a conhecem fora do Rio Grande do Sul e no estado ela é retratada como um episódio regional²⁹². De fato, no cinquentenário da Campanha da Legalidade a imprensa analisada apresentou uma abordagem bastante regionalista, ao empregar frases como “o último levante gaúcho”²⁹³, por exemplo. Além de rememorações no poder Executivo e Legislativo estadual, o Judiciário, através do Ministério Público de Porto Alegre, organizou um debate para retomar 1961 salientando a democracia: “O Ministério Público e o cinquentenário da Legalidade: em Defesa da Constituição, da Ordem Jurídica e do Regime Democrático”²⁹⁴.

O interior também rememorou o cinquentenário da Legalidade com exposições em Três Passos, que apresentou três eixos temático: Cadeia da Legalidade; 60 anos de vida pública de Leonel Brizola e 50 anos da Legalidade. Na mesma cidade foi realizada uma mostra itinerante da Brigada Militar sobre a participação da corporação no episódio²⁹⁵. Em São Borja realizou-se a “Semana da Legalidade”, na Câmara de Vereadores, e a inauguração do busto de Brizola na praça XV de novembro. Na ocasião estiveram presentes Tarso Genro e Adão Villaverde

²⁹⁰ “Metralhadora de Brizola pode ser vista na Usina”, *Correio do Povo*, 19 de agosto de 2011, p. 19. Legalidade 50 anos.

²⁹¹ “Exposições e debates celebram a Legalidade”, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 2011, p. 23.

²⁹² “Debate resgatou o episódio de 61”, *Correio do Povo*, 30 de agosto de 2011, p. 23.

²⁹³ “O último levante gaúcho: marco na história do país e do Rio Grande do Sul, episódio da Legalidade completa seus 50 anos”, *Correio do Povo*, 18 de agosto de 2011, p. 23. Reportagem Especial: Legalidade 50 anos.

²⁹⁴ “Palestras e exposições”, *Correio do Povo*, 22 de agosto de 2011, p. 17.

²⁹⁵ “Legalidade é tema de exposições”, *Correio do Povo*, 16 de agosto de 2011, p. 16.

(PT), presidente da ALRGS²⁹⁶. Além de exposição no Memorial João Goulart, localizado na antiga casa do ex-presidente na cidade, bem como palestras ministradas nas escolas com o tema "João Goulart e Leonel Brizola na Legalidade", proferidas pela historiadora Jaqueline Cassafuz²⁹⁷. Percebe-se que no interior do estado Brizola recebeu destaque.

Lançamentos de livros também marcaram o cinquentenário como o de Hélio Ricardo Fontoura, secretário particular de Brizola, com o livro "40 anos ao lado de Brizola". Na publicação há histórias sobre a Legalidade e da sua relação com o ex-governador²⁹⁸.

Em suma, houve uma valorização do Rio Grande do Sul como defensor da Constituição e da democracia, tanto institucionalmente, através das celebrações oficiais do governo estadual, quanto pela imprensa do estado, no caso *Correio do Povo* e *Zero Hora*, pois praticamente não se encontrou menções sobre a resistência em outros estados como ocorreu, por exemplo, em Goiânia. Jorge Ferreira (1997, p. 19) apontou que naquele estado houve mobilização considerável, assim como no Rio Grande do Sul:

Como Porto Alegre, Goiânia, naqueles dias, transformou-se em cidade rebelada. O Palácio das Esmeraldas foi cercado por barricadas e ninhos de metralhadoras, fortemente resguardado pela Polícia Militar. Por iniciativa do governador, instituiu-se o "Exército da Legalidade", composto por estudantes e populares que, armados e uniformizados, patrulhavam a cidade. Afinado com Brizola, Borges garantiu estar em condições de oferecer a Goulart toda a segurança para transitar de Goiânia a Brasília, se assim fosse a sua vontade.

Além das celebrações no Rio Grande do Sul, aconteceram homenagens na Câmara dos Deputados por sugestão de Viera da Cunha (PDT). Na casa, as menções à Campanha foram no tom de preservação da Constituição e defesa da democracia: "Poucas vezes a Nação se manifestou de forma tão clara em favor do cumprimento da Constituição e da Legalidade dos poderes", disse Marco Maia (PT) presidente da Câmara²⁹⁹. Se pensarmos, assim como Wasserman (2011, p. 72), que a mobilização em função do suicídio de Vargas e a movimentação para garantir a posse de Juscelino Kubitschek tenham sido capazes de adiar a implantação da Ditadura de Segurança Nacional no Brasil, considerando o contexto internacional, supõe-se que a mobilização popular a partir do Rio Grande do Sul em torno da posse de João Goulart tenha contribuído para adiar o golpe que viria em 1964. Portanto,

²⁹⁶ "Vozes da Legalidade na Câmara", *Correio do Povo*, 22 de agosto de 2011, p. 12.

²⁹⁷ "Resgate histórico está no Memorial de Jango", *Correio do Povo*, 28 de agosto de 2011, p. 15.

²⁹⁸ "Fontourinha, a 'sombra' de Brizola: as lembranças do secretário do governador", *Correio do Povo*, 30 de agosto de 2011, p. 22.

²⁹⁹ "Sessão Solene em Brasília", *Correio do Povo*, 31 de agosto de 2011, p. 18. Reportagem Especial.

considerar a ação de Leonel de Brizola frente à Campanha como luta pela democracia torna-se coerente.

Em suma, a Campanha da Legalidade foi um evento singular e a sua retomada no cinquentenário demonstrou o espaço que essa mobilização ocupa no imaginário popular, sobretudo no Rio Grande do Sul. Agregado a essa premissa, crédito o destaque à rememoração/comemoração da Campanha em função do contexto de 2011 impulsionado pelo governo estadual e que contou com repercussão na imprensa analisada. Do mesmo modo, o resgate da memória da Legalidade e, conseqüentemente de Leonel Brizola, ficou evidente a partir das informações trazidas por Ana Ramos Rodrigues (2014) que ao analisar as consultas ao acervo fotográfico do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa constatou um considerável volume de acessos às imagens sobre a Campanha da Legalidade o que corrobora com a premissa da relevância desse episódio no estado do Rio Grande do Sul. Segundo a pesquisadora:

Também chamou a atenção a significativa diferença entre as consultas que visavam a Campanha da Legalidade e as que visavam o golpe civil-militar. Para o movimento encabeçado pelo governado do Rio Grande do Sul, e seus correlatos (Brizola, Jango e Palácio Piratini), ocorreram o total de 31 consultas, ou seja, mais de 67% das pesquisas que tiveram como tema os usos rememorativos. Através desse dado, é possível perceber a preponderância de datas regionais em cima de datas nacionais em termos comemorativos. Não só o grande número de consultas ao acervo fotográfico com o tema da Legalidade permite essa consideração, como as consultas em quase todos os anos que não permitem que esse acontecimento seja esquecido (dos dez anos pesquisados, apenas nos anos de 2002, 2006 e 2010 não houve pesquisa sobre a Legalidade). Nesse sentido, pode-se pensar que a rememoração da Legalidade acentua o regionalismo gaúcho, deixando em segundo plano as datas comemorativas-rememorativas nacionais (RODRIGUES, 2014, p. 119).

O tema da Legalidade tem sido explorado mais por jornalistas e também por livros com depoimentos memorialísticos, apresentando um menor volume de obras no campo acadêmico. Os trabalhos de pesquisa historiográfica ficam mais restritos à artigos, com poucas exceções, o que apresenta um novo campo de trabalho, haja vista, que em quanto se desenrolava a mobilização em prol da posse de Goulart ela foi "politicamente" utilizada (ALMEIDA, 2012) ao considerarmos a produção do material fotográfico pela Assessoria de Imprensa do governo do estado do Rio Grande do Sul (REIS, 2012).

No que se refere especificamente sobre a construção da memória da Campanha da Legalidade pelas fontes analisadas ela foi retomada como um movimento em prol da democracia, havendo consenso na defesa da posse de João Goulart. A adoção do parlamentarismo, no entanto, foi o ponto de certa controvérsia, pois destacaram a divergência no aceite do sistema entre Jango e Brizola e no cinquentenário *O Globo* creditou a saída pelo parlamentarismo o mais acertado, enquanto no *Correio do Povo* e *Zero Hora* a opinião quanto a esse aspecto não ficou evidente, porém a rusga entre os cunhados tenha sido bastante mencionada.

Por último, cabe observar que Carlos Lacerda, personalidade relevante daquela conjuntura de oposição a posse de Goulart, praticamente não foi mencionado. O que sugere o foco na resistência ao golpe e em defesa da democracia e não nas forças contrárias. Nesse sentido, percebeu-se uma visão positiva da imagem de João Goulart especialmente capitaneada pelas comemorações oficiais do governo estadual do Rio Grande do Sul.

3 AS REMEMORAÇÕES NA IMPRENSA SOBRE O GOLPE DE 1964 E A AÇÃO DE LEONEL BRIZOLA

Em 2014 o golpe de 1964 completou 50 anos. Naquele ano, a defesa da democracia foi o mote das lembranças pela grande imprensa, especialmente os veículos analisados para essa pesquisa³⁰⁰: *Correio do Povo*, *Zero Hora* e *O Globo*, consultados entre os meses de março a abril de 2014. Segundo as análises publicadas por esses periódicos, nossa democracia estava consolidada, entretanto era necessária uma eterna vigilância.

Um ano antes, em 2013, ocorreram uma série de manifestações que tinham como motes, inicialmente, a contestação aos aumentos nas tarifas do transporte público e, posteriormente, a não realização da Copa do Mundo no Brasil, no ano seguinte. Com massiva repercussão na mídia e com apoio de boa parte da imprensa - após jornalistas terem sido agredidos pela polícia - setores das classes médias aderiram ao movimento e incorporaram novas pautas: segurança pública, PEC 37³⁰¹, fim da corrupção e a não realização da Copa do Mundo no país em função dos elevados gastos.

Com essa mutação viu-se a despartidarização das manifestações e a rejeição às bandeiras partidárias, assim, o lema “sem partido” ecoou diversas vezes. Embora as classificações sobre as manifestações de junho de 2013 ainda estejam sob análises, a socióloga Sabrina Fernandes (2019, p. 98) apontou esse movimento como uma ruptura da inércia da política promovida pela democracia representativa liberal, mas que não apresentou respostas à crise, muito menos se libertou do processo de despolitização. Enquanto para Caroline Bauer (2019, p. 42), com essa onda de insatisfação surgiram também os primeiros chamamentos para o retorno das Forças Armadas ao poder e essa indignação logo se transformou em ódio capitaneado por Jair Bolsonaro que a utilizou como capital político para a construção da sua candidatura à presidência. O que não pode ser negado é que junho de 2013 foi um marco de

³⁰⁰ Como mencionado na Introdução, a partir de 2010 o *Jornal do Brasil* passou a ser exclusivamente digital, com um perfil distinto da versão impressa e, por apresentar dificuldades no acesso, o periódico não foi analisado para o Capítulo III.

³⁰¹ Segundo Machado (2020, p. 468) “A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 37 era um projeto que pretendia delimitar que as investigações criminais seriam atividade privativa da polícia. A proposta recebeu críticas de membros do Ministério Público, que defendiam que os promotores deveriam ter a possibilidade de investigar frente às deficiências das polícias. A cobertura midiática ampliou um debate que em realidade sequer deveria existir, considerando que as competências do MP não incluem papel investigativo, e deu origem ao termo “PEC da impunidade”, supostamente favorável à criminalidade e à corrupção, motivo pelo qual surgiu como uma pauta constante na segunda fase dos protestos de junho”.

mobilização e que levou novos segmentos da sociedade às ruas. Apesar das *Jornadas de Junho*, a Copa do Mundo ocorreu e com ela as eleições de 2014, uma das mais concorridas e polarizadas da República. Em meio a esse contexto, 1964 batia às nossas portas como uma lembrança não tão remota.

As manifestações de junho de 2013 abriram espaço para uma onda conservadora, colocando em xeque a democracia liberal culminando, assim, em última instância, em outra ruptura democrática com o processo sob suspeita do impeachment de Dilma Rousseff³⁰², em 2016. Tal episódio possibilitou a chegada ao poder de setores da extrema direita. Argumento levantado por Daniel Pinha (2020, p. 39):

A crise democrática contemporânea, iniciada com as Manifestações de Junho de 2013, conheceu um capítulo decisivo (e dramático) em 2018, com a vitória eleitoral presidencial de um apologista da Ditadura Militar. Este contexto de enunciação em crise nos possibilita questionar a aposta na estabilidade dos valores democráticos daqueles anos de 2004-2014. Ainda que estes fossem anos de hegemonia democrática no mundo do governo do Estado – nas práticas políticas e funcionamento das regras do jogo constitucional – o mesmo não se pode dizer do âmbito dos valores democráticos socialmente compartilhados, que conheceram nestes anos um período de involução³⁰³.

Além das mobilizações de 2013, devemos considerar outro fator da conjuntura nacional que contribuiu para a instabilidade institucional: as consequências dentro do âmbito militar e de parte da sociedade civil conservadora a partir da implementação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instaurada em 2012. Embora a Comissão não previsse reparação judicial, mas apenas o direito à memória, à verdade histórica e a promoção da reconciliação nacional, como aponta o primeiro artigo da Lei n. 12.528³⁰⁴ que a criou, e adotou, por vezes, a teoria dos dois demônios a qual deveriam ser investigadas as ações de militantes de esquerda. Apesar de todas essas flexibilizações, sua elaboração foi o bastante para promover insatisfações.

³⁰² “O ex-presidente em seu livro *A Escolha, Como um Presidente Conseguiu Superar Grave Crise e Apresentar Uma Agenda Para o Brasil*”, *Portal Terra*. O encadeamento das entrevistas faz da obra quase um livro de memórias. Conduzido pelo filósofo, de quem é amigo, Temer logo aborda os encontros com então comandante do Exército, general Eduardo Villas Boas, e o chefe do Estado Maior da Força, general Sérgio Etchegoyen, entre 2015 e 2016, antes do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Segundo Rosenfield, a história desses contatos revela o desgaste da relação do PT com os militares em razão da Comissão Nacional da Verdade, do receio de que Dilma tentasse mudar a Lei da Anistia e de outros temas que constavam do Programa Nacional de Direitos Humanos-3, de 2009. Os militares temiam ainda que o PT buscasse mudar a forma de acesso de oficiais ao generalato e a formação dos militares nas academias. Queriam, por isso, ouvir o então vice para saber, nas palavras de Rosenfield, com quais cenários deviam trabalhar”. Acesso em 02 de dezembro de 2020. Link: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-livro-temer-revela-contato-com-militares-e-nega-golpe.54ac3690fc398ae5cf07f9f254cf6f6flwqf3sbi.html>

³⁰³ Cabe mencionar que o autor supracitado utiliza o termo *Ditadura Militar*, do qual não compartilho. Todavia há pontos interpretativos de convergência justificando sua referência.

³⁰⁴ BRASIL. Lei n. 12.528 de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DOU 18/11.2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm.

Dois momentos importantes que ocorreram ao longo da Comissão demonstram a difícil relação com as Forças Armadas. De acordo com Patricia Machado (2020, p. 449) a saída do jornalista Luiz Cláudio Cunha, consultor do Grupo de Trabalho sobre Operação Condor, após uma entrevista na qual Cunha criticava a falta de empenho do Ministério da Defesa e as Forças Armadas para auxiliar os trabalhos da CNV e o acontecimento mais grave, a morte suspeita do ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE), coronel reformado Paulo Malhães, que foi encontrado morto em seu sítio na baixada fluminense em abril de 2014, um mês após dar seu depoimento à CNV.

Dois anos e meio após investigações e pesquisas, o relatório final da CNV foi publicizado com a identificação de 434 casos de mortes e desaparecimentos, a indicação de 377 agentes públicos envolvidos em violações de direitos humanos, além de apontar que a forma sistemática de ação da ditadura tratou-se de uma política de Terrorismo de Estado³⁰⁵. Além dessas conclusões, sugeriu ações estatais, todavia Machado (2020, p. 452) frisou:

Embora as recomendações não tenham resultado em atitudes concretas, o posicionamento dos membros da Comissão foi importante, pois ao recomendar o afastamento da Lei da Anistia, e ao caracterizar as violações cometidas naqueles anos como crimes de lesa humanidade, foi de encontro ao princípio da reconciliação nacional previsto no primeiro artigo da Lei n. 12.528. Entretanto, um ano e meio após a publicação do relatório final, o Brasil passaria por uma nova modalidade de rompimento institucional, dando início a um período no qual o tema dos mortos e desaparecidos passou a ocupar um espaço ainda menor.

Esse, portanto, foi o contexto em que se rememorou o golpe de estado impetrado em 1964, e não um aniversário qualquer. Os cinquenta anos de um evento histórico tende a receber maior atenção do meio acadêmico e da sociedade como um todo. Segundo Mariana Joffily (2018, p. 206):

O ano de 2004 testemunhou um interesse crescente da sociedade – academia, movimentos sociais, mídia – sobre o tema e um debate ativo entre os historiadores, partindo de diferentes perspectivas analíticas para interpretar o período. Em encarte especial sobre março de 64 n’O Estado de S.Paulo, um jornalista notava a “diferença gritante” entre a quantidade de livros publicados naquele ano, com o que havia saído dez anos antes. Foi no cinquentenário do golpe, em 2014, porém, que houve uma verdadeira erupção de sentidos múltiplos e conflitantes sobre o passado autoritário. Não por acaso: a recente lei de Acesso à Informação franqueou acesso a um enorme contingente documental sobre o período; a atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), amplificada por comissões estaduais, municipais e institucionais e a presidência de uma ex-guerrilheira fizeram com que o interesse no tema chegasse a um ápice dificilmente reproduzível.

³⁰⁵ “O Terrorismo de Estado (TDE) se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo” (PADRÓS, 2013, p. 64).

E nesse exercício de lembrar e/ou esquecer, a memória:

Sufre además cambios em función del presente em que es articulada, al interactuar con las preocupaciones y los intereses políticos del momento de su enunciación. Así, la memoria sobre la ditadura se constituye como un objeto de disputa constante, y son comunes los conflictos para determinar qué será registrado y transmitido a las nuevas generaciones (BAUER, 2019, p. 38).

De acordo com o historiador Marcos Napolitano (2015, p. 32), o cinquentenário do golpe enquadra-se na quarta fase memorialista que coincide com os três governos do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2016). Essa fase, uma das mais ricas e complexas, desafiou a capacidade de síntese dos analistas, classificada por ele de “revisionismos ideológicos e historiográficos”. Nela há dois movimentos contraditórios: de um lado, o aprofundamento de uma política de memória do Estado, calcada na memória hegemônica, crítica à ditadura e aliada à cultura democrática; e de outra, pela sociedade civil, com o crescimento do revisionismo, em alguns casos partilhado por historiadores reconhecidos, que indica uma fissura nas bases da memória hegemônica construída desde os anos 1970.

A repercussão do cinquentenário do golpe, na imprensa analisada para este capítulo, enquadrou-se no primeiro movimento definido, segundo Napolitano (2015), de crítica à ditadura e manutenção do regime democrático, como já indicado anteriormente. Passo, então, a detalhar as fontes utilizadas para essa reflexão.

Entre março e abril de 2014 diversas páginas de *Zero Hora*³⁰⁶, *Correio do Povo*³⁰⁷ e *O Globo*³⁰⁸ foram dedicadas ao cinquentenário do golpe de Estado deflagrado em 1964. Desde reportagens especiais, colunas, entrevistas à editoriais; praticamente todas as seções dessas publicações, em algum momento, mencionaram o aniversário do golpe: geral, política, economia, cadernos de cultura, educação, até mesmo esporte e colunas sociais. Nosso objetivo inicial ao arrolar essas fontes era identificar qual memória foi construída sobre Leonel Brizola nas rememorações do cinquentenário tendo em vista que em 1964, enquanto deputado federal

³⁰⁶ O acesso às edições de março e abril de 2014 de *Zero Hora* se deu através de contato por e-mail com o Centro de Documentação e Informação (CGI) do Grupo RBS que, após solicitação, encaminhou a série "1964 O golpe em solo gaúcho", publicada de 28/03 a 01/04/2004 e reportagem do caderno Cultura. A busca desses materiais se deu através das palavras-chave golpe de 1964 e Leonel Brizola.

³⁰⁷ A consulta às edições de março e abril de 2014 do *Correio do Povo* foram realizadas através de acesso on-line ao acervo digitalizado da publicação no site: <https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>. A prospecção de dados utilizou-se das palavras-chave golpe de 1964 e Leonel Brizola.

³⁰⁸ A consulta às edições de março e abril de 2014 de *O Globo* foram realizadas através de acesso on-line ao acervo digitalizado da publicação no site: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. A prospecção de dados utilizou-se das palavras-chave golpe de 1964 e Leonel Brizola.

pela Guanabara e uma das lideranças da esquerda, havia participado efetivamente daqueles momentos decisivos do início da década de 1960. Acreditava, portanto, que em função de suas ações na conjuntura passada ganharia espaço nas memórias de 2014.

Contudo, as fontes apresentaram outra realidade: Brizola foi citado nominalmente pouquíssimas vezes. No *Correio do Povo*, das 45 vezes que listei³⁰⁹ menções ao golpe, Leonel Brizola foi citado apenas em 3 ocasiões, a seguir: em reportagem de Flávia Benfica, em 30/03/2014, na qual apresentou “Os personagens da história” que marcaram o golpe e a ditadura, dentre eles estava Leonel Brizola; ilustrando reportagem, de 31/03/2014, em foto ao lado de João Goulart sob a seguinte legenda: “Jango, já deposto, ao lado de Leonel Brizola, governador gaúcho, em 1965”, com imprecisões factuais; e por fim no artigo de Caco Coelho, de 10/04/2014, sob o título “Os 30 anos da Direta Já!”. Percebe-se, portanto, sucintas lembranças.

Do mesmo modo em *Zero Hora*, das 39 citações inventariadas sobre 1964, Brizola apareceu somente 5 vezes, as quais: na coluna de Flávio Tavares, em 16/03/2014, sob o título “Para reviver 1964”; na reportagem sobre a Marcha da família com Deus pela liberdade, de 30/03/2014, intitulada “E a família marchou”; em outras análises sobre a ação civil, “Braço empresarial e pulmão estudantil” e “Ditadura campeira. O tradicionalismo cresceu e se multiplicou à sombra do regime militar. Nos CTG'S, o ciclo verde-oliva foi visto como marco de afirmação do gauchismo”, ambos também na edição de 30/03/2014; e por último, em outra coluna de Flávio Tavares, de 13/04/2014, “O grande general-civil”. Nestas referências, a exemplo do que ocorreu no *Correio*, também não há profundidade de análise sobre as ações de Leonel Brizola naquela conjuntura.

Em *O Globo* a situação permaneceu. Apesar da cobertura jornalística ser maior em comparação aos outros dois periódicos apresentados - foram levantadas 68 alusões ao golpe - no que se refere à Brizola, seu nome surgiu em 04 delas: em 25/03/2014, na reportagem “Revolta. Gota d'água para chefes militares inconformados. Jango, ao anistiar marinheiros rebeldes, acirrou ânimos nos quartéis”; em 30/03/2014, na entrevista com a ex-primeira-dama Maria Thereza, “Nas lembranças de Maria Thereza, o medo, a solidão e o exílio”; no editorial de 31/03/2014, “Para nunca mais se repetir”, a referência mais significativa das fontes, a qual será explorada adiante; e finalmente, na coluna de Artur Xexéo, de 02/04/2014, “Memórias da ditadura”.

³⁰⁹ Para fins de organização e classificação das fontes foi realizado um tabelamento (via Excel) utilizando-se os seguintes critérios de classificação: data, página, seção, autor, categoria, título, descrição, citação, observação. O critério *categoria* representava a palavra-chave/definição que sintetiza a reportagem.

Portanto, como apresentado acima identificou-se o baixo volume de referências à Leonel Brizola, o que dificultou a profundidade analítica para o objetivo inicial deste capítulo. Desse modo, foi necessário incluir novos recortes temporais a fim de contribuir para essa reflexão. Bem como, ampliar nosso objetivo e compreender o porquê desse apagamento em 2014 e investigarmos se houve o mesmo padrão em outras lembranças, como nos quarenta anos da ruptura institucional, em 2004³¹⁰. Em março de 2004, Brizola ainda estava vivo e chegou a participar de alguns eventos alusivos ao aniversário do golpe. Já em 2014 havia se passado dez anos de sua morte, o que pode ter contribuído para esse apagamento. Por fim, diante da realidade apresentada em relação às fontes para o capítulo em questão, busquei investigar o modo que a imprensa citada representou o Golpe de 1964 e o papel de Leonel Brizola nessas representações.

3.1 O GOLPE REVISITADO APÓS 40 ANOS

*"A semente do golpe no Brasil de 1964 foi
acalentada desde setembro de 1961".
Zero Hora, março de 2004.*

*"Foi um movimento [o golpe] de tropas
que contavam com o apoio civil,
da mídia e das elites do país."
Leonel Brizola, abril de 2004.*

No quadragenário do golpe, após consecutivas derrotas eleitorais, o Partido dos Trabalhadores finalmente ocupou a presidência da República, desde 2003. Nessa caminhada até o Planalto, em diversos momentos os caminhos da principal liderança do partido, Lula, e de Leonel Brizola se cruzaram: nas primeiras eleições pós-ditadura, em 1989, onde o pedetista apoiou o petista no segundo turno. Em 1998, quando Brizola concorreu à vice-presidência na chapa encabeçada pelo petista, por exemplo. No entanto, justamente quando o PT chegou ao governo federal, Brizola havia rompido com o antigo aliado político. Além do mais, o PT tinha sido “uma pedra no sapato” de Brizola desde a sua volta do exílio quando este optou por fixar-

³¹⁰ A escolha pela inclusão de 2004, e não por 1994, por exemplo, se deu por naquele ano, assim como, em 2014, o governo federal estar sob controle do Partido dos Trabalhadores e, valendo-se do argumento de Marcos Napolitano (2015), o aniversário de 40 anos e de 50 anos do golpe enquadraram-se na quarta fase memorialista.

se no Rio de Janeiro e não em sua terra natal, o Rio Grande do Sul. Argumentei em minha dissertação que sua pretensão de chegar ao Executivo, impedido pela ruptura institucional, pode ter sido um dos motivos que o levaram a tomar essa decisão, afinal o Rio de Janeiro ainda se apresentava como centro político nacional e também por ter construído uma base política resistente devido ao seu mandato como deputado federal pela Guanabara, entre 1963 e 1964. Desse modo:

Retornou, então, do exílio como uma lembrança no imaginário popular daquele início da década de 1960 marcada pela mobilização social e política, interrompida abruptamente pelo golpe. Isto é, sua figura, para alguns, retomava o sentimento daquela conjuntura, haja vista seu sucesso eleitoral nos anos 1980 no estado do Rio de Janeiro. Entretanto, quando finalmente teve a chance de chegar à Presidência da República, encontrou um novo adversário, uma nova força política nascida junto com a redemocratização do Brasil: o Partido dos Trabalhadores (RIGHI, 2015, p. 166).

Retomando o contexto, o Brasil de 2004 era bem distinto daquele de 2014, em apenas 10 anos nossa sociedade presenciou muitas mudanças, com expressivos avanços na área social, mas também com um aprofundamento na polarização política representada na dicotomia PT *versus* PSDB. Se em 2004, como brevemente apontado no primeiro capítulo, o país vivenciava um momento mais próspero sob a liderança de Lula com expressiva aprovação de seu governo, em 2014, sua sucessora Dilma Rousseff, enfrentava duras críticas. A chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, no início da década, gerou muitas expectativas entre as organizações que trabalhavam há anos pelo reconhecimento do Estado nas ações ocorridas durante a ditadura e nas buscas por informações sobre os mortos e desaparecidos, especialmente os grupos dos familiares. Todavia, em 2004 o governo ainda “organizava a casa” e essa pauta foi retomada adiante. Nesse sentido, o olhar para as fontes de 2004 sobre o aniversário do golpe esteve ancorado na conjuntura ainda pautada pelos debates acadêmicos e da sociedade civil, e não necessariamente sob a égide de políticas de Estado orquestradas pelo governo federal.

No entanto, cumpre apresentar as medidas tomadas pelo Estado brasileiro antes da chegada do PT ao poder. Desse modo, em termos de política de memória, ressarcimento jurídico e financeiro, o Estado brasileiro olhou para essa pauta a partir de 1995 sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Foram criadas um conjunto de “leis memória”³¹¹ que

³¹¹ Termo cunhado por Marcos Napolitano (2015) para explicar o contexto de criação pelo Estado de novas leis e políticas de memória que previam reparação frente aos crimes da ditadura, embora seu alcance não tenha sido satisfatório foi um passo importante na luta por Memória, Verdade e Justiça. Em suma: “O predomínio da uma memória hegemônica crítica ao regime influenciou as políticas do Estado brasileiro pós-ditadura. A partir dos anos 1990, o Estado tem desenvolvido uma política de memória, ainda que tímida, pontual e um tanto desencontrada, calcada na memória das vítimas das violências do regime que se tornou mais explícita e normatizada a partir de 1995. A partir deste ano, [...] o Estado se pautou por uma política de reparações e de recuperação das histórias de vida (e morte) das vítimas da violência do regime militar, ao mesmo tempo em que tem promovidos ações

apontavam para a ruptura com seu próprio passado recente, dentre essa legislação estava a Lei nº 9.140³¹² - que sofreu alterações com o passar dos anos - que definia a condição de desaparecido político para aqueles que tivessem desaparecido entre setembro de 1961 e outubro de 1988 (NAPOLITANO, 2015, p. 28). A partir dessa condição - devidamente provado a cargo dos familiares, ou seja, o Estado se eximia da investigação - havia o reconhecimento oficial do óbito nos casos de desaparecimento forçado por motivações políticas). Além dessas “leis memória”, de 1995 e 2002 - Lei nº 10.559, que criou a Comissão da Anistia, entre outras disposições - a ação do Estado nesta área foi caracterizada pela elaboração do Planos Nacional dos Direitos Humanos, que teve duas versões durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (NAPOLITANO, 2015, p. 29). Conjuntamente com a legislação, algumas publicações oficiais foram organizadas, nelas constam informações sobre mortos e desaparecidos políticos e dados históricos sobre o período da ditadura.

A respeito das fontes para este subcapítulo tem-se a seguinte situação: a cobertura sobre o aniversário do golpe em 2004 pelo *Correio do Povo* ocorreu de 30/03 a 04/04/2004, foram tabeladas 20 menções, com chamada de capa em apenas uma edição, a de 31 de março; enquanto em *Zero Hora* há alusões ao golpe de 27/03 a 1º/04/2004, com 20 tabelações, uma reportagem especial, com sete páginas, intitulada “1964: o golpe em solo gaúcho” e no Segundo Caderno de Cultura, da edição de 27 de março, com quatro páginas destinado ao assunto. As pautas nesses jornais mantiveram linhas editoriais semelhantes, priorizando os momentos que antecederam o golpe, desde o apoio interno – “Marcha intensifica o desgaste”³¹³ - quanto externo – “O poder americano”³¹⁴ - e a conspiração militar – “Estado abrigou semente do levante”³¹⁵ - tramada desde após a Campanha da Legalidade. Cabe mencionar que apenas uma matéria tratou sobre as perseguições políticas – “Inimigos do novo regime são caçados”³¹⁶ – e em nenhum momento a prática da tortura foi mencionada.

Em relação ao jornal *O Globo* a cobertura foi bem mais volumosa, com 64 menções tabeladas, de 26/03 a 04/04/2004, incluindo cadernos especiais e manchetes de capa em 4 edições. O periódico fluminense realizou algumas entrevistas, cito algumas: “Erica, a doce

institucionais e simbólicas situadas no campo da memória hegemônica crítica à ditadura” (NAPOLITANO, 2015, p. 25)

³¹² BRASIL. Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm#:~:text=Reconhece%20como%20mortas%20pessoas%20desaparecidas,1979%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias. Acesso em: 04/01/2021.

³¹³ Correio do Povo, 31 de março de 2004, p. 10.

³¹⁴ Zero Hora, 28 de março de 2004, p. 07.

³¹⁵ Zero Hora, 30 de março de 2004, p. 11.

³¹⁶ Zero Hora, 1º de abril de 2004, p. 14.

doutora 'Encouraçado Potemkin'³¹⁷, "'Grandão', o assaltante de bancos que sobreviveu a Fleury e à prisão. Ex-militante da ALN conta com ritmo ágil suas perigosas peripécias na ditadura"³¹⁸, "Maria Thereza e a vida que ficou para trás"³¹⁹. Abordou temas que não apareceram nos jornais do Sul, tais como: "Os filhos dos anos de chumbo. Herdeiros de militantes exilados ou presos aprendem a conviver com as lembranças dolorosas da ditadura"³²⁰; "Novos tempo, novos inimigos"³²¹, análise das monografias defendidas pelos alunos da ECEME - escola preparatória para oficiais do exército.; "Futebol aquartelado. Militares interferiram até na seleção e no Brasileiro"³²²; "O projeto de nação que passou na TV"³²³, propaganda veiculada durante o período de maior repressão no governo Médice; "Dentro de mim um grande temor", relato de José Sarney sobre suas angústias antes de assumir a presidência em 1985. As manchetes listadas demonstram maior profundidade de análise e não mera reprodução factual, além de avançar para aspectos da ditadura até a redemocratização.

A seguir discuto o conteúdo das representações criadas por essa imprensa no aniversário de quarenta anos do golpe de 1964 e as referências à Leonel Brizola. Embora abordassem temas diversos, foi possível agrupar alguns pontos específicos: a mobilização civil, de apoio ou oposição ao governo de João Goulart; os antecedentes e a conspiração que levaram ao golpe; eventos e atos de rememoração; e as referências à Leonel Brizola.

3.1.1 MOBILIZAÇÃO CIVIL

Antes de analisarmos o que demonstram as fontes sobre a mobilização civil em 1964 e como ela foi rememorada nos 40 anos do golpe, é necessário contextualizar a literatura histórica em torno da temática. O início da década de 1960 presenciou um dos momentos de maior mobilização política das classes populares, seja na luta pelo direito ao voto dos analfabetos; ampliação do movimento sindical operário e dos trabalhadores do campo, organizados nas Ligas Camponesas e no MASTER, no Rio Grande Sul; e um inédito acirramento da luta ideológica de classes, pois, enquanto as classes populares se organizavam, paralelamente

³¹⁷ Caderno Prosa e Verso. O Globo, 27 de março de 2004, p. 3.

³¹⁸ Caderno Prosa e Verso. O Globo, 27 de março de 2004, p. 5.

³¹⁹ Caderno Especial. O Globo, 28 de março de 2004, p. 6.

³²⁰ Caderno Especial. O Globo, 28 de março de 2004, p. 9.

³²¹ Caderno Especial. O Globo, 28 de março de 2004, p. 14.

³²² O Globo, 04 de abril de 2004, p. 58.

³²³ Caderno Especial. O Globo, 28 de março de 2004, p. 19.

setores militares, empresariais e das classes médias mantinham-se na ofensiva (TOLEDO, 2004, p. 13). Essa conjuntura de efervescência política do pré-golpe ganhou espaço na imprensa através do Comício da Central do Brasil que "entornou o caldo da radicalização política"³²⁴, segundo *Zero Hora*. As Reformas de Base, anunciadas naquela ocasião, foram apontadas como fator para a desestabilização: "muitos segmentos enxergavam ali os alicerces de um regime comunista que ameaçava o direito à propriedade privada [...] o presidente estava mais inclinado à esquerda do que nunca"³²⁵. Do mesmo modo, outras medidas contribuíram para o clima de polarização: nomeação do Almirante Aragão como comandante do Corpo dos Fuzileiros Navais; a limitação das remessas de lucro para o exterior e a forte crise econômica - herança do governo de Juscelino Kubistchek - que levaram a inflação a patamares próximos dos 80%. Nesse sentido, reportagem do *Correio do Povo* de 2004 expôs que:

A partir de dezembro de 1963, uma série de fatos políticos fez com que fosse acelerado o processo de enfraquecimento do presidente João Goulart. [...] No auge da Guerra Fria, com o mundo ocidental temendo o comunismo, o levante militar era iminente³²⁶.

Diversos setores da classe política participaram da trama golpista por acreditarem que em pouco tempo o poder seria devolvido aos civis. Alguns, como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros que tinham a intenção de chegar à presidência, acreditaram em Castelo Branco, que em seu discurso de posse afirmou que devolveria o cargo para um civil em 1966 porque "a nossa vocação é a da liberdade democrática", disse Castelo³²⁷. Desse modo, Jango estar fora do jogo era uma ótima cartada. O governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, foi mencionado tanto pelo *Correio do Povo* quanto por *Zero Hora*, que pontuaram como decisiva sua presença no Piratini para impedir a mobilização em Porto Alegre. Para o golpe ter sucesso deveriam neutralizar a possível resistência considerando que em 1961 ocorreu a Campanha da Legalidade, por isso apoiaram Meneghetti desde a campanha, em 1962:

O apoio à campanha veio de todos os lados. O conspirador-mor de 1964, general Olympio Mourão Filho, promoveu um encontro, em janeiro de 1962, entre o presidente da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), Antônio Saint Pastous, e o general Nestor Penha Brasil, comandante do III Exército (hoje Comando Militar do Sul). Denominou a reunião de o primeiro encontro civil-militar visando ao golpe. Mourão combinou com Saint Pastous a formação de um grupo de empresários para dar sustentação financeira à campanha. Era imprescindível colocar Meneghetti no governo, e isso não parecia nada fácil na conjuntura gaúcha onde Brizola tinha todo o prestígio e o candidato do PSD não possuía apoio financeiro conveniente³²⁸.

³²⁴ "O comício maldito", *Zero Hora*, 28 de março de 2004, p. 7.

³²⁵ "Presidente insiste nas reformas", *Correio do Povo*, 31 de março de 2004, p. 10.

³²⁶ "Perda da força começa em 1963", *Correio do Povo*, 31 de março de 2004, p. 10.

³²⁷ "Volta da democracia era esperada", *Correio do Povo*, 31 de março de 2004, p. 10.

³²⁸ "Governador foi peça-chave no destino de Jango", *Zero Hora*, 29 de março de 2004, p. 12.

A escolha pelo apoio a Meneghetti foi acertada, haja vista que logo após o anúncio da mobilização das tropas militares em Juiz de Fora, o governador do Rio Grande Sul e sua comitiva encaminharam-se para Passo Fundo, na chamada Operação Farroupilha, a fim de dificultar qualquer ato resistivo contra o golpe que se avizinhava. Ao chegar na sede temporária do governo estadual no interior declarou que as “forças revolucionárias” – referindo-se aos militares golpistas - haviam colocado um ponto final no “comunismo que estava tomando conta do Brasil”³²⁹. Parte da população agradou-se com a decisão de Ildo Meneghetti de “refugiar-se” temporariamente em Passo Fundo e celebrava através de cantorias: "Foge Jango, Foge Brizola/Foge Deus e todo mundo /Só não foge o Meneghetti /que vai lá pra Passo Fundo". Dias depois, a comitiva estadual voltou como "heróis"³³⁰.

Em outra matéria do *Correio*, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e as ações do IPES e IBAD foram abordados³³¹. O tom da reportagem foi de responsabilização do presidente e da esquerda por terem tensionado as Forças Armadas com o apoio à insubordinação dos marinheiros e o Comício da Central do Brasil, em março de 1964³³². Para *Zero Hora*, foi “a marcha da indignação”³³³, a qual também ocorreria em Porto Alegre, em 03 de abril, e que acabou transformando-se em marcha de celebração pela derrubada de Goulart. O comício foi retratado pelo *O Globo* como decisivo para tensão: “O país em ponto de ebulição”³³⁴. Em síntese, nesse primeiro olhar sobre a imprensa denota-se coesão com os debates levantados pela literatura histórica em relação ao apoio civil ao golpe.

Em *O Globo* outro aspecto desse apoio recebeu atenção: a imprensa. O jornal assumiu *mea culpa*³³⁵ com a matéria: "O Globo também apoiou o golpe militar"³³⁶. Estampando a reprodução das capas dos principais jornais daquela conjuntura - *Folha de São Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* – entre fins de março e início de abril de 1964, todas favoráveis à ruptura institucional. Se por um lado, o jornal assumiu sua responsabilidade, por outro, informou que após a redemocratização adotou uma postura de denúncia e ajudou a esclarecer fatos; como nos casos da Guerrilha do Araguaia, do atentado terrorista impetrado

³²⁹ “Meneghetti se refugia em Passo Fundo”, *Zero Hora*, 29 de março de 2004, p. 13.

³³⁰ “Final heroico”, *Correio do Povo*, 01 de abril de 2004, p. 04. Coluna de Flávio Alcaraz Gomes.

³³¹ “Marcha intensifica o desgaste”, *Correio do Povo*, 31 de março de 2004, p. 10.

³³² “Volta da democracia era esperada”, *Correio do Povo*, 31 de março de 2004, p. 10.

³³³ *Zero Hora*, 29 de março de 2004, p. 13.

³³⁴ *O Globo*, 28 de março de 2004, p. 18.

³³⁵ Essa postura já tinha sido adotada em editorial de 31/08/2013: “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”.

³³⁶ “Militares assumiram com apoio da imprensa. Grandes jornais aprovaram a derrubada de Jango e outras medidas ao longo dos 21 anos do regime”, *O Globo*, 04 de abril de 2004, p. 10.

pelos militares no Riocentro³³⁷ e a divulgação do laudo sobre a morte de Marighela³³⁸. No que diz respeito ao caso do Riocentro, o jornal fluminense publicou entrevista com oficial do DOI que havia revelado em depoimento à justiça militar sobre o planejamento da explosão. O nome do oficial “com cargo de comando na repressão política da época” não foi revelado “por temer retaliações”³³⁹. Essas ações da imprensa denotam uma mudança gradual de posicionamento como observou Caio Navarro de Toledo – trazido ao debate por Joffily (2018, p. 223) – “a grande imprensa brasileira – outrora apoiadora do golpe e complacente com a ditadura –, trocara a expressão empregada pelos militares e os setores golpistas de ‘Revolução’, para a de ‘golpe de Estado’”.

3.1.2 OS ANTECEDENTES E A CONSPIRAÇÃO

Um dos debates mais relevantes em torno da figura de Leonel Brizola e seu papel no contexto anterior ao golpe de 1964 diz respeito à visão defendida por alguns setores que João Goulart e Brizola personificavam uma radicalização à esquerda. Por esse motivo, o estudo das fontes buscou analisar a presença desta narrativa. Dessa forma, dentre os episódios que estimularam os conspiradores militares foi documento confidencial que Castelo Branco, na época comandante do Estado-Maior, dirigiu aos oficiais sobre as ações de João Goulart: “o manifesto de Castelo teve grande repercussão entre os militares e reforçou a sua figura como o maior líder do processo revolucionário que se encaminhava para o desfecho”³⁴⁰. Mas a movimentação dos conspiradores no Rio Grande do Sul, conforme *Zero Hora*, acontecia desde 1962 encabeçada por Olympio Mourão Filho quando este servia em Santa Maria³⁴¹. E vão além ao afirmar que “a semente do golpe no Brasil de 1964 foi acalentada desde setembro de 1961”³⁴².

³³⁷ Além da tentativa desse ato terrorista organizado pelos militares, *O Globo* referiu o caso Para-Sar que foi uma ação do governo em 1968 que pretendia explodir o gasômetro do Rio de Janeiro e responsabilizar a esquerda. A operação não saiu do papel, segundo a publicação, por resistência de alguns militares, como Sérgio Macaco. “Caso Para-Sar: incêndio destruiu arquivos”, *O Globo*, 31 de março de 2004, p. 12.

³³⁸ “Após abertura, mídia ajuda resgaste histórico. Série do Globo reabriu o caso Riocentro”, *O Globo*, 04 de abril de 2004, p. 10.

³³⁹ “Riocentro, atentado”, *O Globo*, 28 de março de 2004, p. 02. Caderno Especial 64.

³⁴⁰ “Aviso de Castelo gera repercussão”, *Correio do Povo*, 31 de março de 2004, p. 10.

³⁴¹ “Estado abrigou semente do levante”, *Zero Hora*, 28 de março de 2004, p. 7.

³⁴² “Adversários minaram apoio a Jango”, *Zero Hora*, 30 de março de 2004, p. 11.

O apoio de Jango aos marinheiros na Revolta dos Marinheiros foi apontado, pela imprensa em 2004, como fator decisivo que levou o governo a perder mais força política e consolidou a adesão da Marinha na conspiração golpista³⁴³, em função da quebra de hierarquia: “para militares, Jango errou ao estimular indisciplina nas classes populares das Forças Armadas”³⁴⁴. Esse episódio recebeu destaque no aniversário de 40 anos em função do lançamento dos livros "Vozes do Mar" - fruto de uma pesquisa histórica de Flávio Luiz Rodrigues - e "Trajetória Rebelde" - memórias de um ex-marinheiro. Em ambos o "golpismo dos marinheiros" foi negado, pois “a pecha da revolta ter o objetivo de desestabilizar o governo Jango foi difundida pelo traidor ‘cabo’ José Anselmo dos Santos”³⁴⁵. Inclusive negaram a relevância de Anselmo como liderança. Segundo as publicações, existiam outros nomes dentro da Associação que lutavam contra o sistema de castas na Marinha e que os levou a rebelarem-se³⁴⁶.

Novamente o nome de João Goulart surgiu como fio condutor, por sua posição de não resistência ao golpe. Pode-se, portanto, verificar um padrão argumentativo entre as fontes analisadas de responsabilização, ao menos parcial, da figura do ex-presidente na queda de seu governo. Na reportagem especial, “O golpe em solo gaúcho”, publicado em *Zero Hora* foi apresentado a organização militar no estado em caso de resistência do governo federal, porém "a resistência caiu como um castelo de cartas" e até mesmo os golpistas foram "surpreendidos pela velocidade"³⁴⁷ dos acontecimentos. Em suma, “a conspiração militar que não teve sangue” e "sem o registro de um único confronto entre tropas golpistas e legalistas"³⁴⁸.

Na seara conspirativa o suporte estadunidense foi decisivo. O presidente Lyndon Johnson ouviu por telefone relato sobre a movimentação dos militares no Brasil e mostrou-se satisfeito com a ação³⁴⁹, além do breve reconhecimento, pelo governo dos Estados Unidos, da legitimidade do novo governo brasileiro poucas horas após a posse de Castelo³⁵⁰. Novas informações sobre esse apoio foram divulgados por uma ONG do país que realizava pesquisas nos documentos de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Na referida divulgação há relato do Departamento de Estado repassando estratégia de envio de munições e frota para litoral de

³⁴³ “Adesão da marinha é decisiva na crise” *Correio do Povo*, 31 de março de 2004, p. 10.

³⁴⁴ “Hierarquia quebrada. Para militares, Jango errou ao estimular indisciplina nas classes populares das Forças Armadas”, *Caderno Prosa e Verso. O Globo*, 27 de março de 2004, p. 6. A opinião dos militares foi exposta no livro *Visões do Golpe*, de 1994, que estava sendo reeditado em 2004, o qual *O Globo* utilizou como fonte.

³⁴⁵ “Livros defendem os marujos de 64”, *Caderno Prosa e Verso, O Globo*, 27 de março de 2004, capa.

³⁴⁶ “Ex-marinheiros negam relevância a Anselmo”, *Caderno Prosa e Verso, O Globo*, 27 de março de 2004, p. 2.

³⁴⁷ “A incrível batalha que não aconteceu”, *Zero Hora*, 28 de março de 2004, p. 8.

³⁴⁸ “A conspiração militar que não teve sangue”, *O Globo*, 28 de março de 2004, p. 10.

³⁴⁹ “Golpe de 64: casa Branca ofereceu ajuda por telefone”, *O Globo*, 1º de abril de 2004, capa.

³⁵⁰ “Volta da democracia era esperada”, *Correio do Povo*, 31 de março de 2004, p. 10.

São Paulo³⁵¹. Na contramão da História e contrariando pesquisas fundamentadas com reconhecimento acadêmico, em sua coluna para *O Globo*, Olavo de Carvalho afirmou que a participação dos EUA no golpe foi invenção comunista³⁵². O espaço dado a esse tipo de opinião falaciosa e sem argumentação científica corroborou para a legitimidade no debate público de grupos negacionistas ou adoradores da ditadura³⁵³.

Em *Zero Hora* a Operação Brother Sam³⁵⁴ também foi destacada e classificada de “O poder americano”³⁵⁵. Ademais há uma edição do Segundo Caderno de Cultura destinada à análise do golpe no Brasil pela perspectiva de brasilianistas: “O Brasil visto pelo Brasil, quarenta anos depois, os acontecimentos de 1964 são avaliados por brasilianistas e pesquisadores estrangeiros”³⁵⁶ com foco na ação estadunidense nos momentos decisivos do início da década de 1960. O especial contou com artigo assinado pela historiadora Claudia Wasserman, além de entrevista com Joseph Love, brasilianista com estudos também sobre o Rio Grande do Sul. Segundo a pesquisadora: “As pesquisas destinadas a explicar a ausência da democracia no Brasil tentavam entender as raízes da situação contemporânea com base nos antecedentes”³⁵⁷. E que posteriormente, com a abertura dos arquivos da diplomacia dos Estados Unidos da época da ditadura:

[...] os brasilianistas norte-americanos passaram a investigar o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 1964, a influência da Doutrina de Segurança Nacional formulada no “National War College” dos Estados Unidos e o treinamento dos militares brasileiros na contra-insurgência e no combate ao comunismo internacional³⁵⁸.

Já para Joseph Love o apoio estadunidense foi decisivo, mas apenas “enfraqueceu ainda mais um governo central já fraco”, embora mencione que os golpes na América Latina devem ser compreendidos pela lógica da Guerra Fria. Segundo o autor, a maioria dos brasilianistas

³⁵¹ “Cinco minutos de golpe para a Casa Branca. Relato do Departamento de Estado repassou estratégia de envio de munições e frota para litoral de São Paulo”, *O Globo*, 1º de abril de 2004, p. 14.

³⁵² “Passado e presente”, *O Globo*, 03 de abril de 2004, p. 07.

³⁵³ A influência no debate público de opiniões negacionistas e a construção do novo conservadorismo brasileiro foram analisadas por: LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Ed. Zouk, 2019. Especificamente sobre o papel de Olavo de Carvalho ver: BRIZZZI, João; PONTIN, Fabricio. Carta de Olavo de Carvalho em 2006 anunciava as discussões do Brasil de hoje. *In The Intercept Brasil*. Link: <https://theintercept.com/2018/10/28/novo-brasil-esculpido-olavo-de-carvalho/>. Acesso em 23/01/2021.

³⁵⁴ Sobre esse assunto ver: FICO, Carlos. *O grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – O governo dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

³⁵⁵ *Zero Hora*, 30 de março de 2004, p. 11.

³⁵⁶ *Zero Hora*, 27 de março de 2004, p. 5. Segundo Caderno, Cultura.

³⁵⁷ *Zero Hora*, 27 de março de 2004, p. 5. Segundo Caderno, Cultura.

³⁵⁸ *Zero Hora*, 27 de março de 2004, p. capa. Segundo Caderno, Cultura.

foram contrários ao golpe, inclusive denúncias de tortura durante a ditadura foram reveladas em seminários no país com apoio de setores acadêmicos³⁵⁹.

Além da influência estadunidense, a França também esteve presente na ditadura brasileira através da sua tática de insurgência, de torturas e ações da Operação Condor, lembrando por Elio Gaspari em sua coluna. Para o jornalista:

[...] um general francês contando que ensinou técnicas de interrogatório (leia-se tortura) em território brasileiro para uma multinacional que juntava também argentinos e chilenos são uma relevante revelação. Sobretudo para quem gosta de assoviar a "Marselhesa" e culpar os Estados Unidos por tudo o que acontece de ruim na América latina³⁶⁰.

3.1.3 O QUE LEMBRAR APÓS 40 ANOS?

Para este tópico agrupei reportagens analíticas sobre aspectos da ditadura que podem ter colaborado para os enquadramentos da memória considerando que a imprensa exerce influência na formação da opinião pública. Do mesmo modo, os atos alusivos ao aniversário de 40 anos do golpe compõem este tópico por entender que rememorações de marcos históricos, empreendidas ou não pelo Estado, também favorecem os enquadramentos. Salientando que, segundo Ricoeur (2007, p. 459), comemorações podem ratificar lembranças incompletas com fundos de esquecimento, sempre há uma seleção, pois, “ver uma coisa é não ver outra, narrar um drama é esquecer outro”.

Desta forma, as fontes analisadas mostraram que, no campo econômico, abordou-se tema importante acerca da má distribuição de renda, apesar do crescimento econômico: “Pobreza caiu à metade nos anos 70 e analfabetismo recuou, mas participação dos 50% mais pobres na renda nacional caiu de 17,4% para 11,3% de 60 a 72”³⁶¹. A respeito das obras faraônicas, como a Ferrovia do Aço, a Transamazônica e as usinas nucleares de Angra dos Reis que deixaram grandes dívidas³⁶². E ainda a instabilidade no interior do Ministério da Economia

³⁵⁹ “Retrospectiva do golpe”, Zero Hora, 27 de março de 2004, p. 6. Segundo Caderno, Cultura

³⁶⁰ “Uma cátedra francesa: tortura”, O Globo, 28 de março de 2004, p. 14. Caderno Especial 64.

³⁶¹ “Um modelo de desigualdade”, O Globo, 28 de março de 2004, p. 16. Caderno Especial 64.

³⁶² “Pensar grande era a ordem na ditadura: Planos ambiciosos de investimento marcaram o regime, mas o país até hoje está pagando Itaipú”, O Globo, 28 de março de 2004, p. 16. Caderno Especial 64.

por onde passaram diversos nomes com percepções distintas a respeito de diagnósticos sobre a situação econômica do país e a adoção de modelos de desenvolvimento, essa situação evidenciavam a falta de coesão na política econômica da ditadura que só era disfarçada pelo autoritarismo do regime que evitava sua publicização, aos olhos do público o projeto econômico “parecia único, mas foi uma repetição de falta de continuidade que sempre se viu no país”³⁶³. Interessante o surgimento dessas pautas na grande imprensa, pois contribuiu para a desmistificação de pontos visto por alguns setores como positivos sobre a ditadura como, por exemplo, o Milagre Econômico durante os anos de chumbo³⁶⁴.

Constatação relevante abordada pela cobertura da imprensa foi o fato de boa parte da população, os jovens em especial, saberem muito pouco sobre a ditadura instaurada em 1964 e que havia chegado ao fim, segundo as análises mais consolidadas, há menos de vinte anos. *O Globo* organizou uma pesquisa³⁶⁵ com jovens a prestar no vestibular e a maioria desconhecia informações importantes sobre o período, segundo o periódico:

A gente sabe que a história não é feita só de nomes, fatos e datas. Mas descobrir que tanta gente ignora informações essenciais sobre um episódio marcante na História recente do país suscita uma pergunta: o que está havendo. Estudantes, professores e historiadores tentam explicar. De quebra você vai descobrir que os vestibulares, em compensação, não perdem a chance de abordar o golpe de 1964³⁶⁶.

Entretanto outros jovens reuniram-se para lembrar o aniversário do golpe e aproveitar a ocasião para manifestarem-se contra a privatização do ensino, o jornal chama-os de “caras pintadas”³⁶⁷, alusão ao movimento brasileiro realizado no decorrer do ano de 1992 que teve como objetivo principal o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Diferentemente daqueles estudantes recém formados no Ensino Médio, Zuenir Ventura se disse surpreso ao ver o “golpe militar” tão revisitado e analisado 40 anos depois, ao menos em seu círculo o tema recebeu o devido destaque, no meio acadêmico e na imprensa³⁶⁸. No que tange ao ensino durante a ditadura era pautado pela visão estadunidense da Guerra Fria; Revolução

³⁶³ “Coesão, nem na economia”, *O Globo*, 28 de março de 2004, p. 17. Caderno Especial 64.

³⁶⁴ Uma das análises que aborda a concentração de renda durante o Milagre Econômico é PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano. Vol. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 em contraposição às interpretações de CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, que problematiza o governo de Emilio Garrastazu Médici a autora utiliza a expressão *anos de ouro* como uma das facetas daquele período.

³⁶⁵ “O novo samba do crioulo doido”, *O Globo*, 30 de março de 2004, capa.

³⁶⁶ “64 o ano que não foi lembrado”, *O Globo*, 30 de março de 2004, sem página. *Revista Magazine*.

³⁶⁷ “Caras Pintadas”, *O Globo*, 02 de abril de 2004, p. 2.

³⁶⁸ “40 anos hoje”, *O Globo*, 31 de março de 2004, p. 07.

Cubana e Chinesa não eram nem mencionadas. Além disso, os heróis militares, como Duque de Caxias, por exemplo, foram ainda mais exaltados³⁶⁹. Enquanto João Goulart, Luis Carlos Prestes e até mesmo Carlos Lacerda foram deixados de lado³⁷⁰. *Revolução* compunha a narrativa golpista, pois era como “aprendia sua mãe”.

Mariana Joffily (2018, p. 223) trouxe para o debate percepções de Caio Navarro de Toledo ao identificar que, em 2004, a grande imprensa brasileira – outrora apoiadora do golpe e complacente com a ditadura –, trocara a expressão empregada pelos militares e os setores golpistas de “Revolução”, para a de “golpe de Estado”, como abordado anteriormente. No entanto, não foi o que aconteceu no *Correio do Povo*. Na manchete da capa de 31 de março de 2004 anunciou-se: “Revolução de 64 faz 40 anos”. Algo bastante inesperado, haja vista que, aparentemente, o debate sobre o golpe apresentava-se bastante aprofundado. O *Correio* era um jornal de boa circulação e usar a expressão *revolução* na sua edição de capa foi muito emblemático. Abaixo trecho da reportagem:

Há 40 anos eclodiu a *revolução* que manteve os militares no poder por 21 anos. A crise político-institucional existente no país foi agravada com episódios marcantes, como a revolta dos marinheiros; comício do presidente João Goulart anunciando reformas de base; manifesto do estado-maior do Exército contra essas reformas e outro do general Mourão Filho, exigindo a renúncia de Jango, que acabaram deflagrando o início de um novo regime. O general Castelo Branco foi escolhido para ser o primeiro presidente do ciclo militar³⁷¹.

Em 1964, como afirmou Diorge Konrad (2013), o periódico apresentava constantes críticas ao governo de João Goulart e com a aproximação da crise passou a acusar o presidente e as lideranças da esquerda a transformarem o Brasil em uma “república sindicalista” a caminho da “bolchevização” do país, tornando-se, assim, um dos principais jornais golpista da capital sul-rio-grandense. Esse apoio, por si só, não justifica a adoção do termo *revolução* 40 anos depois, afinal boa parte da grande imprensa também tomou essa posição e em pouco tempo depois mostrava-se contrária aos militares. Entretanto a escolha por esse termo implica numa postura conservadora do jornal, pertencente à Rede Record.

Na esfera cultural o ato de rememorar o golpe também esteve presente com eventos na área da música, por exemplo, num debate sobre a Música Popular Brasileira durante a ditadura, que se realizou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul³⁷². Ciclos de cinema alusivos ao tema como a exibição na Sala PF Gastal, da Usina do Gasômetro em Porto Alegre, dos filmes

³⁶⁹ “Revolução aprendia sua mãe”, O Globo, 30 de março de 2004, Revista Magazine Especial.

³⁷⁰ “Histórias que os professores não contavam”, Caderno Especial 64, O Globo, 28 de março de 2004, p. 18.

³⁷¹ Correio do Povo, 31 de março de 2004, capa.

³⁷² “MPB e o ano de 64 em debate na UFRGS”, Correio do Povo, 30 de março de 2004, p. 21.

*Opinião Pública e Eles não usam black-tie*³⁷³. Do mesmo modo, a publicação de livros, a coleção *Vozes do Golpe*, lançado no Solar da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul com relatos pessoais e duas histórias de ficção sobre o "golpe militar de 1964, marcando a passagem dos 40 anos do movimento"³⁷⁴. O lançamento foi assim divulgado:

Quarenta anos depois, quatro importantes escritores do Brasil se reúnem para analisar as consequências de 1964 na vida dos brasileiros. Moacyr Scliar, Luis Fernando Verissimo, Zuenir Ventura e Carlos Heitor Cony são os autores de quatro pequenos livros para a Companhia das Letras com relatos sobre o golpe³⁷⁵.

O Globo realizou entrevista, anteriormente citada, com Ottoni Fernandes, antigo militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), que estava lançando livro de memória sobre suas ações na luta armada. Interessante observar que a chamada da entrevista classifica o militante de “assaltante de bancos”, ou seja, opta em não utilizar o termo “expropriador” empregado pela esquerda para definir as ações armadas: “Grandão', o assaltante de bancos que sobreviveu a Fleury e à prisão. Ex-militante da ALN conta com ritmo ágil suas perigosas peripécias na ditadura”³⁷⁶. Na coluna de Flávio Alcaraz Gomes o livro de Élio Gaspari, “A ditadura derrotada”, lançado no ano anterior, ganhou espaço por abordar a rapidez, segundo o autor, que o golpe foi concretizado: “eles [os militares] acreditavam que poderiam levar meses de disputa, mas ao final levou apenas 32 horas desde o primeiro telefonema do general Mourão até a efetivação do golpe no início da tarde de 1º abril”³⁷⁷.

Ainda sob o aspecto cultural, uma breve matéria abordou alguns aspectos: “Sexo, drogas, rock e ditadura”. Enquanto setores da sociedade vivenciavam ações de repressão e contenção de hábitos, outros exploravam a revolução sexual, consumiam pornochanchada e não obrigatoriamente militantes de esquerda, pois boa parte dela também era conservadora no comportamento³⁷⁸.

No editorial de 28 de março de 2004, *O Globo*, apresentou texto favorável ao regime democrático, criticando os militares por darem um golpe de estado alegando impedir o "golpe da república sindicalista". Para o jornal, uma das lições de 1964 é que se sabe como se entra em uma ditadura, mas nunca como se sai: "O regime de 64 seguiu duas rotas: a do arbítrio e a da

³⁷³ “Referências”, *Correio do Povo*, 03 de abril de 2004, p. 21.

³⁷⁴ “Solar gaúcho para todas as artes”, *Correio do Povo*, 30 de março de 2004, p. 20 e “Golpe de 64 é tema de encontro literário”, *Correio do Povo*, 1º de abril de 2004, p. 20.

³⁷⁵ “Quatro vozes de 64”, *Zero Hora*, 27 de março de 2004, p. 7.

³⁷⁶ *O Globo*, 27 de março de 2004, p. 5.

³⁷⁷ “As 32 horas”, *Correio do Povo*, 03 de abril de 2004, p. 04.

³⁷⁸ “Sexo, drogas, rock e ditadura”, *O Globo*, 28 de março de 2004, p. 20. Caderno Especial 64.

modernização"³⁷⁹. Pregaram a valoração da fase da República onde houve estabilidade e alternância de poder, entre Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva, mas alertam: “É alto o risco quando um país depende de homens providenciais”³⁸⁰. Por fim, utilizam a insígnia muito comum entre os grupos de Direitos Humanos e de Familiares de Mortos e Desaparecidos: Nunca mais! Joffily (2018, p. 224) contextualiza essa defesa incontestada da democracia pela imprensa:

A lua-de-mel com uma democracia que parecia ter relegado a ditadura ao passado e expandia as possibilidades da construção de uma sociedade menos desigual, apontadas na eleição de um presidente progressista de origem operária, ampliou a tendência dos anos 1990 de tomar a democracia como palco e horizonte das transformações políticas. Na América Latina viviam-se os anos da chamada “onda rosa”, ciclo de presidentes de esquerda, iniciado com a eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998. A vitória pela via eleitoral implicava, por outro lado, certa moderação da agenda de esquerda e composição com outras forças políticas: a chegada ao governo estava longe de significar a tomada do poder pela via revolucionária.

Logo o governo federal brasileiro, alocado no campo progressista, esforçou-se para encarar a ruptura da democracia em 1964 como página virada. O presidente Lula pronunciou-se a respeito em manifesto oficial e disse que considerava o golpe uma etapa encerrada e que seu desafio era consolidar a democracia³⁸¹. Para ele: "O povo brasileiro soube superar o autoritarismo e restabelecer a democracia no país. [...]. Cabe agora aos historiadores fixar a justa memória dos acontecimentos e personagens daquele período"³⁸². A ação de Lula durante a ditadura também foi pauta de reportagem no aniversário de quarenta anos do golpe: “A ascensão de um negociador no ABC”³⁸³. Apresentou-se um breve histórico do movimento sindical a partir do final da década de 1970 e o despontamento do então presidente como liderança, destacando a habilidade de Lula em negociar com os militares e empresários: "a história de encontros secretos do líder sindical Lula com militares e empresários durante os movimentos grevistas do fim dos anos 70"³⁸⁴. A utilização da palavra *secretos* traz um tom dúbio, de desconfiança à conduta de Lula, o que pode ser associado às ações do presidente no presente, em 2004.

Em relação às Forças Armadas, na ordem do dia dirigida aos jovens soldados nos quartéis do Brasil constava “que período é página da História e que país está no rumo da

³⁷⁹ “Nunca mais”, O Globo, 28 de março de 2004, p. 6.

³⁸⁰ “Nunca mais”, O Globo, 28 de março de 2004, p. 6.

³⁸¹ “Golpe de 64: Casa Branca ofereceu ajuda por telefone”, O Globo, 1º de abril de 2004, capa.

³⁸² “Lula: golpe é episódio encerrado. Presidente pede luta diária pela consolidação da democracia”, O Globo, 1º de abril de 2004, p. 14.

³⁸³ “A ascensão de um negociador no ABC”, O Globo, 28 de março de 2004, p. 13. Caderno Especial 64.

³⁸⁴ “A ascensão de um negociador no ABC”, O Globo, 28 de março de 2004, p. 13. Caderno Especial 64.

democracia”³⁸⁵. Abaixo trecho da nota emitida pelo comandante do Exército General Francisco Roberto de Albuquerque:

Veja o 31 de março como uma página de nossa História, com o coração livre de ressentimentos. Homenageie esse fantástico povo brasileiro, exemplo de gente pacificadora, que conquistou a convivência harmônica e busca, otimista, o bem comum. Gente que também anseia por mudanças obtidas com segurança e apoiadas no respeito ao próximo³⁸⁶.

Diferentemente do que o governo federal pretendia enunciar, Paulo Arantes (2010, p. 221) no artigo *1964, o ano que não terminou* – bem como a coletânea *O que resta da ditadura* como um todo - demonstrou o quanto de entulho autoritário ainda nos cerca e, de certo modo, não apenas da última ditadura, mas de uma tradição autoritária que mesmo com o advento da República manteve-se presente. Segundo o autor, para citar um exemplo, há a persistência do direito administrativo, desde o Banco Central ao Código Tributário, passando pela Reforma Administrativa de 1967, a Constituição de 1988 incorporou todo o aparelho estatal estruturado sob a Ditadura. Em síntese:

De volta ao foco no bloco civil-militar de 1964 que não se desfez — menos por uma compulsão atávica das corporações militares do que inépcia das elites civis na gestão da fratura nacional, consolidada por uma transição infundável, sem periodicamente entrar em pânico diante de qualquer manifestação mais assertiva de desobediência civil, como uma greve de petroleiros ou de controladores de vôo (sic) — a democracia meramente eleitoral em que resvalamos [...], se perpetua girando em falso, círculo vicioso alimentado pela ansiedade das camadas proprietárias, pois ainda não estão plenamente convencidas, como nunca estarão, de que o tratamento de choque da Ditadura apagou até a memória de que um dia houve inconformismo de verdade no país (ARANTES, 2010, p. 216).

Na Câmara dos Deputados a rememoração do golpe se deu através de homenagem à Maria Thereza, viúva de João Goulart, e de seu filho Vicente Goulart, recebidos também pela liderança do PDT na Casa³⁸⁷. Para o deputado João Paulo Cunha, presidente da Câmara, a visita fez os deputados refletirem sobre os fatos do dia 31 de março de 1964, a data não pode esquecida para não haver episódios semelhantes no futuro e que o “regime militar cerceou a liberdade e trouxe mortes e prisões”³⁸⁸.

Entretanto, homenagens em apoio a militares mortos durante a ditadura foram organizadas sob coordenação de militares da reserva. Cruzes foram colocadas na Esplanada simbolizando os mortos, na ocasião estiveram presentes os deputados Jair Bolsonaro (PP-RJ) e

³⁸⁵ “Exército: 31 de março 'livre de ressentimentos’”, O Globo, 30 de março de 2004, p. 08.

³⁸⁶ “Exército: 31 de março 'livre de ressentimentos’”, O Globo, 30 de março de 2004, p. 08.

³⁸⁷ “Homenagem: viúva de Jango visita o Congresso”, O Globo, 1º de abril de 2004, p. 14.

³⁸⁸ “Viúva de Goulart visita o Congresso”, Correio do Povo, 1º de abril de 2004, p. 2.

Alberto Fraga (PMDB-DF)³⁸⁹. Tal manifestação evidencia que a disputa pela memória hegemônica estava longe de acabar, haja vista, principalmente, que o então deputado Jair Bolsonaro esteve presente. O mesmo que em 2014, em Plenário da Câmara dos Deputados, prestou novamente homenagens aos militares, segundo ele, assassinados pela esquerda revolucionária. Naquela Casa, pouco tempo depois, Bolsonaro homenagearia um dos maiores torturadores do país, Carlos Alberto Brilhantes Ustra, na votação pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016:

Nesse dia de glória para o povo tem um homem que entrará para a história. Parabéns presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964 e agora em 2016. Pela família e inocência das crianças que o PT nunca respeitou, contra o comunismo, o Foro de São Paulo e em memória do coronel Carlos Brilhante Ustra, o meu voto é sim³⁹⁰.

Outra situação nessa mesma seara foi a entrevista concedida à *Zero Hora* pelo general da reserva, Ruy de Paula Couto, quando relembrou os momentos decisivos entre março e abril e manteve seu posicionamento favorável ao golpe que derrubou Goulart: “Quatro décadas não minaram as convicções do general da reserva Ruy de Paula Couto. Aos 88 anos, ele invoca o clima político convulsionado de 1964 para justificar a deposição de Jango. O golpe teria sido a resposta à balbúrdia e à infiltração comunista no país”³⁹¹. Ou seja, o empenho do governo federal em transpor essa triste página da nossa história, sem encarar de frente suas permanências, foi em vão, pois nossa democracia se mostra ainda frágil.

3.1.4. E LEONEL BRIZOLA?

Antes de passar para a análise das representações sobre Leonel Brizola em 2004, elenco as menções realizadas a ele nas fontes supracitadas. No *Correio do Povo*, Leonel Brizola é lembrado somente nas seguintes reportagens: de 31/03/2004, sob o título “Legalidade ajuda a garantir posse”; na seção de política, de 1º/04/2004, “Brizola diz que Jango impediu guerra civil”; também na mesma data, sobre a ida de Ildo Meneghetti para Passo Fundo, “Final

³⁸⁹ “Lembrança: Militares põem cruzeiros na Esplanada”, O Globo, 1º de abril de 2004, p. 14.

³⁹⁰ “Veja frases dos deputados durante a votação do impeachment”, Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1762082-veja-frases-dos-deputados-durante-a-votacao-do-impeachment.shtml>>. Acesso em 04/01/2021.

³⁹¹ “General relembra tensão de março”, Zero Hora, 28 de março de 2004, p. 7.

heroico”³⁹²; e por fim na coluna de Flávio Alcaraz Gomes, “Jango e Brizola”, de 02/04/2004. Em *Zero Hora*, o ex-governador do Rio Grande do Sul aparece mais vezes: nas reportagens de Alexandre Elmi, “Governador foi peça-chave no destino de Jango”, de 29/03/2004; em “Adversários minaram apoio a Jango”, de 30/03/2004; “Idéias (sic) de Brizola deixaram Mourão Filho indignado”, também de 30/03/2004; “Capital assistiu o último esboço da reação”, em 31/03/2004; “O pedido do prefeito”, de 31/03/2004; “Presidente desmobilizou simpatizantes”, de 31/03/2004; e por fim, em “Inimigos do novo regime são caçados”, de 1º/04/2004.

Já em *O Globo*, que apresentou a maior cobertura sobre o aniversário do golpe, Brizola surge nas seguintes reportagens e/ou colunas: em 27/03/2004, “Da renúncia de Jânio à revolta dos sargentos”; em 28/03/2004, na reportagem de Toni Marques, “SNI ajudou a soltar Flávia”; “Maria Thereza e a vida que ficou para trás”, em entrevista à Aydano André Motta; nos relatos e memórias sob o título “31/03/1964”; sobre “A conspiração militar que não teve sangue” e “A noite que durou 21 anos”, ambas publicadas em 28/03/2004; em 30/03/2004, “Revolução aprendia sua mãe”; em 31/03/2004, na coluna de Ancelmo Gois, “Inferno de Brizola”; e por último em 1º/04/2004 na coluna de Luis Fernando Veríssimo, “40 anos”. Se nos determos apenas em dados quantitativos já é possível asseverar que, diferentemente de 2014, Leonel Brizola recebeu mais destaque da imprensa, um indicativo de permanência de sua imagem. Passo, abaixo, a investigar qual ou quais imagens foram retomadas.

Em determinados momentos as mobilizações sociais do pré-golpe foram classificadas de radicais por *Zero Hora* e nessa perspectiva a figura de Brizola foi citada por “elevar a temperatura política do estado”³⁹³ enquanto esteve no governo do Rio Grande do Sul. Todavia, o periódico não abandonou a interpretação de conspiração da direita, haja vista que relega muito antes à 1964 os motivos que levaram à desestabilização do governo e da democracia:

Muito antes daquela noite, militares e civis já tramavam contra o presidente. No Rio Grande do Sul, a gestão do governador Leonel Brizola elevava a temperatura política do Estado, colecionando adeptos e adversários na mesma proporção. O mais decisivo conspirador de 1964, general Olympio Mourão Filho, começou a tramar em Santa Maria. Em seu diário, ele fixou a data de 7 de janeiro de 1962 como o início da insubordinação³⁹⁴.

Segundo o general Mourão, naquela data havia tido uma conversa com Brizola na qual o governador teria defendido as Reformas de Base na “marra” além do retorno imediato do

³⁹² A maioria das reportagens do *Correio do Povo* não são assinadas, há apenas o expediente das seções.

³⁹³ “Adversários minaram apoio a Jango”, *Zero Hora*, 30 de março de 2004, p. 11.

³⁹⁴ “Adversários minaram apoio a Jango”, *Zero Hora*, 30 de março de 2004, p. 11.

presidencialismo. Em declaração, “Brizola nega ter feito um discurso agressivo naquela noite”³⁹⁵. Segundo ele: “Rigorosamente, eu não disse isso. É a parte romanceada do relato dele”³⁹⁶. Relato que Mourão divulgou posteriormente:

Em suas memórias, Mourão registra até o local da conversa: embaixo de uma parreira carregada de cachos de uva. Ficara horrorizado com a disposição de Brizola de lutar “na marra” pela antecipação do plebiscito do presidencialismo, pelas reformas de base e por um sacrilégio na visão do comando das Forças Armadas da época: a elegibilidade de sargentos e soldados³⁹⁷.

Na mesma linha interpretativa, na coluna de Flávio Alcaraz Gomes, o articulista reproduz reportagem de abril de 1964 da *Folha da Tarde* para justificar o perfil radical de Brizola na qual foi reproduzido parte da conversa entre o presidente, seu cunhado e militares legalistas nas primeiras horas pós-golpe em Porto Alegre. Conforme Gomes, "o senhor Leonel Brizola, que agora posa de bom moço, quase incendiou o Brasil", pois ao concluir a execução de um vasto plano que tinha em mente executar

[...] os generais entreolharam-se, assustados, Jango não dizia nada. E, por fim, falou. Eis o que disse: 'Brizola, é por seguir os teus planos e dar ouvidos aos teus conselhos que agora aqui me encontro nesta situação. Chega! E deu a ordem para a partida'³⁹⁸.

A respeito da classificação de Leonel Brizola como radical e incendiário no contexto do pré-golpe a ponto de contribuir para a desestabilização da ordem vigente, anteriormente realizei reflexões para minha dissertação de mestrado que cabe serem retomadas. O ex-governador do Rio Grande do Sul havia sido eleito para deputado federal pela Guanabara em 1962, sua expressiva votação por outro estado e de suma importância para a política nacional como a Guanabara deveu-se essencialmente à sua liderança na Campanha da Legalidade. A partir daquele momento o petebista, que já tinha certo destaque no cenário nacional em função das encampações de empresas estadunidenses em sua gestão, consolidou-se como uma das lideranças nacionais da esquerda.

Sua atuação parlamentar entre 1963 e 1964 foi permeada pela campanha para aprovação da Reforma Agrária sem pagamento de indenização; do mesmo modo ele estimulava pressão junto à população contra o Congresso Nacional, objetivando justamente a reforma. A oposição era contrária à estratégia de pressionar o parlamento e até mesmo setores moderados do PTB não concordavam com as medidas do correligionário (RIGHI, 2015, p. 78). Essa estratégia

³⁹⁵ “Idéias de Brizola deixaram Mourão Filho indignado”, Zero Hora, 30 de março de 2004, p. 11.

³⁹⁶ “Idéias de Brizola deixaram Mourão Filho indignado”, Zero Hora, 30 de março de 2004, p. 11.

³⁹⁷ “Idéias de Brizola deixaram Mourão Filho indignado”, Zero Hora, 30 de março de 2004, p. 11.

³⁹⁸ “Jango e Brizola”, Correio do Povo, 02 de abril de 2004, p. 4.

também não agradava os setores das Forças Armadas, principalmente do alto escalão. Justamente por adotar esse posicionamento, Brizola foi acusado de desestabilizar a democracia ao incitar a pressão contra o Congresso Nacional.

Pois bem, tanto para Brizola como para o presidente João Goulart a concepção de democracia estava baseada no bem-estar social. Desse modo, se o Brasil enfrentava sérios problemas estruturais prejudicando a maioria da população, sua democracia ainda era frágil; portanto, era preciso melhorá-la, alterar suas bases, inclusive por meio de emendas constitucionais (RIGHI, 2015, p. 80). Do mesmo modo, o historiador Marcelo Badaró (2005, p. 15) também questiona o regime democrático dos idos dos anos 1960:

Não se toma em conta também que aquela democracia era restrita até mesmo para os parâmetros daquilo que às vezes é adjetivado como democracia, 'burguesa representativa-liberal'. O PCB não possuía registro legal, a estrutura sindical era herdada da ditadura varguista, a polícia política também era uma permanência daquela fase e mostrava-se cada vez mais especializada e atuante.

Portanto, cabe levantarmos questionamentos acerca dessa democracia, posta por alguns setores, como plena, obviamente não negamos os avanços desde a Primeira República, por exemplo, com a manutenção de eleições diretas, sem evidências de fraudes. Por outro lado, os analfabetos, considerável parcela da população, ainda estavam impedidos do rito eleitoral, além das instabilidades políticas em 1954, 1955 e 1961. Por isso, defendemos que a democracia brasileira do início dos anos 1960 caminhava para a construção de bases sólidas, justamente através da intensa mobilização pela ampliação dos direitos sociais, distribuição de renda e exigência de maior participação política (RIGHI, 2015, 81). Desse modo, o golpe de Estado de 1964 interrompeu justamente essa pretensa consolidação democrática, deixando um hiato de, no mínimo, 21 anos. De acordo com Caio Navarro de Toledo (2004, p. 15):

Mais apropriado seria então afirmar que 1964 significou um golpe contra a incipiente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (do campo e da cidade); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país.

Não nego o discurso fervoroso que Leonel Brizola apresentava, acirrando por vezes a situação e que gerou questionamentos sobre seu apreço pela democracia. Provavelmente no campo político, empresarial e militar havia leituras que apontavam as ações de Brizola dentro dos limites legais e que seu teor mais radical se enquadrava num tom de blefe político ou retórica discursiva para mobilizar sua base eleitoral. Porém, para outros setores desses grupos,

principalmente os setores médios contaminados pelo alarme do anticomunismo, o então deputado podia encarnar a ameaça à estabilidade da precária democracia brasileira. Desse modo, o anticomunismo de Brizola e sua defesa por um capitalismo nacionalista não eram cogitados (RIGHI, 2015, 81). Em suma:

Consideramos que as ações de Leonel Brizola se tratavam muito mais de um radicalismo discursivo do que prático. As atitudes do ex-governador gaúcho dialogavam com as reivindicações da grande massa e, se comparada com grupos que pretendiam uma Revolução propriamente dita, ou seja, a alteração do sistema capitalista, seu discurso não pode ser encarado como extremamente radical. A luta de Brizola dava-se, essencialmente, pela adoção das reformas estruturais, as quais não podem ser encaradas como alienadas a um contexto de reformulação social. O que Brizola defendia era o avanço no reconhecimento de algumas questões sociais básicas para diminuir a desigualdade social e a concentração de renda existente no Brasil. Seu projeto, com ênfase em reformas importantes, ficava dentro do campo capitalista. Não se questionava a propriedade privada nem se defendia o ataque ao capital [...] a Reforma Agrária era medida defendida até pela Aliança pelo Progresso, certamente com um projeto distante de qualquer postura revolucionária. A questão fundamental esteve colocada em como gerir o capitalismo fazendo com que este não fosse um entrave para o desenvolvimento de uma economia nacional e o fortalecimento de uma burguesia nacional (RIGHI, 2015, 82).

Em linha argumentativa semelhante sobre a radicalização das esquerdas e que foi abordado pela imprensa, valendo-se de debates acadêmicos, foi a luta da esquerda, especialmente através da ação armada, pela adoção da Revolução Socialista ou a Ditadura do Proletariado: “Resistência democrática, dogma que desaba: estudiosos da ditadura, entre eles um ex-guerrilheiro, atacam crença de que esquerda armada lutava por democracia”³⁹⁹. Essa discussão foi apresentada no seminário “40 anos do golpe: 1964-2004”, realizado no Rio de Janeiro. Abaixo excerto da matéria:

Um dogma precioso aos adversários da ditadura militar iniciada a 31 de março de 1964 está em xeque. Novos estudos realizados por especialistas no período – alguns deles integrantes dos grupos de oposição ao regime autoritário – propõem uma mudança explosiva, que semeia fúria nos defensores de outras correntes: chamar de resistência democrática a luta da esquerda armada na fase mais dura do regime está errado, historicamente falando⁴⁰⁰.

Os historiadores em questão são Denise Rollemberg e Daniel Aarão Reis Filho. Por outro lado, Maria Aparecida de Aquino, USP, pondera "que nada é assim tão simples", para ela não pode se afirmar que caminho o Brasil tomaria caso a luta armada tivesse prosperado⁴⁰¹. A esse respeito, trago as considerações de Joffily (2018, p. 228), as quais me alinho:

³⁹⁹ O Globo, 29 de março de 2004, p. 08.

⁴⁰⁰ O Globo, 29 de março de 2004, p. 08.

⁴⁰¹ O Globo, 29 de março de 2004, p. 08.

Entre os historiadores citados no artigo que se contrapuseram à versão defendida pelo jornal, houve duas vertentes. Renato Lemos concorda com o caráter revolucionário das lutas da esquerda e considera “responsabilidade ética, social, política e histórica da esquerda assumir suas ideias e ações durante a ditadura”. Porém não o faz com o tom de denúncia de Aarão Reis, e sim de reivindicação de uma escolha política válida no contexto em que foi assumida. Essa diferença não deve ser menosprezada, porque marca justamente o posicionamento político dos dois autores diante da luta armada: a de rotundo equívoco, para Aarão Reis, e a de opção plausível no contexto histórico referido, ainda que derrotada, para Lemos.

Do debate referido publicou-se o livro *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois, 1964-2004*, notavelmente conhecido pela historiografia, que reuniu uma série de artigos, prioritariamente de especialistas do centro do país. Nele Reis aprofundou sua tese acerca da esquerda revolucionária e que a luta pela democracia teria sido, na verdade, a vitória de uma memória hegemônica contada pelas esquerdas derrotadas no campo da experiência, porém vencedoras na narrativa (PINHA, 2020, p. 48). A seguir trecho da obra de Aarão onde o autor apresenta essa proposição:

Entretanto, progressivamente, na medida em que a ditadura foi se tornando impopular, e que se foi mostrando insustentável a versão de que uma ditadura podia salvar, ou construir, uma democracia, e que a sociedade passou cada vez mais a aderir e a simpatizar com os valores democráticos, as versões da esquerda, também formuladas desde o momento seguinte à derrota, passaram a aparecer com mais vigor. Nesta memória, apagaram-se a radicalização e o confronto propostos pela maré reformista, sobretudo pelos setores mais radicais, desapareceu o ímpeto ofensivo que marcara o movimento pelas reformas de base, evaporou-se o reformismo revolucionário. Neste quadro, as esquerdas, e Jango em particular, ressurgiram como vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista. [...]. Para desespero dos militares golpistas, estigmatizados gorilas, estas versões predominariam, quase incontrastáveis, a partir dos anos 80, quando houve a redemocratização do país. Assim, as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas de memória” (REIS, 2004, p. 40).

Perspectiva que com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal ganhou ênfase e aspecto de política de Estado. A questão é que aquele tipo de proposição argumentativa foi utilizado por setores conservadores e negacionistas sem a devida problematização para deslegitimar a luta armada e caracterizar a esquerda revolucionária como autoritária desde o pré-golpe. Reduzir a ação da luta armada revolucionária apenas ao contexto ditatorial apresenta-se como um equívoco, apontado por Marcelo Ridenti (2004), pois o objetivo daquela ação não era somente o retorno à democracia liberal-representativa tomada em 1964, mas sim a adoção de uma ruptura com o sistema capitalista vigente. Portanto, a luta armada revolucionária existiria mesmo sem a Ditadura, afinal o Estado presente desde o regime constitucional de 1946 não era sua pretensão, especialmente numa conjuntura de Guerra Fria.

Além da categorização da resistência “antidemocrática” levantar polêmicas, Daniel Pinha (2020, p. 38-39) defende que a inclusão do termo civil na consigna *ditadura civil-militar* também abriu espaço para esse tipo de interpretação:

Ao mesmo tempo em que reivindicava uma orientação ético-política e formativa ao texto historiográfico, vinculada à corrente pública do “Ditadura Nunca Mais” – demonstrando, com isso, um desejo de controle da recepção do texto na direção de um fortalecimento dos valores democráticos – esta vertente interpretativa investia em argumentos que deixavam em aberto a possibilidade de leituras e apropriações antidemocráticas por parte de grupos políticos negacionistas ou revisionistas da Ditadura – como veio a ficar claro anos depois. Deste modo, o princípio de responsabilização da sociedade civil se converteria em instrumentalização conceitual de prerrogativas antidemocráticas no presente, abrindo caminho para afirmações como “não houve Ditadura, pois a sociedade apoiou o regime”, “o apoio da sociedade civil tornou legítima a ação dos militares”, “a sociedade apoiou sim, porque era a melhor opção naquele momento, como é a melhor opção hoje”, ou seja, conclusões avessas ao propósito pedagógico formador delineado inicialmente.

Retomando as fontes, Leonel Brizola foi retratado como um dos líderes do que chamaram de “Rede da Legalidade”⁴⁰² ao participar desde a luta pela garantia da posse de João Goulart à elaboração da *Frente de Libertação Nacional*, em outubro de 1962, que previa o controle do capital estrangeiro, a reforma agrária e o confisco de fortunas ilícitas. A *Frente* foi desarticulada após as eleições legislativas daquele ano⁴⁰³. Maria Thereza Goulart em depoimento ao *O Globo* informou que ao chegar em Porto Alegre na madrugada de 1º de abril, sem o marido, tinha intenção de conversar com Brizola, “então deputado federal pela Guanabara”, para obter ajuda⁴⁰⁴, mais uma demonstração da sua liderança.

Uma das justificativas das causas remotas do golpe de Estado foi a tentativa de impedimento da posse de João Goulart, em 1961, e a consequente Campanha da Legalidade. Na ocasião o Palácio Piratini quase foi bombardeado e com a adoção do parlamentarismo os poderes de Jango foram reduzidos. Observem abaixo que novamente o jornal utilizou a expressão *revolução*:

A revolução militar tem origens remotas. [...] Em Porto Alegre, o governador do Estado, Leonel Brizola, liderou resistência ao que encarava como tentativa de golpe. Era o movimento da Legalidade⁴⁰⁵.

Durante ciclo de palestras na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o próprio Brizola expressou essa tese “1964 foi desdobramento de 1961 quando ocorreu a Legalidade”, complementou afirmando que Jango renunciou e não foi derrubado, pois não quis resistir para

⁴⁰² “Da renúncia de Jânio à revolta dos sargentos”, Caderno Prosa e Verso. O Globo, 27 de março de 2004, p. 6.

⁴⁰³ “Da renúncia de Jânio à revolta dos sargentos”, Caderno Prosa e Verso. O Globo, 27 de março de 2004, p. 6.

⁴⁰⁴ “Maria Thereza e a vida que ficou para trás”, O Globo, 28 de março de 2004, p. 7.

⁴⁰⁵ “Legalidade ajuda a garantir posse”, Correio do Povo, 31 de março de 2004, p. 10.

evitar derramamento de sangue, e que no lugar dele teria "reagido". Finalizou: "Foi um movimento de tropas que contavam com o apoio civil, da mídia e das elites do país. [...] cabe à história fazer justiça ao ex-presidente João Goulart"⁴⁰⁶. Se após a eleição para o Congresso Nacional, Brizola foi taxado de radical, como apresentando anteriormente, com o passar dos anos sua postura frente à Campanha da Legalidade em defesa da posse de João Goulart e da Constituição - que impediu o primeiro passo para o golpismo inevitável em 1964 - foi mais valorizada.

Segundo *Zero Hora*, "Capital assistiu o último esboço da reação" com a chegada de Jango na cidade e mobilização de parte do III Exército: "Às 16h de 1º de abril, o general [Ladário Teles], acompanhado de Brizola, Sereno e Ajadil, foi ao serviço de rádio do QG para um contato com Jango", para Brizola foi um erro Assis Brasil ter ido para Casa Militar em vez de ter assumido o comando de uma grande unidade do Exército⁴⁰⁷. Em depoimento sobre sua última conversa em Porto Alegre com o presidente Jango, em abril de 1964, Brizola informou que "só queríamos a ordem do presidente. Podíamos ter armado 110 mil civis", na época sugeriu sua indicação ao Ministério da Justiça e de Ladário ao Ministério da Guerra para comandar a reação⁴⁰⁸. Assim como em 1961, o petebista tinha a intenção de resistir. Quem estava à frente da prefeitura naquele ano era Sereno Chaise, aliado de Brizola:

O prefeito passou o dia 1º de abril em ziguezague entre o Paço Municipal e o QG do III Exército. Na prefeitura, foram instalados os microfones do que pretendia ser uma nova Rede da Legalidade – tentativa de reproduzir o efeito de mobilização por rádio obtido em 1961 para garantir a posse de Jango⁴⁰⁹.

Por sua ação de liderança frente à esquerda a perseguição a ele não foi deixada de lado pela imprensa: "Inimigos do novo regime são caçados"⁴¹⁰. Após convocar a população de Porto Alegre em frente à prefeitura, em sua maioria militantes do PTB e do PCB, para resistir ao golpe: "– Tomem conta dos quartéis e prendam os gorilas golpistas e traidores", disse Brizola, ele teve sua residência, na Rua Tobias da Silva, revirada em busca de sinais da revolução "sindical-comunista que o líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) estaria planejando"⁴¹¹.

⁴⁰⁶ "Brizola diz que Jango impediu guerra civil", *Correio do Povo*, 1º de abril de 2004, p. 02.

⁴⁰⁷ "Capital assistiu o último esboço da reação", *Zero Hora*, 31 de março de 2004, p. 14. Especial 1964: o golpe em solo gaúcho.

⁴⁰⁸ "Presidente desmobilizou simpatizantes", *Zero Hora*, 31 de março de 2004, p. 14. Especial 1964: o golpe em solo gaúcho.

⁴⁰⁹ "O pedido do prefeito", *Zero Hora*, 31 de março de 2004, p. 14. Especial 1964: o golpe em solo gaúcho.

⁴¹⁰ "Inimigos do novo regime são caçados", *Zero Hora*, 1º de abril de 2004, p. 14. Especial 1964: o golpe em solo gaúcho.

⁴¹¹ "Inimigos do novo regime são caçados", *Zero Hora*, 1º de abril de 2004, p. 14. Especial 1964: o golpe em solo gaúcho.

Foi de praxe a realização de cronologias⁴¹² pela mídia com enfoque nas datas mais emblemáticas e na maioria delas o nome de Brizola foi citado por suas ações anteriores ao golpe, especialmente na Campanha da Legalidade, sua cassação pelo Ato Institucional nº 1 e a sua volta do exílio após a aprovação da Lei de Anistia, em 1979. A foto da chegada por São Borja carregado por populares foi estampada em *O Globo*⁴¹³.

Se, como disse Halbwachs (1990, p. 51), a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, quem constrói essa memória coletiva? Acredito que a grande imprensa tem forte influência no processo de construção da memória coletiva. Sob este prisma, a memória construída sobre o golpe de Estado em 1964 após 40 anos, a partir das fontes analisadas, considerou as ações dos setores civis determinantes para a efetivação da derrubada do presidente João Goulart, em consonância com a historiografia. De acordo com Joffily (2018, p. 229): “Em meio às controvérsias, dois sentidos consolidaram-se na historiografia dos anos 2004: o golpe foi perpetrado por uma ampla aliança civil-militar e o que se instalou a partir de 1964 foi uma ditadura”. Além disso, as fontes não negligenciaram a conspiração militar orquestrada com antecedência. Nesse sentido, o apoio internacional também foi citado, todavia nenhum dos periódicos que trouxeram a participação estadunidense na conspiração golpista problematizaram o peso dessa informação na tomada de decisão de João Goulart pela não resistência.

Identificou-se maior cobertura em *O Globo*, inclusive repercutindo debates acadêmicos. Enquanto a imprensa sul-rio-grandense priorizou os antecedentes do pré-golpe, bem como as ações que ocorreram no estado. Surgiram diversas definições sobre o ocorrido - desde revolução, regime militar e golpe; o que denotou instabilidade quanto à memória difundida, embora o governo federal se esforçasse para apresentar o fato como superado.

Em relação a imagem de Brizola construída pela imprensa consultada para essa pesquisa, identifiquei que nas lembranças dos 40 anos da ruptura institucional, Brizola foi retratado como uma das maiores lideranças daquele contexto, especialmente por suas contribuições a partir do Rio Grande Sul, seja durante a Campanha da Legalidade ou a tentativa de resistência logo após o golpe. A interpretação de uma esquerda radical pouco comprometida

⁴¹² “Passo a passo”, Zero Hora, 1º de abril de 2004, p. 14.

⁴¹³ “A noite que durou 21 anos”, O Globo, 28 de março de 2004, p. 12.

com valores democráticos e Brizola sendo um expoente dessa corrente, também foi apresentado. Como brevemente indicado, Leonel Brizola foi lembrado mais vezes nas comemorações de 2004, ou seja, sua imagem não foi apagada.

3.2 1964 – 2014: O CINQUENTENÁRIO DO GOLPE

*"Aprendemos o valor da liberdade."
Dilma Rousseff, presidenta do Brasil,
abril de 2014.*

Como apresentado no início deste capítulo, o contexto de comemorações do cinquentenário do golpe de Estado de 1964 foi marcado pela contestação ao sistema político, capitaneado pelas manifestações de junho de 2013, e o início da polarização ideológica e partidária que culminariam numa nova onda de manifestações, a partir de março de 2015, contra o governo de Dilma Rousseff. Ainda em 2014, as vésperas de nova eleição presidencial, houve, por parte da imprensa analisada, necessidade, mesmo que implícita, de apresentar a democracia liberal como a melhor alternativa, em contraposição à ditadura e, para isso, atacar o golpe de 1964 tornou-se requisito no aniversário de 50 anos:

64/50 O golpe militar de 1964 foi o marco zero de um período que mudaria a história do país. Começou festejado nas ruas, virou ditadura e inventou o Brasil grande. Criou raízes nos porões da tortura e produziu 362 mortos e desaparecidos em 21 anos. Não há como entender a nação de hoje sem passar por ele. Cinquenta anos depois, o golpe de 64 não é apenas um retrato na parede⁴¹⁴.

O “regime militar”, segundo o *Correio do Povo*, instaurado no Brasil entre 31 de março de 1964 e 15 de março de 1985 havia deixado fortes marcas de um período considerado um dos mais difíceis da história do país e que em 2014, 50 anos depois, o país lembrava as torturas, repressões, cassações e restrições à liberdade de expressão vividas naquela época⁴¹⁵. Essa memória difundida pela imprensa em 2014 destoa em parte da memória majoritária das Forças Armadas:

⁴¹⁴ O Globo, 30 de março de 2014, capa.

⁴¹⁵ “País não esquece o passado”, *Correio do Povo*, 31 de março de 2014, capa.

El relato de las Fuerzas Armadas y el sentido que se ha atribuido al pasado, luego de tres décadas de finalizada la dictadura, poco han cambiado, incluso cuando han sido cotejados con “las memorias subterráneas” (POLLACK, 1989) de ex-presos y perseguidos políticos, así como de familiares de muertos y desaparecidos que se manifestaron en el espacio público cuando hubo condiciones sociales de escucha y pasaron a confrontar públicamente la hegemonía narrativa de la dictadura, configurando una “batalla de memorias” (BAUER, 2019, p. 41).

Os periódicos analisados para essa pesquisa dedicaram considerável espaço para esse tema, especialmente *O Globo*. Desde a penúltima semana de março de 2014 o jornal abordou o assunto. Apresentou uma série intitulada “50 anos do golpe”, menções em diversas capas,⁴¹⁶ colunas e um caderno especial com doze páginas. *Zero Hora* fez uma cobertura mais fluida e dispersa por várias edições com menções desde 08 de março a 13 abril, contou também com a Edição Especial “1964 - 50 anos depois do golpe militar”, publicada dia 30 de março com oito páginas. Embora o título destaque o caráter militar, a reportagem abordou o apoio e a participação civil no ocorrido. Por fim, no *Correio do Povo* a cobertura ocorreu através da publicização de eventos que ocorreram na época e restringindo as análises às colunas do jornalista Juremir Machado da Silva⁴¹⁷. Em 31 de março foi publicado um especial citando a conspiração para o golpe e perseguições.

O debate na imprensa sobre o cinquentenário do golpe de 1964 orbitou em torno de qual memória se tinha sobre o evento e qual memória deveríamos ter. Como já afirmou Jelin (2002), a memória é um objeto de disputa que pode determinar o que será registrado e transmitido para as novas gerações. Ao referenciar Halbwachs compreendo que a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva. Desse modo,

A fragilidade da memória (individual e/ou coletiva) nas histórias nacionais é passível de leituras distintas. Se em determinados países, como na França, o excesso de memória, revelado pelo fenômeno das numerosas comemorações de datas históricas e pelas múltiplas “rememorações” individuais, pode dar margens a abusos, em contrapartida, em países totalitários, a insuficiência da memória, em razão de sua própria manipulação política, propicia utilizações ideológicas do presente e do futuro desse mesmo passado. Em ambos os casos, os abusos da memória são perceptíveis (SILVA, 2002, p. 431).

A memória sobre o golpe, difundida em 2014 pelas fontes analisadas, projetou a versão da esquerda, com poucas vozes distintas, em consonância com as interpretações governamentais, haja vista a conjuntura já apresentada, o que nos levou a refletir:

⁴¹⁶ Em *O Globo*, 23, 26, 30, 31 de março de 2014; *O Globo*, 1º, 02 de abril de 2014.

⁴¹⁷ O jornalista dedicou quatro colunas às rememorações sobre 1964: “No brejo”, de 31/03/2014; “Dia dos bobos”, 1º/04/2014; “Crimes de abril”, de 02/04/2014; “Ditadores e caudilhos”, de 05/04/2014.

Por trás de todas as comemorações nacionais encontra-se, portanto, a questão do tempo que se manifesta em sua relação com o passado da história e com o presente da memória. Em outras palavras, a comemoração tem por objetivo demonstrar, como já vimos que o acontecimento “rememorado”, por seu valor simbólico pode se reportar ao devir. As comemorações buscam, pois nessa reapropriação do acontecimento passado, um novo regime de historicidade, projetando-o em direção do futuro. Em outros termos, a comemoração das datas nacionais demonstra que acontecimentos tidos por inaugurais exercem ainda uma função eminentemente simbólica (SILVA, 2002, p. 436).

Assim, o presente subcapítulo foi organizado, a partir do que as fontes indicaram, da seguinte forma: as representações sobre o golpe e a conseqüente ditadura - perpassando por variados temas como a mobilização civil, a ação da esquerda, a política econômica adotada durante a ditadura e o emprego sistemático da tortura; os debates e as conseqüências pós-ditadura, como a revisão ou não da Lei de Anistia, eventos e publicações organizados para lembrar o cinquentenário; e, por último, as representações sobre Leonel Brizola no aniversário de 50 anos do golpe de 1964.

3.2.1 O GOLPE E A DITADURA APÓS 50 ANOS

O apoio de parte da sociedade civil ao golpe em 1964 foi constantemente abordado pelas fontes, desde 2004, e em 2014 foi consolidado. Dentre os autores que trouxeram pioneiramente o debate acerca do apoio civil ao golpe, está René Dreifuss, com o clássico *1964: a conquista do Estado*, de 1981, onde o autor, além de descrever a conspiração levada a cabo por organizações da sociedade civil em conluio com militares e o governo dos EUA, também apresentou a ação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), uma organização da sociedade civil, constituída, já no final de 1961, por setores empresariais, executivos de empresas e oficiais das Forças Armadas. Essa entidade, que desenvolveu uma intensa campanha contra o governo que passou a atuar ao lado de outras já existentes como: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que participava no processo político brasileiro desde sua fundação em 1959; a Escola Superior de Guerra (ESG), que formularia a doutrina de “Segurança e Desenvolvimento”; organizações extremistas como o Movimento Anti-Comunista (MAC); setores da grande imprensa; além das tradicionais entidades patronais (MELO, 2012, p. 42-43). A pesquisa pioneira além de apontar o apoio civil, definiu a quais grupos da sociedade civil eles pertenciam:

Um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (DREIFUSS, 1981, p. 417).

O IPES teve ação determinante na propaganda anticomunista com produção de filmes que igualavam a esquerda a Hitler: "[...] estavam entre as iniciativas de propaganda do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, instituição surgida em 1961, pela articulação de empresários e militares que discutiram política e engendraram o Golpe de 1964"⁴¹⁸. O apoio institucional civil do IPESUL também foi indicado nas fontes, através de entrevista com Paulo Vellinhom, empresário e sócio fundador da instituição, na qual foi abordada a ação de “doutrinação”⁴¹⁹. Segundo Thiago Moraes (2012, p. 37) o IPESUL, que era a seção regional do IPES, teve forte ação na conjuntura anterior e posterior ao golpe. A entidade tinha como sócios-fundadores representantes de vários setores do empresariado sul-rio-grandense, bem como profissionais liberais. Dentro do objetivo de conquistar adeptos para as suas propostas, publicou uma revista chamada *DE – Democracia e Emprêsa* (sic), de 1962 a 1971, onde havia propostas para a reformulação do papel do empresário e da empresa.

A entidade foi fundada com um Conselho Orientador, formado pelos sócios fundadores, e tinha 29 pessoas, em grande parte empresários importantes na economia do Rio Grande do Sul, como A. J. Renner, Fábio Araújo Santos e Paulo Vellinho. Havia representantes de cada uma das principais forças econômicas do estado naquele momento dentre os sócios-fundadores (MORAES, 2021, p. 44).

Dentre suas ações, além da publicação da revista, o instituto esteve presente na articulação golpista desde o início da década de 1960 numa estreita relação com o III Exército, no apoio a Ildo Meneghetti desde a corrida eleitoral para o Piratini, além de tratativas com outros institutos regionais do IPES espalhados pelo país. E para além desse tipo de apoio a atuação da Igreja Católica recebeu menção quanto a sua contribuição na “paranoia anticomunista”⁴²⁰.

Em reportagem do *Correio do Povo*, se afirmou que nos 50 anos do golpe o foco era compreender a participação da sociedade no golpe e na manutenção da ditadura. Para tal, entrevistaram o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, que analisou pesquisas de opinião

⁴¹⁸ “Filmes igualavam a esquerda a Hitler”, *Correio do Povo*, 31 de março de 2014, p. 6.

⁴¹⁹ “Braço empresarial e pulmão estudantil”, *Zero Hora*, 30 de março de 2014, p. 4 e 5.

⁴²⁰ “A mão que abençoa. A Igreja preocupava-se com o risco de virada à esquerda. De cardeais a leigos, poucos se opuseram ao golpe”, *Zero Hora*, 30 de março de 2014, p. 6.

realizadas no país entre os anos de 1964 e 1965 as quais apontaram o apoio social à derrubada do então presidente João Goulart⁴²¹.

Os dados analisados por Motta (2014, p. 4) foram retirados de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Tais fontes apresentam algumas limitações, segundo o próprio pesquisador, como a expressão apenas de opiniões momentâneas dos entrevistados, cujas respostas, ademais, podem ser induzidas a depender do modo como são elaborados os questionários ou a elevada proporção de abstenções das pessoas que preferem não responder, ou que optam por “não sei” ou “não opina”. Ainda que as fontes tenham suas limitações elas apresentaram dados relevantes que, em suma, trata-se de indício da existência de muitos cidadãos com opinião política superficial, desinformados ou desinteressados.

O autor em questão concluiu que muitos cidadãos apoiavam as reformas de base e tinham boa impressão do governo Goulart, porém repudiavam alternativas de esquerda vista por eles como mais radicais. Influenciados pelo repúdio ao comunismo e pela sensação de que o “perigo vermelho” estava crescendo, exatamente o tema principal da campanha da direita (MOTTA, 2014, p. 7). Logo após a efetivação do golpe, as pesquisas mostraram que a maioria concordou com a derrubada de Goulart e era favorável aos expurgos políticos, notadamente quando os alvos eram de esquerda (MOTTA, 2014, p. 11). Para compreender essas alterações de opiniões e o próprio apoio em sim ao golpe, o autor levanta algumas hipóteses:

[...] é preciso considerar a influência do golpe bem-sucedido sobre a opinião dos cidadãos. Os vitoriosos lançaram uma campanha discursiva para convencer que sua ação foi necessária no interesse da maioria. Nesse sentido, a imprensa mais engajada no golpe — a exemplo dos influentes O Globo e O Estado de S. Paulo — empenhou-se a fundo na defesa do “31 de março” e na crítica ao governo deposto e seus aliados de esquerda (MOTTA, 2014, p. 12).

O discurso adotado pelos militares e pela imprensa logo após o 1º de abril mantinha a tônica do embate ao comunismo representado na imagem do governo Goulart tornando justificável o golpe e, portanto, contanto com o apoio de parte da sociedade civil. Embora o autor apresente as diferenças de opinião entre as classes sociais definidas pela pesquisa, a medida que o poder aquisitivo diminui, diminui também o apoio à derrocada do presidente e o medo dele representar uma ameaça comunista (MOTTA, 2014, p. 13). Em síntese:

Os dados indicam apoio de pouco mais da metade da população (de São Paulo e Rio de Janeiro) ao golpe, confirmando a existência de polarização política no contexto de

⁴²¹ “Golpe Militar no Brasil completa 50 anos: país discute um dos eventos mais tristes da história para que ele não se repita”, Correio do Povo, 30 de março, de 2014, p. 4.

1964. Fica evidenciada a influência das mobilizações de direita no período final do governo Goulart, as quais convenceram muitas pessoas do surgimento de grave ameaça à ordem. Significativamente, as pesquisas mostram que as camadas sociais de renda mais alta receberam com mais entusiasmo o golpe, sendo também os grupos mais sensíveis às representações sobre o “perigo vermelho” (MOTTA, 2014, p. 19).

Um dos focos da polarização apontada, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, foi retratada por *Zero Hora* que informou a participação do Movimento Tradicionalista Gaúcho nas manifestações contra João Goulart⁴²². Não foi à toa que o MTG cresceu durante a ditadura: “Ditadura campeira. O tradicionalismo cresceu e se multiplicou à sombra do regime militar. Nos CTG's, o ciclo verde-oliva foi visto como marco de afirmação do gauchismo”⁴²³. O presidente do MTG em 2014, Manoelito Savaris, expôs que a instituição não se manifestou oficialmente em 1964, mas a maioria dos adeptos apoiaram “a revolução”: “Aqueles que apoiaram Brizola e Jango em 1961 continuaram apoiando-os depois da Legalidade, mas eram minoria”⁴²⁴, disse. Por sua vez, Antônio Augusto Fagundes - que era brizolista no início 1960 e atuara na Legalidade ao lado de outros tradicionalistas - contou que no momento do golpe o MTG ficou sem “pai nem mãe” após a fuga de Brizola e Jango, eles esperaram o que iria acontecer. Logo em seguida já estavam ao lado dos militares, especialmente pela influência de Glaucus Saraiva⁴²⁵. Em entrevista à Revista do Instituto Humanitas Unisinos, em setembro de 2016, Antônio Cecchin desmistifica o que chama de conluio do farroupilhismo com a ditadura instaurada no Brasil pelo golpe civil militar de 1964. Para Cecchin:

[...] durante a Ditadura Militar, o Tradicionalismo foi praticamente a única ‘representação’ com origem na sociedade civil que fez desfiles juntamente com as forças da repressão”. E enquanto as demais esferas culturais eram perseguidas, com censuras, prisões, tortura e morte, “o Tradicionalismo engrossou os piquetes da ditadura — seus serviços pilchados animaram as solenidades oficiais, chulearam pelos gabinetes e se responsabilizaram pelas churrasqueadas do poder”⁴²⁶.

Durante a entrevista foi elencado uma série de ações que demonstram a próxima relação do tradicionalismo com a ditadura, dentre elas a fundação do Movimento Tradicionalista Gaúcho, em 1966. O tradicionalismo foi incluído no projeto cultural da ditadura pela via folclorista a partir do decreto do general Castelo Branco, de 1965, quando foi criado o Dia Nacional do Folclore. A difusão de espaços tradicionalistas no estado e as multiplicações dos

⁴²² “E a família marchou”, *Zero Hora*, 30 de março, de 2014, p. 2. Edição Especial. 1964-50 anos depois do golpe militar.

⁴²³ *Zero Hora*, 30 de março de 2014, p. 8.

⁴²⁴ *Zero Hora*, 30 de março de 2014, p. 8.

⁴²⁵ *Zero Hora*, 30 de março de 2014, p. 8.

⁴²⁶ Entrevista de Antônio Cecchin por e-mail para a Revista do Instituto Humanitas Unisinos, em 19 de setembro de 2016. Link: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6619-antonio-cecchin-2> Acesso em 11/12/2020.

galpões crioulos nos quartéis do Exército e da Brigada Militar são fenômenos dessa aliança, segundo o autor. Ademais, a lei que instituiu a Semana Farroupilha é de dezembro de 1964, a qual determinava que os festejos e comemorações fossem realizados através da fusão estatal e civil, pela organização de secretarias governamentais (Cultura, Desportos, Turismo, Educação etc.) e de particulares (CTG's, mídia, comércio etc.). Durante a ditadura, o tradicionalismo foi praticamente a única representação com origem na sociedade civil que fez desfiles juntamente com as forças da repressão. O auge do processo de colaboração foi a criação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF), em 1974, consagrando uma ação que vinha em operação desde 1954. A missão do Instituto era pesquisar e difundir o folclore e a tradição, porém ao invés de constar do quadro de pessoal antropólogos, historiadores da cultura, pessoas habilitadas para a tarefa, na prática tornou-se um espaço de recepção para tradicionalistas⁴²⁷.

Se em 2014 o golpe recebeu pela imprensa a classificação que realmente lhe cabe, em 1964, como já sabido, a imprensa tradicional majoritariamente apoiou a tomada de poder e há algumas referências a esse passado nas lembranças do cinquentenário. Nesse sentido, o jornalista Juremir Machado da Silva critica a imprensa do centro do país ao retomar os fatídicos editoriais “Basta” e “Fora” do *Correio da Manhã*. No entanto, em seguida se arrependeram como se fossem “bobos” em alusão ao 1º de abril.⁴²⁸ Para o colunista, essa imprensa que chamava Hugo Chavez de ditador, chamava Castelo Branco e os outros de presidentes. Segundo ele, a mídia usou o termo *caudilho* para Jango numa perspectiva de liderança e por outro lado defendia a teoria que o presidente tinha a intenção de se tornar ditador, “o golpeado vira golpista”⁴²⁹ num jogo semântico que apontava a ideologia da imprensa à época. Para ele: “como eram antes os jornalistas conservadores de 1964! Apoiaram a implantação de uma ditadura achando que era uma democracia”⁴³⁰. Em *Zero Hora* o apoio da imprensa foi abordado de forma contundente: “Imprensa disse sim. Conglomerados de mídia foram quase unânimes em aplaudir o levante dos quartéis de Norte a Sul”⁴³¹. No Rio Grande do Sul a exceção foi a *Última Hora*. Todavia, o apoio midiático não perdurou com o endurecimento da ditadura. Ao informar que *ZH* surgiu pouco depois do golpe e sem vínculos políticos, segundo seu responsável Ary de Carvalho, buscam afastar qualquer associação com regime. Além disso, o Grupo RBS passou a controlar o jornal somente a partir de 1970.

⁴²⁷ Entrevista de Antônio Cecchin por e-mail para a Revista do Instituto Humanitas Unisinos, em 19 de setembro de 2016. Link: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6619-antonio-cecchin-2> Acesso em 11/12/2020.

⁴²⁸ “Dia dos bobos”, *Correio do Povo*, 1º de abril de 2014, p. 02.

⁴²⁹ *Correio do Povo*, 05 de abril de 2014, p. 02.

⁴³⁰ “Crimes de abril”, *Correio do Povo*, 02 de abril de 2014, p. 02.

⁴³¹ *Zero Hora*, 30 de março de 2014, p. 07.

Se o apoio civil ao golpe ganhou espaço na imprensa, a teoria de um possível golpe comunista orquestrado pela esquerda e que foi uma das maiores justificativas dos militares em 1964 para derrubar o presidente constitucionalmente eleito, também recebeu atenção. Em artigo assinado por Marco Danguí Pinheiro, coronel da reserva, essa tese foi defendida⁴³². O coronel mantinha seu apoio ao golpe de 1964 e alegava que o país estava novamente sob ameaça comunista através do Foro de São Paulo. Para ele “em 35, em 64 e em 70 os militares combateram um inimigo interno, e não brasileiros que queriam melhorar a nossa democracia”⁴³³. Segundo Bauer (2019, p. 41):

Caracterizados por una retórica marcada por distorsiones e idealismos, esos discursos no necesariamente niegan a la dictadura sino la justifican. El principal argumento se apoya en la tentativa de equiparación entre la violència del Estado y la violencia revolucionaria, lo que en Argentina se llama “teoría de los dos demônios. En el caso brasileño, la fuerza de esa cultura histórica se fundamenta en el “estigma de la cordialidad”, que busca neutralizar conflictos y disputas por medio de representaciones conciliatorias del pasado.

Por fim, outro articulista bastante entusiasta dessa percepção foi Elio Gaspari. Para ele os dois lados “jogavam com a carta da intervenção militar”⁴³⁴. Usou o passado para criticar o governo Dilma, de forma sutil, e também a fraca tradição democrática do país:

Há 50 anos havia uma repulsa ao Congresso e aos políticos. Um lado achava que o povo não sabia votar e elegia ladrões. O outro achava a mesma coisa e havia nele quem quisesse que a rua arrancasse uma Constituinte para fazer as reformas para o bem do país, permitindo inclusive que Jango fosse candidato à presidência. Hoje as duas visões sobrevivem e no ano passado a doutora Dilma flertou com uma Constituinte exclusiva com adereços plebiscitários. [...] Felizmente, em 2014 a carta dos quartéis saiu do baralho. O DNA golpista, contudo, não desaparece, mesmo enfraquecido, transmuta-se⁴³⁵.

Esse debate também foi abordado durante palestra no Instituto Fernando Henrique Cardoso. Boris Fausto e Bolívar Lamounier defenderam a tese da radicalização da esquerda e que antes do golpe havia dois grandes grupos: antigetulistas e os pró-trabalhistas. Para Fausto outro ponto que contribuiu para o golpe foi a falta de “lideranças políticas competentes”: “O elenco estava muito abaixo do script. Na minha avaliação, o Jango era omissivo, fraco e altamente

⁴³² “Malabarismo execrável”, Zero Hora, 29 de março de 2014, p. 13.

⁴³³ “Malabarismo execrável”, Zero Hora, 29 de março de 2014, p. 13.

⁴³⁴ “1964 ... 2014”, O Globo, 26 de março de 2014, p. 18. Coluna de Elio Gaspari.

⁴³⁵ “1964 ... 2014”, O Globo, 26 de março de 2014, p. 18. Coluna de Elio Gaspari.

influenciável. Não liderou o país, não soube lidar com as distâncias entre os pensamentos políticos divergentes a e a distância"⁴³⁶.

Essas interpretações distintas sobre o golpe evidenciam as problemáticas acerca das memórias contemporâneas como aponta Jelin (2002, p. 41 -42):

Con relación a la historia de acontecimientos contemporáneos o cercanos en el tiempo, especialmente cuando estuvieron signados por fuerte conflictividad social y política, la instalación de una historia oficial se torna difícil y problemática. Durante los períodos dictatoriales de este siglo -el stalinismo, el nazismo, el franquismo, las dictaduras militares en Brasil, Chile, Argentina o Uruguay, el stronismo en Paraguay- el espacio público está monopolizado por un relato político dominante, donde “buenos” e “malos” están claramente identificados. La censura es explícita, las memorias alternativas son subterráneas, prohibidas e clandestinas, y se agregan a los estragos del terror, el miedo y los huecos traumáticos que generan parálisis y silencio. En estas circunstancias, los relatos oficiales ofrecidos por los voceros del régimen tienen pocos desafíos en la esfera pública.

Em editorial, *Correio do Povo* abordou o tema sobre as classificações entre golpe ou revolução. Afirmaram que os militares enganaram parte de seus apoiadores com a desculpa de derrubar o comunismo e que no fim instauraram uma ditadura. Nesse texto defenderam a importância de estudar a história para evitar repetições trágicas no futuro e a necessidade de colaboração dos militares com essas pesquisas⁴³⁷. Sobre a utilização do conceito *revolução* pelos militares, Bauer (2019, p. 40) apontou que:

La dictadura brasileña intentó construir mecanismos de legitimidad para no parecer un régimen de excepción y eso influyó directamente en la formación de la memoria social sobre los años de autoritarismo –o “dictablanda”, no “dictadura”, como ha afirmado un periódico brasileño. Una de estas estrategias fue la utilización por parte de los militares del término “revolución” para referirse al su gobierno. “Revolución democrática de 31 de marzo” y “Revolución brasileña” han sido expresiones que utilizaron la valoración positiva que el concepto tenía en los años sesenta y setenta por representar la lucha contra la opresión y por independencia en el tercer mundo.

Enquanto há interpretações que relegam papel fundamental à esquerda na desestabilização do governo, outros defendem que ela pouco reagiu ao golpe⁴³⁸ e que durante o pré-golpe esperava pelo governo uma ação “revolucionária” haja vista que Jango passou a alinhar-se mais às pautas da esquerda e essa, por sua vez, o pressionava pelas reformas. Com o

⁴³⁶ “Democracia não era o foco antes de 64. Historiadores debatem ação de grupos políticos do Brasil no período”, O Globo, 29 de março de 2014, p. 10.

⁴³⁷ “A história no retrovisor”, *Correio do Povo*, 03 de abril de 2014, p. 2.

⁴³⁸ O historiador Daniel Aarão Reis é um dos maiores representantes dessa tese e a expôs também em artigo no O Globo, “Uma estranha derrota”, para o autor a ditadura durou somente 15 anos até o advento da anistia e a esquerda, em 1964, “resolveram perder sem lutar. É isto que precisa ser explicado, compreendido e interpretado”, O Globo, 25 de março de 2014, p. 14.

golpe dado e o surgimento da luta armada o debate em torno da revolução ganhou notoriedade, porém em pouco tempo foi aniquilado com a dura repressão da ditadura. Arnaldo Jabor, em coluna intitulada “Éramos uma ilusão em 64” analisou a esquerda e caracterizou o sindicalismo de pelegos:

Nós éramos uma esquerda imaginária, delegando ao Estado a tarefa de fazer uma revolução contra o Estado. Como sempre em nossa história, até nas revoluções precisamos do governo. [...] 64 nos ensinou que o buraco é mais embaixo. Em 64 vimos que a esquerda tinha "princípios" e "fins", mas não tinha "meios"⁴³⁹.

Avançando para além do apoio ao golpe e suas motivações, a imprensa em 2014 abordou assuntos relacionados à ditadura, como a economia – que também gerou debate em 2004 – e as ações repressivas, especificamente o uso da tortura, essa pauta ganhou espaço no debate público em função dos depoimentos colhidos pelas comissões estaduais da verdade fomentadas pela CNV, especialmente pela fala direta e contundente do coronel da reserva Paulo Malhões que atuou na Casa da Morte, em Petrópolis no Rio de Janeiro.

Ao apresentar um balanço da política economia adotada durante a ditadura, mostrou-se os avanços, mas com críticas ao aumento da desigualdade social. Crescimento, endividamento, desperdício, infraestrutura, estatais e baixa produtividade foram as palavras-chave sobre a economia do período. Denúncias sobre corrupção durante o período não foram retomadas⁴⁴⁰.

Herança verde-oliva. O regime militar em que o Brasil mergulhou há 50 anos compartilhou a batuta da economia com ministros civis. Como legado, deixou mais rodovias e indústrias, pagas com aumento da dívida externa e das desigualdades⁴⁴¹.

Algumas manchetes sobre a pauta da economia exemplificam o teor editorial: “Meio século para recuperar. País começa a voltar ao nível de concentração de renda dos anos 60, um dos baixos da história”⁴⁴², “Do Brasil grande ao Brasil do ganho da eficiência”⁴⁴³. E por fim, *O Globo*, encontra continuidades dos métodos adotados no passado empregado pelos últimos governos: “Herança de 1964. Ecos da ditadura na economia. Controle de preços de energia e gasolina e incentivos à indústria repetem políticas do regime militar”⁴⁴⁴.

Sobre o aparato repressivo, tema pouquíssimo tratado na cobertura em 2004, agora no cinquentenário ganhou mais espaço, cito algumas chamadas: “Repressão marcou ditadura no

⁴³⁹ O Globo, 26 de março de 2014, p. 10.

⁴⁴⁰ “Luz e Sombra na economia da ditadura”, Zero Hora, 23 de março de 2014, p. 4.

⁴⁴¹ Zero Hora, 23 de março de 2014, capa.

⁴⁴² O Globo, 24 de março de 2014, p. 17.

⁴⁴³ O Globo, 23 de março de 2014, p. 24.

⁴⁴⁴ O Globo, 23 de março de 2014, p. 23.

país: Golpe Militar de 31 de março de 1964 se sustentou por tortura, desaparecimentos, cassações e supressão das liberdades civis⁴⁴⁵, caracterizam o regime como autoritário, violento e nacionalista; “Entre os torturadores, 40% eram civis⁴⁴⁶”; “SNI monitorou Jango no exílio⁴⁴⁷”, documento de 1975 mostrava informações sobre intenções políticas de João Goulart como, por exemplo, fundar um partido, inclusive infiltraram-se em sua festa de aniversário daquele ano.

O depoimento de Paulo Malhões ganhou muita repercussão entre as fontes consultadas: “Horror. O destino das vítimas da casa da morte. Militar revela à Comissão Estadual da Verdade que corpos foram mutilados e jogados em rio de Petrópolis⁴⁴⁸”, “Anos de chumbo. Coronel admite ter torturado e matado. Em audiência, militar deu detalhes da ação dos órgãos de repressão da ditadura⁴⁴⁹”, inclusive com manchetes de capa: “A face do mal”, foto do coronel repercutindo seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro⁴⁵⁰.

Casa da Morte. Perversidade vem à tona. Depoimento de coronel, que disse arrancar dedos e dentes de militantes, choca ativistas e parentes de vítimas; 'ditadura usou psicopatas', diz ministra⁴⁵¹.

As reportagens deixam claro que as torturas foram ordenadas por seus superiores, ou seja, um crime do Estado: "A confissão de torturadores oferece mais argumentos para que se tenha clareza de que seu delitos são imprescritíveis⁴⁵². Embora todos da cadeia de comando evitassem a responsabilidade por torturas e atos terroristas, “houve forte pressão pra encobrir o envolvimento do militares⁴⁵³ e assim se manteve o traço da impunidade entre os crimes cometidos pelos agentes do Estado. Além da repercussão do depoimento de Malhões na imprensa, *Zero Hora* entrevistou outro agente do estado que cometeu tortura: Carlos Alberto Brilhante Ustra. Durante entrevista o coronel reformado polemizou: “todos dizem que foram torturados⁴⁵⁴ menosprezando os últimos depoimentos divulgados pela CNV. Situação importante a ser destacada foi que Ustra classificou o golpe de “contrarrevolução” e *Zero Hora* escreveu entre parênteses “golpe de 1964⁴⁵⁵. As declarações do coronel foram contestadas por

⁴⁴⁵ Correio do Povo, 31 de março de 2014, p. 6.

⁴⁴⁶ Correio do Povo, 31 de março de 2014, p. 6.

⁴⁴⁷ Correio do Povo, 31 de março de 2014, p. 6.

⁴⁴⁸ O Globo, 21 de março de 2014, p. 3.

⁴⁴⁹ Zero Hora, 26 de março de 2014, p. 10.

⁴⁵⁰ O Globo, 26 de março de 2014, capa.

⁴⁵¹ O Globo, 22 de março de 2014, p. 5.

⁴⁵² “Crime inominável”, Zero Hora, 27 de março de 2014, p. 12.

⁴⁵³ O Globo, 30 de março de 2014, p. 4.

⁴⁵⁴ Zero Hora, 23 de março de 2014, p. 22.

⁴⁵⁵ Zero Hora, 23 de março de 2014, p. 22.

ex presos que criticaram as declarações do coronel ao jornal e reafirmaram os relatos de tortura que haviam sofridos no órgão da repressão comandado pelo militar⁴⁵⁶.

Por fim, além de tratar sobre a tortura durante a ditadura presenciamos as continuidades da prática durante a democracia, uma herança de um país autoritário: “Tortura hoje. Número de denúncias cresceu 129% em 3 anos. Até chegar à Justiça, crime cometido por agentes públicos vira lesão corporal ou abuso de autoridade”⁴⁵⁷. A reportagem foi inclusive chamada de capa: “Denúncias de tortura crescem desde 2011”⁴⁵⁸.

3.2.2 OS DEBATES PÓS-DITADURA SOB AS LENTES DO CINQUENTENÁRIO

Anteriormente foi indicado que a memória difundida pela imprensa em 2014 sobre o golpe de 1964 mantinha-se contrária à ditadura, todavia as disputas em torno dessa memória majoritária tiveram desdobramentos no Congresso Nacional. Neste contexto, o deputado federal, Jair Bolsonaro, pretendia homenagear a ditadura, mas teve o pedido negado pela Casa⁴⁵⁹. Ao se manifestar durante Sessão que recordou o golpe, parabenizou os militares, gerando protestos entre seus pares e familiares de desaparecidos que estavam presentes, acusando-o de defensor da ditadura⁴⁶⁰. O deputado abriu faixa no Congresso, mais cedo, com a seguinte frase: "Parabéns militares. Graças a vocês o Brasil não é uma Cuba". Buscou convencer o presidente da Câmara a deixá-lo falar mesmo com os presentes de costas: "Eles vão ouvir umas verdades do mesmo jeito. Vou torturá-los daqui", disse. Em mãos ele tinha um exemplar do livro *A verdade Sufocada*, do coronel Carlos Brilhante Ustra, que chefiou o DOI-Codi em São Paulo⁴⁶¹.

Do mesmo modo, representantes das Forças Armadas, em sua maioria na reserva, se reuniram no Clube Militar em almoço para comemorar o golpe e classificaram a Comissão Nacional da Verdade como uma "afrota à verdade"⁴⁶². Tais ações de alguns grupos dentro das

⁴⁵⁶ Zero Hora, 25 de março de 2014, p. 11.

⁴⁵⁷ O Globo, 1º de abril de 2014, p. 3.

⁴⁵⁸ O Globo, 1º de abril de 2014, capa.

⁴⁵⁹ “Câmara nega pedido de Bolsonaro para homenagear regime. Deputado, no entanto, poderá falar em sessão da casa que lembrará o golpe de 1964”, O Globo, 26 de março de 2014, p. 10.

⁴⁶⁰ “Protesto põe fim a ato na Câmara. Sessão solene em memória dos 50 anos do golpe de 1964 teve briga e troca de ofensas”, Zero Hora, 02 de abril, de 2014, p. 11 e “Guerra Fria na Câmara”, O Globo, 02 de abril de 2014, capa.

⁴⁶¹ “Câmara suspense sessão sobre golpe”, Correio do Povo, 02 de abril, de 2014, p. 3 e “Sessão na Câmara sobre 1964 acaba em bate-boca. Deputados e manifestantes contrários ao golpe deram as costas para Jair Bolsonaro, que não conseguiu discursar”, O Globo, 02 de abril de 2014, p. 5.

⁴⁶² “Militares comemoram golpe no Rio”, Correio do Povo, 1º de abril, de 2014, p. 3.

Forças Armadas já ocorriam, como afirma Joffily (2018, p. 223): “O Clube Militar, por exemplo, entrou na ‘batalha de memórias’ em 1996, quando o general Hélio Ibiapina assumiu sua presidência. Sites e blogs foram constituídos nessa mesma década, em reação ao início dos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), como o Grupo Inconfidência e o Ternuma”. Ademais, 2014 ficou marcado pela reedição de manifestações conservadoras à exemplo do que ocorreu em 1964: “Marcha da família vai ser reedita em 175 cidades”⁴⁶³. *Zero Hora* classifica de manifestações conservadoras. Todavia, as marchas, que ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, tiveram pouca adesão: “Marchas pró e contra ditadura têm pouca gente e muita confusão”⁴⁶⁴. Por outro lado, institucionalmente as Forças Armadas, sob o comando do ministro Celso Amorin, abriram sindicâncias em sete instalações para averiguar denúncias de torturas, justamente a pedido da CNV⁴⁶⁵:

Forças Armadas investigarão tortura e mortes em quartéis. Sindicâncias serão abertas a pedido da Comissão Nacional da Verdade. Relatório apontou que as setes instalações militares que vão ser alvo de apuração, quatro delas no Rio, foram sistematicamente usadas para violações de direitos humanos durante a ditadura⁴⁶⁶.

Mesmo que essas ações tivessem pouco avanço, como já abordado, e também mencionado pela imprensa: “Verdade sem resposta. Silêncio dos militares incomoda comissão. Coordenador do projeto reclama da ausência de posicionamento das Forças Armadas”⁴⁶⁷. O ministro fez questão de reforçar: “Forças Armadas de hoje 'não têm nada a ver' com golpe. Amorim afirma que Estado brasileiro 'já pediu desculpas por tudo o que ocorreu”⁴⁶⁸. Em editorial, *Zero Hora* abordou a postura das Forças Armadas frente às lembranças sobre os 50 anos do golpe⁴⁶⁹. Segundo a publicação, o clima era de condenação à ação militar que derrubou Jango. E que a desculpa dos militares de terem sido chamados pela população para se levantar contra o comunismo não justifica a derrubada do presidente, era possível a saída democrática. Porém, não se trata de “revanchismo, mas sim de revisar o passado” para evitar os erros: “Numa democracia, não é preciso fazer uso da força para substituir governantes que desonram seus mandatos”⁴⁷⁰.

⁴⁶³ *Zero Hora*, 22 de março de 2014, p. 8.

⁴⁶⁴ *O Globo*, 23 de março de 2014, p. 6.

⁴⁶⁵ “Militares vão apurar crimes na ditadura: usos de instalações militares para tortura será investigado em sindicâncias”, *Correio do Povo*, 02 de abril, de 2014, p. 3.

⁴⁶⁶ *O Globo*, 02 de abril de 2014, p. 3.

⁴⁶⁷ *O Globo*, 30 de março de 2014, p. 10.

⁴⁶⁸ *O Globo*, 28 de março de 2014, p. 8.

⁴⁶⁹ “O papel dos militares”, *Zero Hora*, 31 de março de 2014, p. 16.

⁴⁷⁰ “O papel dos militares”, *Zero Hora*, 31 de março de 2014, p. 16.

Diferentemente desse embate, a então presidenta Dilma Rousseff procurava um discurso de conciliação nacional. O Objetivo era manter a memória sobre os duros anos da ditadura para valorizar a democracia “e que devemos contar às futuras gerações”,⁴⁷¹ o governo sempre adotou esse tipo de discurso buscando, assim, evitar as acusações de revanchismo propagado pelos conservadores. Tal postura vai ao encontro do que Napolitano (2015, p. 35) defendeu:

Apesar das críticas e das crises políticas, a política de memória do Estado pós-ditatorial tem se mantido à sua maneira contraditória. Mesmo os governos encabeçados por petistas desde 2003 tomam todos os cuidados para não caracterizá-la como “revanchista” e para mantê-la dentro da tradição de continuísmo jurídico-político que marca a democracia pós-1985, evitando iniciativas de ruptura que permitam a punição dos torturadores.

Nesse sentido, a presidenta defendeu a não revisão da Lei de Anistia mesmo ela tendo sido presa e torturada em situações que deixaram cicatrizes, porém essas cicatrizes “podem ser suportadas e superadas porque hoje temos uma democracia sólida e podemos contar nossa história”,⁴⁷² argumentou. Um editorial da *Zero Hora* apoiou a posição da chefe do Executivo, “talvez o mais sensato seja mesmo deixar que o tempo se encarregue de fazer a justiça que os homens e as instituições deste país não conseguiram fazer para virar definitivamente esta página triste da História”⁴⁷³.

Neste contexto, a Anistia Internacional havia deflagrado uma campanha pela revisão da lei, que seria encaminhada à presidência da República. Em paralelo, proposta do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) seria analisada pela comissão de Direitos Humanos do Senado. A reportagem apresentou um box explicativo sobre os motivos favoráveis à revisão (a condenação do Brasil na Corte Interamericana em 2010 sobre o caso Araguaia) ou contra (anistia como grande acordo nacional)⁴⁷⁴. Em evento no Senado alusivo aos 50 anos do golpe, senadores destacaram a necessidade de revisão da Anistia ao afirmar que cabe ao Congresso revisar a decisão do Supremo de 2010. Para o senador João Capiberibe (PSB-AP) “a impunidade fez com que até hoje haja torturas em delegacias”⁴⁷⁵.

Christopher Goulart, neto de João Goulart, também era favorável à revisão da lei como instrumento para preservar o direito à memória. Ele e sua avó Thereza Goulart, viúva do ex-presidente, se manifestaram sobre a abertura das investigações da morte de Jango. A ex-

⁴⁷¹ “Dilma: ditadura calou sonhos por 21 anos. Para presidente, brasileiro aprendeu o valor da liberdade no regime militar”, *Correio do Povo*, 1º de abril, de 2014, p. 3.

⁴⁷² “Presidente indica ser contra revisão”, *Correio do Povo*, 1º de abril, de 2014, p. 3.

⁴⁷³ “Ferida aberta”, *Zero Hora*, 02 de abril, de 2014, p. 14.

⁴⁷⁴ “Revisão da anistia volta a ser debatida: Analistas divergem sobre aspectos legais e políticos de mudar lei em vigor”, *Correio do Povo*, 06 de abril, de 2014, p. 3.

⁴⁷⁵ “Senadores pedem revisão de anistia”, *Correio do Povo*, 1º de abril, de 2014, p. 3.

primeira-dama acreditava que era possível uma reconciliação nacional⁴⁷⁶. Também foi ouvida em reportagem especial para *O Globo* onde relatou as primeiras horas pós-golpe e sua saída e dos filhos do país: “Nas lembranças de Maria Thereza, o medo, a solidão e o exílio. Viúva de Jango, tida até hoje como a primeira-dama mais bonita do país, conta a saída da Granja do Torto, a ameaça de prisão e o reencontro com o marido”⁴⁷⁷. Nessa reportagem é um dos poucos momentos em que Brizola é citado, Maria Thereza relembra que ao chegar em Porto Alegre, na madrugada de 1º de abril, foi informada que Jango estava em reunião com Brizola⁴⁷⁸.

Durante assinatura do contrato da construção da ponte do Guaíba, em Porto Alegre, Dilma Rousseff afirmou: “ditadura calou sonhos por 21 anos” e com isso o “brasileiro aprendeu o valor da liberdade”. Aproveitou a ocasião de rememoração para associar ao presente ao afirmar que seu governo aprendeu o “valor de ir às ruas” e não abafou as ondas de protestos que tomou o país em junho de 2013⁴⁷⁹. Em outro pronunciamento afirmou:

Assim como eu respeito e reverencio os que lutaram pela democracia, enfrentando a truculência ilegal do Estado e nunca deixarei de enaltecer esses lutadores e essas lutadoras, também reconheço e valorizo os pactos políticos que nos levaram a redemocratização⁴⁸⁰.

O Globo dedicou um editorial ao tema posicionando-se contrário a revisão da lei, pois “rever a anistia seria trocar a normalização institucional, pela qual tanto o país lutou, por princípios duvidosos e casuísticos”, entretanto, os crimes cometidos após a promulgação deveriam ser punidos, provavelmente fazendo alusão ao atentado ao Riocentro, que ganhou bastante destaque no jornal em edições anteriores⁴⁸¹. Assim, demonstram apoio ao discurso da presidenta citado anteriormente:

Neste sentido, o discurso de anteontem da presidente Dilma Rousseff, pregando o desarmamento político em relação a pactos e acordos políticos 'que nos levaram à

⁴⁷⁶ “Viúva de Jango surpresa com militares”, *Correio do Povo*, 08 de abril, de 2014, p. 3.

⁴⁷⁷ “Nas lembranças de Maria Thereza, o medo, a solidão e o exílio. Viúva de Jango, tida até hoje como a primeira-dama mais bonita do país, conta a saída da Granja do Torto, a ameaça de prisão e o reencontro com o marido”, *O Globo*, 30 de março, de 2014, p. 7.

⁴⁷⁸ “Nas lembranças de Maria Thereza, o medo, a solidão e o exílio. Viúva de Jango, tida até hoje como a primeira-dama mais bonita do país, conta a saída da Granja do Torto, a ameaça de prisão e o reencontro com o marido”, *O Globo*, 30 de março, de 2014, p. 7.

⁴⁷⁹ “Dilma: ditadura calou sonhos por 21 anos. Para presidente, brasileiro aprendeu o valor da liberdade no regime militar”, *Correio do Povo*, 1º de abril, de 2014, p. 3.

⁴⁸⁰ “Governo diz que não vai propor revisão da Anistia. Mas afirma que não se opõe ao debate; ex-ministra defende alteração”, *O Globo*, 02 de abril, de 2014, p. 6.

⁴⁸¹ Em 2014 o caso foi citado novamente: “Figueiredo soube um mês antes do atentado no Riocentro. Presidente foi avisado do ataque pelo chefe do Serviço Nacional de Informações”, *O Globo*, 30 de março de 2014, capa. E “Terrorismo. Documentos revelam a história de como o governo João Figueiredo, o último dos generais-presidentes, encobriu o atentado terrorista no Riocentro e premiou com a impunidade os militares envolvidos”, *O Globo*, 30 de março de 2014, p. 2 e 3.

redemocratização', precisa ser entendido e respaldado. A lei de anistia é perene. Dilma, vítima do regime militar, o qual combateu como militante de organização de oposição e pelo qual foi feita prisioneira, é a chefe do Executivo, eleita democraticamente, e tem legitimidade para reconhecer e valorizar os compromissos traduzidos na Constituição 1988⁴⁸².

Ao tratar sobre as indenizações da Comissão de Anistia há a seguinte manchete: “O Custo da reparação. Indenizações aprovadas chegam a R\$ 3,4 bi. Em 13 anos, Comissão de Anistia aprovou 40.300 pedidos de reparação a vítimas da ditadura”⁴⁸³. Esse tipo de destaque poderia levar à debates no senso comum contrários às indenizações, embora a reportagem informe que os militares são os recordistas em pedidos. Em suma, ao que tudo indica houve um esforço da imprensa para destacar o caráter negativo de regimes de exceção. Houve espaço, inclusive, para debate sobre Terrorismo de Estado especialmente no caso do atentado ao Riocentro. Em entrevista com as historiadoras Maria Celina D’Araújo e Marly da Motta elas defenderam a teoria de que a cúpula presidencial sabia das tratativas com antecedência e não impediu o fato. Embora o historiador Daniel Aarão Reis, também consultado pela reportagem, afirme que não havia evidências de que o atentado tenha sido uma iniciativa do palácio, a abertura a essa discussão, sobre as ações do Estado, é importante na construção da memória sobre o golpe. Outro assunto que colabora para construção memorialística trata-se da polêmica envolvendo a troca de nomes de logradouros que homenageiam os ditadores. No Brasil há 727 nessa situação⁴⁸⁴.

Do mesmo modo que ocorreu em 2004, no cinquentenário eventos e lançamentos alusivos ao aniversário do golpe foram divulgados pela imprensa. *Correio do Povo*, por exemplo, deu espaço para exposição realizada na escola estadual Padre Réus organizada pelos alunos sob orientação do professor de história e arte: “Projeto Tortura Nunca Mais”⁴⁸⁵. Exposição contou com bonecos representando as vítimas e um carro (Puma) da época - mesmo modelo que militares usaram para atentado no Riocentro⁴⁸⁶.

Governo estadual do Rio Grande do Sul realizou uma série de eventos alusivos ao cinquentenário. De 1º a 05 de abril ocorreu a Semana da Democracia. Com painéis, palestras, shows e a inauguração do Museu dos Direitos Humanos do Mercosul. Com convidados do Chile, Argentina e Uruguai⁴⁸⁷. Por várias vezes foram veiculadas propaganda do estado com

⁴⁸² “Anistia tem legitimidade política e histórica”, O Globo, 02 de abril de 2014, p. 16.

⁴⁸³ O Globo, 31 de março de 2014, p. 3.

⁴⁸⁴ O Globo, 30 de março de 2014, p. 11.

⁴⁸⁵ Correio do Povo, 29 de março de 2014, capa.

⁴⁸⁶ “Ditadura é tema de projeto escolar. Estudo, com mostra aberta na Padre Réus, mobilizou alunos e familiares”, Correio do Povo, 29 de março de 2014, p. 11.

⁴⁸⁷ “Golpe de 1964”, Correio do Povo, 29 de março de 2014, sem página. Caderno de sábado.

fotos apenas de silhuetas, provavelmente em alusão aos desaparecidos políticos, com a seguinte frase estampada: "Democracia: que nunca mais desapareça"⁴⁸⁸.

Além do poder executivo, o legislativo estadual organizou seminário em homenagem a João Goulart que continha exposição fotográfica: "Jango, as Reformas de Base e o golpe de 1964". Em 14 de março, Ato lembra comício histórico de Jango⁴⁸⁹. Nota a pedido pelo PDT para homenagem a João Goulart naquele dia as 12h no monumento ao ex-presidente localizado na rótula entre a Usina do Gasômetro e Câmara de Vereadores. Foto de oficial de Jango como presidente, cores dos PDT⁴⁹⁰. João Goulart recebeu mais homenagens em 2014, comparado com 2004. O discurso nos 40 anos apresentou-se mais crítico ao ex-presidente, há inclusive uma tentativa de amenizar aquela memória: "Jango evitou dividir o país"⁴⁹¹. Segundo a reportagem, Jango não aceitou resistir desde Porto Alegre, pois tinha sido avisado por seu Ministro da fazenda, SanTiago Dantas, que os EUA estavam com esquadra no Atlântico Sul e prontos para intervir. Uma das hipóteses dessa retomada positiva de sua imagem deve-se talvez a atenção dado ao seu caso pela CNV que investigou sua morte, além do ato simbólico do recebimento dos restos mortais com honras militares pela presidenta Dilma, em 2013⁴⁹².

Ainda sobre a repercussão do cinquentenário, o *Correio* divulgou uma série de reportagens especiais intituladas "Para descomemorar: 50 anos do golpe midiático-civil-militar" na rádio Guaíba. Observem a definição para o golpe, termo empregado pelo jornalista Juremir Machado da Silva que naquele ano lançou livro defendendo essa nova classificação⁴⁹³.

Para além das rememorações institucionais, atos públicos também foram organizados para "descomemorar" o "golpe civil-militar" – interessante observar a utilização da expressão civil-militar pelo *Correio do Povo*, haja vista que em 2004 por alguns momentos empregou o termo "revolução". Os grupos *Fórum da Democracia* e *Comitê Gaúcho da Verdade, Memória e Justiça Carlos de Ré e Bloco de Lutas* reuniram-se no Parque Redenção, em Porto Alegre, em ato "político-cultural"⁴⁹⁴. A faculdade ESPM realizou Exposição "50 anos depois": ditadura nunca mais, faz um resgate da comunicação, cultura e história política em 21 anos de golpe⁴⁹⁵.

⁴⁸⁸ *Correio do Povo*, 29 de março de 2014, p. 8.

⁴⁸⁹ *Zero Hora*, 14 de março de 2014, p. 21.

⁴⁹⁰ *Correio do Povo*, 31 de março de 2014, p. 3.

⁴⁹¹ *O Globo*, 1º de abril de 2014, p. 4.

⁴⁹² "Restos mortais de Jango chegam a Brasília com honras militares: Corpo de João Goulart é recebido por Dilma e ex-presidentes. Exumação pretende apontar causa da morte do presidente deposto em 64", Portal G1, 14 de novembro de 2013. Link: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/11/restos-mortais-de-jango-pousam-em-brasilia-com-honras-militares.html> Acesso em 30/12/2020.

⁴⁹³ Para ver mais: SILVA, Juremir Machado da. 1964. Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

⁴⁹⁴ "Ato "descomemora" golpe civil-militar", *Correio do Povo*, 31 de março de 2014, p. 20.

⁴⁹⁵ "ESPM realiza exposição sobre a ditadura", *Correio do Povo*, 08 de abril de 2014, p. 15.

Alguns testemunhos foram colhidos pela imprensa. Jairo de Andrade foi um deles e relatou sobre a resistência no Teatro de Arena, em Porto Alegre, quando chegou a ser preso e torturado: “Me arrisquei por que quis, por acreditar em resistir” e finalizou: “A gente tinha a revolução como um ato romântico”⁴⁹⁶. Outro a dar seu testemunho foi o músico Raul Elwanger, também consultado pela Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul. Ele foi perseguido por compor músicas de protestos e por advogar em processos de trabalhadores sindicalistas. Ao exilar-se no Chile também foi vigiado pela repressão no exterior e destacou que em função da perseguição política teve sua carreira prejudicada⁴⁹⁷. Bona Garcia, em entrevista à Rosane de Oliveira, afirmou: “meio século depois, lembrar é preciso”⁴⁹⁸.

A pauta sobre educação surgiu brevemente, nesse parágrafo enuncia-se algumas abordagens a esse respeito como, por exemplo, o que se estuda nas salas de aula do país sobre a ruptura institucional e a conseqüente ditadura. Cinquenta anos, historicamente, é um breve período, no entanto o suficiente para novas gerações conhecerem os episódios a respeito do golpe apenas pelos livros, pois não vivenciaram os anos do autoritarismo⁴⁹⁹. Por isso, escolas buscavam abordagem menos simplista e apaixonada sobre os anos da ditadura, todavia o tema ainda era, e é, sensível em sala de aula⁵⁰⁰. Exemplo dessas dificuldades e polêmicas estava nos colégios militares onde se ensinava que a derrubada do presidente eleito constitucionalmente na verdade foi uma “revolução”⁵⁰¹. Esse fato é mais uma evidência do quanto a disputa pela memória do golpe sempre estará em aberto, pois é passível de alterações de acordo com as demandas do presente. Além dessas controvérsias, outras demandas abordadas pela imprensa atestam as contradições da ditadura. O pesquisador Rodrigo Patto Sá Motta foi entrevistado para falar a respeito do lançamento do seu livro *Ditadura e Universidades (2014)* onde apresentou o projeto educacional da ditadura que previa, além de censura em alguns setores e controle dos cursos das humanidades, a expansão universitária, como a ampliação da UFRJ e construção da Unirio, citado pela matéria⁵⁰². Enquanto isso, intelectuais exilados, como Darcy Ribeiro, seguiram atuando fora do país⁵⁰³. Ou seja, em função do autoritarismo e da repressão, o país teve seu avanço científico comprometido:

⁴⁹⁶ Ambas citados de Correio do Povo, 29 de março de 2014, p. sem página. Caderno de sábado.

⁴⁹⁷ “Não posso dar a outra face se já fui machucado brutalmente”, Correio do Povo, 29 de março de 2014, sem página. Caderno de Sábado.

⁴⁹⁸ Zero Hora, 30 de março de 2014, p. 8.

⁴⁹⁹ “A maioria só sabe do golpe pelos livros”, Correio do Povo, 31 de março de 2014, p. 6.

⁵⁰⁰ O Globo, 31 de março de 2014, p. 4.

⁵⁰¹ O Globo, 31 de março de 2014, p. 4.

⁵⁰² “Contradições do autoritarismo”, O Globo, 22 de março de 2014, p. 2.

⁵⁰³ “Ideias no exílio”, O Globo, 22 de março de 2014, p. 4. A historiadora Denise Rollemberg, autora do livro *Exílio: entre raízes e rades*, foi consultada pela reportagem.

O regime militar perseguiu professores e estudantes, obrigou centenas a se exilarem, censurou livros e, com seu projeto de modernização conservador e autoritário, deixou marcas sentidas até hoje na vida intelectual brasileira⁵⁰⁴.

O controle da educação e das artes, marcas de regimes de exceção, deixam como herança a prática de que a informação pode ser controlada.

3.2.3 NO CINQUENTENÁRIO O APAGAMENTO DA MEMÓRIA DE LEONEL BRIZOLA

A seguir apresento as esparsas vezes em que Leonel Brizola foi retomado pelas fontes no cinquentenário da tomada do Estado pelas forças golpistas. Como enunciado anteriormente há um apagamento da memória do pedetista, haja vista que dos poucos momentos em que seu nome apareceu esses não apresentaram profundidade e, tão pouco, algo em comum entre eles. Tratava-se apenas de mais um nome dentre vários. Dessas citações o que foi possível identificar refere-se, assim como em 2004, a sua postura de liderança frente à esquerda, como por exemplo, quando esteve presente na sede dos metalúrgicos durante a Revolta dos Marinheiros, no Rio de Janeiro em março de 1964. A revolta e a consequente anistia aos marinheiros rebeldes foi a gota d'água para os militares inconformados tomarem à frente na conspiração golpista⁵⁰⁵. E durante a Marcha da Família com Deus pela Liberdade "prisão para Brizola" era uma das palavras de ordem, segundo Flávio Tavares em sua coluna⁵⁰⁶. Em uma das reportagens do *Correio* apresentaram várias personalidades daqueles episódios, dentre elas o ex-governador do Rio Grande Sul que foi da seguinte forma definido pelo jornal:

[...] liderou a campanha da Legalidade que, em 1961, ajudou a garantir a posse de Goulart. Em 1964 era deputado federal pela Guanabara. Com aspirações de chegar à presidência, tinha um estilo agressivo e que acirrava ainda mais a tensão política. Tentou organizar resistência ao golpe, mas acabou tendo que fugir para o Uruguai. Retornou ao Brasil após a Lei de Anistia, em 1979, e fundou o PDT. Elegeu-se duas vezes governador do Rio de Janeiro. Disputou duas vezes a Presidência, sem sucesso. Em 1998 concorreu como vice na chapa de Lula, também derrotada. Morreu em 2004⁵⁰⁷.

⁵⁰⁴ “Verso. Os livros e o poder da censura”, Caderno Prosa. O Globo, 25 de março de 2014, capa.

⁵⁰⁵ “Revolta. Gota d'água para chefes militares inconformados. Jango, ao anistiar marinheiros rebeldes, acirrou ânimos nos quartéis”, O Globo, 25 de março de 2014, p. 7.

⁵⁰⁶ “Para reviver 1964”, Zero Hora, 16 de março de 2014, p. 11.

⁵⁰⁷ Correio do Povo, 30 de março de 2014, p. 4.

Nesta breve biografia, identificou-se permanências sobre a sua imagem que perpassaram todos os episódios analisados por esta pesquisa: sua liderança na Legalidade e nos momentos cruciais do pré-golpe; sua tentativa de resistência e principalmente sobre seu modo de fazer política, “agressivo” que tencionavam as forças políticas antes e após a ditadura. Essa característica surgiu em mais dois momentos em 2014, ambas creditando à postura “radical” de Brizola e seus aliados como fatores de desestabilização. Primeiro no *Correio do Povo*, quando refletiram sobre a fraca tradição democrática no país, citaram a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, bem como a atuação militar na Proclamação da República⁵⁰⁸, ao final trouxeram a teoria do radicalismo político no contexto de 1964 como mais um exemplo desse desapego democrático: “no contexto interno, o confronto entre os grupos políticos concorrentes se tornou tão acirrado em 1964 a ponto de, para estes grupos, parecer impossível resolver a disputa dentro das regras do jogo democrático”⁵⁰⁹. E segundo em editorial categórico d’*O Globo*, intitulado *Para nunca mais se repetir*, onde defendem que na conjuntura anterior ao golpe marcada por radicalismos, especialmente da esquerda, levou a sociedade civil, e a imprensa, a tomada de decisões equivocadas:

Para turbinar todo aquele processo da década de 60, João Goulart, herdeiro da presidência da República depois da renúncia inesperada de Jânio, optou pela radicalização do cunhado Leonel Brizola e desenhou no cenário político de 1963 um golpe de esquerda. Dessa forma estimulou sua derrubada⁵¹⁰.

Como veem, o nome de Leonel Brizola foi citado literalmente como um operador da política radical daquele momento que contribuiu para a desestabilização do jogo político. Cabe lembrar a histórica disputa entre o ex-governador e as organizações Globo, apresentado no *Capítulo I*, que podem ter pesado na hora da crítica. O editorial também afirmou que as lembranças em torno do cinquentenário do golpe foi o maior feito da República, mais que a Revolução de 1930 ou instauração do Estado Novo, no âmbito da memória. O destaque deve-se à necessidade de defender a democracia representativa: “A democracia representativa enfrenta com êxito a pesada herança da ditadura, e está provado que não há outro regime melhor”⁵¹¹. Elogiaram o processo de transição bem-sucedido “sem violência, de volta à democracia, assentada em bases institucionais três anos depois em 1988”. Ao relembrem o editorial do ano anterior, quando reconheceram que foi um erro apoiar o golpe, buscaram

⁵⁰⁸ *Correio do Povo*, 30 de março de 2014, p. 5.

⁵⁰⁹ *Correio do Povo*, 30 de março de 2014, p. 5.

⁵¹⁰ “Para nunca mais se repetir!”, *O Globo*, 31 de março de 2014, p. 16.

⁵¹¹ “Para nunca mais se repetir!”, *O Globo*, 31 de março de 2014, p. 16.

justificar a decisão, pois acreditavam “que seria uma intervenção cirúrgica, garantida as eleições presidenciais em 65, [entretanto] prolongou-se por duas décadas”.

Brizola foi retomado também por sua oratória e poder de mobilização, devido em parte ao seu carisma. Nesse sentido, Caco Coelho, em artigo para *Correio do Povo* relatou que durante a gravação de um programa do PDT, em dezembro de 1983, o pedetista lançou de improviso a ideia das *Diretas Já!* Na verdade, o discurso acabou indo ao ar por insistência da equipe técnica do partido, Brizola aceitou contrariado: "Eu não sei fazer TV, só sei falar no rádio", disse ele. Para Coelho, pela primeira vez em rede nacional eram chamadas as eleições diretas. Depois, em 10 de abril de 1984, “Brizola comandou o maior comício da história do Brasil”⁵¹².

Por fim, o nome do líder pedetista surgiu em outras citações de menor expressão, como um personagem coadjuvante, mas que, aparentemente, merecia ser lembrado. Na coluna de Luís Augusto Fischer, que ao retomar os aniversários do golpe, destacou que nos 40 anos, Brizola "protagonista dos anos anteriores a 1964 e posteriores a 1979, quando retornou ao país, junto com muitas lideranças e militantes de esquerda”⁵¹³ havia morrido. E pelo jornalista de *Zero Hora*, Moisés Mendes, ao revisitar suas memórias sobre onde estava no momento do golpe. O fio condutor de sua reflexão era a presença de Brizola:

Já me perguntaram aqui nas esquinas da redação o que eu fazia naquele 1º de abril. Onde eu estava onde Brizola discursava na sacada da prefeitura de Porto Alegre e chamava os generais golpistas de gorilas? O que eu fazia enquanto Brizola pedia que os sargentos prendessem os generais em 64? O que eu fiz depois de Brizola avisar que os gaúchos correriam os traidores à bala?⁵¹⁴

O autor do testemunho em questão não fez nada, “nem ali nem depois, e frustro os mais jovens”, segundo o próprio, entretanto por qual motivo teria escolhido o nome de Brizola para permear suas lembranças? Não é o objetivo ter essa resposta fidedigna, no entanto, podemos supor que pelo teor do texto no qual o jornalista buscou desmistificar a ideia romantizada de que todo jovem era combatente, ele usou um personagem que, pelo menos nos momentos citados, combatia à um golpe.

Como visto nominalmente Leonel Brizola foi citado apenas nas situações abordadas acima. Embora as lembranças em torno do Golpe de 1964 tenham levantado diversos debates nas fontes consultadas, viu-se que retomar a imagem do tradicional trabalhista não era mais

⁵¹² “Os 30 anos da Direta Já! ”, *Correio do Povo*, 10 de abril de 2014, p. 2.

⁵¹³ “10, 20, 30, 40, 50”, *Zero Hora*, 25 de março de 2014, p. 3.

⁵¹⁴ “O golpe e o diabo do Plácido de Castro”, *Zero Hora*, 30 de março de 2014, p. 11.

interessante. Em 2014 fazia dez anos de sua morte o que pode ser um indicativo desse esquecimento. Por outro lado, foi possível identificar uma cobertura pela imprensa não pautada em grandes figuras ou personalidades. As análises concentraram-se nos processos históricos, em dar voz às pessoas comuns e compreender o caráter daquela ditadura. Os episódios factuais, nos quais Brizola poderia ter ganhado maior destaque, ficaram em segundo plano. Outro indicativo a considerar é que a imagem e a memória de Leonel Brizola não estão atreladas apenas ao golpe e à ditadura, haja vista o amplo destaque que sua morte ganhou nas páginas dos periódicos, por exemplo. Um político com mais de cinquenta anos de vida pública que perpassou por vários momentos da história recente do país torna-se custoso associá-lo exclusivamente a um episódio.

Em suma, identificou-se que diferentemente do esperado a partir das menções à imagem de Leonel Brizola para fins políticos partidários desde após sua morte, a memória do pedetista foi perdendo espaço na grande imprensa ao abordar o golpe impetrado em 1964. Se parte da historiografia e de seus adeptos políticos o tratam com certo protagonismo, para as fontes em questão, Brizola foi mais um dentre vários personagens daqueles dias de final de março a início de abril de 1964. Portanto, sua memória esteve mais presente a serviço da máquina política brasileira como aquele a ser lembrado por seu *modus operandi* de uma política nostálgica e mítica e não por sua ação ao fato histórico específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução desta tese informei ao leitor das dificuldades pessoais para concluir esse trabalho, as mudanças estruturais e de recorte de objetivos que foram realizadas ao longo da pesquisa e que alteraram significativamente o projeto original. Agora, ao escrever a conclusão, cabe contextualizar o momento em que vivemos, afinal, compreender os contextos e seus processos é um dos principais trabalhos dos historiadores e historiadoras.

Desde o início de 2020, o Brasil e o mundo enfrentam a pandemia da Covid-19, uma das maiores crises sanitárias desde a gripe espanhola, no início do século XX. Associado ao problema de saúde, o Brasil está sob a administração de um governo descrente na ciência e que na prática apresenta uma política genocida ao negar e enfrentar diretamente a pandemia. Desenvolver um trabalho acadêmico enquanto mais de 240 mil brasileiros perderam suas vidas, boa parte deles por inadimplência do governo federal, não foi tarefa fácil. Diante desse cenário, se torna imperativo posicionar-se, na prática e na escrita, contra as ações desse governo com características que ferem a democracia, além de todos os ataques à ciência, à educação, aos direitos dos trabalhadores e aos direitos humanos. Enquanto professora e historiadora, esse é o meu papel social. E, a partir da reflexão apresentada nesta tese, confirma-se o quão necessário é a luta pela manutenção e vigilância de nossa democracia, não apenas a uma democracia liberal que se limita restritamente, a cada dois anos, ao direito ao voto representativo. Espero que minha geração ainda presencie a adoção de uma democracia mais abrangente possível, que vislumbre aspectos de cunho social e não apenas o lucro, que nos preocupemos mais com as vidas do que a economia. Uma democracia, acredito, que foi defendida por Leonel Brizola e seus pares nos idos de 1960. Tenho esperança por pelo menos essa mudança, já que alterações sistemáticas ou revoluções estão mais distantes da realidade.

No que diz respeito ao tema desta pesquisa, afirmo que ao trabalhar com História do Tempo Presente, especialmente sobre a construção da memória em recortes cronológicos mais próximos, tornou-se mais um desafio, pois a cada momento, novas informações surgem, mesmo que o recorte cronológico tenha sido previamente estabelecido, o que acaba por influenciar as reflexões aqui apresentadas. Naturalmente, a conclusão desta tese foi a última parte a ser escrita, o arquivo com as primeiras impressões conclusivas foi aberto ainda no desenvolvimento do trabalho, à medida que ia avançando na análise das fontes, nas leituras, o texto foi recebendo novos apontamentos. Em paralelo ao trabalho analítico, novas informações a respeito dos usos e da constante construção sobre a memória de Leonel Brizola suscitou modificações sobre meu

objeto de estudo. Assim é a escrita da história, ela está viva, é construída a partir de fatos e novas reflexões, amparadas em teorias e métodos, passíveis de novas contribuições. Ao pensar sobre essas questões me indaguei: e a memória de Brizola após 2014? Ela influenciou minhas conclusões sobre a construção da memória de Leonel Brizola durante a primeira década após sua morte?

Essas inquietações surgiram a partir das últimas notícias relacionadas a ele. Em outubro de 2019, a Petrobras decidiu retirar o nome “Governador Leonel Brizola” da termelétrica de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro⁵¹⁵. A companhia informou que a mudança visava facilitar o registro do nome no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI). O vereador Leonel Brizola Neto (PSOL-RJ), neto do ex-governador, apresentou Moção de Repúdio⁵¹⁶, que foi aprovada pela Câmara Municipal exigindo o retorno do nome, em novembro de 2020, alegando que a ação do governo federal era “um atentado à memória” do avô⁵¹⁷. A segunda notícia refere-se a homenagem recebida pelo presidente Jair Bolsonaro da Câmara Municipal de Queimados, no Rio do Janeiro, da medalha Leonel Brizola. Fato no mínimo inusitado, afinal, Bolsonaro representa tudo aquilo que o político sul-rio-grandense sempre lutou contra⁵¹⁸.

Outra situação que envolveu a memória relacionada a Brizola e está um pouco mais recuada no tempo do que os exemplos citados acima, foi o debate, que veio à tona em 2012, sobre a tentativa de mudança de nome de uma das principais vias de acesso a Porto Alegre, a denominada Avenida Castelo Branco. Projeto de Lei na Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre - encaminhado por Pedro Ruas atualmente no PSOL, mas já esteve filiado ao PDT - previa que a avenida que homenageava o primeiro ditador de 1964 passasse a ser chamada Avenida da Legalidade e da Democracia. Num primeiro momento a solicitação foi acolhida, todavia, em outro ato simbólico do retrocesso que o país vive no que se refere às pautas de

⁵¹⁵ “Petrobras apaga nome de Leonel Brizola de termelétrica”, Panorama, 09 de novembro de 2020. Link: <https://www.panoramaoffshore.com.br/petrobras-apaga-nome-de-leonel-brizola-de-termelétrica/#:~:text=A%20Petrobras%20decidiu%20recentemente%20retirar,grande%20perplexidade%20no%20meio%20pol%C3%ADtico>. Acesso em 15/02/2021 e “Petrobras joga fora a Usina Leonel Brizola! Governo Bolsonaro rebatiza termoelétricas”, Conversa Afiada, 09 de outubro de 2019. Link: <https://www.conversaafiada.com.br/economia/petrobras-joga-fora-a-usina-leonel-brizola> Acesso em 15/02/2021.

⁵¹⁶ “Vereador neto de Brizola pede que Petrobras volte a chamar usina com nome do avô”, Folha de São Paulo, 28 de outubro de 2020. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/10/vereador-neto-de-brizola-pede-que-petrobras-volte-a-chamar-usina-com-o-nome-do-avo.shtml> Acesso em 23/02/2021.

⁵¹⁷ “Um atentado à memória de Leonel Brizola”, EsHoje, 04 de novembro de 2020. Link: <https://eshoje.com.br/um-atentado-a-memoria-de-leonel-brizola/>. Acesso em 23/02/2021.

⁵¹⁸ “Bolsonaro recebe medalha Leonel Brizola em homenagem de vereadores do RJ”, Folha de São Paulo, 06 de dezembro de 2020. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/12/bolsonaro-recebe-medalha-leonel-brizola-em-homenagem-de-vereadores-do-rj.shtml> . Acesso em 06/01/2021.

Verdade, Memória e Justiça, a avenida voltou a homenagear Castelo Branco, em 2018⁵¹⁹. Curioso observar que num estado tão bairrista quanto o Rio Grande do Sul foi preferível manter a homenagem a um presidente (sic) sem ligação direta com o estado do que homenagear um dos eventos políticos mais celebrados nos últimos anos, inclusive com projeção nacional, que ocorreu na região.

Essas situações nos indagam: o que fizeram com a memória de Brizola? Acredito que as conclusões que a pesquisa demonstrou dão indícios do porquê a memória desse trabalhista histórico está nesse ponto.

Em 2004, quando Brizola morreu, o Brasil vivia os primeiros anos do governo petista, algo novo, pois a chegada de um partido de centro-esquerda ao poder na época representava a esperança de uma nova política. Diante desse contexto, a cobertura pela imprensa do funeral salientou que com a morte do “último líder trabalhista” morria uma *era* política, alheia ao marketing político e que fora marcada por lideranças carismáticas, como o próprio Brizola. A imprensa sul-rio-grandense afirmou que com esse fim também encerraria um período de ascensão política do Rio Grande do Sul no cenário nacional, que tinha sido marcado pela participação de *gaúchos* na política brasileira no último século. O futuro do PDT, partido fundado e presidido por Brizola até os últimos momentos, foi muito debatido. Análises mais pessimistas acreditavam no fim da agremiação, marcada pelo personalismo e centralismo de seu líder. Embora não seja o principal partido no contexto atual, fato é que o PDT se manteve vivo.

Sete anos após a morte de Brizola, o cenário brasileiro ainda estava sob os efeitos das mudanças sociais advindas dos primeiros mandatos de Lula e o início do governo Dilma, naquele contexto a Campanha da Legalidade foi retomada em seu cinquentenário sob a perspectiva da valorização da democracia. Diversas comemorações foram organizadas, sobretudo no Rio Grande do Sul, o que demonstrou que a mobilização em prol da posse de João Goulart era considerada relevante pela população. Além do incentivo do governo estadual, na época administrado por Tarso Genro, do Partido dos Trabalhadores.

Analisar a construção da memória sobre Leonel Brizola no cinquentenário do Golpe de 1964 era o objetivo inicial do terceiro capítulo, todavia a partir da leitura das fontes percebeu-se um apagamento da sua imagem. O pedetista praticamente não foi citado, era apenas mais um

⁵¹⁹ “Justiça considera lei inválida, e Avenida da Legalidade volta a se chamar Castelo Branco em Porto Alegre”, G1, 26 de abril de 2018. Link: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/justica-considera-lei-invalida-e-avenida-da-legalidade-volta-a-se-chamar-castelo-branco-em-porto-alegre.ghtml> Acesso em 23/02/2021.

dentre outros agentes daquele contexto pré-golpe. Em função dessa situação apresentada pelas fontes, optei por incluir a análise sobre as lembranças dos 40 anos do golpe, em 2004, a fim de investigar se também houve esse apagamento. Cabe destacar que em 2014 já fazia dez anos da morte de Brizola, um indicativo do esquecimento de sua imagem com o passar do tempo. Com relação à construção de sua memória no quadragésimo do golpe, evidenciou-se maior recorrência de seu nome. Nessas citações ele foi retratado como uma das lideranças da esquerda, caracterizada, de forma geral, de radical sem um compromisso efetivo com a democracia.

Quanto às nuances da memória, é sabido que ela se altera conforme as necessidades do presente e esta tese confirmou essa máxima através das representações nos recortes analíticos aqui apresentados: na sua morte a memória vivida foi do político audacioso e fiel aos seus ideais, polêmico, que quando necessário defendeu a democracia em 1961; na comemoração do cinquentenário da Campanha da Legalidade, em 2011, sobressaiu-se o líder democrático; nas lembranças do quadragésimo e do cinquentenário do Golpe de 1964, respectivamente 2004 e 2014, a construção da memória foi ainda mais mutável. Enquanto em 2004 Brizola foi um dos líderes que tencionou e radicalizou as forças políticas através da mobilização da população, em 2014 sua imagem foi praticamente apagada. E quando surgiu, era a do líder da esquerda e audacioso. Nesse sentido, a tese confirmou a hipótese inicial, sustentando o argumento que a memória de Leonel Brizola se alterou conforme a conjuntura do presente, mesmo tratando-se de um curto período temporal, ou seja, entre 2004 e 2014.

Desde quando surgiram os primeiros questionamentos que deram origem ao projeto que iniciou essa pesquisa, muitas mudanças aconteceram. Como mencionei na introdução, em 2016, quando comecei a escrever o projeto de pesquisa, estava influenciada pelo uso da imagem de Brizola na campanha eleitoral de Juliana Brizola à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2014, e também pela presença constante de seu nome nas mobilizações da esquerda contra o impeachment de Dilma Rousseff. Nessas situações, o pedetista foi retratado como aguerrido; retomando o Brizola que lutou pela legalidade e pela manutenção da democracia ao defender a posse de João Goulart; aquele que realizou votações recordistas na década de 1960 e que era bem querido pelos eleitores nos anos 1980. Com certeza, o Brizola das melancólicas derrotas de 1989, 1994, 1998 e 2002, não foi retomado. Em síntese, o político radical que contribuiu para a tensão do pré-1964 havia saído de cena para dar espaço ao Brizola democrático da Campanha da Legalidade.

O que quero demonstrar com a retomada desse contexto de 2016? Ao realizar o trabalho de prospecção das fontes, eu acreditava que encontraria um vasto material de referência à Brizola em relação à construção da sua memória pela imprensa. No entanto, não foi o que

aconteceu. Ademais, como mencionado brevemente na introdução, o projeto inicial previa analisar os usos políticos da imagem de Brizola na primeira década após sua morte, pois uma das minhas hipóteses era que utilizar a herança política do pedetista seria vantajoso politicamente. Esse recorte necessário no projeto e a pouca presença da imagem de Brizola nas fontes, dificultou minha análise. Após passar por essa trajetória e com a leitura concluída das fontes, concluo que sua imagem foi mais constante em função dos usos políticos por seus herdeiros e admiradores, enquanto na imprensa, sobretudo nos aniversários do golpe de 1964, ocorreu um apagamento, o que também se evidenciou com a progressiva redução do uso da sua imagem por seus herdeiros políticos nas campanhas eleitorais mais recentes.

E enfim, *Brizola Vive?* De certo modo sim, nos usos políticos entre 2004 e 2014, haja vista que a última campanha de Juliana Brizola, em 2020, para a prefeitura de Porto Alegre explorou muito menos a imagem do avô; no cinquentenário da Campanha da Legalidade, em 2011; e no quadragenário do golpe, com menos intensidade. No golpe midiático-parlamentar de 2016, ganhou sobrevida. Todavia, no cinquentenário do golpe de 1964, sua imagem foi apagando. Em 2021, Leonel de Moura Brizola vive na memória de um passado político que desperta saudades para alguns e dissabores para outros, mas para ambos, não cabe mais no presente.

FONTES

Zero Hora (RS) – março, abril e junho/2004; agosto e setembro/2011; março e abril/2014.

Correio do Povo (RS) – março, abril e junho/2004; agosto e setembro/2011; março e abril/2014.

Jornal do Brasil (RJ) – junho/2004.

O Globo (RJ) – março, abril e junho/2004; agosto e setembro/2011; março e abril/2014.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves. **A modernização da imprensa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- AGUIAR, Ricardo Osman G. **Leonel Brizola: uma trajetória política**. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. **Jango e Brizola: tão perto e tão longe (1961-1964)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo, 2007.
- _____. **O Brasil doente e o povo eleito: leituras da Legalidade na imprensa do Rio Grande do Sul**. In: SHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. *Campos da política: discursos e práticas*. São Paulo: LPBooks, 2012, p. 486-504.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- AMADO, João. **Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: os idos de março e a queda em abril; a primeira narrativa do golpe de 1964**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.
- AMARAL, Anselmo. **Brizola e a Legalidade**. Rigel: Porto Alegre, 2009.
- ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não terminou. In: TELLES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ARÊAS, João Braga. **Batalhas de O Globo (1989-2020): O neoliberalismo em questão**. Doutorado (História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2012.
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BAUER, Caroline Silveira. La ditadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. In: **Relaciones Internacionales**, n° 57, 2019, p. 37-51.
- BEMFICA, Flavia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2007.
- BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. In: **Revista História**, São Paulo, v. 26, n. 2, 2007.

BRAGA, Kenny; SOUZA, João; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (Coord.). **Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004)**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 09, n. 17. Rio de Janeiro, 1996. p. 161-166.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. In: **Revista Brasileira de História – Brasil, 1954-1964**. São Paulo: ANPUH-Marco Zero, v. 14, n. 27, 1994.

CASALLI, Jairo Antônio. **Memórias de Brizola: o guerreiro do povo brasileiro**. Erechim: Gráfica São Cristóvão, 2005.

CERBARO, Sulena. **A (re)construção de um evento: a tentativa de sequestro do cônsul norte-americano no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2019.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. **Em busca do paradigma perdido: as esquerdas brasileiras e a crise do socialismo real**. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo/ ANPUH, v.27, 1994.

_____. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-964)**. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas para seu uso para a pesquisa histórica. In: **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, v. 13. Porto Alegre, 1995.

ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. In: **Revista Fronteiras**, v. 6, n. 2, 2004.

FELIZARDO, Joaquim. **A Legalidade: último levante gaúcho**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **Entre ruas, câmaras e redes: as transformações das táticas policiais de controle à ação coletiva contestatória em Porto Alegre (2013-2014)**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2020.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, Jorge. A Legalidade Traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, p. 149-182.

_____. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004.

_____. **O Imaginário Trabalhista**: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart**: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Do Rio Grande do Sul à Guanabara. In: _____ (Org.). **A força do povo**: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas?** Alternativas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Américo. Ecos da estação Lisboa: o exílio das esquerdas brasileiras em Portugal. In: **Sociologia, problemas e práticas**. Rio de Janeiro, n° 64, 2010.

_____; AZEVEDO, Flávia. Intervenção política. Imprensa e democracia: os tijolos de Leonel Brizola. In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, 2011, p. 15-40.

_____. O fio da História: Leonel Brizola e a renovação da tradição trabalhista no Brasil contemporâneo (1980-1990). In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **A razão indignada**: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro; D'ARAÚJO, Maria Celina Soares de. **Getulismo e Trabalhismo**: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. FGV: Rio de Janeiro, 1978.

_____. Brizola e o trabalhismo. In: **Revista Anos 90**, v. 11, n. 19/20. Porto Alegre, 2004.

_____. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____; FERREIRA, Jorge. **Jango**: múltiplas faces. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GOUVÊA, Gabriella Nunes de; MOTTA, Luiz Gonzaga. Militância, imaginário e narrativas jornalísticas: as representações simbólicas sobre membros dos grupos de resistência à ditadura nas notícias sobre o passado militante da presidente Dilma Rousseff. In: **Plural**. São Paulo, v. 21, 2014, p. 49-72.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A “legalidade” na imprensa. In: NOLL, Maria Izabel et al. **O movimento da legalidade**: Assembleia Legislativa e mobilização política. Porto Alegre: Webprint, 2011.

GRILL, Igor Gastal. As bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. In: **Sociedade em debate**. Pelotas, v. 10 (2), p. 159-197, 2004.

_____. Bases sociais e interpretes da “tradição trabalhista” no Rio Grande do Sul. In: **DADOS, Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 525-557, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HERKENHOFF, Alfredo. **Jornal do Brasil: Memórias de um secretário, pautas e fontes**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2010.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IZIQUE, Cláudia. A arte de engolir sapos. In: FIGUEIREDO, Ney (Org). **Políticos ao entardecer: poder e dinheiro no outono de Vargas**, JK, Geisel, Café Filho, Brizola, Andreazza, Covas e Lacerda. São Paulo: Editora de Cultura, 2007. (Coleção Brasil Memória).

JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

JELIN, Elizabeth. Las luchas políticas por la memoria. In: **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI de España S.A., 2002.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, 2018. p. 204-251.

KLÖCKNER, Luciano; ABREU, Luciano Aronne; MONTEIRO, Charles (Orgs.). **Segunda legalidade: Registros Históricos e Jornalísticos**. Porto Alegre: Edipucrs, 2014.

KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel. Campanha da Legalidade, Luta de Classes e Golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. 2011.

KUHN, Dione. **Brizola: da legalidade ao exílio**. Porto Alegre: RBS publicações, 2004.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas. **El Caudillo Leonel Brizola: um perfil biográfico**. São Paulo: Aquariana, 2008.

LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACEDO, Michele Reis de. **Recusa do passado, disputa no presente: esquerdas revolucionárias e a reconstrução do trabalhismo no contexto da redemocratização brasileira (décadas de 1970 e 1980)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

_____. As esquerdas revolucionárias, Leonel Brizola e a refundação do trabalhismo. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MACHADO, Patricia da Costa. **Justiça ou Impunidade?** O poder judiciário e os crimes de Estado das ditaduras do Cone Sul (1964-2016). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

HAMILTON, Duda; MARKUN, Paulo. **1961:** que as armas não falem. São Paulo: SENAC, 2011.

MATHEUS, Letícia; BARBOSA, Marialva. O Jornal do Brasil e as noções do tempo histórico no fazer jornalístico. In: **Revista Famecos**: Porto Alegre, 2008, n. 35.

MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia. In: **Revista História e Luta de Classes**, ano 1, nº 1, abril, 2005.

_____. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 28, nº 55, 2008.

MELO, Demian Bezerra de. **O plebiscito de 1963:** inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____. Ditadura “civil-militar”? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do Tempo Presente. In: **Espaço Plural**, Ano XIII, nº 27, 2º semestre 2012, p. 39-53.

_____. O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia. In: SILVA, Carla; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both (Orgs). **Ditaduras e democracias:** estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014.

_____. O comício da Central: o Rio e as reformas de Jango. In: **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 15, n. 22, 1º sem. 2014.

_____. (Org.). **A miséria da historiografia:** uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MENESES, Sônia. A mídia, a memória e a história: a escrita do novo acontecimento histórico no tempo presente. In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 19, n. 36, 2012, p. 35-65.

MIGUEL, Luis Felipe. Em torno do conceito de mito político. In: **Dados**, v. 41, n. 3. Rio de Janeiro, 1998.

MIRANDA, Samir Perrone. **Projeto de desenvolvimento e encampações no discurso do governo Leonel Brizola:** Rio Grande do Sul (1959-1963). Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MORAES, Thiago Aguiar de. **“Entreguemos a empresa ao povo antes que o comunista a entregue ao Estado”:** os discursos da fração “vanguardista” da classe empresarial gaúcha na revista “Democracia e Empresa” do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais do Rio Grande do Sul (1962-1971). Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. In: **Revista Tempo**, v. 20, 2014, p. 1-21.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. In: **Antíteses**, Londrina, v. 8, p. 9-44, 2015.

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional, Uruguai (1968-1985):* do Pachecato à Ditadura civil-militar. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. In: **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v.11, n. 19-20, jan./dez. 2004.

_____; LAMEIRA, Rafael Fantinel. 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão. In: PADRÓS, Enrique Serra, at el (Org). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 – 1985):** história e memória – 2º ed. – Porto Alegre: Corag, 2010.

PINHA, Daniel. Ditadura Civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. In: **Revista Transversos**. Rio de Janeiro, n. 18, abr. 2020. p. 37 – 63.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 3, 1989.

REIS, Daniela Görgen dos. **Imagens do poder:** as fotografias da legalidade pelas lentes da Assessoria de Imprensa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1961). Dissertação (Mestrado em História). PUCRS: Porto Alegre, 2012.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar:** quarenta anos depois (1964-2004). Bauru, SP: Edusc, 2004.

RÉMOND, Réne. Uma história presente. In: _____ (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, 2. ed.

RICOEUR, Paul. O esquecimento. In: _____. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007. p. 123-462.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: _____; Reis Filho, Daniel Aarão; Motta, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p.53-65.

RIGHI, Graziane Ortiz. **Leonel Brizola:** o deputado federal da Guanabara e o golpe civil-militar (1962-1964). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RODRIGUES, Ana Ramos. **Usos do Acervo Fotográfico do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa (2002-2011)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

RODRIGUES, Mônica. Imprensa: uma relação de amor e ódio. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

ROLIM, César. **Leonel Brizola e as forças subalternas das Forças Armadas brasileiras: 1961-1964**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROUSSO, Henry. Para una historia de la memoria colectiva: el post-Vichy. In: **Aletheia**. Buenos Aires, v. 3, n. 5, 2012.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. **Os herdeiros de Sísifo**. A ação coletiva dos trabalhadores porto-alegrenses nos anos de 1958 a 1963. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois. In: **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, 2007, p. 127-156.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Brizolismo: estetização da política e carisma**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

_____. A era do líder popular. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Coord.). **A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/Comemoração: as utilizações sociais da memória. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002, p. 425-438.

SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: _____; LOUREIRO, Isabel (Orgs). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 33-35.

SOUZA, Amaury de; LIMA Jr., Olavo Brasil de; FIGUEIREDO, Marcus. **Brizola e as eleições de 1982 no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iuperj, 1985.

SZATKOSKI, Elenice. **O jornal Panfleto e a construção do brizolismo**. Tese (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2008.

TATSCH, Juliane. O discurso regional na constituição da identidade do gaúcho. In: **Revista Escrita**, Rio de Janeiro, 2014, p. 243 - 253.

TAVARES, Flávio. **1961: o golpe derrotado**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

TEIXEIRA, Alex Niche; FERNANDES, Edurado Georjão; SILVA, Marcelo Kunrath. Enquadrando eventos de protesto: as disputas interpretativas em torno do ciclo de manifestações de 2013 em Porto Alegre. In: **Plural**. São Paulo, v. 27.2, ago/set, 2020, p. 166-185.

TENTARDINI, Cleber Dioni. **O menino que se tornou Brizola**. Porto Alegre: Rígel, 2013.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004.

_____. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. In: **Crítica Marxista**, n. 19, julho, 2006.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **Teorias do Jornalismo**. Volume II: A tribo jornalística - uma comunidade transnacional. 2 ed. Florianópolis: Insular, 2008

TRAVERSO, Enzo. **O passado modos de usar**. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VIEIRA, Itala Maduell. **JB, um paradigma jornalístico: memória e identidade em narrativas míticas sobre o Jornal do Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2019.

WASSERMAN, Claudia. A Legalidade: o conceito e suas nuances entre agosto e setembro de 1961. In: NOLL, Maria Izabel et al. **O movimento da legalidade: Assembleia Legislativa e mobilização política**. Porto Alegre: Webprint, 2011.